

Jovens universitários em um mundo em transformação

uma pesquisa sino-brasileira

Organizadores
Tom Dwyer
Eduardo Luiz Zen
Wivian Weller
Jiu Shuguang
Guo Kaiyuan



SOCIAL SCIENCES
ACADEMIC PRESS (CHINA)

Jovens universitários em um mundo em transformação

uma pesquisa sino-brasileira

Organizadores
Tom Dwyer
Eduardo Luiz Zen
Wivian Weller
Jiu Shuguang
Guo Kaiyuan

ipea



**SOCIAL SCIENCES
ACADEMIC PRESS (CHINA)**

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Juliano Cardoso Eleutério

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete, Substituto

Márcio Simão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Jovens universitários em um mundo em transformação

uma pesquisa sino-brasileira

Organizadores
Tom Dwyer
Eduardo Luiz Zen
Wivian Weller
Jiu Shuguang
Guo Kaiyuan

ipea

Brasília, 2016



SOCIAL SCIENCES
ACADEMIC PRESS (CHINA)

FICHA TÉCNICA

Coordenação da Pesquisa – Brasil

Tom Dwyer (coordenador do convênio SBS/Ipea) – Professor da UNICAMP

Eduardo Luiz Zen – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Wivian Weller – Professora da UnB

Ana Maria Nogales – Professora da UnB

Marília Spósito – Professora da USP

Marilena Nakano – Professora da UFSA

Equipe de Pesquisa – Ipea

Lucélia de Moraes Braga Bassalo

Carla Coelho de Andrade

Patrícia Gimeno

Thuany Aguiar Santos Paulo

César Martins Stumpf

Coordenação da Pesquisa – China

Jiu Shuguang (coordenador do convênio CYCRC/Ipea) – Diretor geral do CYCRC

An Guoqi – Ex-vice-diretor geral do CYCRC

Guo Kaiyuan – Diretor do Instituto de Pesquisa do Direito da Juventude e Infância do CYCRC

Equipe de Pesquisa – CYCRC

Chen Chen

Chen Weidong

Gao Yingshuang

Sun Yunxiao

Yang Shoujian

Ying Hui

Xi Jieyang

Yang Jianglan

Wang Jie

Wang Peng

Jovens universitários em um mundo em transformação : uma pesquisa sino-brasileira / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016.
311 p. : gráfs. color.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-7811-277-6

1. Ensino Superior. 2. Juventude. 3. Estudantes Universitários.
4. Aspectos Sociais. 5. Políticas Públicas. 6. Cooperação Internacional.
7. Pesquisa Social. 8. Brasil. 9. China. I. Dwyer, Tom. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS)

CDD 378.3

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

*Este livro é dedicado à memória da antropóloga
Carla Coelho de Andrade*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO BRASILEIRA	15
Tom Dwyer	
INTRODUÇÃO CHINESA	37
Guo Kaiyuan	
CAPÍTULO 1	
SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CHINA.....	43
Gao Yingshuang	
CAPÍTULO 2	
ANÁLISE DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA CHINA	79
Yang Jianglan Wang Jie	
CAPÍTULO 3	
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA VISÃO ABRANGENTE.....	95
Clarissa Eckert Baeta Neves Carlos Benedito Martins	
CAPÍTULO 4	
JUVENTUDE E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	125
Ana Maria Nogales Vasconcelos	
CAPÍTULO 5	
UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PÓS-INDUSTRIALISMO E GLOBALIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DIÁLOGO SINO-BRASILEIRO	139
Tom Dwyer	

CAPÍTULO 6

ORIGEM FAMILIAR, PERCURSOS ACADÊMICOS E PROJETOS
DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E CHINESES 165

Wivian Weller

Chen Weidong

Lucélia de Moraes Braga Bassalo

CAPÍTULO 7

OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS E O TRABALHO:
UMA VISÃO COMPARADA ENTRE BRASIL E CHINA..... 193

Eduardo Luiz Zen

CAPÍTULO 8

VALORES DE UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS
CONTEMPORÂNEOS217

Guo Kaiyuan

Yang Shoujian

Chen Chen

Wang Peng

CAPÍTULO 9

SOCIABILIDADE, PERCEPÇÕES E VALORES: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E CHINESES235

Marilia Pontes Sposito

Marilena Nakano

Chen Chen

CAPÍTULO 10

A ORIENTAÇÃO DE VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES
CONTEMPORÂNEOS E SUAS MUDANÇAS265

Wang Peng

CAPÍTULO 11

QUADRO DA PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES
NA POLÍTICA E SEU APERFEIÇOAMENTO275

Jiu Shuguang

Guo Kaiyuan

CAPÍTULO 12

VALORES, ORIGENS SOCIAIS, ESTILOS DE VIDA E HORIZONTES

DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES287

Chen Weidong

APÊNDICE A

AMOSTRAGEM E EXECUÇÃO DA SURVEY NO BRASIL: ESTUDO COMPARADO

SOBRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS..... 303

Ana Maria Nogales Vasconcelos

APÊNDICE B

ESTUDO COMPARADO SOBRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E

BRASILEIROS: AMOSTRA ALEATÓRIA DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA307

Equipe chinesa

NOTAS BIOGRÁFICAS309

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, apresentada em formato de livro, é fruto de um grande esforço coletivo.

No Brasil, estendemos nossos especiais agradecimentos:

Aos diretores do Ipea envolvidos na elaboração do acordo de cooperação com a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), o *China Youth and Children Research Center* (CYCRC) e a *China Youth and Children Research Association* (Cycra), e que decidiram apoiar financeiramente este projeto de pesquisa, especialmente: Mario Theodoro, Marcio Pochmann e Marcelo Neri.

À Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e à Universidade de Brasília (UnB), pelas contrapartidas em recursos humanos, alocação de espaço físico e considerável aporte de recursos financeiros. Na Unicamp, nosso agradecimento especial à Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais (Vveri), pelo apoio desde 2007, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, que assumiu parte dos custos de tradução dos capítulos elaborados pelos colegas chineses.

Às diretorias e sucessivos presidentes da Sociedade Brasileira de Sociologia, sobretudo: Maria Stela Porto Grossi, Celi Scalon, Irllys Barreira, José Vicente Tavares dos Santos e Celi Scalon.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelo financiamento da pesquisa por meio de bolsas de produtividade em pesquisa, estágio sênior no exterior, organização de seminários no Brasil e viagens de trabalho para a China.

À equipe de pesquisadores que participaram do processo de discussão dos resultados e escrita dos capítulos do livro, bem como aos estudantes da UnB e da Unicamp que ajudaram na aplicação dos questionários e na tabulação dos dados.

Na China, nossos agradecimentos se dirigem especialmente:

Aos diretores e mantenedores do CYCRC e da Cycra: Guo Kaiyuan, Jiu Shuguang, An Guoqi, Sun Yunxiao, Cao Kai, bem como à Sra. Ying Hui, tradutora de inglês-mandarim do CYCRC.

À Embaixada do Brasil em Pequim: Paulo Vicentini, jornalista brasileiro radicado em Pequim, Shen Mingming, diretor do Centro de Estudos da China Contemporânea da Universidade de Pequim e Lu Deping, à época, professor na *China Youth University for Political Science*.

À todos, nossos mais sinceros agradecimentos!

Tom Dwyer
Eduardo Luiz Zen
Wivian Weller
Organizadores

APRESENTAÇÃO

Números frequentemente refletem de forma superficial fatos de dimensão extraordinária, como o processo recente de aproximação entre o Brasil e a China. Nesse caso, porém, eles nos proporcionam ao menos uma noção do fôlego com que ambos os países empreenderam iniciativas de estreitamento de relações nos últimos doze anos, desde que foi estabelecida, em 2004, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para os chineses evoluíram substancialmente, passando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões. O investimento direto da China no Brasil cresceu 66,3% entre os períodos de 2001-2005 e 2006-2010. As relações comerciais, no entanto, devem ser consideradas apenas como um dos eixos de cooperação entre as duas potências. Diálogos recorrentes sobre a melhoria da situação social e infraestrutura, bem como a atuação em fóruns internacionais, revelam o interesse dos dois lados em caminhar juntos para o desenvolvimento.

As profícuas relações entre Brasil e China e suas perspectivas têm sido objeto de vários estudos do Ipea, os quais podem ser acessados pela página www.ipea.gov.br. Passa a compor esse histórico a pesquisa conjunta inédita que aqui apresentamos – *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira* –, fruto dos esforços de obstinados cientistas sociais que desde 2004 promovem ações articuladas nos dois países, superando as barreiras da distância e do idioma.

O livro, ora publicado simultaneamente em português pelo Ipea e em chinês pela Social Sciences Academic Press (SSAP), editora vinculada à Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), descreve detalhes de como foi realizada a pesquisa com jovens universitários do Brasil e da China sobre suas aspirações e expectativas, valores e modos de vida, entre outros fatores. O estudo contém resultados profundamente significativos para a compreensão mútua do que pensam aqueles que, em breve, estarão à frente dos processos decisórios em seus países. Mais além, traz valiosa contribuição por meio de informações que nos permitem entender melhor e comparar os sistemas educacionais desses dois componentes dos BRICS.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Ernesto Lozardo
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INTRODUÇÃO BRASILEIRA¹

Tom Dwyer²

Inicia-se esta introdução convidando o leitor a considerar o contraste entre duas frases escritas em um intervalo de uma década. A primeira, de um historiador da arte em livro pioneiro sobre as relações sino-brasileiras intitulado *A China no Brasil* (Leite, 1999); a segunda, do então presidente do Brasil, Lula, na inauguração do Centro de Estudos Brasileiros na Academia Chinesa de Ciências Sociais (Cass), em Pequim. A primeira frase é transcrita a seguir:

Nesse fim de década, ao mesmo tempo fim do século e do milênio, o nome *China* há de, por certo, suscitar noções confusas e de qualquer modo significar muito pouco a 99,99% de nós brasileiros, acostumados a associá-lo a um país nebuloso, tão desconhecido e quase tão remoto quanto Marte ou a Lua (Leite, 1999, p. 11).

No ano de 2009, o então presidente Lula pronunciou a segunda frase à qual se quer dar destaque: “precisamos promover o intercâmbio, o diálogo, a interação entre empresários, cientistas, estudantes, turistas, enfim, entre cidadãos brasileiros e cidadãos chineses” (Albuquerque, 2013, p. 80). A pesquisa que gerou este livro foi concebida no período entre as duas observações acima. O projeto que culminou neste livro teve por base a ideia de que as pesquisas em ciências sociais podem auxiliar na construção de uma ponte entre a total falta de conhecimento e um conhecimento mais preciso, e a necessidade do nosso país de conhecer melhor a China e seu povo, e vice-versa.

O livro tem por base um levantamento de dados (*survey*) acerca dos valores, estilos de vida e horizontes de jovens estudantes universitários no Brasil e na China. A *survey* foi executada em quatro regiões: Shanghai, Pequim, São Paulo e Brasília. Em outras palavras, o levantamento foi feito no principal polo financeiro, comercial e industrial de cada país e em suas respectivas capitais. Em cada região, foram escolhidas três instituições de ensino superior; para possibilitar a comparação, trabalhou-se com instituições tipificadas como A, B e C. Com isso, buscou-se um acordo claro entre os dois países no que se refere ao lugar das instituições selecionadas no escopo destas três categorias.

1. Esta introdução foi traduzida do inglês por Mariana Alves, a quem o autor agradece.

2. Doutor em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador do Grupo de Estudos Brasil-China da Unicamp e pesquisador no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No Brasil, critérios de competitividade na admissão foram a chave para orientar a seleção. Em cada região, o grupo de pesquisadores escolheu uma instituição de elite, uma popular e uma mediana, sendo a primeira altamente seletiva, a terceira baixa e a segunda entre os dois extremos. No Brasil, as instituições do tipo A correspondem a instituições públicas de elite, com uma média de vinte candidatos por vaga, chegando a mais de cinquenta em alguns programas. As instituições de tipo C correspondem a instituições privadas, com poucos candidatos por vaga (uma das instituições escolhidas chegou a ter apenas um candidato por vaga). As instituições de tipo B correspondem a dois tipos de instituições privadas, sendo ou controladas por entidades religiosas, ou por fundações com conexões diretas com a administração pública, e com uma média candidato-vaga que varia entre os extremos. O tamanho da amostra (Brasil $n = 2.429$, China $n = 1.708$) segue critérios aceitos em cada país. O procedimento de construção da amostra aleatória adotado para o Brasil está detalhado no apêndice A, escrito por Ana Maria Nogales Vasconcelos, ao final deste livro, e no apêndice B há um texto chinês.

Para a China, os pesquisadores Chen Weidong, Guo Kaiyuan, Yang Shoujian, Chen Chen e Wang Peng confirmam que a amostra segue as bases da seleção aleatória, e que a pesquisa foi executada conforme a realidade do sistema universitário do país, assim como das capacidades operacionais das equipes mobilizadas para executar a pesquisa (conforme feito no Brasil).

No Brasil foi possível recorrer a entrevistas com (quase) todos os alunos em um único dia em apenas uma das seis instituições pesquisadas. Foi necessário negociar, no país, o acesso aos alunos em cada instituição de ensino superior, faculdade por faculdade, curso por curso, matéria por matéria, o que obrigou a equipe a seguir um processo alternativo de seleção em cinco das instituições. Conforme descrito no apêndice A deste livro, selecionou-se as matérias aleatoriamente, obedecendo a critérios de equilíbrio entre as áreas de conhecimento, e uma vez que a equipe chegou na sala de aula, um grupo representativo de alunos foi selecionado de maneira aleatória. Na China a equipe conseguiu ministrar a pesquisa nas seis instituições de ensino superior no mesmo dia; no Brasil, entretanto, o processo demorou quase dois semestres para se completar.

Apesar das diferenças nos processos de seleção dos entrevistados, os procedimentos adotados dão aos pesquisadores, em cada país, a confiança de que suas inferências e análises são baseadas em dados robustos sobre jovens universitários de 18 a 24 anos nos três tipos de instituições, em cada uma das quatro regiões em que o questionário foi aplicado, e que os resultados têm validade para além dos lugares nos quais a pesquisa fora conduzida.

Este livro, publicado tanto em mandarim quanto em português, elucida os primeiros resultados de nosso esforço cooperativo. A pesquisa busca combater

algumas das muitas lacunas em conhecimento mútuo entre os países, assim como busca contribuir para a melhoria da compreensão intercultural e a identificar possíveis bases de cooperação. Porém, antes de fazer tudo isso, a pesquisa também permite desenvolver um rico retrato comparativo das origens sociais e do dia a dia dos universitários brasileiros e chineses.

1 UMA BREVE HISTÓRIA DO PROJETO

Em julho de 2004, após um encontro de três horas na Embaixada Brasileira em Pequim, os membros da primeira delegação da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) que visitavam a China estavam convencidos de que a ascensão desta iria mudar não somente as relações entre as duas nações, mas também a sociologia.³ Nesse primeiro encontro, estava claro que o Brasil e a China teriam contatos cada vez mais intensos no futuro próximo, mas ainda não estava claro que, no decorrer dos próximos cinco anos, a China se tornaria o principal parceiro comercial do Brasil.⁴

O projeto de pesquisa no qual este livro está embasado é uma consequência direta desse encontro de julho de 2004. Para poder conduzir este levantamento sino-brasileiro, foi necessário um empenho em inovações institucionais. Um acordo bilateral foi lentamente construído entre quatro instituições (uma sociedade científica e um instituto de pesquisa em cada país).

Sob a liderança da SBS e do Centro de Pesquisa em Infância e Juventude da China (CYCRC) – em inglês China Youth and Children Research Center –, um acordo foi firmado ao longo dos anos que se passaram: quatro delegações chinesas foram recepcionadas no Brasil, e o CYCRC recebeu três delegações da SBS em Pequim. Os primeiros encontros foram centrados em se conhecer, construindo lentamente uma relação de confiança mútua, e determinando se e como poderíamos cooperar em termos de elaboração de pesquisa social. Do lado brasileiro, para poder viabilizar esta pesquisa, foi necessário mobilizar alguns dos principais cientistas sociais brasileiros na área de estudos da juventude para discutir possíveis agendas de pesquisa, organizar seminários e receber delegações, tudo conduzido sob a liderança da SBS. Na China, nosso parceiro principal é um instituto de pesquisa (CYCRC) que, como o próprio nome já diz, é especializado na juventude.

Do ponto de vista prático, uma vez que a liderança do CYCRC decidiu trabalhar em um projeto de pesquisa comparativa com o Brasil, um grupo qualificado de pesquisadores especialistas foi prontamente montado, canais de acesso às instituições de educação superior foram rapidamente acionados, e a pesquisa foi conduzida de forma vigorosa. No Brasil, pudemos avançar e nos comprometer com

3. A missão oficial do presidente Lula na China foi nesse mesmo ano, na companhia de homens de negócios, demonstrando uma mudança importante na percepção de parte da elite brasileira.

4. Disponível em: <<http://goo.gl/JHXqlv>>.

a pesquisa apenas após solicitarmos, com sucesso, financiamento externo, que veio por meio do Ipea. Além disso, obter acesso a estudantes universitários foi uma tarefa difícil no Brasil, especialmente entre as instituições privadas de baixa seletividade: das dez instituições abordadas, somente duas permitiram a condução da pesquisa.

O contato entre a SBS e o CYCRC data de uma década. O último é um centro pequeno, com responsabilidades nacionais como o Ipea, mas diferente deste por ser dedicado exclusivamente à pesquisa e à formulação de políticas públicas relacionadas à infância e à juventude. A China não possui o equivalente a um ministério da juventude, como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) no Brasil. Porém, liderada pelo Partido Comunista da China (PCC), a Liga Comunista da Juventude (LCJ) é uma organização de massa integrada possuindo em torno de 80 milhões de jovens. Sujeito à liderança do Comitê Central do PCC, o Comitê Central da LCJ é o grupo mais importante da Federação Chinesa de Juventude – em inglês All China Youth Federation. É esta estrutura que tem o papel de liderança em relação ao tema da juventude na China. O CYCRC é subordinado ao comitê central da LCJ, e funciona como um *think tank* no campo da juventude. Entre suas muitas responsabilidades está a formulação de políticas públicas para a juventude, e a realização de pesquisas empíricas no país. O Relatório Anual do Desenvolvimento da Juventude e Infância Chinesa (em inglês *Report on the development of Chinese youth and children*) é uma de suas principais publicações.

O segundo parceiro chinês neste estudo é a Associação de Pesquisa em Infância e Juventude da China (Cycra) – em inglês China Youth and Children Research Association. Integrada por pesquisadores da juventude e estudiosos da história dos movimentos juvenis, e também por pesquisadores que se interessam em outros temas da juventude, ela é uma organização acadêmica nacional especializada. Esta associação também é subordinada ao comitê central da LCJ.

No Brasil a SBS, fundada em 1949, é uma associação científica sem fins lucrativos. Na época da pesquisa ela contava com mais de mil sócios – sociólogos com titulação acadêmica mínima de mestrado. A SBS tem membros por todo o país e busca promover e defender a sociologia, além de promover a cooperação entre membros no encontro de seus interesses científicos. Ela organiza congressos bianuais, publica um boletim e, recentemente, começou a publicar a *Revista Brasileira de Sociologia*. A promoção de intercâmbios internacionais entre a sociologia brasileira e os representantes de organizações acadêmicas e de pesquisa em outros países está entre seus objetivos.

Por fim, o Ipea é uma fundação governamental ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ele é responsável por aconselhar o governo central em assuntos ligados a políticas públicas, incluindo um exame de questões relacionadas ao crescimento econômico. Entre seus pesquisadores,

formou-se um grupo específico para analisar a importância da ascensão da China para o desenvolvimento econômico do Brasil. Outro grupo do Ipea trata de questões relacionadas à juventude, focando na pobreza, na educação e no mercado de trabalho. Uma parte da agenda de pesquisa destes dois grupos foi unida, uma vez que decidiu-se financiar este projeto. O Ipea possui um quadro de funcionários de cerca de seiscentas pessoas e, como o CYCRC, é sediado na capital do país. O Ipea publica regularmente boletins técnicos, livros e, em 2013, publicou o *Atlas de desenvolvimento humano no Brasil*.

A união das atividades destas quatro instituições proporciona uma base única que possibilitou a execução desta primeira pesquisa sino-brasileira em ciências sociais. Do ponto de vista brasileiro, tal união ocorreu não somente devido à ascensão da China, mas também para abrir novos horizontes de reflexão sobre nossos múltiplos desafios oriundos das complexidades do mundo contemporâneo.

2 O BRASIL NO MUNDO EM QUE A CIÊNCIA É UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE COMPREENSÃO

Durante décadas, acadêmicos brasileiros vêm refletindo sobre a possibilidade de o Brasil deixar a posição subalterna no cenário econômico mundial, para assumir uma posição de potência econômica, adquirindo respeito e conquistando espaço entre as nações que estão no topo da ordem mundial. Entre os acadêmicos que se destacam nesta conjuntura, encontra-se Celso Furtado, Gilberto Dupas e Fernando Henrique Cardoso. Publicado em 2008, a coletânea organizada por Otávio de Barros e Fábio Giambiagi – *Brasil globalizado* – teve como um dos capítulos o de Cardoso (2008), intitulado *Um mundo surpreendente* (Barros e Giambiagi, 2008). Esta é exatamente a forma como muitos brasileiros veem a situação na qual o nosso país está inserido hoje. A ascensão do Leste asiático e da China inverteram a velha ordem mundial “favorável aos países industrializados, na qual os preços das matérias-primas tendiam sempre a cair, enquanto subiam os preços dos produtos manufaturados” (Oliveira, 2013, p. 60). O diagnóstico é que o funcionamento do mundo mudou consideravelmente, assim como as condições de competitividade do Brasil. Nossa base industrial eficiente foi capaz, durante um bom tempo, de fornecer ao mundo bens duráveis de média qualidade, produzidos em massa. Entretanto, recentemente a ascensão da indústria chinesa, em termos de custos e inovação, contribuiu para minar esse papel. Ao mesmo tempo, temos exportado matéria-prima para a China com preços cada vez mais elevados. Todos no Brasil sabem desta mudança, e como disse o embaixador Amaury Porto de Oliveira, “para sair deste sufoco, o Brasil precisa se reinventar” (*ibidem*).

Affonso Ouro Preto, embaixador brasileiro na China em 2004, lançou um desafio no seu encontro com a delegação da SBS⁵ e suas últimas palavras foram precisas e concisas: ele enfatizou que todas as áreas das ciências no Brasil precisam incluir a China em suas agendas, inclusive a sociologia. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso escreveu:

convém voltar às palavras de Weber: política requer perspectiva e paixão (...). A paixão por reconstruir, por abrir novos caminhos, deverá vir acompanhada por uma perspectiva realista à qual as pessoas possam se agarrar porque acreditam e porque veem no caminho a ser percorrido os benefícios que podem colher (Cardoso, 2006, p. 675).

Desde o primeiro encontro vê-se a importância de uma pesquisa comparativa Brasil-China, pois há a necessidade de se conhecer mais sobre o novo e importante parceiro comercial do Brasil. Para aprender, como citou o ex-presidente Lula no parágrafo inicial, é necessário conversar e construir contatos. Cada um constrói contatos a partir de suas capacidades compartilhadas: um músico tocando instrumentos; um comerciante por meio de compras e vendas; e, para um cientista, um dos possíveis caminhos é conduzir pesquisas em conjunto.

Desde o princípio, a construção da relação brasileira com a China foi institucional. O contato entre o CYCRC e a SBS foi intermediado pelo Comitê de Pesquisa em Sociologia da Juventude (RC 34) – em inglês Research Committee on the Sociology of Youth – da Associação Internacional de Sociologia (ISA) – em inglês International Sociological Association. O primeiro contato ocorreu em outubro de 2004 no VI Congresso Internacional de Assuntos da Juventude Asiática em Pequim. Em certo ponto deste congresso, um debate tenso foi travado entre os líderes de duas organizações chinesas da juventude, cada qual com uma visão distinta acerca do futuro da China e do papel da juventude no futuro do país. Tudo foi traduzido para os convidados estrangeiros. Após o debate, o autor conversou com An Guoqi, vice-diretor-geral do CYCRC, que tinha sido o protagonista da discussão, e levantou duas questões sobre sua intervenção. A conversa inicial, viabilizada pela tradução de um talentoso pesquisador da juventude, Cao Kai, levou a um convite para jantar com An Guoqi e outros pesquisadores. Por consequência deste primeiro contato, foi desenvolvido um diálogo que dura uma década e que culmina na publicação deste livro.

Embora a pesquisa seja um projeto pioneiro nas ciências sociais, outras áreas da ciência brasileira se esforçaram e produziram resultados antes de nós. O esforço pioneiro foi o programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) – em inglês China Brazil Earth Resources Satellite Program. Este programa de cooperação científica foi iniciado em 1988 após restrições dos Estados Unidos

5. Encontro formado pelos ex-presidentes da SBS, José Vicente Tavares dos Santos e Sérgio Adorno, e o autor que, à época, era primeiro vice-presidente da SBS.

em transferir tecnologia para ambos os países. À época, o Brasil e a China dominavam diferentes tecnologias envolvendo lançamento e fabricação de satélites e a cooperação em torno de um interesse em comum levou os dois países a trabalhar juntos. O projeto inovou em diversos aspectos mas, acima de tudo, quebrou o padrão tradicional de cooperação científica e projetos tecnológicos Norte-Sul. Na época o projeto ficou reputado no Brasil por ser o maior projeto de pesquisa entre duas nações em desenvolvimento. É relevante mencionar que a comunicação entre os cientistas foi amplamente facilitada pelo fato de a linguagem da matemática e os conceitos da física serem comuns. O primeiro satélite CBERS foi lançado em outubro de 1999.

Um acordo celebrado entre o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) e a Universidade Tsinghua, em Pequim, resultou na fundação do Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia.⁶ Em outra iniciativa, um grupo de pesquisadores do Coppe foi para a Universidade Tsinghua estudar inovação em três áreas: eletroeletrônica, mecânica/metalúrgica e química. Estes pesquisadores concluíram que a “inovação secundária” e a iniciativa empresarial são de extrema importância para o desenvolvimento da China:

[E]sse processo expressa-se em pequenos passos sobre rotas tecnológicas já conhecidas, mas passos que somados ao gigantesco mercado doméstico e ao baixo custo de mão de obra, chegam a representar vantagens competitivas (Oliveira, 2013, p. 61).

Qualquer projeto de pesquisa acadêmica internacional exige desenvolvimento, justificação e financiamento de projetos, assim como cooperação dentro dos limites de uma cultura de pesquisa comum (as diferenças entre as partes emergem na medida em que um se aproxima do outro e deixam como legado a perspectiva de melhorar a qualidade de futuros projetos de cooperação). No caso do CBERS, interesses compartilhados, barreiras externas específicas e capacidades técnicas complementares servem de justificação do projeto. O Centro China-Brasil da Coppe e a Universidade Tsinghua tratam de um tema de interesse para toda a humanidade: mudanças climáticas. Existe uma exploração em conjunto de novos horizontes – tecnologias inovadoras para energia – em áreas como biocombustíveis, energia eólica, captura e armazenamento de carbono (CCS). Em um mercado-mundo marcado pela ascensão da China, cada país tem de redefinir seus interesses e suas ações. O Brasil não é uma exceção. O grupo de pesquisadores brasileiros que estudou a inovação teve o apoio de uma das mais importantes universidades chinesas para facilitar a pesquisa *in loco*. A cooperação científica, ainda insípida, está apenas começando. Estes esforços pioneiros contribuem para que o Brasil avance na compreensão dos desafios e das oportunidades associados à ascensão da China.

6. Disponível em: <<http://goo.gl/HEalul>>.

3 CONSTRUINDO A COLABORAÇÃO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Em dezembro de 2005, o autor passou por Pequim a caminho de Macau, onde aconteceria o VII Congresso Internacional de Assuntos da Juventude Asiática, organizado pela ISA e patrocinado pelo CYCRC, entre outros. Membros do CYCRC o convidaram para um encontro em sua sede e, na ocasião, o vice-diretor-geral, An Guoqi, havia expressado interesse em cooperar, não só com o Brasil, mas também com a Argentina, e perguntou se seria possível organizar uma parceria. A resposta foi positiva, uma vez que o autor havia acabado de assumir o posto de presidente da SBS para os anos de 2005 a 2007, sendo uma prioridade do mandato a construção de um diálogo acadêmico com a China. Porém, Zhao Changchun, diretor de assuntos internacionais do CYCRC, alertou que o processo de construção de uma cooperação bem-sucedida com a China aconteceria em um ritmo muito diferente daquele ao qual se estava acostumado com a Europa ou os Estados Unidos.

O *paper* apresentado em Macau teve a seguinte conclusão:

Para que pesquisadores no Brasil e na China possam construir formas de se comunicar é preciso, em primeiro lugar, identificar pontos onde as comparações significativas podem ser feitas, assim como identificar onde não é possível. (...) O conhecimento acerca de certos processos sociais em curso no Brasil contemporâneo pode ajudar para que os pesquisadores chineses se preparem para o futuro (...). No Brasil, temos pesquisas de qualidade que, diferentemente das pesquisas elaboradas nos países centrais, ainda não encontraram um espaço nas fontes internacionais de indexação. O mesmo deve acontecer na China.

Poucos sociólogos chineses são capazes de ler na língua em que a maioria das pesquisas brasileiras são publicadas, e o contrário é igualmente verdadeiro. Porém, optar por traduzir as melhores pesquisas brasileiras para o inglês – uma terceira língua – pode ser uma solução pouco eficaz para pesquisadores que vão retraduzir as mesmas (...) em suas próprias línguas maternas. Uma maior compreensão perpassa pelo aprendizado da língua do outro (e pela tradução) (...). O futuro do Brasil é cada vez mais dependente em entender como nossos problemas científicos podem ser relevantes para pesquisadores chineses (e vice-versa), e como podemos nos relacionar com a China e seu povo (e vice-versa).

A sociologia é uma disciplina que (...) nasceu da necessidade de criar diálogos e de compreender processos de mudanças dramáticas desencadeadas pelo colonialismo e, especialmente, pela revolução industrial e burocrática, ambas ocorridas na Europa no século XIX. Atualmente temos uma nova revolução tecnológica em curso, que vem acompanhada de uma mudança histórica nos padrões do comércio mundial, e de uma intensificação nos fluxos globais da informação nunca antes vista na história da humanidade. É neste contexto que vemos o retorno da China ao posto de uma potência mundial. A sociologia é uma disciplina capaz de permitir a compreensão destes desdobramentos e, assim como no passado, alertar aqueles responsáveis para a

elaboração de políticas públicas e outros, assim sugerindo maneiras de pensar a respeito e de lidar com as consequências negativas de um desenvolvimento descontrolado.

O futuro do mundo será forjado pelos jovens de hoje, e em todo o lugar os jovens se relacionam com outros jovens em novas bases; é importante encorajá-los o máximo possível a conhecer o outro, suas alegrias e tristezas. Conhecer o outro é o primeiro passo para compreensão. A sociologia é uma ferramenta capaz de construir conhecimento mútuo (Dwyer, 2005, p. 15-16).

A última frase do *paper* conclui que:

é necessário estabelecer conexões tanto no campo acadêmico como no de pesquisa. Estas conexões, a princípio, irão se desenvolver lentamente, e serão difíceis, especialmente para nós brasileiros, que pouco sabemos sobre a China. Mas com o tempo, elementos de uma nova cultura serão forjados, tanto no Brasil como na China, elementos que nascerão do encontro entre a civilização mais antiga do mundo, e a mais jovem, e podemos estar certos de que os jovens de hoje terão um papel crucial na construção deste futuro (Dwyer, 2005, p. 16).

As instituições chinesas com as quais firmou-se parceira já assinaram mais de trinta acordos internacionais com países da Ásia, Europa e América do Norte, e nos deram um grande estímulo inicial para a cooperação. Para eles era necessário conhecer melhor a América Latina, ao mesmo tempo em que era importante fazer novos amigos no estrangeiro. Para a organização brasileira que liderou esta cooperação, a SBS, era necessário conhecer melhor a China e construir um caminho para pesquisas futuras. Uma vez que ambos os países apresentaram interesse em conduzir uma pesquisa comparativa, restava-nos definir o que pesquisar e como conduzir tal pesquisa.

Para definir essas questões, foi necessário examinar o que os parceiros chineses já haviam pesquisado, assim como definir as próprias capacidades brasileiras. Uma delegação chinesa, liderada por An Guoqi, visitou o Brasil e a Argentina em maio de 2006. Dialogamos em um encontro organizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e em outro na SNJ, em Brasília. Os encontros no Brasil reuniram pesquisadores e funcionários da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), da Universidade de Brasília (UnB), do Ipea e da SNJ. Destes encontros, concluiu-se que a sociologia brasileira é uma disciplina com orientações predominantemente filosóficas e qualitativas, tradições muito distintas da sociologia chinesa (Merle, 2007). Caso se insistisse em focar somente nestas tradições específicas, a cooperação com a China seria impossível.

Nos anos seguintes, redefinimos nossas perspectivas sobre a China, e eles sobre nós. Foi necessária, em certa medida, diplomacia, com frequentes viagens de ambos os lados para que, em uma visita subsequente a Pequim, onde o autor

participou de um congresso, aproveita-se a viagem para marcar outro encontro. Foi planejada uma reunião com uma delegação chinesa no Brasil para o segundo semestre de 2008. Membros da então equipe de pesquisadores brasileiros prepararam um longo documento com base em um encontro ocorrido no Brasil no dia 5 de maio, que foi enviado à China no dia 12 do mesmo mês – coincidentemente, neste dia ocorreu um dos terremotos mais graves da história do mundo, na província de Sichuan, com a perda de aproximadamente 90 mil vidas e mais de 5 milhões de desabrigados.

O documento enviado à China enfatizou dois caminhos viáveis para a pesquisa. Nossas discussões internas nos levaram a descartar um número de opções que haviam sido contempladas inicialmente: uma *survey* nacional seria muito custosa; uma *survey* dos jovens nas maiores áreas metropolitanas também não seria facilmente financiável; e mesmo uma técnica nova e possivelmente de baixo custo – uma *survey* pela internet – teria problemas de representatividade e validade. Excluímos tantas possibilidades que restaram apenas duas opções: uma pesquisa comparativa sobre valores que orientam os jovens universitários na China e na América do Sul, ou um estudo comparativo sobre a consciência a respeito da vida entre os formandos do ensino médio na China e na América do Sul.

Concordou-se, por fim, que seria mais apropriado pesquisar universitários por diversas razões. Considerou-se que se teria um acesso mais fácil a estudantes universitários do que a alunos do ensino médio, que eles teriam um maior conhecimento sobre as relações entre Brasil e China, aliado ao fato de que ao entrevistá-los, se teria acesso a informações que lançariam luz sobre as categorias sociais que deteriam responsabilidade na construção de futuras relações entre os dois países. Porém, notemos que havia semelhanças relevantes em relação ao desenvolvimento de ambos os sistemas universitários. Tanto o brasileiro quanto o chinês passaram por um processo de expansão iniciado na década de 1990, tendo o Estado participado ativamente em ambos os casos. Segundo dados do Ministério da Educação da China, no ano de 1998 havia 3,41 milhões de estudantes matriculados na educação superior; em 2008 o número estava em 20,21 milhões, chegando a 29,79 milhões em 2009, o que corresponde a uma taxa bruta de matrículas⁷ de 24,2% (Wang e Liu, 2011). No Brasil, em 1991 havia 1,56 milhão de alunos matriculados, chegando a 4,88 milhões em 2009, uma taxa bruta de matrículas de 36,0% (Morche, 2012).

O terremoto de Sichuan afetou diretamente o cronograma elaborado para o projeto e as restrições orçamentárias do governo chinês significaram que a visita planejada para 2008 só veio a acontecer em maio de 2010. No meio-tempo,

7. Taxa bruta de matrículas é definida pela Unesco como “o total de matrículas em uma determinada série como porcentagem da população que, de acordo com as regras nacionais, deveriam estar matriculados naquela série”.

eles enviaram ao Brasil o relatório em mandarim de um levantamento comparativo Rússia-China conduzido pelo CYCRC; após a tradução, ficamos surpresos não só com a amplitude e a profundidade das questões elaboradas, mas também com o fato de que certas questões, conforme se imaginava, não poderiam ser feitas na China – especialmente assuntos ligados à política.

Em abril de 2010 uma nova delegação da SBS esteve em Pequim, desta vez para a celebração dos trinta anos do Instituto de Sociologia do Cass, onde ocorreu um congresso intitulado *Sociologia dos BRIC: globalização e desenvolvimento social* (Dwyer, 2010). O ex-presidente da SBS, José Vicente Tavares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e o autor visitaram o CYCRC, onde discutiu-se os detalhes do levantamento e a próxima visita da delegação chinesa ao Brasil. No mês seguinte, uma delegação chinesa, liderada por Sun Yunxiao, vice-diretor-geral do CYCRC, visitou São Paulo e Brasília. Devido ao fato de a delegação chinesa ter o visto negado para entrar na Argentina, convidou-se a pesquisadora principal da equipe argentina para o encontro em São Paulo (na USP). Mais tarde, porém, nossos parceiros chineses acabaram desistindo dos planos de trabalhar com a Argentina. Nos encontros em São Paulo e Brasília avançou-se na discussão e definiu-se uma estratégia e um cronograma para conduzir uma *survey* comparada em 2012. Nesta altura, o grupo brasileiro tinha recebido uma sinalização positiva do então presidente do Ipea, Marcio Pochmann, sobre um possível financiamento. A saudosa Carla Coelho de Andrade, pesquisadora da Diretoria de Estudos Políticas e Sociais (Disoc) do Ipea, teve um papel fundamental como intermediária neste processo. Decisões importantes foram tomadas a partir destes dois encontros: definiu-se as regiões em que a *survey* seria conduzida, os números aproximados de universidades em cada região e a necessidade de se elaborar um esboço do questionário.

Em setembro de 2011 os pesquisadores chineses e brasileiros se encontraram na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, na conferência bianual da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Nesta ocasião, a delegação chinesa foi liderada pelo diretor-geral do CYCRC, Xi Jieyang. Uma exposição em formato de mesa-redonda sobre nossos interesses de pesquisa atraiu uma audiência grande e diversa (inclusive uma colega argentina estava presente na mesa). Além disso, tivemos um encontro particular em que os dois grupos de pesquisadores discutiram detalhadamente o questionário, e concordamos com um formato que seria testado previamente em ambos os países. A versão final seria elaborada por meio de trocas de *e-mails*.

Uma segunda delegação da SBS visitou o CYCRC em outubro de 2011, composta pelo autor e a então presidente da SBS, Celi Scalon, da UFRJ. Progrediu-se em relação ao conteúdo do questionário. Esta delegação da SBS estava na China participando de um fórum do Cass organizado em torno do lançamento do

livro *Social stratification in the BRIC countries* (Li *et al.*, 2013),⁸ em mandarim – essa publicação foi consequência de um congresso ocorrido no ano anterior, em Pequim, sobre a sociologia nos países-membros do BRIC.

4 O DESENVOLVIMENTO DO QUESTIONÁRIO

A partir do momento em que decidiu-se fazer uma *survey* centrada na investigação acerca do estilo de vida, valores e horizontes dos jovens, o intercâmbio bilateral intensificou-se. Cada parte elaborou uma série de questões básicas relacionadas a valores, família, trabalho, estudo, lazer, educação e crenças, assim como considerou-se que seria especialmente interessante explorar valores relacionados à ecologia, ao consumo e à globalização.

Nossos principais encontros bilaterais face a face ocorreram em português e mandarim, com tradução consecutiva. Este método de tradução acabou tendo um papel importante na nossa estratégia de comunicação, uma vez que poucos pesquisadores em ambos os países dominam o inglês a ponto de poder empregar aquela língua com segurança em discussões conceituais. Como dito anteriormente, a cooperação na área de ciências naturais é embasada na linguagem científica em que conceitos são amplamente compartilhados e em muitos casos formalizados, enquanto nas ciências sociais os conceitos estão imbricados na cultura, o que requer um conhecimento profundo para permitir um avanço. A tradução consecutiva permitiu que os pesquisadores brasileiros e chineses refletissem e argumentassem como iguais: os colegas chineses examinaram as questões que propomos e nós examinamos as deles. Acabamos por ter discussões interessantes e aprendemos muito. É importante ressaltar que as questões foram formuladas sem restrições. Aquelas que não permitissem uma comparação significativa, eram naturalmente descartadas. Por exemplo, um único grupo étnico na China, os Han, representa 92% do total da população limitando, com isso, a relevância de questões sobre etnicidade ou raça na perspectiva de uma pesquisa comparativa, pois as respostas a estas questões seriam incapazes de gerar resultados estatísticos significantes. Concordamos, desde o princípio, que cada parte poderia incluir questões diferentes em seus próprios questionários, porém nenhuma das partes recorreu a este recurso. Seguiu-se, na maioria dos casos, com perguntas derivadas de outros questionários internacionais. No final do processo, os pesquisadores brasileiros decidiram adicionar um bloco de questões sobre o uso da internet. Embora os colegas chineses achassem que seria possível também incluí-las, no fim ficaram sem tempo hábil.

O questionário brasileiro tem 66 questões, e o chinês tem seis a menos. A maioria delas é de múltipla escolha; outras solicitam que se demonstre reação à

8. A publicação em mandarim tem por título *Jin zhuan guo jia she hui fen ceng: bian qian yu bi jiao*, e foi publicada em Pequim pela Chinese Academy of Social Sciences em 2011.

pergunta em uma escala de dez pontos; e outras ainda que se escolha de um a três itens de uma lista. O questionário foi testado previamente em ambos os países e, conseqüentemente, modificado para se adequar às respectivas realidades. No Brasil, ele é autoaplicável, com duração de vinte a trinta minutos. Um pequeno número de respostas e, em certos casos, parte delas, não foram usadas na análise comparativa, uma vez que se diagnosticou diferenças na tradução de termos importantes, assim como encontrou-se significados diferentes atribuídos a certos termos. Como o leitor poderá conferir, o levantamento é amplo e não se examinou somente as perspectivas em relação ao futuro (horizontes), mas também o que as pessoas fazem (estilo de vida) e o que elas pensam sobre assuntos importantes (valores). Algumas questões são fortemente influenciadas pela *World values survey*,⁹ outras pelo questionário dos estudantes universitários na China e na Rússia, ao qual nos referimos antes, e outras são ainda questões demográficas básicas. Os membros dos grupos de pesquisa nacionais também elaboraram questões.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Em dezembro de 2012, durante um seminário de dois dias em Pequim, analisamos os primeiros resultados da nossa pesquisa comparativa. A delegação brasileira era composta pelo autor, Wivian Weller, Marília Sposito, Ana Maria Nogales Vasconcelos, Eduardo Zen e Marilena Nakano. *Papers* apresentados pelos pesquisadores de cada país resultaram em discussões longas e densas sobre os resultados. Além disso, colegas do CYCRC e da Cycra nos apresentaram um panorama geral dos estudos sobre juventude e jovens chineses. Como nos encontros anteriores, os dois grupos compartilharam refeições e a sociabilidade aconteceu com uma mistura de inglês, gestos e com o auxílio de *softwares* de tradução instalados nos telefones celulares dos colegas chineses. No fim de nosso encontro tivemos um banquete, houve uma cerimônia para troca dos bancos de dados dos levantamentos nacionais, que nos permitiu conduzir a análise comparativa no retorno ao Brasil.

Em outubro de 2013, uma delegação chinesa liderada pelo novo diretor-geral do CYCRC, Jiu Shuguang, visitou o Brasil para um seminário na Unicamp. Nesta ocasião, foram discutidos os problemas levantados pela análise de dados a respeito do outro país e que se refletiram na interpretação dos dados. Certas respostas foram reinterpretadas e decisões importantes tomadas, incluindo o abandono de argumentos construídos em cima de desentendimentos a respeito dos dados. Por exemplo: quando estudantes chineses saem de casa para morar no campus universitário, eles continuam frequentemente se referindo à residência dos pais enquanto “casa”, enquanto os estudantes brasileiros que moram longe da residência dos pais com frequência chamam de “casa” sua nova residência temporária.

9. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>.

Como não poderia deixar de ser, surgiram certas anomalias nos dados e três delas serão brevemente discutidas: *i*) no Brasil, os resultados apresentaram uma proporção grande de estudantes que possuem pais militares; *ii*) na China, os resultados apresentaram uma grande proporção de mulheres e poucos alunos acima do terceiro ano e *iii*) há uma pequena diferença no tamanho de um de nossos bancos de dados.

Uma proporção significativa de estudantes brasileiros declarou ter pai militar (5,6% contra 0,6% de mães). Na população de trabalhadores em geral (incluindo homens e mulheres), o censo de 2010 (IBGE, 2010) mostra que o serviço militar compõe apenas 0,6% da força de trabalho total. Porém, nosso levantamento ocorreu em duas regiões nas quais os militares – incluindo membros das Forças Armadas e aqueles que trabalham na polícia preventiva (militar) – representam proporções superiores em relação à média: na capital Brasília, são 2,3% da população trabalhadora, enquanto em São Paulo esta porcentagem é de 0,3%.¹⁰ Os dados atestam que os pais militares possuem um nível educacional significativamente mais alto que os outros pais – 55,6% iniciaram seus estudos superiores ou mais, contra 46,7% ($p = 0,027$).¹¹ Igualmente, muitas mães destes estudantes iniciaram ou completaram o ensino superior se comparado a outras mães – 54,0% contra 44,5% ($p = 0,017$). Entende-se que o nível de educação dos genitores ajuda a entender uma das razões pelas quais estas famílias foram bem-sucedidas em mandar seus filhos para instituições de ensino superior. É interessante observar que os filhos e as filhas de militares frequentam todos os três tipos de universidades pesquisadas. Nas universidades de tipo A em Brasília, 9,2% dos estudantes relataram que o pai era um militar, enquanto no mesmo tipo de instituição em São Paulo, a porcentagem foi de 1,8%. Na instituição de tipo B de Brasília, os pais de 7,2% eram militares (em São Paulo, 1,5%), e na instituição de tipo C, as porcentagens foram 11,5% e 1,8%, respectivamente. Em outras palavras, a alta representatividade de filhos e de filhas de pais militares se explica, em parte, por causa do alto número de membros do contingente militar em Brasília, assim como pelo nível educacional relativamente mais alto dos pais (e das mães) dos estudantes se comparado ao restante da população universitária.

Na amostra chinesa, há uma porcentagem mais alta de estudantes mulheres (62,5%) se comparado ao restante da população estudantil em geral (49,0%). A coleta de dados no levantamento brasileiro mostrou uma diferença muito menor (57,3% contra 55,5%, respectivamente).¹² Para descobrir se este viés alterou os

10. Os cálculos do censo populacional de 2010 (IBGE, 2010) foram conduzidos por Eugênio Braga do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quem o autor oferta seus sinceros agradecimentos – ver o Comment nº 17.

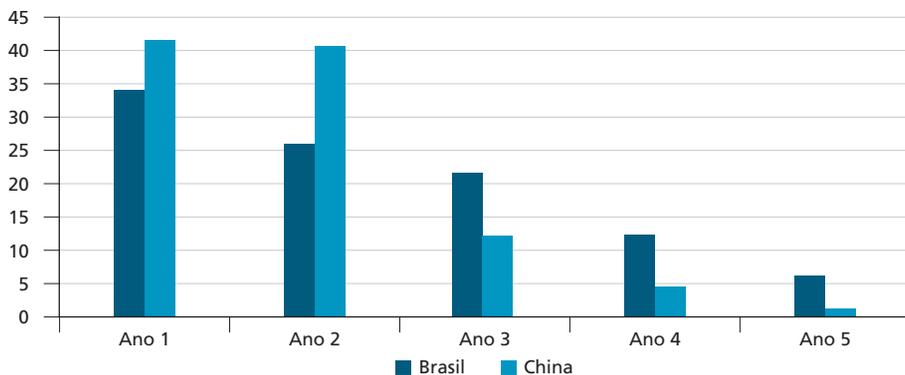
11. O significado estatístico nos capítulos brasileiros é calculado usando o teste chi-quadrado; $p < 0,05$ é considerado um resultado significativo. Vale notar que não faz sentido apresentar a análise de todas as variáveis, especialmente na qual se obteve múltiplas respostas às questões.

12. O censo educacional brasileiro de 2012 apresenta dados que confirmam que as matrículas de homens chegam a 44,5% da população estudantil, e das mulheres a 55,5% (Inep, 2012).

resultados, medimos as amostras, espelhando a proporção de sexo encontrada na população estudantil de cada país. Estes cálculos revelaram que estas distorções são insuficientes para derrubar as análises feitas pelos autores.

Nos dois países, durante a fase de captação, não foi possível garantir um equilíbrio perfeito entre a quantidade de anos e as áreas de estudo dos estudantes, como pode-se observar no gráfico 1. Em ambos os países existe uma maior concentração de respondentes nos primeiros dois anos. No Brasil, a maioria dos estudantes cursavam os 1º e 2º anos (60% do total). Era de se esperar que, caso os ingressos fossem estáveis ano a ano, estes estudantes seriam divididos 20% em cada ano para os cursos de cinco anos, e 25% em cada ano para os cursos de quatro anos. Mas, ao entrar em campo no Brasil, constatou-se que era difícil achar os estudantes matriculados nos anos superiores, pois muitas vezes estes cursavam matérias opcionais em outras partes da universidade, sendo que alguns faziam pesquisa em biblioteca, estagiavam em laboratórios e em clínicas, assim como outros estavam ganhando créditos para seus trabalhos de conclusão de curso, o que resultava em salas de aula vazias. Na China o capítulo de Chen Weidong revela uma distorção ainda maior, embora uma parte desta distorção pareça ser devido à expansão do sistema universitário em que, de um ano para o outro, mais estudantes são admitidos inflando os números nas séries mais novas, ou pode ter havido um aumento na desistência entre os estudantes nos anos superiores. Também há cursos de ensino superior de menos que quatro anos de duração. Oitenta e cinco por cento dos estudantes estavam matriculados nos primeiros dois anos, enquanto o restante estava nos anos superiores. A decisão chinesa de fazer todas as entrevistas no mesmo dia pode, também, ter contribuído para acentuar esta distorção.

GRÁFICO 1
Estudantes por ano do curso universitário
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Elaborou-se testes para verificar se as diferenças entre os estudantes nos dois países em início e em fim de trajeto na universidade poderiam afetar os resultados globais. Comparou-se os estudantes do 1º e 2º anos em cada país com seus colegas mais velhos. Em quase todas as respostas às perguntas não houve diferenças importantes. Existia uma ou outra exceção. Por exemplo, os estudantes mais velhos na China participaram menos em associações do que seus colegas mais jovens. Porém, nada que invalidava as análises gerais. O autor desta introdução pretende elaborar um artigo metodológico sobre estas questões.

O número de questionários validados no Brasil foi de 2.429 e esta série de dados foi utilizada para análises comparativas tanto por pesquisadores brasileiros quanto chineses. No CYCRC, 1.729 questionários chineses foram validados, enquanto no Brasil validou-se apenas 1.708 da amostra chinesa, ou 1,2% a menos em relação à China. Esta diferença se deu por uma decisão de excluir todos os participantes que estavam fora da faixa etária dos 18 a 24 anos, que se definiu inicialmente como sendo “jovens” universitários. O efeito principal desta exclusão é refletido nos capítulos 11 e 12 de autoria chinesa que se referem aos dados e que, portanto, usam porcentagens um pouco diferente das utilizadas nos capítulos brasileiros – no capítulo chinês que compara os dois países, as figuras usadas são provenientes da base de dados menor – aquela reconstruída no Brasil. As diferenças observadas, entretanto, são mínimas e, novamente, não afetam os resultados gerais e as análises.

Há muitas possibilidades de erros em um projeto de pesquisa comparativa grande e complexo como este. O fato de existirem poucos erros é consequência do grande tamanho da amostra, do *design* do questionário, dos esforços dos grupos de pesquisa em ambos os países.

6 OS CAPÍTULOS BRASILEIROS

No decorrer do seminário de 2013, a primeira decisão que tomamos no Brasil foi a de incluir dois capítulos que discutissem o contexto no qual esta pesquisa foi conduzida; ou seja, os capítulos 3 e 4, que analisam o contexto da pesquisa, e não os dados produzidos. Igualmente, decidimos incluir o apêndice A, escrito por Ana Maria Nogales Vasconcelos, explicitando o processo de elaboração da amostra utilizado no Brasil. Também há o apêndice chinês B, assinado pela equipe chinesa, que descreve a construção da amostra na China. Em conversas informais os pesquisadores chineses explicaram que têm suas próprias rotinas, exigências e tradições de pesquisa, compatíveis com sua experiência, o nível de desenvolvimento do país e outros condicionantes. Os problemas práticos de fazer pesquisa na China são muito diferentes dos nossos: lá todos os questionários foram ministrados no mesmo dia, enquanto aqui demoramos meses! Observamos que os questionários chineses não eram numerados e não havia um campo para identificar a instituição, ou seja,

havia duas garantias de anonimato a mais do que no Brasil. Assim, aumenta a confiança na honestidade das respostas. Os pesquisadores chineses destacaram a importância central desta questão, até então ignorada pelos seus pares brasileiros. Notamos também a baixíssima taxa de recusa em preencher os questionários na China.

Convidamos Clarissa Eckert Baeta Neves e Carlos Benedito Martins para escrever o capítulo 3, intitulado *Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente*, que apresenta uma visão geral do sistema de educação superior brasileiro, assim contextualizando nossas seis universidades brasileiras. Tal capítulo examina as transformações que ocorreram na última década e meia. As mudanças estão inseridas em uma perspectiva histórica e, com isso, os autores tratam do sistema de educação superior considerando sua organização e seu sistema de financiamento. O sistema passou por uma rápida expansão nos últimos anos, graças, sobretudo, à expansão do sistema particular, em vez de crescer por meio das instituições públicas. Os autores também examinam o desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação. Antes de discutir os desafios do sistema, eles fazem considerações relacionadas à internacionalização do sistema.

Ana Maria Nogales Vasconcelos está envolvida no projeto deste 2009. Ela escreveu o capítulo 4, intitulado *Juventude e ensino superior no Brasil*, o qual é descritivo e examina aspectos demográficos da relação entre juventude e educação superior no Brasil. Tal capítulo apresenta o crescimento da educação superior no contexto da mudança demográfica em curso no Brasil desde 1950, relacionando tanto o fator idade quanto a relação rural-urbana. O país encontra-se atualmente em um período de transição demográfica, que se manterá pelas próximas duas décadas. Neste contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC) estabeleceu metas para inclusão de uma maior porcentagem de jovens na educação superior, ao mesmo tempo em que busca reverter importantes desigualdades históricas no acesso à educação superior baseadas em classe, raça e na divisão rural-urbana. O sistema é dividido em três camadas, que correspondem às categorias A, B e C adotadas na nossa pesquisa, sendo as instituições C as que possuem um maior número de estudantes que trabalham e estudam ao mesmo tempo, a maioria dos quais trabalham de dia e estudam à noite. Um ponto intrigante no sistema é que os homens não estão tendo bons resultados no ensino médio e estão encontrando dificuldade em adquirir qualificações superiores, ao mesmo tempo em que as mulheres estão avançando consideravelmente e ocupando espaços cada vez maiores no sistema.

O capítulo 5 – *Universitários em tempos de pós-industrialismo e globalização: contribuições para o diálogo sino-brasileiro* –, de autoria de Tom Dwyer, examina os dados do levantamento e busca abordar a questão do que eles significam do ponto de vista do objetivo do estreitamento da relação entre o Brasil e a China.

Estes dados são inseridos em um contexto histórico e no contexto do “choque das civilizações” de Huntington (1996), com o objetivo de contribuir para examinar o aporte desta pesquisa, objetivando evitar o anunciado choque. A centralidade da família – um valor comum em ambos os países – é reiterada. As forças gêmeas do pós-industrialismo e da globalização são examinadas. Na sua busca de notícias sobre o local em que se vive e sobre o mundo, os estudantes buscam informações oriundas de múltiplas fontes, e discutem a respeito com a família e amigos, ou seja, as mesmas práticas são comuns nos dois países. Os dados indicam que um ponto em comum entre os jovens de ambos países é o fato de estes estarem preparados para fazer sacrifícios em nome da preservação ambiental. Neste momento o intercâmbio internacional de estudantes, que é um valor importante das administrações universitárias do mundo globalizado, não parece encontrar terreno fértil para se desenvolver entre estudantes brasileiros e chineses. Por fim, o receio do futuro é um ponto em comum entre estudantes de ambos os países e, como tal, levanta aspectos importantes sobre o futuro do trabalho e da empregabilidade em um mundo pós-industrial e globalizado.

Wivian Weller está pessoalmente envolvida no projeto desde 2006. Sua coautora no capítulo 6 – *Origem familiar, percursos acadêmicos e projetos de estudantes universitários brasileiros e chineses* – é Lucélia de Moraes Braga Bassalo e, como fruto do encontro em 2013 na Unicamp, Chen Weidong foi convidado para cooperar com a redação do capítulo, que demonstra as conexões entre a origem social dos estudantes, calculada pelo nível de educação e a ocupação dos pais, e também examina as motivações pela escolha dos cursos, as perspectivas e os desejos de mudanças em ambos os países. A análise é inovadora, pois lança luz a questões pouco examinadas no Brasil, ao mesmo tempo em que as trata de forma comparativa. Em ambos os países, a importância da mobilidade educacional e das desigualdades sociais são identificadas. Consequentemente, os horizontes dos estudantes – o que eles gostariam de fazer após o término da graduação – são examinados não apenas quanto às diferenças encontradas entre o Brasil e a China, mas também em termos de diferenças entre os sexos. A busca por estabilidade e emprego revelam-se importantes, assim como o desejo de continuar a estudar.

Eduardo Zen integra o projeto desde 2011 e o capítulo 7 – *Jovens universitários e o trabalho: uma visão comparada entre Brasil e China* –, escrito por ele, explora o levantamento de dados relacionados aos estudantes universitários e a relação destes com o mercado de trabalho. Os dados são inseridos em um contexto comparativo. Ele examina o tempo gasto com trabalho nos dois países. O tempo que os estudantes que trabalham gastam com seus afazeres acadêmicos é examinado por este autor e, em seguida, ele analisa os dados por sexo. Embora uma quantidade significativa de estudantes chineses também trabalhe, eles gastam menos tempo no trabalho do que os brasileiros, e gastam mais tempo com seus estudos. O autor examina a

motivação principal que leva os estudantes a trabalhar, ou a buscar trabalho, assim como examina as explicações dadas por aqueles que não estão trabalhando ou buscando trabalho. Eduardo Zen sugere que analistas políticos devem pesquisar a relação entre trabalho e estudo para propor iniciativas que possam reduzir a busca por trabalho, ou medidas que possam garantir um balanço melhor entre estudo e trabalho. Os horizontes dos estudantes após a graduação são examinados, se mostrando similar nos dois países, sendo que a principal opção é a de continuar os estudos e, em segundo lugar, a de conseguir um trabalho estável no setor público.

Marília Sposito e Marilena Nakano trabalham juntas no mesmo grupo de pesquisa e estão envolvidas no projeto desde as discussões iniciais em 2006. Uma consequência do encontro em 2013 na Unicamp foi o convite que elas fizeram para que Chen Chen participasse na coautoria do capítulo 9, intitulado *Sociabilidade, percepções e valores: uma comparação entre jovens universitários brasileiros e chineses*, que examina padrões de sociabilidade, percepções e valores em perspectiva comparada. As três autoras fazem uso extenso dos dados coletados no levantamento, e descobrem semelhanças notáveis entre as duas populações, sendo algumas destas resultados da operação de forças como pós-industrialismo e globalização. Entretanto, elas descobriram diferenças profundas, como a participação em associações e grupos, práticas religiosas e avaliação das instituições; diferenças que refletem identidades e culturas distintas. A família aparece como uma instituição muito importante nos dois países; diferenças de sexo são avaliadas comparativamente, e as mulheres sofrem desvantagens relativas aos homens nos dois países. As autoras lidam com o impacto de desigualdades persistentes, que vem a ser um dos tópicos de maior importância surgido da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada capítulo, escrito com base na análise dos dados da *survey*, possibilitou descobertas capazes de estabelecer um diálogo significativo sobre políticas públicas. Este diálogo tem o potencial de contribuir positivamente para o desenvolvimento das relações entre Brasil e China. Autores brasileiros e chineses exploraram um número limitado de questões e, ao mesmo tempo, discutiram sobre pontos que já fazem parte de nossa agenda de pesquisa, e outros que são significativos para a cooperação internacional. Os autores trabalharam, como esperado, dentro dos limites de suas tradições científicas, e em função de suas percepções teóricas e possibilidades políticas. O estilo das análises e as abordagens teóricas adotadas variam muito entre nossos países, assim como os fenômenos sociais que cercam a juventude. É fácil perceber que os colegas chineses são muito mais cautelosos nas suas análises quando escrevem capítulos do próprio punho, do que os autores brasileiros. Muitas questões interessantes foram deixadas de lado, mas elas certamente serão retomadas no futuro.

Para Barros e Giambiagi (2008), a questão que irá dominar o futuro próximo é a de como desenvolver a economia brasileira de “modo a que o Brasil de 2020 guarde poucas semelhanças do ponto de vista econômico e social, com a economia e o país do começo da década”. Ao se olhar para os países do BRICS, tem-se a sensação de que cada um deles já redefiniu seus próprios interesses estratégicos. Porém, parece que no Brasil ainda falta redefinir os interesses. Como sabemos,

a sociedade do futuro será a sociedade da inovação e do conhecimento, e que, portanto, a modernização da escola profissional e a reformulação da universidade são fundamentais para o desenvolvimento do país (...). Não teremos acaso a capacidade de convergir no objetivo de reestruturar as instituições educacionais brasileiras, dando-lhes condições para cumprir seu papel no prazo, digamos, de vinte anos? (Cardoso, 2006, p. 681).

No que diz respeito à China, temos que definir o que queremos desta relação, e de fato temos que construir formas de lidar com todos nossos importantes parceiros utilizando o conhecimento e os meios de comunicação consagrados. O caminho a se seguir tem por base o desenvolvimento de competências linguísticas, inovação, compreensão e, certamente, a formação de negociadores com amplo conhecimento das culturas que estão lidando na esfera comercial, diplomática e cultural. Na avaliação de Fernando Henrique Cardoso,

dá para jogar com os chineses, mas se somente eles tiveram objetivos estratégicos e souberam o que buscam, com este jogo pouco ganharemos. Ainda não vejo qual é a posição brasileira nesse tabuleiro. Alguns, tanto por motivos políticos como econômico-comerciais, temem a China. Outros a idealizam e veem vantagens para nós em tudo. É provável que estejam certos, à condição de definirmos, como os chineses fazem, o que queremos. No curto prazo, é inegável que a voracidade chinesa por alimentos e matérias-primas está proporcionando um impulso considerável à nossa balança comercial. No médio prazo depende de nossa capacidade de formular e implementar os propósitos que definirmos (Cardoso, 2006, p. 653).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A. G. Negócios da China: as três dimensões da parceria estratégica Brasil-China. *In*: FERREIRA, L. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (Orgs.). **China e Brasil: desafios e oportunidades**. Campinas; São Paulo: Unicamp; Annablume, 2013. p. 67-90.
- BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.) **Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- CARDOSO, F. H. **A arte da política: a história que eu vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Um mundo surpreendente. *In*: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 3-62.

DWYER, T. Comparing the incomparable? Chinese and Brazilian youth studies as seen by international sociology. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ASIAN YOUTH ISSUES, 7., Macau, 2005. **Annals...** Macau: DSEJ, 2005.

_____. **Communication, development and interaction in the BRICs: sociological reflections**. Paper apresentado no 30th Anniversary Celebrations do Institute of Sociology da Chinese Academy of Social Sciences. Pequim: Cass, 2010.

HUNTINGTON, S. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/D1QjF7>>.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. **Censo da educação superior 2012**. [s.l.]: Inep; MEC; Censup, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/EcNGNm>>.

LEITE, J. R. T. **A China no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

LI, P. *et al.* (Eds). **Handbook of social stratification in the BRIC countries**. Singapore: World Scientific Publishing, 2013.

MERLE, A. De la reconstruction de la discipline à l'interrogation sur la transition: la sociologie chinoise à l'épreuve du temps. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 122, p. 31-52, Jan.-Juin 2007.

MORCHE, B. Inclusión y exclusión en el sistema educativo: la expansión de la educación superior en Brasil, India y China. **Revista Mad**, Chile, n. 27, p. 44-52, Sept. 2012.

OLIVEIRA, A. P. Reinventar Brasil para o pós-China. *In*: FERREIRA, L. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. **China e Brasil: desafios e oportunidades**. Campinas: São Paulo: Unicamp; Annablume, 2013. p. 41-65.

WANG, X.; LIU, J. China's higher education expansion and the task of economic revitalization. **High Education**, v. 62, p. 213-229, 2011.

INTRODUÇÃO CHINESA¹

Guo Kaiyuan²

1 A CONTEXTUALIZAÇÃO E O PROCESSO DA COOPERAÇÃO

No mundo contemporâneo, a China e o Brasil são dois gigantes em desenvolvimento e ambos fazem parte do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Além disso, as duas nações compartilham uma ampla cooperação nas relações econômico-comerciais. Para promover a cooperação acadêmica entre o Brasil e a China e fortalecer o mútuo entendimento de suas respectivas juventudes, o Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC), a Associação de Pesquisa de Juventude e Infância da China (Cycra), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e o Ipea desenvolveram, conjuntamente, o projeto *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*.

Em 2005 o CYCRC iniciou seus contatos e relacionamento com a SBS, explorando a possibilidade de desenvolverem um estudo comparativo. Em maio de 2006, a delegação do CYCRC visitou o Brasil e a Argentina, quando discutiram intenções de cooperação em reuniões organizadas na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em Brasília, e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, São Paulo. Em 2008, o professor Tom Dwyer – durante seu mandato como presidente da SBS – visitou o CYCRC com intenção de estabelecer um relacionamento de cooperação estável e em longo prazo, além de mostrar seu interesse em desenvolver pesquisa conjunta entre as duas instituições.

Em maio de 2010, a delegação do CYCRC, liderada pelo vice-diretor Sun Yunxiao, realizou mais uma visita ao Brasil. A comitiva encontrou com os representantes da SBS, da Universidade de São Paulo (USP), da Unicamp, da Universidade de Brasília (UnB), do Ipea, da SNJ e da Universidade de Buenos Aires (UBA).

Especialmente no encontro com o Ipea, a discussão abordou a pesquisa em conjunto entre a China, o Brasil e a Argentina. Os representantes articularam detalhadamente a implementação do questionário e sua metodologia de amostragem aleatória. Inicialmente, os três países envolvidos concordaram que o objeto

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução desta introdução.

2. Doutor em direito pela Universidade de Ciência Política e Direito. Diretor do Instituto de Pesquisa de Direito da Juventude e Infância da China do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC) e pesquisador-associado do CYCRC.

de estudo seria seus respectivos estudantes universitários. Além disso, os três países selecionariam, respectivamente, três universidades de alto, médio e baixo prestígio em suas capitais, em uma cidade desenvolvida e uma mediana. Entre as universidades seriam selecionados, aleatoriamente, duzentos estudantes, dos quais cem na área de humanas e cem na de exatas. A amostragem aleatória deveria atentar quanto à representatividade da região escolhida pelo país.

Assim, China, Brasil e Argentina firmaram a intenção de cooperação e planejaram o cronograma de atividades. Posteriormente, a Argentina vetou o visto da delegação chinesa, não tendo a possibilidade de continuar a cooperação. Como consequência desse rompimento, o acordo foi reajustado conforme os entendimentos entre a China e o Brasil.

Em setembro de 2011, a delegação do CYCRC, liderada pelo diretor Xi Jieying visitou Brasil e discutiu, novamente, as questões concernentes à aplicação do questionário. Ficou determinado que os universitários de graduação que participariam da pesquisa deveriam estar enquadrados na faixa etária de 18 a 24 anos. No Brasil, foi tomada a decisão de selecionar três universidades de níveis diferentes nas regiões de Brasília e São Paulo; já na China, Pequim e Shanghai foram selecionadas. Posteriormente, a delegação focou a discussão em relação ao conteúdo do questionário. Os temas incluídos foram valores dos universitários chineses e brasileiros, seus respectivos modos de vida, suas aspirações, a impressão mútua que eles possuem, entre outros. Os especialistas do CYCRC, junto aos especialistas brasileiros, fizeram as devidas alterações nas questões que não são aplicáveis à China, ou aumentando ou diminuindo as opções das perguntas. E, assim, entraram em acordo, aperfeiçoando a qualidade do questionário. Nesta ocasião, também definiram novamente o cronograma de aplicação da pesquisa, levando em consideração a realidade dos dois países, a formação da equipe e a forma de custeio.

A partir de março de 2012, as equipes de pesquisa chinesas e brasileiras ingressaram formalmente na fase de concretização do projeto. Na segunda quinzena de dezembro de 2012, uma reunião foi convocada em Pequim para comunicar os países mutuamente sobre os dados levantados, além de se discutir os resultados. No ato do encontro, ficou acordada a publicação das conclusões almejadas em português e em mandarim.

2 O CONTEÚDO DO QUESTIONÁRIO

Para melhor concretizar a proposta de realizar uma pesquisa comparativa entre Brasil e China, a estrutura e as perguntas do questionário firmado são praticamente idênticas. A única diferença consiste no número de perguntas elaboradas: enquanto o questionário chinês possui sessenta questões, o do Brasil tem seis a mais. O instrumento foi sujeito a um pré-teste em ambos os países e ajustado

considerando as diferenças culturais. Segundo a cronometragem, cada estudante dedicou aproximadamente trinta minutos para responder às questões.

O questionário abrange dez blocos diferentes. O primeiro é destinado às informações básicas, contendo cinco perguntas ao total, relacionadas ao sexo, à idade, à moradia e ao estado civil. O segundo envolve informações sobre os pais dos universitários, contendo seis questões relacionadas principalmente à profissão e ao nível educacional. O terceiro é relacionado à vida universitária e possui doze perguntas voltadas à escolha do curso, à intenção de troca de curso, ao interesse em fazer intercâmbio, ao tempo de estudo curricular e extracurricular e ao planejamento pós-graduação. O quarto é sobre a cultura e a vida social, incluindo nove questões destinadas a descobrir o padrão e a quantidade de amizades, as visões positivas e negativas dos valores sociais vigentes, os elementos principais que afligem os jovens, os valores individuais e a percepção dos valores da juventude. O quinto bloco tem como temas tempo livre e lazer, com sete questões cujo conteúdo é acerca do tipo e do tempo da participação em comunidades, do tempo gasto com lazer, das atividades realizadas nos fins de semana e feriados e do acesso à internet. O sexto é destinado às questões de religião. Considerando as diferenças cultural e administrativa dos países, as opções abordadas são flexíveis para adequarem-se à realidade local. O questionário chinês aborda essencialmente se o pesquisado possui religião ou crença e seu conteúdo. O sétimo é sobre o trabalho, com sete perguntas acerca do emprego atual e do futuro, se o inquirido trabalhou uma semana antecedente à aplicação do questionário, o tempo e o tipo do trabalho, a relação entre o estudo e o emprego, a escolha da profissão e a perspectiva quanto ao futuro emprego. O oitavo é referente à participação e à esfera pública. São seis questões voltadas à confiança nos órgãos públicos e em outras instituições, à opinião do universitário em relação à participação dos jovens, à realidade da participação nas comunidades, à postura adotada para a participação política e às razões de desinteresse pela política. O nono é direcionado aos problemas ambientais, principalmente sobre a atitude e as ações da preservação do meio ambiente e a relação entre consumo e proteção ambiental. Por fim, o décimo trata da relação cultural entre Brasil e China, com duas perguntas voltadas à opinião que os universitários de cada país possuem uns dos outros.

A partir do conteúdo abordado no questionário, o levantamento em questão é amplo e com as perguntas concentradas. Após experimento, o instrumento possui alto nível de confiabilidade e eficiência, capaz de refletir acerca da realidade atual dos universitários chineses.

3 A INVESTIGAÇÃO DO TEMA E A ANÁLISE DOS DADOS

O Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros foi desenvolvido em parceria com a Divisão de Assuntos Internacionais do CYCRC, o Instituto de Pesquisa de Direito da Juventude e Infância da China e o Instituto da Liga da Juventude Comunista da China, cujo coordenador responsável é Chen Weidong, também pesquisador-associado no Instituto de Pesquisa de Direito da Juventude e Infância da China.

Conforme o acordo estabelecido, a equipe chinesa selecionou seis universidades nas cidades de Pequim e Shanghai para aplicar o questionário, para um total de 1,8 mil estudantes universitários, obtendo-se 1,7 mil respostas. Em seguida, criou-se um banco de dados com as respostas, e posteriormente realizou-se a análise estatística.

Em relação aos problemas encontrados nos dados levantados, o coordenador Chen Weidong proferiu as explicações a seguir listadas.

- 1) Razão do desequilíbrio na proporção homem-mulher: ao programar a pesquisa, planejou-se realizá-la em três universidades diferentes localizadas nas cidades de Pequim e Shanghai. O requisito utilizado para a proporção homem-mulher foi o de 150 homens e 150 mulheres em cada faculdade e instituto. No entanto, entre as universidades que aceitaram a pesquisa, os cursos na área de humanas ultrapassaram o esperado. Na China, as mulheres constituem maioria em relação aos homens nas universidades voltadas para humanas. Sendo assim, é natural que na amostra chinesa a quantidade de mulheres seja maior. As universidades pesquisadas foram: em Pequim – Universidade de Pequim (universidade multidisciplinar), Universidade Florestal de Pequim (destaca-se a área de exatas) e Faculdade de Política e Direito de Pequim (humanas); e em Shanghai – Universidade Fudan (universidade multidisciplinar), Universidade Normal de Shanghai (destaca-se a área de humanas) e Faculdade de Formação de Quadros Administrativos em Assuntos Relacionados à Juventude de Shanghai (humanas).
- 2) Razão pela qual o número dos universitários dos primeiros anos é maior: nas universidades que concordaram em aplicar a pesquisa, a porcentagem dos universitários do primeiro e segundo anos era maior. Considerando os estudantes presentes no *campus* a serem selecionados aleatoriamente, é natural que o número dos alunos ingressantes seja maior.³

3. Nota da edição brasileira: o sistema educacional chinês visa priorizar a qualidade do ensino, sendo estruturado de modo inovador e parecido com o sistema ocidental – embora a rápida expansão do sistema (tanto no Brasil quanto na China) chegasse a ameaçar a sua própria qualidade em certos momentos e áreas. Na China o número de cursos universitários de curta duração – dois ou três anos – cresceu muito nos últimos tempos. A rápida expansão de qualquer uma dessas instituições pesquisadas no ano da pesquisa ou no ano anterior também levaria a amostra a ter uma concentração de alunos matriculados nos anos iniciais do curso.

- 3) Breve explicação quanto à classificação dos tipos de universidade: as universidades chinesas são classificadas como universidades nacionais de excelência de caráter multidisciplinar; universidades nacionais regulares de caráter multidisciplinar; e universidades locais, sendo uma em cada cidade pesquisada. Cada tipo de universidade possui padrão de seleção, público-alvo e abrangência diferentes: as universidades nacionais de excelência requerem a pontuação mais alta para aprovação, recrutando alunos de todas as áreas no território nacional; as universidades nacionais regulares requerem pontuação menor que a das universidades de excelência, recrutando alunos de todas as áreas no território nacional; e, por fim, as universidades locais requerem baixa pontuação, recrutando alunos de todas as áreas, somente para aqueles residentes no local da universidade.

Em suma, de acordo com as estimativas da equipe, os problemas apontados acima não interferiram na qualidade dos dados coletados, tampouco nas análises dos atuais valores dos universitários e suas tendências.

4 OS CAPÍTULOS ELABORADOS POR PESQUISADORES CHINESES

Em 2012, China e Brasil manifestaram unanimemente o interesse em publicar os resultados obtidos da pesquisa desenvolvida por ambas as partes. A equipe do CYCRC convidou especialistas externos nas áreas de sua competência e foram elaborados seis capítulos, todos entregues em dezembro de 2013, conforme prazo concordado.

- 1) Gao Yingshuang é autor do capítulo 1, intitulado *Situação atual e tendência de desenvolvimento do sistema de educação superior da China*, no qual trata as reformas educacionais do ensino superior do país desde 1998. O autor explanou com clareza o sistema do ensino superior chinês, sua gestão interna e a garantia da sua qualidade educacional. Além disso, analisou a tendência do desenvolvimento da educação superior da China, resumindo-o em três palavras: qualidade, eficiência e igualdade.
- 2) Yang Jianglan e Wang Jie escreveram o capítulo 2 – *Análise da dinâmica demográfica da China* –, em que analisam a estrutura, a distribuição e as características da população chinesa, a partir dos dados demográficos publicados pela Agência Nacional de Estatística.
- 3) Guo Kaiyuan, Yang Shoujian, Chen Chen e Wang Peng são autores do capítulo 8, intitulado *Valores de universitários chineses e brasileiros contemporâneos*, no qual partiram da comparação entre os dados coletados na China e no Brasil e analisaram as semelhanças e as diferenças dos valores dos universitários pesquisados. Por exemplo, em relação à estrutura da família, a maioria dos universitários de ambas as nações residem em família cuja estrutura é completa, no entanto o número de

brasileiros que moram com pais solteiros é muito maior que o de chineses. Por outro lado, os chineses que residem com os amigos são relativamente mais numerosos do que os brasileiros. Em relação aos estudos e ao planejamento após a graduação, o levantamento mostrou que os chineses são mais estudiosos que os brasileiros, tendo um número superior de horas de aulas e estudos fora da sala de aula, assim como também mostrou que tanto os universitários brasileiros quanto os chineses manifestaram o interesse em continuar os estudos após a formação. No entanto, o índice de troca de curso por parte dos brasileiros é bem maior. Em relação ao lazer e ao tempo livre, a maioria dos universitários participa ou participou, no passado, das atividades, porém há diferenças visíveis. Por fim, ao se tratar da postura política, tanto universitários chineses quanto brasileiros consideram-se observadores da política, mas não participantes.

- 4) Wang Peng, autor do capítulo 10 – *A orientação de valores dos universitários chineses contemporâneos e suas mudanças* –, organizou o desenvolvimento histórico dos valores em quatro fases. A partir da pesquisa, analisou as características da orientação dos valores dos chineses e também apontou elementos que influenciam esta orientação, a saber: economia do mercado, tendência diversificada de pensamentos e reformas educacionais. Com base nesse apontamento, o autor sugeriu contramedidas para conduzir pedagogicamente a orientação dos valores dos universitários chineses.
- 5) Jiu Shuguang e Guo Kaiyuan escreveram o capítulo 11 – *Quadro da participação dos universitários chineses na política e seu aperfeiçoamento* –, no qual analisam o significado e o contexto social da participação política dos universitários chineses, além de seus meios de participação, postura, princípios, tendências e medidas para estimular maior participação.
- 6) Chen Weidong é autor do capítulo 12, intitulado *Valores, origens sociais, estilos de vida e horizontes dos universitários chineses*, em que analisa os atuais valores dos universitários chineses, incluindo: ambiente familiar e de amigos, vida universitária e planejamento após a formação, experiência no trabalho e expectativa profissional, tempo livre e de lazer, atividades sociais e a participação dos universitários nestas, valores que orientam os jovens chineses, a consciência e a participação política.

O livro, publicado em mandarim e em português, demonstra o resultado da cooperação China-Brasil. A pesquisa deste livro e sua publicação promoverá a compreensão mútua entre os países, certificando próximas colaborações.

SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CHINA¹

Gao Yingshuang²

Transformar a China, um país imenso e o mais populoso do mundo, em uma nação forte em recursos humanos constitui um problema estratégico não só do Estado, mas uma questão que exige atenção, também, da academia e da comunidade em geral.

De 1977, ano da reimplantação do vestibular, até o final do século XX, o ensino superior na China funcionou sob a gestão centralizada do Estado e caracterizou-se por contemplar, principalmente, pessoas oriundas da elite do país. Após esse período, em decorrência do amplo processo de reformas e de abertura pelos quais passou o país e das possibilidades abertas pelo desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação, a admissão de estudantes nas instituições de ensino ampliou-se de forma significativa e a estrutura da educação superior, como um todo, sofreu profundas modificações.

Mas não apenas isso. As reformas na educação superior, que objetivaram garantir um número crescente de pessoas matriculadas nas universidades de excelência do país, encontrar bons empregos e, conseqüentemente, viver melhor, fizeram mudar, também, as necessidades dos indivíduos relacionadas à educação.

Para garantir a execução das reformas e o esperado desenvolvimento do país, o governo chinês passou a adotar estratégias de âmbito nacional que consideram, a um só tempo, a realidade e as condições existentes no país, bem como as experiências de outras nações. No que concerne ao processo de popularização da educação superior, a China optou por um caminho de desenvolvimento baseado em qualificações e vem criando, paulatinamente, um sistema que, ao mesmo tempo, satisfaça as necessidades dos indivíduos e se adequa ao projeto de crescimento social do país.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. PhD em educação pela Universidade Normal da China Oriental. Pesquisador assistente na Divisão de Planejamento e Avaliação da Universidade de Estudos Políticos da Juventude da China.

1 REFORMAS: CRIAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA ADMINISTRATIVO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MAIS FOCADO NO UNIVERSITÁRIO

A desejada popularização da educação superior na China foi construída dentro de um processo contínuo de descentralização administrativa e de ajustes iniciados em 1998. Nesse processo, o governo chinês ampliou o recrutamento de estudantes, fundiu universidades e implantou a cobrança de anuidades. Essa radical reforma da educação superior estabeleceu uma base firme tanto para o desenvolvimento socioeconômico do país quanto para a construção do próprio ensino superior na China.

1.1 Gestão bidimensional: parceria entre o governo central e o da província, um sistema administrativo que prioriza a gestão local

No fim do século XX, conforme se reformava a estrutura política do país e se ajustavam os órgãos do Conselho do Estado, o país reajustou, fundiu e descentralizou uma série de instituições de educação superior que eram então administradas por diferentes setores e departamentos do governo central e das províncias. A situação de “compartimentalização” dessas instituições foi alterada, formando-se o atual sistema administrativo bidimensional, isto é, uma parceria entre o governo central e o de cada província, que tem a preferência na gestão das instituições.

As mudanças do sistema administrativo das instituições produziram rupturas relevantes e geraram um grande avanço na educação superior do país. Em 1998, nove departamentos do Ministério da Indústria e Mecânica foram fechados e fundidos bem como realizaram-se ajustes nas relações de subordinação de suas 91 Instituições de Educação Superior Regulares (IESRs) e 72 Instituições de Educação Superior para os Adultos (Iesas).³

No primeiro semestre de 1999, ajustou-se o sistema administrativo das 25 IESRs e 34 Iesas subordinadas às cinco áreas da corporação militar: armas pesadas, aviação, aeroespacial, construção naval e indústria nuclear.

Já na primeira metade de 2000, ajustou-se o sistema administrativo de 161 IESRs e 97 Iesas, subordinadas aos 49 departamentos do Ministério das Ferrovias do Conselho do Estado.

Após os ajustes, as 367 IESRs subordinadas aos 62 ministérios reduziram-se a aproximadamente 120 Instituições de Educação Superior (IES) subordinadas a dez ministérios. Dessas 120, 71 pertencem diretamente ao Ministério da Educação e cerca de cinquenta, a outros ministérios. Além dessas, a China conta ainda com outras 896 IESRs, que são subordinadas à administração local ou a têm como

3. Nota da tradutora: refere-se às instituições, geralmente noturnas, ou à distância, destinadas às pessoas com defasagem escolar e que já trabalham.

administradora principal (Ma, 2013). Os ajustes movimentaram, ainda, o ativismo em defesa do desenvolvimento local da educação superior, que avançou de maneira relativamente significativa.

Atualmente, mais de 95% das IESRs são locais. Dentre elas, mais de cem são institutos e faculdades de graduação e cerca de quatrocentas são colégios técnicos profissionalizantes, patrocinados e sustentados financeiramente pelos governos municipais. Essas IES locais recebem um fluxo grande de pessoas que estão em idade de cursar a universidade, com isso, são participantes da crescente popularização do ensino superior. Formou-se, desse modo, um sistema administrativo de educação superior que atende tanto às condições do governo da China quanto ao padrão mundial de desenvolvimento da educação superior.

Para aprofundar as reformas do sistema administrativo, sobretudo em função das novas necessidades resultantes das transformações do país em direção à economia de mercado, o governo tem ampliado gradativamente o processo de descentralização, exigindo o cumprimento de um percurso educacional que corresponde ao próprio padrão estabelecido. Observa-se ainda que essas mudanças são percebidas também nos documentos da política nacional, na legislação e nas normas decretadas nos últimos trinta anos.

Em outubro de 2012, o Ministério da Educação editou o Índice dos Cursos de Graduação das IESRs e o Regulamento Administrativo para a Implementação de Cursos de Graduação nas IESRs, ambos formados com base na revisão da versão de 1998 do índice. Comparado ao de 1998, o ponto marcante em 2012 é a ampliação da autonomia local na implementação dos cursos de graduação nas IES, estabelecida sob fiscalização e controle do governo central, além do incentivo à organização interna das IES em conformidade com a legislação.

A edição do novo índice repercutiu na descentralização dos departamentos do governo responsáveis pela educação, em respeito à vontade do Estado de se atingir um novo padrão de desenvolvimento da educação. Influenciou também na construção de uma base para a autonomia de organização educacional das IES e no incentivo crescente à concorrência entre elas.

1.2 Coexistência dos ensinamentos superior de elite e popular e dos sistemas público e privado

Desde o estabelecimento da Nova China, em 1949, o país tem seguido dois caminhos de desenvolvimento para a educação superior. Por um lado, vem aperfeiçoando gradualmente as categorias dos cursos das IES de acordo com suas necessidades econômicas e sociais, por meio da criação de universidades multidisciplinares e escolas politécnicas, além de institutos e faculdades de licenciatura em agricultura e silvicultura, recursos hídricos e energia elétrica, medicina e farmácia, línguas,

economia e finanças, educação física e artes, por exemplo. Por outro lado, vem adotando uma organização educacional estratificada em níveis acadêmicos e um modelo de criação de excelência, implementado em universidades de alta qualidade tanto do Projeto 211 quanto do Projeto 985; em IES diretamente subordinadas aos ministérios centrais, tais como a Universidade Tsinghua e a de Pequim; em IES autorizadas a conceder título de doutorado e mestrado; em IESR de graduação; em colégios técnicos profissionalizantes, entre outros.

Em abril de 2012, o país lançou o projeto Planejamento 2011, que visava acelerar a construção de universidades de alta qualidade, além de fomentar a proliferação e a distinção das instituições superiores. Este projeto previa também um caminho de desenvolvimento voltado à diferenciação profissional, aos serviços, à aplicação e à inovação tecnológica.

Embora o sistema de educação superior do país seja majoritariamente público, após a promulgação da Norma de Incentivo à Implementação das IES particulares, em agosto de 1993, o número de instituições particulares aumentou de maneira significativa. Conforme estatísticas do Ministério da Educação, de 1997 a 2002 (China, 1993; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002), as IESR particulares aumentaram de vinte para 131; em 2010, para 676; e chegaram a 698 em 2011. Esse crescimento fez das instituições particulares um complemento importante ao ensino superior público. Juntas, instituições públicas e privadas compõem um quadro de coexistência na educação superior de elite e na popular.

1.3 Política prioritária de admissão por meio de exame nacional e recrutamento particular complementar

Como já foi dito, desde o início das reformas e da abertura, a China voltou a adotar o exame nacional de acesso à educação superior (*gaokao*) como mecanismo preferencial de admissão. Considerado relativamente justo, imparcial e objetivo, o *gaokao* possui, contudo, limitações que têm sido compensadas pelo governo chinês por meio de reformas-piloto, ampliando, dessa forma, a autonomia das IES no recrutamento de estudantes.

Nas universidades de excelência, os candidatos que participam do recrutamento precisam ainda passar pelo exame, e quando aprovados, têm direito a vinte pontos ou a outros benefícios na nota final da sua prova.

Nas universidades de Fudan e Shanghai Jiao Tong, especificamente, os estudantes recrutados também precisam passar pelo *gaokao*. Contudo, como são estudantes pré-aprovados, a nota de seu exame tem um caráter apenas consultivo e de referência. Após serem pré-aprovados e assinarem contrato com uma das

universidades aprovadas para operar essa forma de recrutamento, os candidatos são automaticamente considerados desistentes das vagas de outras IES.

Por fim, nas IES de ensino profissionalizante como as de Beijing, Shanghai e Hebei, os candidatos aprovados nos exames de seleção próprios de cada instituição não precisam fazer o *gaokao*.

Além das instituições contempladas pelos três projetos de reforma-piloto mencionados, outras 68 IESRs realizaram o recrutamento próprio em 2008 e 76 IESR, em 2010. A análise do total de admissões de estudantes nas universidades de Zhejiang, de Pequim, Politécnica de Wuhan e de Ciências e Tecnologias de Huazhong, por exemplo, mostra que essas instituições admitiram, em 2008, um número relativamente grande de estudantes por meio de recrutamento próprio: de oitocentas a 1,3 mil pessoas.

A ampliação e o aperfeiçoamento das políticas de recrutamento de estudantes na educação superior têm resultado ainda em maior diversificação da procedência dos universitários e, por conseguinte, em mais igualdade de condições de acesso à educação superior.

1.4 Pagamento e prêmios, empréstimos, diligência, suprimento e isenção como sistema unificado de assistência financeira ao aluno

Entre 1977 e 1989, a China optou por uma política de gratuidade para a educação superior e operou de forma articulada os sistemas de exame nacional de admissão e de atribuição de trabalho para os universitários recém-formados. Após esse período, o governo adotou duas medidas que transformaram o sistema até então vigente de responsabilização integral do Estado pela educação superior. Foi instituída a política de cobrança de anuidades e o sistema de atribuição de trabalho aos universitários deixou de existir. Com essas mudanças, promulgadas oficialmente em 1993, passa, portanto, a vigorar no país um sistema de responsabilidade compartilhada dos custos educacionais, e o governo cria mecanismos de padronização tanto da admissão quanto da cobrança de anuidades.

Em 1997, a implementação do exame nacional de acesso à educação superior, do recrutamento autônomo das instituições de ensino e do pagamento de anuidades pelos universitários, conforme um padrão nacional de pontuação e valores, estava concluída em quase todas as IES.

De acordo com as estatísticas (China, 2000), a média nacional da taxa acadêmica, em 2000, era de RMB 4,5 mil⁴ por ano. Na graduação, para a área de humanas, a média era de RMB 4,2 mil; para a de exatas, aproximadamente RMB 4 mil;

4. Nota da tradutora: RMB refere-se ao renminbi, a moeda oficial da China. RMB 100,00 = R\$ 60 (Em 1^a de fevereiro de 2016).

e para a de línguas estrangeiras e artes, RMB 5 mil. Após a virada do século, a taxa se estabilizou entre RMB 4,5 mil e RMB 6 mil nas regiões de desenvolvimento estável e entre RMB 3 mil a RMB 4 mil nas subdesenvolvidas, sofrendo pequenos ajustes no caso de certas disciplinas.

Paralelamente, considerando a discrepância de renda entre as famílias chinesas e para diminuir os problemas associados ao custo da educação para os estudantes provenientes das famílias de baixa renda, o Banco Popular da China, o Ministério da Educação e o Ministério de Finanças criaram, conjuntamente, a Política Nacional de Financiamento para Auxílio de Custo, que subsidia os universitários mais pobres. Essa política foi extensamente implementada a partir de 2000. No entanto, com a ampliação do recrutamento das IES, a questão dos estudantes pobres ficou cada vez mais evidente.

Conforme dados estatísticos (China, 2009), em 2009, 23,06% das 22,9 milhões de pessoas matriculadas nas IESR tinham dificuldades financeiras e 1,7 milhão, ou o equivalente a 7,27% do total, foram classificadas como muito pobres.

Para resolver o problema desses estudantes, o país desenvolveu e reservou recursos financeiros substanciais para o programa *Não Perder Nenhum Universitário em Função da Pobreza*, que, até o final de 2011, atingiu 2.121 regiões e municípios das 27 províncias em que foi desenvolvido. A ajuda de custo do programa é concedida conforme o local de nascimento do aluno.

O sistema de auxílio do governo é composto por prêmios que são concedidos sob a forma de bolsas de estudos, ajudas e isenção de custos, por empréstimos sem taxa de juros e por programas de trabalho e estudo. Universidades como Tsinghua utilizam ainda outros programas de auxílio, como o repasse financeiro da própria instituição e doações de *alumni*, que estabelecem “um caminho verde”⁵ para os estudantes que ingressam na universidade.

Até abril de 2011, a Universidade Tsinghua concedeu, por meio dessas doações de *alumni*, mais de 325 tipos diferentes de bolsas. Essa forma de ajuda entre os companheiros universitários, sem a solicitação de contrapartida, não só resolveu muitos problemas no ingresso de candidatos pobres na universidade e no que se refere ao custo de seus estudos, como também estreitou as relações entre os estudantes.

Além disso, é importante destacar o fato de que muitas IES, por meio do programa trabalho-estudo, contribuíram para a independência dos estudantes,

5. Nota da tradutora: refere-se ao projeto de ajuda de custo para que estudantes provenientes de famílias pobres possam ingressar na universidade e concluir os estudos. É uma política obrigatória para todas as IESRs de tempo integral, conforme disposição do Ministério de Educação, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reformas e do Ministério de Finanças (equivalente ao Ministério da Fazenda do Brasil).

para uma maior consciência sobre suas responsabilidades e para sua capacidade de trabalho. Por intermédio das ações citadas, não só o impasse em torno das desigualdades econômicas no sistema de educação vem sendo resolvido com eficácia, como também, de certo modo, a harmonia e a estabilidade social têm sido promovidas.

1.5 Escolha autônoma de emprego voltado para o mercado e a mudança da identidade dos universitários

A educação superior é um fator fundamental na estratificação e na mobilidade social e pode ser vista, no caso da popularização da educação superior na China, na alteração observada na identidade dos universitários, bem como em suas possibilidades de emprego.

Entre 1977 e 1988, como a China necessitava de uma grande quantidade de profissionais técnicos e administradores, o Estado optou por se responsabilizar pelos custos acadêmicos da maioria dos universitários das IES e pela atribuição uniforme de empregos entre os estudantes. Naquele período, os universitários eram considerados capacitados e habilidosos, formados para oferecerem grandes contribuições à sociedade.

Ao cursarem o ensino superior, os universitários recebiam a identidade profissional de administrador, que permitia, principalmente àqueles provenientes da zona rural, transferir-se para o *hukou*⁶ da cidade, e desse modo ascender na escala social, obtendo a “tigela de ferro” como funcionários públicos.

Com o aprofundamento das reformas e da abertura – especialmente após o discurso de Deng Xiaoping, na sua viagem ao Sul, em 1992 –, a China iniciou uma série de reformas políticas, como a distribuição unificada dos graduados no mercado de trabalho e o recrutamento pelo exame nacional de acesso à educação superior. A partir de 1993, a escolha do emprego passou a ser dos próprios graduados, e não mais do Estado, e as IES se tornaram responsáveis apenas por encaminhá-los para o mercado. A elite universitária da década de 1980, que se alimentava às custas do governo, transformou-se a partir de 1999, quando a educação superior passou a ampliar o recrutamento em uma comunidade de estudantes capazes de pagar a taxa acadêmica e de escolher sua profissão autonomamente.

Em todo esse processo, cresce a liberdade de busca dos universitários por conhecimento, educação e emprego. A educação superior torna-se uma plataforma de distribuição dos talentos diversificados de seus graduados e o *status* dos estudantes passa a ser determinado pelas capacidades que demonstram na sociedade

6. Nota da tradutora: refere-se ao sistema chinês de registro de família, que contém informações básicas como números de pessoas, lugar de residência, entre outras.

e no mercado de trabalho. Há estudiosos que nomeiam este período como de “deselitização” da educação superior ou “pós-elite”.

A grande quantidade de universitários formados após a popularização da educação superior, no entanto, provocou uma pressão no mercado de trabalho, criando um certo descolamento entre a estrutura da educação e a dos setores de produção, comprometendo, dessa forma, a fluidez na comunicação entre eles. O setor terciário, que por suas próprias características é capaz de absorver talentos altamente qualificados, não tem, contudo, desenvolvido-se de modo a conseguir acolher o grande número de estudantes recém-formados.

Além disso, a parcela ainda existente de pessoas que, presas ao pensamento tradicional, desejam ficar sob a proteção do sistema e se sustentar com a “tigela de ferro”, isto é, ocupar o cargo de funcionário público, provoca um grave desequilíbrio entre o número de universitários formados e as vagas disponíveis, a dissociação entre o trabalho e a formação universitária, chegando ao ponto de tornar a renda dos universitários menor que a dos camponeses.

É possível ainda destacar desse amplo processo de expansão do recrutamento na educação superior chinesa que as reformas e a reorganização da economia, dos benefícios sociais e das políticas de emprego são ações importantes na concretização da eficácia do ensino superior em um país de população e realidades tão diversas.

2 SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A partir de 1998, a popularização da educação superior na China gerou transformações importantes na estrutura que regula as IES como um todo. Para entender seu funcionamento, há que se considerar a complexidade do sistema e olhar, principalmente, para a estrutura dos níveis de formação, das categorias de ensino e dos cursos.

2.1 Níveis de formação, categorias de ensino e cursos da educação superior na China

2.1.1 Estrutura dos níveis de formação

Observando-se a estrutura da educação superior da China em toda sua extensão, é possível perceber que sua organização atende, ao mesmo tempo, às demandas públicas de formação para o mercado, expressas na divisão social do trabalho, e às demandas pessoais de formação dos indivíduos.

Atualmente, a educação superior chinesa confere diplomas – classificados, de acordo com a prioridade, em aplicação profissional⁷ ou em pesquisas científicas –

7. Nota da tradutora: o que corresponde aproximadamente ao nosso *lato sensu*.

para os concluintes de três níveis de formação. Aos estudantes dos cursos de especialização,⁸ o diploma técnico; aos estudantes de graduação, os diplomas de licenciatura ou bacharelado; e aos de pós-graduação, os títulos de mestre ou doutor.⁹

Entre 1998 e 2011, houve um aumento significativo tanto no número de candidatos quanto no de matriculados nos três níveis de formação. O número de matriculados, que em 1998 foi de 3.410.000 pessoas, saltou para 18.850.000 em 2007 e para 31.670.000 em 2011. Cresceu, portanto, quase nove vezes nesse período. Já a quantidade de matriculados, que foi de 653.100 em 1998, 5.660.000 em 2007 e 6.815.000 em 2011, saltou mais de dez vezes no mesmo intervalo de tempo. Nesses quase dez anos, a taxa de escolarização bruta cresceu de 9,8%, em 1998, para 23,0% em 2007, e alcançou 26,9% em 2011. A taxa bruta de crescimento e o tamanho do sistema já são os maiores verificados no cenário internacional.

A ampliação do recrutamento de estudantes na China teve ritmos diferentes ao longo desse tempo. De 1998 a 2004, período de crescimento mais acelerado do recrutamento, o número de candidatos na graduação e na especialização subiu 21,7% ao ano (a.a.). A esse período, seguiu-se um outro de desaceleração. De 2004 a 2006, a média do aumento foi de 11,1%, e de 2006 a 2007, de 3,7%. Por fim, entre 2010 e 2011, as 197,5 mil pessoas que entraram no ensino superior representaram um crescimento anual de 2,98%. No caso da pós-graduação, houve também um aumento significativo do número de candidatos, sobretudo ao mestrado. Os interessados por uma vaga passaram de 57,5 mil, em 1998, para 360,6 mil em 2007, um crescimento anual médio de 52,7%. Em 2011, esse número chegou a 560,2 mil pessoas, e ultrapassou o número de candidatos de 2010 em 22 mil, o equivalente a 4,09% de crescimento em relação ao ano anterior. Já o recrutamento de doutorandos cresceu a uma média anual de 28,78%, e de 15 mil candidatos, em 1998, foi para 58 mil em 2007. Em anos mais recentes, o crescimento do recrutamento de doutorandos tem sido mais limitado.

2.1.2 Categorias de ensino

As categorias do ensino superior podem ser definidas em função da proporção da forma como as diferentes organizações de ensino estão ligadas. Além disso, as necessidades econômicas, o nível de desenvolvimento tecnológico e a popularização da educação superior são elementos que exercem influência nas mudanças promovidas nas categorias de ensino. Em função do avanço veloz no desenvolvimento tecnológico – sobretudo no setor de informática –, distâncias antes intransponíveis tornaram-se irrelevantes; conseqüentemente, o tempo passou a não ser mais um elemento decisivo no processo educativo. Especificamente na educação superior,

8. Especialização em trabalhos técnicos (tecnólogo). É um tipo de ensino que faz parte da educação superior, porém com um tempo mais curto em relação à graduação, com objetivo à formação de profissionais técnicos.

9. Nota da tradutora: o que corresponde ao nosso *stricto sensu*.

aulas divulgadas na internet não somente propiciam que mais informação circule na sociedade, como também permitem que materiais de extrema qualidade cheguem aos estudantes de forma mais imediata. A partir dessa realidade, observa-se que mesmo as IES de tempo integral não conseguem acompanhar o ritmo imposto pela tecnologia, por sua fluidez, instantaneidade e, principalmente, por acompanhar as demandas de tempo e espaço dos estudantes, o que não acontece numa instituição formal, isto é, num ambiente físico.

O resumo do Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020) aponta para a necessidade de desenvolvimento de tipos variados de educação superior não formais, isto é, não necessariamente nos moldes tradicionais de um curso oferecido presencialmente, como meio de propiciar uma educação duradoura – aproveitando a capacidade que os meios tecnológicos recentes têm de armazenamento de dados – e a formação de uma sociedade de aprendizagem (China, 2010).

A educação superior chinesa é classificada – a depender da organização, objetos e missões educacionais das instituições – em ensino integral e ensino não integral. No ensino integral, estão incluídas as IES normais,¹⁰ tais como as universidades multidisciplinares, os colégios superiores de especialização e os institutos superiores de ensino profissionalizante. Em contrapartida, no ensino não integral, estão incluídas as universidades de educação à distância, a proficiência de autodidatas, os cursos noturnos, as aulas via internet, as universidades de rádio e TV e os institutos de gestão.

O recrutamento amplo das IES promoveu um desenvolvimento inédito no âmbito da educação superior comum bem como modificações diretas em sua estrutura. Em quase dez anos, o número de instituições de ensino superior passou de 1.071 unidades, em 1999, para 2.263 em 2008, o que representa uma média de crescimento anual de 132 instituições. Em 2011, esse número chegou a 2.409 (incluindo 309 faculdades), 51 unidades de ensino a mais do que em 2010. O número de matriculados nas IESRs também subiu rapidamente. Com uma média de crescimento de 1.902.900 pessoas por ano, o número de matriculados passou de 4.367.500, em 1999, para 21.493.200 em 2008. Já em 2011, esse número chegou a 23.085.100 pessoas, um crescimento de 767.100, ou 3,44% a.a., evidenciando uma tendência recente de redução nas taxas de crescimento.

Ao contrário das IESRs, as Iesas têm vivido um processo inverso, caminhando para a diminuição de sua estrutura. As 772 Iesas existentes em 1999 foram reduzidas a quatrocentas em 2008, chegando a uma média de redução anual de 41 unidades. Em 2011, esse total chegou a 353 instituições, representando uma redução de doze

10. Nota da tradutora: universidades normais são instituições superiores para a formação de professores e que oferecem cursos de licenciatura.

unidades em comparação com o ano anterior. Neste mesmo período, contudo, o número de matriculados manteve a tendência de crescimento geral. De 1999 a 2008, o número de matriculados cresceu a uma média anual de 269,8 mil pessoas e passou de 3.054.700, em 1999, para 5.475.000 em 2008. Em 2011, o número de matriculados chegou a 5.475.000, totalizando 114,6 mil matriculados a mais do que em 2010.

Vale destacar que das 9.226.700 pessoas que prestaram o teste de proficiência de autodidatas no âmbito do ensino superior, 742,8 mil obtiveram o diploma. Além disso, 8.628.000 pessoas prestaram o concurso de educação não acadêmica.

Assim, nota-se que, no período mencionado, a diferença entre o número de matriculados das IESRs e das IESAs aumentou. Além disso, desde o projeto-piloto elaborado pelo Ministério da Educação sobre educação à distância no mundo moderno, é possível concluir que essa modalidade representou mais um avanço na estrutura da educação superior. De 2002 a 2008, o número de matriculados nessa modalidade de ensino aumentou de 1.082.200 para 3.559.000, apresentando uma média de crescimento anual de 412.280 estudantes (Huang, 2010).

2.1.3 Cursos

A estruturação dos cursos de educação superior tem uma relação direta com o sistema de profissões do país e é, no contexto da análise horizontal do sistema, uma combinação de diferentes cursos e seus diversos públicos.

Em função dos diversos níveis de desenvolvimento econômico existentes no país e da divisão dos setores de produção, a classificação da estrutura dos cursos também apresenta certas diferenças.

Assim, deve corresponder à estrutura de produção econômica e ao desenvolvimento tecnológico necessário para assegurar a formação de pessoas capacitadas, seu aproveitamento eficiente na sociedade bem como o de seu conhecimento. O *Catálogo dos Cursos de Graduação das Instituições de Educação Superior* – lançado pela primeira vez em 1998 e que sofreu, até o momento, quatro revisões – apresenta, na versão de 2012, as doze áreas de estudos existentes: filosofia, economia, direito, educação, literatura, exatas, engenharias, agrárias, medicina, gestão e artes, que foi incluída nesta última versão. Além desses, foram criados alguns cursos auxiliares nessas áreas.

Como resultado, as categorias dos cursos aumentaram de 73 para 92, e o número total dos cursos foi reduzido de 635 para 506, incluindo-se nesse número 352 cursos básicos e 154 especiais. Nos últimos anos, em função das grandes descobertas da ciência e dos enormes problemas do cotidiano, que demandam soluções

integradas, surgiu a tendência à integração entre diversas áreas acadêmicas; com isso, produziram-se várias áreas interdisciplinares.

2.2 Construção de IES e de cursos de excelência por meio da diligência do governo

A popularização da educação superior, ao mesmo tempo que contribuiu para a transformação da estrutura de ensino, gerou também grandes mudanças no modo de funcionamento das instituições. A economia, a educação e a onda de globalização dos talentos impulsionaram as reformas da educação superior organizadas pelo governo e tornaram o país mais competitivo internacionalmente. Nesse processo de reformas, o governo chinês tem promovido ativamente a construção de IES de excelência e criado iniciativas como os Projetos 211 e 985, que objetivam colocar a educação superior do país no patamar de excelência mundial e a fomentar um desenvolvimento diferenciado e avançado do ensino.

Nesse contexto, o país tem destinado recursos financeiros para a construção de universidades de alta qualidade bem como para a criação de cursos de excelência que visam à formação de universitários criativos e diferenciados. Além disso, ao enfrentar a competição internacional, estas IES tornam-se modelos para as outras, elevando o nível da educação superior como um todo.

2.2.1 Projeto 211

Em 1992, após o discurso de Deng Xiaoping em sua viagem ao Sul, consolidaram-se as ideias sobre a criação do sistema de economia de mercado socialista e o crescente fortalecimento do país por meio da educação tecnológica. Para enfrentar os desafios da relação entre as reformas e as novas tecnologias, o país desenvolveu estratégias integradas a seu contexto político e planejou criar em torno de cem IES de excelência bem como cursos de alta qualidade, por meio da união de forças dos governos central e locais.

O governo chinês objetivava elevar a qualidade do ensino e da pesquisa bem como a da gestão e a da eficácia da organização das IES por meio de ações que abrissem a possibilidade de as próprias universidades submeterem propostas de cursos que contassem com a pré-aprovação de setores do governo e a sua eventual preparação, formalização, implementação e avaliação. Estimava-se que em torno do ano 2000 poderia ser criada uma gama de universidades, áreas acadêmicas ou cursos de elevada qualidade.

Esse planejamento grandioso para o século XXI foi chamado de Projeto 211 e conta, atualmente, com 112 universidades participantes.

2.2.2 Projeto 985

No dia 4 de maio de 1998, em decorrência do aprofundamento da educação técnica para o fortalecimento da nação, o então secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), Jiang Zemin, apresentou, no evento de comemoração do centenário da criação da Universidade de Pequim, a ideia de que, “em prol da concretização da modernização, o país necessita de universidades de alta qualidade com padrão internacional”.

Por seu turno, no Plano de Ação de Revitalização da Educação para o Século XXI, o Ministério da Educação decidiu apoiar prioritariamente algumas IES, tais como a Universidade de Pequim e a Universidade Tsinghua, a fim de construir universidades de excelência por intermédio do Projeto 985.

Além das Universidades Tsinghua e de Pequim, foram incluídas, no primeiro estágio do Projeto 985, a Universidade de Tecnologia da China, a Universidade de Nanquim, a Universidade Fudan, dentre outras, totalizando 34 instituições. No segundo estágio, foram incorporadas as Universidades de Agronomia da China, de Tecnologia de Defesa do Estado, de Minzu da China, Noroeste Tecnológica de Agricultura e Florestas e Normal de Huadong.

A implementação dos Projetos 211 e 985 foi bastante eficiente. Atraiu para as instituições envolvidas uma gama de pessoas talentosas e qualificadas, reuniu um grupo de professores de excelência e construiu uma boa estrutura acadêmica. A construção de universidades e de cursos de excelência gerou um retorno positivo e proporcionou ainda o rápido desenvolvimento da capacidade de inovação no país.

De acordo com os dados divulgados pelo Essential Science Indicators (ESI) – um renomado banco de dados dos Estados Unidos sobre a influência acadêmica –, em 2001, considerando as universidades chinesas de excelência, os autores associados a quarenta cursos tiveram artigos citados. Já em 2010, esse número aumentou praticamente sete vezes, atingindo cerca de 270 cursos, dentre os quais um grupo de cursos ficou entre os primeiros cem colocados em citações. Quando se considera o número de artigos publicados, dezoito cursos de onze universidades de excelência entraram para a lista das vinte primeiras instituições de educação superior, considerando o número de publicações (Zhou, 2012).

2.2.3 Miniprojeto 985

Para maximizar a função da educação superior no contexto amplo de criação de um país inovador e para acelerar a modernização do socialismo, o Conselho do Estado decidiu, em 2006, que o Ministério da Educação e o de Finanças seriam conjuntamente responsáveis pela transformação de algumas universidades em um grupo de instituições de excelência. O objetivo dessa nova proposta era incentivar

a capacidade de inovação tecnológica dos cursos universitários bem como resolver grandes problemas do desenvolvimento socioeconômico do país.

As instituições normalmente são escolhidas dentre as participantes do Projeto 211 que contam com um ou dois cursos de alto nível e gozam de grande reputação. O Miniprojeto 985 tem sido executado concomitantemente ao Projeto 985, e as instituições selecionadas recebem do governo central um aporte financeiro muito próximo ao que recebem as do Projeto 985. Além disso, como as características das instituições de ensino que participam dos dois projetos são bastante parecidas, optou-se por nomear esta plataforma de inovação para cursos de excelência do Miniprojeto 985.

Atualmente, o miniprojeto constitui-se de 32 plataformas permanentes criadas pelo programa, além de uma plataforma de inovação na formação de professores em seis universidades normais: Universidade Normal de Beijing, Universidade Normal de Huadong, Universidade Normal do Nordeste, Universidade Normal de Huazhong, Universidade Normal de Shanxi e Universidade Normal do Sudoeste.

2.2.4 Miniprojeto 211

Em 2012, durante a implementação do Projeto 211, o Conselho de Desenvolvimento e Reformas e o Ministério da Educação iniciaram o Miniprojeto 211, também denominado de Projeto de Construção de Capacidades Básicas das IES da Região Centro-Oeste. Com ele, objetivavam realizar o XII Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Plano da Reforma e Desenvolvimento da Educação Nacional em Longo Prazo (2012-2020), revitalizar a educação superior do Centro-Oeste, promover o desenvolvimento coordenado do ensino superior das regiões e elevar, efetivamente, a capacidade de organização educacional das IES dessa região.

Esse projeto consiste em apoiar, prioritariamente, as cem universidades de excelência das 24 províncias da região que possuem as características e capacidades potenciais exigidas pelo programa. Funcionando em ciclos de cinco anos, o Miniprojeto 211 tem como proposição elevar a capacidade de organização educacional das IES dessa região, aumentar a qualidade da seleção de talentos e, especialmente, melhorar a prática e a empregabilidade dos estudantes. Busca-se, com isso, fortalecer as instituições tanto no sentido estrutural quanto no aspecto funcional, além de melhorar as condições e o nível de ensino das IES dessa região. Tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico local, o projeto busca ainda oferecer aos graduandos benefícios que lhes permitem ter uma melhor capacitação e apoio intelectual.

Por tudo isso, e em defesa da transformação da educação superior da região, o projeto lidera as reformas do ensino de graduação local e aumenta o nível de capacitação dos estudantes como um todo. O projeto, que parte das características

locais, elaborou um planejamento estratégico para garantir o desenvolvimento coordenado da educação superior da região Centro-Oeste.

2.2.5 Plano 2011

A capacidade de inovação da universidade e a contribuição social que oferece são fatores importantes na avaliação do nível de excelência da instituição e têm influência direta no fortalecimento do povo e no nível de competitividade nacional. As IES da China necessitam urgentemente de mecanismos de inovação científica que tenham como núcleo a formação de agentes inovadores. Necessitam também, para sua própria garantia, da sistematização e da mobilidade dos fatores de inovação e de seus recursos. A implementação dos Projetos 985 e 211, de cursos de excelência, de programas e formação de talentos recebeu o apoio de políticas educacionais e financeiras e resultou na elevação da capacitação docente e de pesquisa dos professores.

No entanto, ao se considerar a totalidade do ensino superior chinês, percebe-se que os elementos de inovação se mostram dispersos, fechados e ineficientes e que há uma evidente falta de equilíbrio na distribuição de seus recursos. Incentivar a integração de recursos torna-se requisito necessário e a tendência principal da evolução da inovação da educação superior. Por esta razão, em 29 de abril de 2011, por ocasião da celebração do centenário da Universidade Tsinghua e após a realização dos Projetos 211 e 985, foi promulgado o Planejamento de Elevação da Nova Capacidade de Inovação das IES de alta qualidade, ou Plano 2011, que atende a necessidades emergenciais e demonstra ser uma importante estratégia para o Estado.

O plano enfatiza o *design* de alto nível e a inovação coordenada das IES. Seu núcleo central é a criação de novos formatos e plataformas de inovação coordenadas que executem importantes missões nacionais e locais, por meio de reformas do sistema, para que, assim, a complementaridade e o compartilhamento de recursos entre IES, governo local, empresas e grupos de corporações se realizem concretamente, não se restringindo a um mero mecanismo de programa de pesquisa científica.

O principal ator desse planejamento são as IES de alto nível, mas suas ideias de inovação podem motivar outras IES de diferentes níveis a participarem, e assim contribuir para o avanço e a inovação das pesquisas científicas.

Em 11 de abril de 2012, o Ministério da Educação publicou em seu portal uma lista de Centros Nacionais Colaborativos de Inovação com as primeiras quatorze instituições reconhecidas pelo Plano 2011. Na lista, constam áreas como física quântica, química e engenharia química, biomedicina, engenharia aeroespacial, transporte, entre outras áreas importantes e necessárias ao desenvolvimento do país.

Essa publicação indica que a educação superior chinesa ingressou em um período-chave de desenvolvimento do conteúdo e de ampla melhoria da qualidade do ensino superior.

Há uma previsão de que, em 2020, a taxa de matrícula na educação superior alcançará 40% da população na faixa etária apropriada para cursar o ensino superior. O aumento de recursos financeiros destinados às políticas educacionais do governo oferece uma garantia forte de concretização desta previsão. Ao mesmo tempo, seguindo a experiência internacional dos últimos trinta anos, o país percebeu que uma das principais tendências da reforma do sistema financeiro – no que se refere às políticas educacionais encontradas em outros países – está no compartilhamento de custos no âmbito do ensino superior e que, por essa razão, o estudante e a sociedade passaram a arcar, junto com o Estado, com uma parte maior dos custos (He, 2013).

Portanto, é preciso ainda construir mecanismos diversificados de arrecadação de recursos financeiros e mobilizar as forças sociais, o suporte das empresas e o investimento individual para apoiarem conjuntamente o desenvolvimento da educação superior.

A China tem adotado importantes estratégias de Estado e aumentado seu investimento em inovação. Por intermédio dos Projetos 211 e 985, bem como dos Miniprojetos 211 e 985 e do Plano 2011, e tendo como pano de fundo o processo de popularização da educação superior, formou-se um modo de organização social diversificado, multidimensional, com a coexistência de canais variados e um sistema de educação superior completo que melhorou seus serviços para atender às necessidades políticas do Estado e ao desenvolvimento econômico do país.

3 O SISTEMA ADMINISTRATIVO INTERNO DAS UNIVERSIDADES: CARACTERÍSTICAS CHINESAS

A popularização da educação superior não só promoveu a mudança do sistema de gestão externa como também exigiu uma reforma interna equivalente nos mecanismos de administração. Por essa razão, a partir de 1989, passou a vigorar o Sistema de Responsabilidade do Reitor, sob orientação do Comitê do PCC da instituição. Assim, desde 1998, a Legislação de Educação Superior da República Popular da China determina que a educação superior será regida pelo Sistema de Responsabilidade do Reitor e pelo Poder Legislativo.

O Sistema de Responsabilidade do Reitor é um modelo básico de gestão institucional, característico do socialismo chinês. A atuação do PCC junto às IES se dá através da criação dos comitês de base da universidade, que são presididos pelos reitores das instituições, que ocupam uma posição crucial de liderança na universidade.

O comitê responsabiliza-se pelo trabalho institucional como um todo e lidera o trabalho ideológico-político da universidade e o planejamento de longo prazo. É o reitor que cuida das estratégias amplas, das decisões sobre os assuntos e das questões importantes relativas à concepção e ao modo de funcionamento, reforma do sistema, dos direitos, dos poderes dos docentes e dos funcionários, dentre outras deliberações. Em outras palavras, o reitor se responsabiliza por certificar a direção, planejar estratégias, propor ideias, comandar a formação dos líderes e da equipe de funcionários bem como escolher, contratar e avaliar a equipe de trabalho. Dessa maneira, o reitor se encontra em uma posição crucial na liderança da universidade.

O reitor, portanto, é, ao mesmo tempo, o executor das decisões do comitê e seu principal membro. Além disso, é o representante jurídico e o principal responsável pelas políticas da universidade, cabendo-lhe, em conformidade com a legislação, responsabilizar-se amplamente pelos trabalhos administrativos ligados ao ensino, à pesquisa científica e a outros assuntos, bem como elaborar o planejamento da universidade, formular o plano de trabalho anual, organizar sua implementação, criar programas de organização interna, recomendar candidatos a vice-reitores, nomear e demitir funcionários, contratar e demitir docentes, administrar os estudantes, elaborar e executar o orçamento anual da universidade, dentre outras atribuições.

O comitê é uma liderança coletiva, que determina a direção correta da universidade, cabendo ao reitor ser um implementador concreto e responsável de medidas que garantam o funcionamento eficiente de toda a instituição. Sendo assim, há uma divisão clara de trabalho entre essas duas instâncias que se complementam e se fiscalizam mutuamente para manter o desenvolvimento positivo e sustentável da universidade.

Ademais, as IES adotam, internamente, um sistema de gestão constituído por mecanismos de “distribuição” de poder, divididos em quatro áreas diferentes: política, administrativa, acadêmica e democrática.

O mecanismo de poder político se constitui, principalmente, na estrutura da organização, por meio da criação, pelo Comitê do Partido, da Comissão de Inspeção Disciplinar, de departamentos de todos os níveis, do escritório do comitê, do setor de organização, divulgação e de estratégias gerais de trabalho para os estudantes, dentre outros. Fazem parte ainda dos mecanismos de poder político a Comissão do Sindicato e a Comissão da Liga da Juventude Comunista.

Na segunda área, o mecanismo de poder administrativo está ligado aos assuntos institucionais a cargo do reitor da universidade e se distribui entre seu gabinete e as secretarias de Planejamento, de Desenvolvimento, de Recursos Humanos, de Assuntos Pedagógicos, de Estudantes, de Pesquisa Científica, de Assuntos Financeiros, de Auditoria e Supervisão, de Administração Logística, de

Gestão dos Recursos e de Segurança. Na administração como um todo, têm-se adotado comumente funções de liderança, distribuídas entre as diferentes áreas, tais como a criação de faculdades e de institutos, que podem estabelecer seus próprios mecanismos de trabalho.

Na sequência, o mecanismo de poder acadêmico refere-se principalmente às comissões acadêmicas formadas pelos docentes seniores da instituição: de Avaliação do Diploma Acadêmico e de Avaliação de Cargos Profissionais.

Por fim, o mecanismo de poder democrático é constituído principalmente pelo congresso dos professores, pela coordenação de discussão de assuntos, pela publicação sobre assuntos institucionais, pela fiscalização democrática etc. Por ser um órgão permanente, a Comissão Executiva do Congresso dos Professores reflete a gestão democrática das IES do país.

Tendo em vista as características acadêmicas e profissionalizantes assim como a abrangência e a complexidade que constituem a administração das IES, a gestão da universidade deve manter os princípios coletivos e democráticos sob a liderança do comitê para tomar as decisões sobre assuntos importantes da instituição conforme os procedimentos da liderança coletiva, de concentração democrática e de deliberação em assembleia.

Está prevista a implantação de outros mecanismos que buscam garantir a justeza quanto às políticas e às decisões importantes na universidade e também assegurar a eficiência e o caráter democrático de sua execução. Três instrumentos são pensados para viabilizar a participação dos professores e funcionários na gestão da universidade: um sistema de consulta aos especialistas quanto à implementação de políticas; a escuta da opinião pública sobre importantes decisões e a publicação destas decisões para que se tornem de conhecimento geral. Com a descentralização das atividades do governo chinês nos últimos anos e o aumento correspondente da autonomia das IES, há uma urgência nas reformas do sistema de gestão interna. Por essa razão, muitas IES têm executado projetos-pilotos, descritos a seguir, para reformar suas políticas administrativas.

3.1 Qualificar a estrutura de gestão interna

Como parte das mudanças gradativas promovidas pelo governo com vistas a uma maior autonomia das IES, o Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020) estabeleceu que

as IES devem elaborar seus respectivos estatutos conforme as disposições legais, por meio do regulamento do seu estatuto a universidade desenvolverá sua própria administração (...), o estatuto e o sistema devem ser estabelecidos conforme as próprias características e as determinações legais (China, 2010).

O processo de elaboração e revisão dos estatutos das universidades pode ser considerado como procedimento para estabelecer uma relação coordenada entre IES, governos locais e sociedade e, ao mesmo tempo, a implantação de uma gestão autônoma das instituições bem como a resolução das relações de poder entre reitoria, administração, academia e democracia.

3.2 Qualificar a estrutura de gestão interna

A Universidade de Wuhan qualificou sua estrutura de gestão interna através da divisão de poder na administração; a Universidade de Zhejiang criou o sistema de departamentos acadêmicos; as universidades de Tecnologia de Huazhong, do Sudeste e a Politécnica de Nanquim testaram o sistema de gestão de dois níveis entre as universidades e as faculdades; e a Universidade de Ciência Política da China propôs um sistema de conselho universitário.

3.3 Docente na gestão educacional

Ter professores na gestão da universidade garante não somente seu caráter democrático, científico e justo, mas também a representatividade mais ampla da perspectiva docente na administração. A adoção deste mecanismo é condizente com as idealizações dos últimos anos, que podem ser resumidas nos *slogans*, que defendem “Que os educadores administrem a educação” e “Fazer com que aqueles que realmente entendem sobre educação passem a administrá-la”. Desta maneira, demonstra-se o aperfeiçoamento da gestão das IES e garante-se o caráter científico das universidades.

Os docentes também participam da construção de organizações acadêmicas, tais como a Comissão de Assuntos Universitários, a Comissão de Orientação Pedagógica, a Comissão de Diploma e a Assembleia de Representação dos Docentes e Funcionários. Dentro dessas instâncias, os professores aprovam as áreas acadêmicas, implantam as disciplinas, programam os estudos e as pesquisas científicas e avaliam o ensino. Com isso, os assuntos relativos à vida acadêmica podem ser tratados de forma mais igualitária, discutidos e avaliados democraticamente, assim como fiscalizados e executados de modo a garantir seu caráter científico.

3.4 Participação dos estudantes na gestão

O estímulo à iniciativa própria e à autonomia dos estudantes, sob orientação dos professores, é central nas atividades pedagógicas e se reflete na participação dos estudantes na gestão da universidade, no ensino e nas atividades sociais, que são uma parte importante da educação superior. Os universitários são considerados a base da existência da universidade e, junto a professores e funcionários, formam o tripé das IES. Em decorrência do novo contexto fornecido pela emergência da economia de mercado no país, torna-se notória a importância da diversificação da origem social dos estudantes como requisito fundamental no processo de

democratização da política. O respeito à personalidade e à individualidade dos estudantes e o cultivo à sua saúde física e espiritual são componentes importantes para garantir o alcance do objetivo da educação superior: a formação de pessoas modernas e independentes.

A participação dos universitários na gestão da universidade é o principal desafio da democratização do ensino superior e da criação de um sistema interno de qualidade e de cultura, além de ser um fator inegável de elevação da qualidade da própria educação superior. Tal qual proposto pela Visão e Ação, da Organização das Nações Unidas (ONU), a China tem proposto que os responsáveis pelas decisões das IES – e do país como um todo – considerem os universitários como principais participantes e responsáveis pela reforma da educação superior. As IES devem, dentro desse princípio, incluir a participação dos estudantes nas discussões relacionadas com os problemas da educação superior, com a avaliação das instituições educacionais, com a reforma dos cursos, com a metodologia de ensino assim como incluir na elaboração da política e do trabalho de gestão institucional (Unesco, 1998).

A definição, a partir de ângulos diferentes, da necessidade de participação democrática dos universitários na gestão institucional e dos métodos e medidas a serem adotadas é encontrada em vários documentos importantes, como o *Livro da Legislação Educacional da República Popular da China*;¹¹ o Regulamento de Gestão dos Estudantes das IESRs,¹² promulgado pelo Ministério da Educação no dia 1º de setembro de 2005; e o Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020)¹³ (China, 2005; 2010).

A participação dos universitários na gestão educacional se manifesta, prioritariamente, na escolha do curso e na avaliação direta da metodologia e da qualidade de ensino do professor assim como de sua evolução e concepção educacional. Muitas IES, das quais o Colégio de Estudos Políticos da Juventude Chinesa é um exemplo, têm reunido as avaliações dos estudantes para analisar a qualidade de ensino dos docentes. Além delas, a equipe do professor Shi Jinghuan, do Instituto de Pesquisa da Educação da Universidade Tsinghua, realizou, a partir de um levantamento organizado pelo estadunidense George D. Kuh sobre o engajamento dos estudantes, uma investigação em âmbito nacional sobre o mesmo tema em aproximadamente cem IES chinesas, cujos resultados causam impacto nas instituições envolvidas tanto em termos teóricos quanto numa perspectiva prática e são utilizados para melhorar as diversas políticas e as medidas de gestão, além de, também, de forma mais ampla, promover melhoria da qualidade de ensino das instituições.

11. Capítulo II da seção VI – *Os direitos e as obrigações do educando*.

12. Art. 41 do capítulo IV e art. 60 do capítulo V.

13. Art. 40 do capítulo XII – *Estabelecimento do sistema da universidade moderna*.

Além disso, a participação dos estudantes na gestão institucional se dá em espaços que privilegiam a discussão, a exemplo da Comissão de Discussão de Temas e do Sistema de Informação da Universidade de Economia e Direito de Zhongnan. A comissão convoca regularmente a Assembleia dos Estudantes para reunir opiniões e *feedback* dos estudantes e encaminhá-los para o líder da universidade, que, por sua vez, deve responder à comissão no tempo determinado. A participação se dá ainda em fóruns variados, como a Assembleia de Participação dos Calouros, o Sistema de Participação dos Universitários, o almoço entre docentes e discentes e a Conferência de Publicação de Notícias Estudantis, da Universidade Normal de Huadong, ou o Dia do Atendimento do Reitor da Universidade Tsinghua e do Colégio de Estudos Políticos da Juventude Chinesa. Além disso, a participação pode ser observada no sistema de contratação de estudantes como assistentes do reitor, a exemplo da Universidade Normal da Capital. Existe também a participação no desenho institucional por meio de mecanismos como, por exemplo, a Comissão de Manutenção de Direitos dos Estudantes, da Universidade Industrial de Hunan; a Auditoria do *Campus*; e o Reitor *on-line*, implantado por algumas IES de Shanghai. Por fim, várias IES também criaram nos *campi* um canal chamado *Bulletin Board System* (BBS), que é um caminho importante para a participação na gestão institucional, na observação da sociedade e na expressão do próprio pensamento.

Do ponto de vista do conteúdo, a participação dos estudantes na gestão institucional está organizada em três áreas: *i*) participação nos assuntos relacionados diretamente com os direitos dos estudantes – como, por exemplo, o processo de desenvolvimento da universidade, a gestão educacional e as decisões sobre a cultura dos *campi*, dos departamentos relacionados e sua avaliação; *ii*) participação nas políticas e nos sistemas diretamente relacionados com os direitos do aluno bem como na gestão de mecanismos educacionais, pedagógicos e sua fiscalização – além disso, participação na divulgação de políticas relacionadas, bem como na fiscalização de sua implantação; e *iii*) participação na gestão dos departamentos institucionais diretamente relacionados com os direitos do aluno, através da fiscalização e da administração do processo de aprendizagem do aluno e de sua vida.

O engajamento dos universitários também tem se deslocado de uma dimensão individual para outra pautada nos interesses coletivos relativos ao macrodesenvolvimento da universidade. Organizações como a Associação Estudantil, a Associação de Pós-Graduação e o Departamento de Administração Estudantil, que são espaços de comunicação entre a universidade e os estudantes, possuem importância destacada. Por intermédio dessas organizações, os estudantes podem expressar suas demandas para a universidade. O fortalecimento da consciência, da capacidade e da vontade de engajamento dos universitários faz com que a organização estudantil tenha, cada vez mais, sua afirmação estabelecida.

4 SISTEMA DE GARANTIA À QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR DA CHINA: EM PROL DO MELHOR CRESCIMENTO DO ALUNO

O núcleo da reforma do ensino superior chinês, orientado e promovido diretamente pelo governo, é o desenvolvimento de conteúdo que eleve a qualidade da educação e a capacidade de inovação e aperfeiçoamento do moderno sistema socialista de educação superior. O efeito mais visível da reforma foi um grande movimento de aproveitamento da autonomia das próprias IES, manifestado em iniciativas em áreas como a graduação, a internacionalização e a informatização. Além disso, priorizar enfaticamente a igualdade educacional e os valores internos da educação superior – de modo a envolver todos os principais elementos do crescimento dos educandos – e, com isso, desenvolver o conteúdo das IES com vistas à elevação da qualidade da educação.

4.1 Projeto de educação e ensino qualificados: a progressão racional das políticas macroscópicas da popularização da educação superior

Desde 1998, o acelerado desenvolvimento da educação superior, resultante de sua popularização, foi acompanhado, *pari passu*, de uma maior clareza a respeito da importância fundamental da relação entre qualidade de ensino, formação de talentos e padrão de avaliação.

A melhoria da qualidade do ensino torna-se um projeto de sistematização abrangente que depende de um sistema universitário moderno, de ideias avançadas sobre educação, de um sistema de garantia da qualidade interna das universidades e de mecanismos de gestão eficientes e sistematizados que demandam atenção geral por parte do governo, das IES e da sociedade.

Por essa razão, desde o início da década de 1980, a China tem realizado avaliações da graduação. Em 2003, por meio do Plano de Ação de Rejuvenescimento da Educação (2003-2007), o Ministério da Educação propôs claramente um sistema de avaliação quinquenal do nível do trabalho pedagógico das IES e, em agosto de 2004, criou o Centro de Avaliação da Educação e do Ensino, órgão diretamente subordinado a esse ministério. Com isso, o trabalho de avaliação da educação e do ensino no país tem sido paulatinamente sistematizado, padronizado, profissionalizado e tornado mais científico.

Em 2007, o Ministério da Educação e o das Finanças propõem, conjuntamente, mais um projeto importante, implementado de forma vertical pelo país, em prol da concretização da reforma educacional, no contexto da popularização do ensino superior. O Projeto de Reforma de Qualidade do Ensino e do Ensino da Graduação das IES, também conhecido simplesmente por Projeto de Qualidade, baseou-se em outros três projetos: o Professor Renomado Nacional e o Curso de Excelência Nacional, vigentes em 2003, e o Centro Nacional de Demonstração de Ensino Experimental, de 2005. O Projeto de Qualidade recebeu um aporte

financeiro do governo central de RMB 2,5 bilhões durante o XI Plano Quinquenal (2006-2010).

Em 2011, tendo como base o resumo das experiências de avaliação de anos anteriores, o Ministério da Educação promulgou um parecer sobre o trabalho de avaliação da graduação das IESRs, determinando que o conteúdo principal da avaliação institucional tinha de ser a certificação e a avaliação profissional, a avaliação internacional e o controle dos dados sobre o quadro básico do ensino. No início de 2012, esse ministério certificou programas de avaliação do novo ciclo, publicou medidas de implementação da avaliação e de aprovação do trabalho pedagógico das IESRs etc.

Em 16 de março de 2012, o ministério publicou um parecer, denominado *30 Itens Para a Educação Superior*, sobre como elevar amplamente a qualidade da educação superior. Nele, uma série de medidas inovadoras é proposta em prol da formação de talentos, da pesquisa científica, do serviço social, da área cultural e da gestão educacional. Além disso, determinou que o ensino superior deve persistir com a escala estável, qualificar a estrutura, fortificar as peculiaridades, priorizar a inovação e caminhar para o desenvolvimento de conteúdo, tendo como núcleo a elevação da qualidade. Determinou ainda que “a elevação da escala do ensino superior tem como principais funções: (...) desenvolver a educação superior profissionalizante, a educação continuada e o mestrado e ampliar a educação privada e a educação cooperativa” e também “debruçar-se sobre a criação de um sistema de classificação das IES, elaborar medidas de gestão de classificação, [e] superar a tendência de homogeneização”. Deve-se cultivar ativamente as capacidades que atendam às necessidades do desenvolvimento social e limitar o recrutamento em cursos que não apresentam alta empregabilidade. Essa iniciativa do Ministério da Educação beneficiará as IES, respeitando suas realidades e orientando-as cientificamente para elevar a qualidade do ensino por meio dessa construção personalizada.

Os *30 itens para a educação superior* propõe, ainda, “aperfeiçoar o sistema da moderna universidade chinesa, realizar e ampliar a autonomia de organização educacional das IES, [e] esclarecer suas responsabilidades “como caminho importante para a superação dos impasses do sistema, elevar a qualidade da educação e, paralelamente, aperfeiçoar o sistema de recrutamento para que ele seja mais autônomo e orientado. O sistema deve refletir o princípio geral de educar sem distinguir e de educar conforme a característica do educando. Nesse sentido, as IES devem oferecer oportunidades educacionais para estudantes com características especiais ou que se encontram em situações excepcionais,¹⁴ de modo a estruturar o sistema de educação superior com o equilíbrio entre a “elite” e o “popular”.

14. Essa admissão se refere àqueles candidatos que não conseguiram nota de corte (pontuação total ou nota de uma determinada disciplina) para passar para a segunda fase do vestibular, mas que são admitidos excepcionalmente por apresentarem habilidades atípicas ou desempenho profissional proeminente.

É necessário combinar entusiasmo, iniciativa própria e inovação para poder alcançar, de forma satisfatória, os objetivos inerentes às IES. Deve-se sempre combinar as necessidades locais de desenvolvimento econômico com a própria organização educacional.

Em 3 de junho de 2013, o Ministério da Educação e o de Finanças publicaram um parecer sobre o Projeto de Reforma da Qualidade de Ensino e do Ensino da Graduação das IES durante o período da implementação do XII Plano Quinquenal – Ofício Educação Superior nº 226 (2011) e uma notificação sobre o início da implantação do Projeto da Educação de Graduação e da Reforma Piloto de Profissionalização Abrangente.

Com isso, e seguindo recomendações dos departamentos de políticas educacionais de cada instância administrativa, e rigorosamente de acordo com as vagas disponíveis em cada província e cidade, aprovaram 550 cursos, entre os quais ciência e engenharia de energia renovável na Universidade de Tecnologia de Beijing.

No projeto Reforma Piloto de Profissionalização Abrangente, esses ministérios enfatizam e incluem como objetivos da gestão das IES pontos-chave para o desenvolvimento da qualidade do ensino, tais como os cursos de excelência, a especialização com características diferenciadas, dentre outros. Sua adoção tem por finalidade motivar as IES a sistematicamente valorizarem e projetarem sua administração interna de modo a mostrar a eficiência da sua gestão autônoma. Também as IES devem, para concretizar uma reforma ampla e abrangente, levar em consideração a qualidade do treinamento da equipe pedagógica, o material didático, a didática, a gestão educacional, dentre outros elos importantes da profissionalização da universidade. Dessa forma, espera-se criar um coletivo com qualidade reconhecida, voltado à promoção de mudanças educacionais com ideais avançados, distintos e eficientes.

4.2 Compatibilidade educacional: modelo de graduação com amplo acesso, múltipla escolha, prioridade em prática e formação de habilidades fortes

A educação, como processo de formação humana, tem como objetivo primordial a construção de um entendimento sobre o verdadeiro, o belo e o estético da natureza humana que se reflita em cuidado com o próprio ser humano. Por essa razão, as IES têm apresentado propostas diferentes de reforma, que, contudo, possuem todas a mesma ideia central: qualquer ação tem como núcleo o estudante e por isso se orienta e se organiza tendo em vista o crescimento e a capacitação dele. Para perseguir essa ideia central, existem, atualmente, os Programas de Engenheiros Excelentes e a Reforma de Colégio-Piloto, além de outras sessenta IES no país que estão revendo seus processos de formação de talentos inovadores. Além disso, as IES têm observado tanto a dedicação dos estudantes na aprendizagem quanto seus próprios processos,

sua qualidade, sua formação e seu desenvolvimento voltados para as características e à personalidade do educando. As IES fizeram diversas alterações, a exemplo da Universidade Tsinghua, que mudou seu lema da formação de talentos de “criar talentos inovadores e de alta excelência” para “formar talentos de liderança”.

Ou, ainda, a Universidade de Nanquim, que adotou o lema “intermediação entre educação geral e personalização” como forma de cultivar a competitividade dos estudantes por meio da oferta de um espaço maior para seu desenvolvimento e autonomia de escolha das atividades. Nessa mesma tendência, a “ampliação de oportunidades profissionais, incentivo à interdisciplinaridade, opções diversificadas e resultados progressivos” que a mesma universidade de Nanquim adotou como ideia norteadora na reforma das ciências exatas e que mostra a dupla prioridade da personalização e da diversificação em sua reforma abrangente.

4.3 Fortificar a educação prática, elevando a capacidade prática do estudante

As IES têm, cada vez mais, priorizado e estendido as atividades práticas de seus estudantes, tendo em vista a elevação da capacidade de aplicação e de sua dimensão cognitiva. Além disso, têm orientado os estudantes a realizar ações inovadoras em oficinas. Nesse sentido, elas têm desenvolvido diversas práticas nos *campi*, oferecendo oportunidades de renda por meio de contratos de trabalho na biblioteca e em postos como assistente de ensino e de pesquisa.

Paralelamente, as universidades ainda enriquecem a vida universitária por meio de atividades extracurriculares diversificadas, motivando assim potenciais diferentes dos estudantes bem como cultivando amplamente seus interesses. Por exemplo, para aguçar a capacidade de pesquisa científica e inovação dos graduandos, a Universidade Tsinghua implementou o Programa de Treinamento de Pesquisa dos Graduandos (em inglês, Undergraduate Student Research Training Program – SRT);¹⁵ e a Universidade de Zhejiang promoveu o Programa de Treinamento de Pesquisa dos Universitários (em inglês, Student Research Training Program – SRTP).¹⁶ Utilizando-se dos modelos adotados pelas universidades Tsinghua e de Zhejiang, instituições como as universidades de Pequim, Fudan, de Xiamen, Sun Yat-Sen e a de Tecnologia da China também desenvolveram políticas referentes ao treinamento de iniciação científica dos graduandos. O SRTP tornou-se o modelo de treinamento prático em pesquisa científica dos graduandos chineses.

15. Desde 1996, a Universidade Tsinghua já incluiu, de forma pioneira, o cultivo da capacidade de pesquisa científica no planejamento pedagógico da graduação e o sistema de cultivo de talentos. Assim, oferece para os graduandos, por meio de programas de pesquisa científica, a oportunidade de treinamento desta pesquisa bem como o apoio financeiro para que possam ter o contato com as tecnologias e compreender seu desenvolvimento.

16. Desde 1998, organizou-se uma edição por ano, totalizando treze edições em maio de 2011 e 16.337 projetos. O atual SRTP da Universidade de Zhejiang possui dois papéis: projeto de inovação tecnológica e cientistas emergentes, voltado para os universitários desta província e base para o projeto de experimentos inovadores destinado para os universitários destacados nacionalmente. Assim, criou-se o sistema de treinamento para estudos científicos dirigido aos graduandos.

4.4 Importar e formar docentes qualificados, garantindo a educação de alta qualidade

Ter um corpo docente qualificado é condição fundamental para a concretização de ideias avançadas de ensino e a garantia de um ensino de excelência. Atualmente, muitas IES contratam professores de forma rigorosa e rígida e priorizam tanto o treinamento dos docentes jovens quanto a experiência no exterior. Além disso, as instituições executam o Sistema Primário de Educação, cujo núcleo é o ensino, a pesquisa e o mestre-discípulo, em que os professores mais novos se tornam assistentes dos professores mais velhos, assegurando, desse modo, tanto o nível de ensino quanto a qualidade do novo docente. O Instituto de Estudos Políticos da Juventude da China, por exemplo, em sua contratação anual de professores, além de considerar a capacidade de ensino e pesquisa do docente, observa o currículo acadêmico dos candidatos. Até a contratação definitiva, são aplicadas diversas provas em formatos variados. Além disso, para assegurar a qualidade de ensino dos professores recém-contratados, as universidades ainda realizam uma série de treinamentos e recebem orientação de professores veteranos, supervisão de especialistas e são avaliados pelo departamento.

Para criar universidades de excelência, muitas IES têm se dedicado à contratação de especialistas qualificados e ao recrutamento de professores visitantes em âmbito internacional, além de fazer circular, entre as instituições, professores e estudiosos qualificados para participarem de atividades como o ensino dos estudantes de graduação, discussões e orientação.

Em 2004, por exemplo, Andrew Chi-Chih Yao, um dos melhores cientistas do mundo e vencedor do Prêmio Turing – a maior premiação da área de computação do mundo –, desistiu da livre-docência na Universidade de Princeton para dar aula na Universidade Tsinghua. Em Tsinghua, ele criou a Turma de Yao e pôde organizar pessoalmente o método pedagógico bem como ministrar cursos de introdução e de especialização em sua área. Na turma de Yao, ele convidou professores de reconhecida excelência para transmitir novas ideias e conhecimentos para os estudantes com mais potencial por acreditar que universidades de excelência possuem estudantes de excelência e que agrupar os melhores professores e os melhores estudantes certamente produzirá a chama de inovação. Para ele, é indubitável que professores excelentes formarão estudantes talentosos e inovadores.

4.5 Internacionalização: marca e tendência da elevação de qualidade das instituições de educação superior da China

Internacionalização é uma tendência importante da educação superior dos últimos anos. Passados mais de trinta anos de reforma e desenvolvimento do ensino superior chinês, principalmente com a implementação bem-sucedida dos Projetos 211 e 985, hoje está formado um sistema universitário moderno e de qualidade. Nele há cursos

e disciplinas completas, características específicas, uma organização educacional excelente e um alto grau de abertura. Várias universidades de excelência aperfeiçoaram suas condições de administração, de formação de estudantes talentosos, de nível de formação dos docentes, de pesquisas científicas e áreas acadêmicas e construíram, desse modo, as bases científicas de alto nível, mas com características específicas. No momento, a internacionalização da educação superior chinesa tem crescido paulatinamente, e cada vez mais estudantes fazem intercâmbio na China.

Conforme estatística do Ministério da Educação, em 2011, os estudantes de intercâmbio na China ultrapassaram a marca de 290 mil, distribuídos entre 660 IES, institutos de pesquisa e órgãos de educação. Do ponto de vista da origem, 64,21% desses estudantes provinham da Ásia; 16,15%, da Europa; 11,05%, das Américas; 7,09%, da África; e 1,50%, da Oceania. Dentre esses, os estudantes oriundos do continente africano e das Américas tiveram a maior taxa de crescimento, 26,46% e 18,75% respectivamente. Por fim, do ponto de vista da classificação administrativa, 40,61% desses estudantes são acadêmicos, dos quais 74,44% provenientes da graduação e 19,74% e 5,83%, do mestrado e do doutorado respectivamente (China, 2011).

Nos últimos anos, a educação superior tem acelerado o processo de internacionalização, especialmente pelo desempenho de algumas universidades de excelência. Por exemplo, a Universidade Tsinghua envia, a cada ano, em torno de 4,7 mil professores para estudar, pesquisar ou realizar visitas no exterior e mais de 3,3 mil estudantes para intercâmbios, estágios ou assembleias internacionais e competições em diversas áreas. Além disso, as universidades chinesas recebem anualmente mais de 2,4 mil visitas de laureados do Prêmio Nobel, presidentes de organizações científicas internacionais e profissionais responsáveis por órgãos de pesquisa, oficiais de departamentos e de governos do exterior, embaixadores, dentre outros.

Até 2012, a Universidade Tsinghua recebeu mais de 22 mil estudantes estrangeiros. Só no semestre de outono desse mesmo ano, 3,5 mil estudantes de 108 países diferentes estavam fazendo intercâmbio em Tsinghua. Dentre eles, 75% cursavam graduação, mestrado e doutorado e 25% faziam cursos de especialização ou realizavam pesquisas de cooperação internacional, ou, ainda, estudavam a língua e a cultura chinesas. Atualmente, 38 cursos de graduação, 99 programas de mestrado e 78 programas de doutorado da universidade recebem estudantes estrangeiros. Entre os pós-graduandos, há estudantes graduados em instituições renomadas, como a Universidade de Harvard, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e a Universidade de Stanford (Universidade Tsinghua, 2013). Resultado inevitável das reformas, esses dados demonstram que a educação superior chinesa já possui uma certa reputação e competitividade internacionais e que esse processo constitui uma tendência de desenvolvimento também para o futuro.

4.6 Informatização: auxílio na reforma abrangente da educação

Desde 2001, universidades europeias e dos Estados Unidos, como as universidades de Yale e de Cambridge e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, têm disponibilizado aulas abertas na internet de forma gratuita. Com o tempo, essa modalidade de ensino tornou-se uma moda na China. Como resultado, em 2011, a empresa Netease organizou um grupo para elaborar, divulgar e propagar aulas abertas na rede, transmitindo milhares de aulas das universidades mais renomadas do mundo.

Influenciada por essa inovação, em março de 2011, a Universidade Fudan também transmitiu sua primeira palestra *on-line*, intitulada *O teimoso som grave*. Em meados deste mesmo ano, a Universidade Jiaotong, de Xian, ofereceu aulas abertas na internet e, em junho, a Universidade Zhejiang abriu oito cursos *on-line*. Em 9 de novembro, o Ministério da Educação aprovou o desenvolvimento de mais vinte cursos na internet. Durante todo o ano de 2012, foram lançados novos cursos *on-line* e aulas abertas. Só no dia 5 de janeiro deste ano, para citar um exemplo, foram divulgados 23 cursos.

Até junho de 2013, 266 cursos foram postados na internet. Em maio do mesmo ano, com a onda de cursos *on-line* abertos e massivos (em inglês, *massive open on-line course* – Mooc) também no cenário internacional, a Universidade Tsinghua e a Universidade de Pequim entraram na plataforma educativa *on-line* e sem fins lucrativos edX, organizada conjuntamente pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts e pela Universidade de Harvard, com o intuito de promover uma série de cursos educativos.

Em 23 de junho de 2013, dando sequência à abertura de videoaulas das universidades chinesas, 120 cursos de compartilhamento de recursos foram lançados na plataforma *icourses*¹⁷ e divulgados gratuitamente para o público. Os cursos oferecidos abrangem: exatas, engenharias, humanas, direito, economia, educação, dentre outros. Do total, 84 são disciplinas de graduação, 22 são de especializações profissionalizantes e quatorze são educacionais. O total de recursos compartilhados atingiu o número de 31.985 (Primeira..., 2013).

Essa atividade conta com a participação de 78 IES de 21 províncias – tais como Beijing, Tianjin, Shanghai e Jiangsu – e conta com a cooperação de 1.456 professores, incluindo professores eméritos da Academia de Engenharias da China bem como professores renomados.

Os cursos oferecidos possuem características distintas e reúnem a sabedoria dos docentes, quer seja na concepção de educação, quer seja no modo de ensino, realizando, dessa forma, uma reforma pedagógica abrangente. Isso não só eleva a qualidade de ensino do país e constrói a marca do ensino superior

17. Disponível em: <www.icourses.edu.cn>.

chinês, mas também se revela uma oportunidade para um novo ciclo ecológico da educação, de incentivo ao compartilhamento de recursos pedagógicos e ao aperfeiçoamento da conexão com as necessidades culturais da sociedade, e assim permite cumprir seu papel na sociedade.

As IES chinesas têm desenvolvido a reforma do ensino no contexto do crescimento da informatização. Em julho de 2013, disponibilizou-se o curso do Terceiro Semestre Virtual, da Universidade de Ciências Políticas e Direito da China, na internet. Abriu-se um estudo para sistematizar uma reflexão profunda em relação à interação professor-aluno e ao processo de aprendizagem. Assim, o processo de aprendizagem com cursos cíclicos, estudos próprios e avaliação unificada se tornou um complemento eficiente das classes tradicionais, como disse o diretor de assuntos acadêmicos da Universidade de Ciências Políticas e Direito da China, Yu Zhigang:

o objetivo do Terceiro Semestre Virtual é: construir um novo modo de autoestudo aberto, multidimensional e eficiente dos estudantes, baseado nos limites do sistema de semestre, tempo e créditos existente. Oferecer para o aluno uma experiência de aprendizagem autônoma, flexível e alegre (Terceiro..., 2013).

A Universidade de Ciência Política e Direito da China tinha um semestre de primavera e um de outono. Acrescentou-se o Terceiro Semestre Virtual e um minisemestre de férias de verão, totalizando atualmente quatro semestres. Assim, prolongou-se o período do ensino, superando as limitações de tempo e espaço impostas pelo ensino tradicional, além de se ter inovado em relação à concepção, à gestão, à estruturação e ao modo de ensino. Isso beneficiou fortemente o estudo autônomo e personalizado dos estudantes bem como qualificou o processo de cultivo de capacidades.

5 A TENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CHINA: QUALIDADE, EFICIÊNCIA E IGUALDADE

No período atual de desenvolvimento da educação superior, é bastante perceptível o seguinte: *i*) o desenvolvimento do ensino superior tem se pautado pela estratégia, planejamento e sistematização, e o país tem priorizado crescentemente a função estratégica da inovação e a construção da competitividade da educação superior; *ii*) a liderança do governo tem priorizado as iniciativas e o ritmo de desenvolvimento das IES, além de oferecer orientações e apoios necessários; *iii*) o eixo central do desenvolvimento tem sido a elevação da qualidade e da capacidade de inovação e a evolução de seu conteúdo – esse eixo toma a construção de um sistema de ensino superior alinhado com o socialismo especial chinês bem como com a busca por um caminho para aprofundar as reflexões e promover sistematicamente a reforma e a melhoria do ensino superior; e *iv*) a reforma da educação superior, ainda que tenha que considerar as insuficiências e problemas existentes, mostra-se sistemática e abrangente.

Atualmente, a educação superior da China encontra-se em um novo período histórico de seu desenvolvimento, marcado pelo avanço inédito da globalização e pela ascensão da economia do conhecimento e em que o produto interno bruto (PIB) *per capita* anual no país chegou a mais de US\$ 5 mil, nível que apresenta o risco de cair naquilo que os economistas denominam de “armadilha da renda média”. Nesse contexto, qual é a perspectiva de desenvolvimento da educação superior?

O relatório do XVIII Congresso do Partido Comunista deixa claro que, para que a educação superior sirva ao fortalecimento do Estado e de políticas públicas de atendimento ao povo, o caminho a ser adotado nesse novo período histórico é o do desenvolvimento de conteúdo.

5.1 Continuar a explorar a criação e a implementação de sistema de universidade de característica contemporânea, ampliando a autonomia na gestão das universidades

Apesar de a reforma do sistema de gestão externo e da administração interna das IES ter promovido um avanço histórico no ensino superior, alguns problemas ainda persistem, como o do cruzamento entre departamentos, o da pouca clareza sobre as responsabilidades e os deveres, o da insuficiente descentralização por parte do governo, o da falta de autonomia e poder e o da falta de capacidade das organizações educacionais, dentre outras situações.

A China encontra-se atualmente no período de implementação do XII Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que visa acelerar a transformação do modelo de crescimento econômico, a modernização da estrutura de setores de produção e a construção de uma sociedade amigável e defensora do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Com esses objetivos em vista, o país precisa, com urgência, de ideias, conhecimentos e suporte de pessoal capacitado em relação às políticas de Estado que levarão o país ao desenvolvimento econômico e à estabilidade social.

Com a promulgação do XII Plano Quinquenal do Desenvolvimento da Educação, em 14 de junho de 2012, o Ministério da Educação apresentou seu planejamento para a construção de um sistema universitário contemporâneo que permita à China ingressar na lista dos países com recursos humanos altamente qualificados. Para isso, terá que implementar um programa moderno de educação e de formação de uma sociedade de aprendizagem até 2020.

Para elevar o nível de inovação tecnológica e a qualidade de formação dos estudantes, o país realizará novas e permanentes reformas na gestão da educação superior com vistas a simplificar as políticas e aprofundar sua descentralização e, por conseguinte, mudar o que ainda permanece sob o controle do governo central. Para superar a tendência, ainda existente, de dar excessivo peso à administração

central, a política universitária das IES, assim como sua administração, deverá ser dissociada da administração governamental. O novo modelo também deverá explorar a tensão entre governo, universidade e sociedade.

Essa nova etapa de reformas na gestão da educação superior deverá estimular a vivacidade da organização educacional das IES, promover a autoconstrução das universidades e fomentar a elaboração de estatutos universitários que estejam em sintonia com a construção desse moderno sistema de ensino. Além disso, por meio de um processo de padronização, deverá ajustar a estrutura do poder, respeitando a autonomia das universidades, e realizar uma política que esteja em harmonia com o ritmo do desenvolvimento da educação superior. A relação governo-universidade mudou de obrigatória para incentivada, e o governo caminhará, cada vez mais, nos bastidores, formando assim um cenário para a coliderança entre governo, mercado e academia.

5.2 Qualificar a estrutura do ensino superior e a distribuição de recursos, em prol da diversificação da educação superior

A estrutura da educação superior da China bem como a distribuição de seus recursos sofreram também um avanço histórico. No entanto, em termos tanto de escala quanto de velocidade, a cobrança do governo ante o processo de popularização do ensino ainda apresenta insuficiências. Já do ponto de vista da estrutura, a inexistência de uma definição clara a respeito dos diferentes níveis das IES e sobre um modelo convergente de sua administração evidencia a ausência de padrão científico de caracterização dessa estrutura. As universidades de baixa qualidade, por exemplo, têm apresentado um fenômeno de falso crescimento. Sua hierarquia de ensino não é bem organizada, a comunicação entre elas e as instituições de níveis diferentes não é fluida e há uma desproporcionalidade entre elas.

Modelos variados de ensino superior são uma premissa fundamental para uma educação ao longo da vida (*lifelong learning*), envolvidos num processo de popularização. No entanto, há problemas, tais como falta de convergência na forma de ensino, ausência de um enfoque profissionalizante no conteúdo pedagógico, fazendo com que a educação se pareça com uma réplica medíocre de ensino superior. Além disso, falta comunicação e flexibilidade entre os departamentos internos da educação superior, a estrutura das IES é uniforme e falta atenção mais acurada as suas diferentes demandas.

No que tange à estrutura dos cursos, como resultado de sua crescente autonomia, as IES procuraram criar disciplinas que vão ao encontro das necessidades do mercado. Contudo, têm evitado cursos de engenharias, mais caros e mais exigentes do ponto de vista da qualidade. Assim, apesar da tentativa de coordenar a oferta com o mercado, há muito ainda a ser melhorado no conteúdo dos cursos.

No que se refere à estrutura regional, há um cenário de divisão entre o Leste e o Oeste do país. A parte oriental possui mais IES, alto nível de organização e formato diversificado de ensino que a região Oeste. Esta, por seu turno, tem uma quantidade relativamente pequena de instituições e um nível mais baixo e uniforme de ensino. Atualmente, o país iniciou uma série de políticas de construção de IES na região Centro-Oeste e pretende inovar, incentivando o compartilhamento e a complementaridade mútua de recursos, de modo a equilibrar o desenvolvimento da educação superior nessas regiões e, com isso, trazer o desenvolvimento econômico.

Em termos de distribuição do financiamento, os principais recursos da educação superior, atualmente, estão sob o controle do governo central, por isso, a maioria das universidades e cursos de excelência, tais como os do Projeto 211 e do Projeto 985, concentram-se nos projetos diretamente ligados ao Ministério da Educação. Tanto as IES quanto as instituições particulares locais das províncias possuem recursos limitados. Esta distribuição de recursos reduziu a importância do mercado bem como o entusiasmo das organizações educacionais. Com restrições financeiras é difícil oferecer um ensino diversificado e unificado que garanta a profissionalização.

A ampliação da educação superior se transformou em uma tendência irreversível no mundo. Neste cenário, a adequação ou não da coordenação do sistema influencia diretamente em seu grau de eficiência. Para se alcançar uma adequada coordenação do sistema e o bom desempenho de suas funções, é preciso que a orientação da educação acadêmica e as necessidades sociais estejam interligadas e se unifiquem. Nesse sentido, é preciso se adequar às necessidades da moderna produção industrial e agrícola bem como ao sucesso de uma cultura de inovação.

Com o desenvolvimento acelerado da economia do conhecimento, a educação superior, por ser o nível mais alto do sistema educacional, exerce uma função de extrema relevância ao promover o desenvolvimento social e realizar a formação abrangente dos indivíduos. No processo de construção da educação superior, do fortalecimento do Estado, por meio de seus recursos humanos, bem como da elevação da competitividade da nação, não existe escolha a não ser acelerar o desenvolvimento da educação superior e elevar a qualidade do ensino. Existe um caminho a ser percorrido para construir um sistema completo, flexível, saudável e moderno.

5.3 Enfatizar o *design* de alto nível da educação superior e desenvolver a inovação na visão e no pensamento

O pensamento é a alma do desenvolvimento da educação superior (Wang e Ma, 2012). A história da educação superior comprova que a ampliação e a inovação ideológica exerceram uma função essencial em relação às reformas educacionais e

ao processo de seu desenvolvimento. Três fatores se relacionaram no processo: o apoio teórico da evolução da educação superior, sua orientação política e o *design* como um todo.

Com as mudanças incessantes das políticas internas e externas, além das mudanças econômicas, tornou-se necessário ao ensino superior transformar ininterruptamente seu sistema macroscópico e sua gestão interna para poder exercer, de fato, suas funções de orientação e de apoio à política, à economia e à cultura.

As diretrizes, o pensamento estratégico e as teorias, bem como as compilações das experiências bem-sucedidas e fracassadas, além do *design* de alto nível da ciência são necessárias para o desenvolvimento sustentável do ensino superior.

A implantação da economia de mercado, o desenvolvimento da educação, as reformas do ensino superior bem como a organização autônoma das universidades precisam começar com a inovação das concepções ideológicas para melhorar a estrutura do ensino de excelência. Além disso, é preciso que esses processos avancem de forma coletiva, evitando assim erros e falhas.

5.4 Persistir como núcleo no trabalho educacional, garantindo eficientemente a qualidade da educação

O trabalho de ensino é o eterno núcleo da educação superior, assim como a qualidade é sua linha vital. Com o desenvolvimento rápido da economia do conhecimento e da globalização, o aperfeiçoamento da educação superior se tornou uma das estratégias importantes de elevação da competitividade de todos os países do mundo. Por essa razão, o aperfeiçoamento da qualidade da formação de profissionais na educação superior é um tema importante da reforma. Inaugura-se, assim, a era do melhoramento da qualidade do ensino superior.

O ensino constitui-se, junto da formação de profissionais e de recursos humanos de qualidade, entre outras dimensões, uma importante função da educação superior. Desta forma, deve, ao mesmo tempo, priorizar a educação de conhecimentos gerais e levar em conta a base das culturas tradicionais. Assim, a educação superior da China, cujas visões política e econômica transitaram de um modelo utilitarista para um outro de formação humana diversificada, deve destacar seu conteúdo e o valor da educação em si.

Portanto, deve-se persistir na formação humana como primeira responsabilidade do ensino superior e ter como núcleo um trabalho pedagógico que promova a construção de um sistema que satisfaça as necessidades sociais. Além disso, elevar a qualidade da educação no país é um dever decorrente do desenvolvimento da educação superior bem como um requisito básico para o fortalecimento do Estado e a construção de recursos humanos.

5.5 Desenvolver amplamente a informatização para alcançar a igualdade, a democracia e a modernização da educação superior

A informatização influencia diretamente o desenvolvimento da educação superior no mundo inteiro. Atualmente, ela se tornou uma estratégia de desenvolvimento do Estado, transformando-se em um importante processo não só para a nação, mas também para a educação superior. Percebe-se que a informatização da educação superior rompeu com as limitações de tempo e de espaço e vem beneficiando estudantes, que compartilham recursos educativos de qualidade.

Além disso, por meio da informatização, é possível transferir essa educação de qualidade para as grandes regiões do Centro-Oeste, onde há poucas instituições de ensino. Paralelamente, também é possível oferecer uma aprendizagem diversificada para estudantes de características, personalidades e preferências diferentes, concretizando assim a ideia da educação para todos bem como equilibrando a educação popular e a da elite. Desse modo, uma educação igualitária e democrática torna-se realidade. Portanto, com o desenvolvimento de tecnologias como a internet e seu uso amplo na educação, a informatização da educação superior promoverá a aceleração da sua própria modernização.

REFERÊNCIAS

- CHINA. Ministério da Educação. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.
- _____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.
- _____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.
- _____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.
- _____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.
- _____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.
- _____. **Regulamento de gestão dos estudantes das IESR**. Beijing: Ministério da Educação, 2005.
- _____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/zQCgQS>>.

_____. **Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020)**. Beijing: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/RsFely>>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Txjx65>>.

HE, Zubin (Org.). Inventário de 10 grandes assuntos da educação superior do ano 2012: grandes assuntos da educação superior do ano de 2012. **Jornal da Universidade de Guangxi**, Nanning, v. 24, n. 1, p. 5-15, mar. 2013.

HUANG, Shuai. **O estudo de mudanças da estrutura da educação superior chinesa**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Nordeste, Shenyang, 2010.

MA, Luting. A herança ideológica das reformas da educação superior para o novo século. **Gestão Educacional das Instituições de Ensino Superior**, v. 7, n. 4, p. 1-7, 2013.

PRIMEIRA estreia de recursos compartilhados das universidades chinesas. **icourses**, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/jXcsnF>>.

TERCEIRO semestre virtual: nova dimensão das aulas universitárias. **icourses**, 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/BZ2gpx>>.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação**. Paris: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/aVymks>>.

UNIVERSIDADE TSINGHUA. **Dados estatísticos de estudantes estrangeiros**. Pequim: Universidade Tsinghua, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/aJ9E1o>>.

WANG, Jingxiu; MA, Luting. Dar o apoio eterno para o trabalho educativo: a compreensão do aprendizado das ideias do companheiro Zhou Yuanqing. **Estudo da Educação Superior**, n. 12, p. 13-18, 2012.

ZHOU, Mansheng. As reformas e o desenvolvimento da educação superior da China. **Fórum do Departamento do Partido da China**, v. 10, p. 17-20, 2012.

ANÁLISE DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA CHINA¹

Yang Jianglan²
Wang Jie³

1 O VOLUME E AS MUDANÇAS DA POPULAÇÃO CHINESA

1.1 Volume populacional e suas mudanças na taxa de crescimento

A partir do gráfico 1, pode-se inferir que, desde o final da década de 1970, o ritmo de crescimento da população chinesa tem diminuído gradativamente. Entre as décadas de 1970 e 1980, a média anual da taxa de crescimento populacional chinês atingiu 17,49‰, aumentando, em média, 15,7 milhões de habitantes por ano.

Conforme a implementação paulatina da Política de Planejamento Familiar da População Chinesa, a tendência do crescimento populacional ganhou um controle eficiente, diminuindo gradualmente à média anual da taxa de crescimento populacional. Observa-se que a referida taxa já reduziu de 17,49‰ para 5,65‰ nos anos entre 2000 e 2010, uma diminuição de dois terços, representando um crescimento médio anual do volume populacional abaixo da metade do observado entre 1970 e 1980.

De 2010 aos dias atuais, o ritmo de crescimento populacional da China continua em queda, alcançando 4,88‰, o que significa um crescimento populacional de 6,56 milhões de habitantes ao ano (tabela 1). Sendo assim, a dinâmica demográfica da China apresenta uma redução gradativa de seu ritmo de crescimento populacional.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. Doutorando em economia demográfica pela Universidade do Povo Chinês. Professor na Universidade Agrícola de Hebei, na China.

3. Mestre pela Universidade Agrícola de Hebei, na China, e professora nesta universidade.

GRÁFICO 1
Evolução do volume populacional da China
(Em 100 milhões)

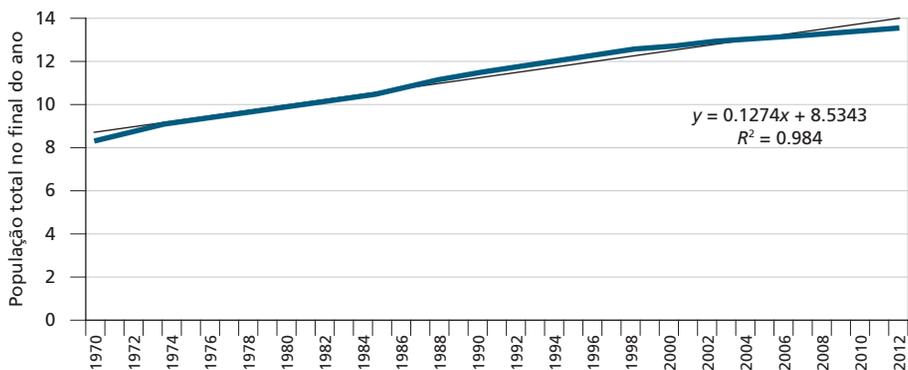


TABELA 1
Comparação da transformação da velocidade de crescimento populacional da China

Década	Taxa da média anual do crescimento populacional (%)	Média do crescimento populacional por ano
1970-1980	17,49	15.713.000
1980-1990	14,81	15.628.000
1990-2000	10,36	12.410.000
2000-2010	5,65	7.348.000
2010-2012	4,88	6.565.000

Fonte: China (2013).
Elaboração dos autores.

1.2 Processo de transformação da população chinesa

Com a instalação da Nova China e o conseqüente desenvolvimento econômico da sociedade, bem como o melhoramento da qualidade de vida da população, houve grandes transformações na natalidade e na mortalidade da população chinesa. Em vinte anos, entre 1950 e 1970, com exceção do período dos três anos de desastres naturais (também conhecido como a grande fome chinesa ou a fome de 1958-1961), a taxa de natalidade da China manteve-se acima de 30 %.

No entanto, a partir da década de 1970 (gráfico 2), essa taxa mostrou uma tendência visível de redução, estando abaixo de 30 ‰ desde 1972, e abaixo de 20 ‰ em 1991, aproximando-se do padrão dos países desenvolvidos. No início do século XXI, a taxa de natalidade da população chinesa reduziu ainda mais, caindo para cerca de 12 ‰.

Já a taxa de mortalidade era de 20 ‰ desde a implantação da China republicana. Após esse período, esta taxa reduziu-se gradativamente, atingindo 9,5 ‰ em 1965. No final do século passado a redução continuou, alcançando em torno de 6,5 ‰. Entretanto, com o avançar do envelhecimento populacional da China, essa taxa deverá apresentar uma tendência de aumento.

Conforme o critério de classificação de quatro fases da transição demográfica da Organização das Nações Unidas (ONU), a China já vivenciou a fase caracterizada por altas taxas de natalidade e de mortalidade, tendo passado pelas fases da redução inicial e lenta das taxas de natalidade e de mortalidade, bem como pela de transição com redução acelerada destas taxas. Pode-se afirmar que a China atualmente vivencia a fase final da transição, com baixas taxas de natalidade e mortalidade.

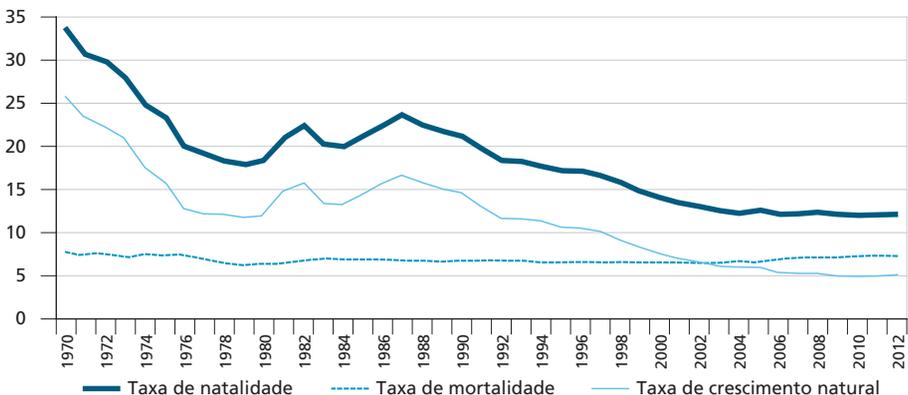
De acordo com os dados estatísticos do sexto censo demográfico nacional (China, 2010), nota-se que a atual taxa de fecundidade total da China já é consideravelmente inferior a 2,1 – que é o valor referente ao nível de reposição populacional. Esse processo de grandes mudanças na dinâmica demográfica da China pode ser explicado pelo desenvolvimento rápido da sociedade e da economia, provocando relevante transformação no conceito e no comportamento sobre a criação de filhos do povo chinês.

Essa transformação se reflete na mudança do conceito de prioridade: da quantidade de filhos para a qualidade de sua criação, o que tem como consequência a redução da taxa de natalidade. Por outro lado, a implementação da política de controle de natalidade firme e forte promoveu a aceleração da transformação populacional da China.

GRÁFICO 2

Análise da tendência de transformação das taxas de natalidade, de mortalidade e de crescimento natural

(Em mil habitantes - ‰)



Fonte: China (2013).

Elaboração dos autores.

1.3 Análise das diferenças entre províncias e cidades

Observam-se diferentes dinâmicas demográficas nas 31 divisões administrativas de nível provincial.⁴ A região autônoma de Tibet é a que apresenta o menor volume populacional. Em 1970, sua população total era de 1,5 milhão de habitantes; em 2010, ultrapassou 3 milhões de habitantes dobrando em quarenta anos. No entanto, a taxa média de crescimento populacional por ano reduziu-se de 20,53%, nas décadas entre 1970 e 1980, para 12,25%, entre 2010 e 2012.

No outro extremo, a província com maior volume populacional passou de Shandong (64,4 milhões de habitantes), no ano de 1970, à província de Henan (86,5 milhões de habitantes), no ano de 1990. Em 2007, a província de Guangdong se tornou a mais populosa, com 94,5 milhões de habitantes, alcançando mais de 100 milhões de pessoas em 2010. O aumento acelerado do volume populacional da província de Guangdong se explica pela forte atração do fluxo migratório, já que ela é pioneira das reformas e da abertura, com nível elevado de desenvolvimento econômico capaz de absorver um número substantivo de migrantes em busca de emprego.

2 MUDANÇAS DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO CHINESA

2.1 Estrutura etária da população

Desde o terceiro censo demográfico nacional (China, 1982), a estrutura etária da população chinesa apresentou mudanças significativas. A porcentagem da população idosa, indivíduos acima de 65 anos de idade, aumentou de 4,9%, em 1982, para 9,4%, em 2012, quase dobrando. Já o percentual do total da população de 14 anos de idade ou menos diminuiu de 33,6%, em 1982, para 16,5%, em 2012, com quase 20 pontos percentuais (p.p.) de redução.

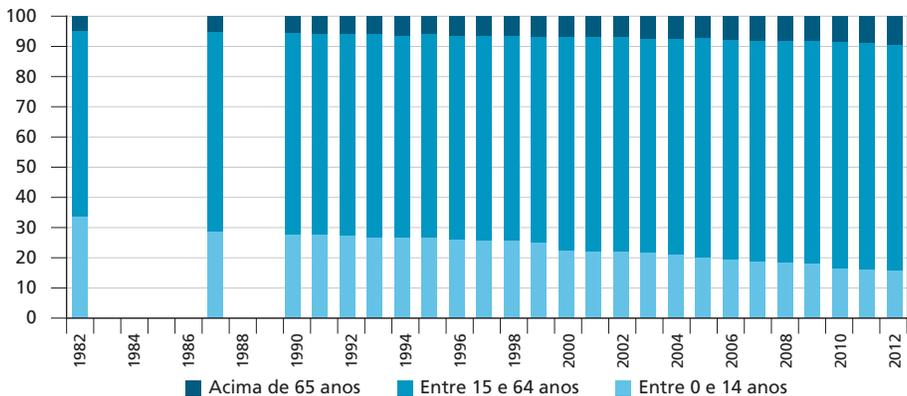
A razão de dependência total diminuiu de 62,6%, em 1982, para 34,9%, em 2012. Esse quadro tem como característica a redução acelerada da razão de dependência juvenil, que decresceu de 54,6%, em 1982, para 22,2%, em 2012, mais de 30 p.p. Além disso, no mesmo período, a razão de dependência da população idosa aumentou de 8,0% para 12,7%.

Há um aumento paulatino da população idosa. Nota-se, porém, que em meados da década de 1990, essa tendência se acentuou. No início do século XXI, o percentual de idosos na população da China já havia superado 7%, significando a entrada do país na fase de envelhecimento populacional.

4. Nota da tradutora: são as províncias propriamente ditas, as regiões autônomas e quatro cidades administradas diretamente pelo governo central: Beijing, Tianjin, Shanghai e Chongqing. Doravante no texto, o termo 'províncias' refere-se a este conjunto de divisões administrativas da China de nível provincial.

Pelo gráfico 3 pode-se notar claramente que a população em idade ativa vem crescendo gradativamente, alcançando um percentual superior a 70% da população total do país. Já a proporção da população entre 0 e 14 anos de idade está em declínio desde 1982 e a proporção de idosos em elevação. Como consequência do envelhecimento populacional, iniciado com a redução das taxas de natalidade em períodos anteriores, observa-se que a China se encontra em processo de mudança de sua dinâmica demográfica: de uma tendência constante de crescimento para a fase de contração populacional.

GRÁFICO 3
Mudança da estrutura etária da população chinesa
(Em %)



Fonte: China (2013).
Elaboração dos autores.

De acordo com a classificação proposta pela ONU, a proporção de idosos na população total acima de 7%, a proporção de jovens abaixo de 30%, e o índice de envelhecimento acima de 30% caracterizam uma estrutura etária populacional envelhecida. Considerando tal classificação, a China, do final do século passado para o início do século XXI, já teria passado da fase adulta para uma sociedade de idosos.

Atualmente, a tendência é a redução gradativa da razão de dependência da população jovem, bem como o aumento paulatino da dependência da população idosa. A velocidade de ambas tendências está cada vez mais acelerada; pode-se prever, conseqüentemente, que o contingente da população idosa constituirá uma carga que pressionará o sistema de seguridade social, o qual deverá ser aperfeiçoado.

2.2 Contraste província-cidade

No quarto censo demográfico nacional (China, 1990), com exceção da cidade de Shanghai, cuja proporção da população com 65 anos ou mais de idade já ultrapassava 7% (9,38%), outras províncias ainda não haviam alcançado esse percentual; entre elas, a província de Qinghai apresentava o menor percentual, com apenas 3,07% da população com idades iguais ou superiores a 65 anos.

TABELA 2
Estrutura etária de três censos demográficos
(Em %)

Região	1990			2000			2010		
	De 0 a 14 anos de idade	De 15 a 64 anos de idade	Acima de 65 anos de idade	De 0 a 14 anos de idade	De 15 a 64 anos de idade	Acima de 65 anos de idade	De 0 a 14 anos de idade	De 15 a 64 anos de idade	Acima de 65 anos de idade
China	27,69	66,74	5,57	22,90	70,00	7,10	16,61	74,47	8,92
Beijing	20,16	73,49	6,35	13,59	77,99	8,42	8,60	82,68	8,71
Tianjin	22,71	70,83	6,46	16,76	74,82	8,41	9,80	81,68	8,52
Hebei	29,04	65,15	5,81	22,78	70,17	7,05	16,83	74,93	8,24
Shanxi	28,15	66,47	5,39	25,73	67,94	6,33	17,10	75,33	7,58
Mongólia interior	28,45	67,55	4,01	21,23	73,26	5,51	14,07	78,37	7,56
Liaoning	23,22	71,10	5,68	17,68	74,44	7,88	11,42	78,27	10,31
Jilin	26,16	69,32	4,52	18,92	75,03	6,04	11,99	79,63	8,38
Heilongjiang	26,60	69,62	3,78	18,89	75,55	5,56	11,94	79,78	8,28
Shanghai	18,23	72,39	9,38	12,26	76,28	11,46	8,61	81,26	10,13
Jiangsu	23,75	69,46	6,79	19,63	71,52	8,84	13,01	76,11	10,88
Zhejiang	23,29	69,88	6,83	18,06	73,02	8,92	13,21	77,45	9,34
Anhui	28,39	66,20	5,41	25,49	66,91	7,59	17,77	72,00	10,23
Fujian	31,47	63,46	5,07	23,01	70,31	6,69	15,47	76,64	7,89
Jiangxi	31,79	63,12	5,09	25,90	67,83	6,27	21,90	70,49	7,60
Shandong	26,60	67,20	6,20	20,83	71,05	8,12	15,74	74,42	9,84
Henan	29,29	64,88	5,83	25,89	67,00	7,10	21,00	70,64	8,36
Hubei	28,45	66,05	5,50	22,80	70,78	6,42	13,91	77,00	9,09
Hunan	27,97	66,44	5,60	22,13	70,40	7,47	17,62	72,61	9,77
Guangdong	29,92	64,15	5,93	24,11	69,71	6,17	16,87	76,33	6,79
Guangxi	33,38	61,20	5,42	26,19	66,51	7,30	21,71	69,05	9,24
Hainan	33,08	61,52	5,41	27,43	65,83	6,74	19,78	72,15	8,07
Chongqing	-	-	-	21,84	70,15	8,01	17,00	71,28	11,72
Sichuan	23,18	71,11	5,71	22,59	69,85	7,56	16,97	72,08	10,95
Guizhou	32,68	62,71	4,61	30,17	63,87	5,97	25,26	66,03	8,71
Yunnan	31,66	63,44	4,90	25,96	67,95	6,09	20,73	71,65	7,63
Tibet	35,58	59,79	4,63	31,19	64,06	4,75	24,37	70,53	5,09
Shanxi	28,87	65,97	5,15	24,94	68,91	6,15	14,71	76,76	8,53
Gansu	27,97	67,96	4,06	26,93	67,86	5,20	18,16	73,61	8,23
Qinghai	30,75	66,18	3,07	26,85	68,59	4,56	20,92	72,78	6,30
Ningxia	33,74	62,75	3,51	28,37	67,15	4,47	21,39	72,22	6,39
Xinjiang	33,05	63,04	3,91	27,27	68,06	4,67	20,45	73,07	6,48

Fonte: China (1990; 2000; 2010).
Elaboração dos autores.

Quando da realização do quinto censo demográfico nacional (China, 2000), quatorze províncias apresentaram o percentual de população com 65 anos ou mais de idade superior a 7,00%, e nelas se encontravam 64,89% do total de idosos do país. Nesse contexto, Shanghai apresentava a mais elevada proporção de idosos, com 11,46%; e a província de Shandong apresentava o maior contingente de população idosa com, 7,3 milhões de habitantes (tabela 2).

Nota-se o aumento do envelhecimento da população do país. No sexto censo demográfico nacional (China, 2010), 26 províncias apresentaram o percentual da população com 65 anos de idade ou mais superior a 7,00%, concentrando 92,09% da população total de idosos do país. Somente cinco províncias – Guangdong (6,79%), Tibet (5,09%), Qinghai (6,30%), Ningxia (6,39%) e Xinjiang (6,48%) – não alcançaram o percentual de 7,00% para esse indicador.

3 ANÁLISE DA ESTRUTURA CIDADE-CAMPO DA POPULAÇÃO

3.1 Análise da estrutura populacional cidade-campo

As taxas de urbanização (representadas pela proporção da população residente nas cidades) calculadas com base nos dados dos censos demográficos realizados em anos anteriores às reformas e à abertura do país, mostram que a China apresentava um lento processo de urbanização.

Entre 1953 e 1982, um período de trinta anos, a taxa de urbanização elevou-se em apenas 7 p.p., aproximadamente. No entanto, com a aceleração do processo das reformas e da abertura, o grau de urbanização tem aumentado consideravelmente (de 20,91%, em 1982, passou para 49,68%, em 2010), significando que metade da população na China tem residência permanente na área urbana.

A partir do gráfico 4 é possível observar que na década de 1970 a população rural era majoritária, sendo aproximadamente o quádruplo da população urbana. A partir das reformas e da abertura, a capacidade produtiva da sociedade chinesa cresceu de forma gradual, tendo como consequência a migração da população rural com destino às cidades.

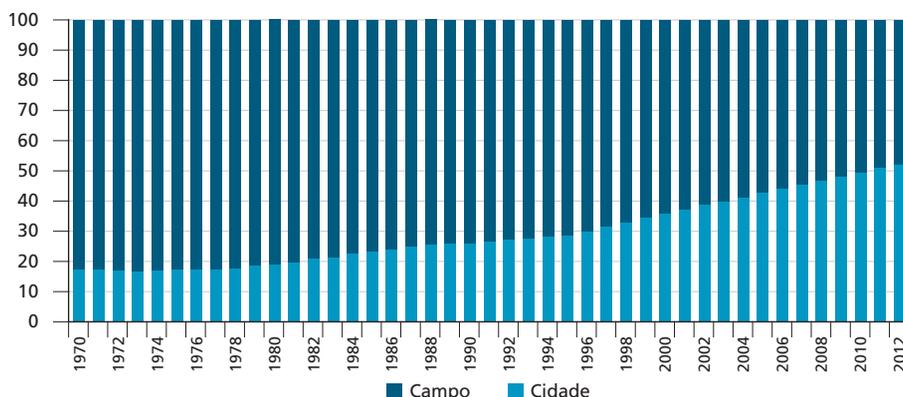
Entretanto, até a década de 1990, essa migração campo-cidade ainda era relativamente pouco volumosa. Após meados da década de 1990, com o aprofundamento da reforma do sistema econômico do mercado socialista, o volume de migrantes cresceu significativamente. Em 2011, a população urbana superou, pela primeira vez, a rural, com um percentual de 51,27%, representando o início da fase acelerada da urbanização na China.

TABELA 3
Grau de urbanização, segundo censos demográficos realizados

	1953	1964	1982	1990	2000	2010
Taxa de urbanização (%)	13,26	18,30	20,91	26,44	36,22	49,68
População urbana	77.260.000	127.100.000	210.820.000	299.710.000	458.440.000	665.570.000
População rural	505.340.000	567.480.000	797.360.000	833.970.000	807.390.000	674.150.000

Fonte: China (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4
Quadro sobre a transformação da proporção de distribuição das populações cidade-campo (Em %)



Fonte: China (2013).
Elaboração dos autores.

3.2 Diferenças entre o grau de urbanização de províncias e de cidades

Há diferenças consideráveis nos graus de urbanização entre as províncias (cidades e regiões autônomas). Em 1982, enquanto a maioria das regiões apresentava um baixo grau de urbanização, Tianjin, Beijing e Shanghai já possuíam o percentual de população urbana superior a 50%.

No fim do século XX, o processo de urbanização de muitas regiões chinesas ainda era lento. Entre 1982 e 2000, com exceção das regiões litorâneas do Leste como, por exemplo, Shanghai, Beijing, Tianjin, Zhejiang, Guangdong e Hainan, bem como bases industriais antigas, a exemplo de Liaoning, Jilin e Heilongjiang, que apresentavam grau de urbanização relativamente grande, com uma amplitude significativa; outras regiões ainda estagnavam com baixa urbanização. Após a entrada no novo século, as regiões aceleraram o processo de urbanização. São quinze províncias que ultrapassaram a média nacional de urbanização. Entre 2000 e 2010, vinte províncias aumentaram sua amplitude de urbanização em mais de 10 p.p., entre elas Jiangsu e Hebei, que apresentaram maior crescimento relativo.

TABELA 4
China: grau de urbanização, segundo províncias (1982, 1990, 2000 e 2010)
 (Em %)

Região	1982		1990		2000		2010	
	Taxa de urbanização	Taxa de urbanização	Aumento	Taxa de urbanização	Aumento	Taxa de urbanização	Aumento	
Beijing	64,68	73,44	8,76	77,55	4,11	85,96	8,41	
Tianjin	68,70	69,56	0,86	71,99	2,43	79,44	7,45	
Hebei	13,69	19,21	5,52	26,33	7,12	43,94	17,61	
Shanxi	21,01	28,84	7,82	35,21	6,37	48,05	12,85	
Mongólia interior	28,85	36,34	7,48	42,70	6,36	55,53	12,83	
Liaoning	42,36	51,13	8,77	54,91	3,78	62,15	7,24	
Jilin	39,63	42,27	2,63	49,66	7,40	53,36	3,70	
Heilongjiang	40,14	47,96	7,82	51,53	3,57	55,66	4,13	
Shanghai	58,81	66,23	7,42	88,31	22,08	89,30	0,98	
Jiangsu	15,82	21,58	5,76	42,25	20,68	60,22	17,97	
Zhejiang	25,71	31,17	5,46	48,67	17,51	61,64	12,97	
Anhui	14,16	17,84	3,68	26,72	8,88	42,99	16,26	
Fujian	21,18	21,36	0,18	41,96	20,60	57,09	15,13	
Jiangxi	19,45	20,35	0,91	27,69	7,33	43,75	16,07	
Shandong	19,07	27,34	8,27	38,15	10,81	49,71	11,56	
Henan	14,47	15,23	0,76	23,44	8,21	38,52	15,08	
Hubei	17,32	28,75	11,43	40,48	11,73	49,70	9,22	
Hunan	14,21	18,03	3,82	27,50	9,46	43,31	15,81	
Guangdong	18,62	36,76	18,13	55,66	18,90	66,17	10,52	
Guangxi	11,83	14,87	3,04	28,16	13,30	40,02	11,86	
Hainan	-	23,95	-	40,68	16,73	49,69	9,01	
Chongqing	-	-	-	33,09	-	53,03	19,94	
Sichuan	14,27	20,18	5,90	27,09	6,92	40,22	13,13	
Guizhou	18,92	19,24	0,32	23,96	4,72	33,78	9,82	
Yunnan	12,95	14,91	1,96	23,38	8,47	34,72	11,34	
Tibet	9,61	11,52	1,90	19,43	7,91	22,67	3,24	
Shanxi	19,00	21,53	2,54	32,15	10,61	45,70	13,56	
Gansu	15,34	22,00	6,66	23,95	1,95	35,94	11,98	
Qinghai	20,48	26,17	5,69	32,33	6,16	44,72	12,39	
Ningxia	22,49	26,01	3,52	32,44	6,44	47,96	15,51	
Xinjiang	28,40	32,50	4,10	33,84	1,35	42,79	8,95	

Fonte: China (1982; 1990; 2000; 2010).
 Elaboração dos autores.

4 NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CHINESA

4.1 Análise do nível de escolarização da população

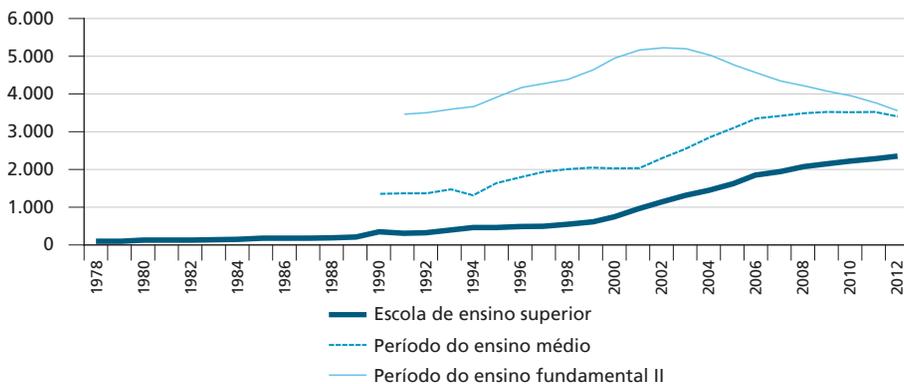
Com uma perspectiva mais geral, pode-se afirmar que o nível de escolarização tem aumentado consideravelmente na China, sendo que a cada 100.000 habitantes o número de matriculados nas instituições de ensino superior cresceu de 89 pessoas, em 1978, para mais de 1.000 em 2002; e, em 2012, esse número alcançou 2.335 pessoas.

Em relação ao ensino médio e ao ensino fundamental II, a cada 100.000 habitantes, mais de 3.000 pessoas estavam matriculadas em cada um destes níveis. Vale destacar o período do ensino médio, cuja tendência era de uma acelerada ascensão: de 1.337 matriculados, em 1990, cresceu para 3.406 pessoas matriculadas, em 2007. Atualmente, a China se situa na fase de desenvolvimento estável, permanecendo em torno de 3.400 matriculados a cada 100.000 habitantes.

GRÁFICO 5

China: população matriculada, segundo níveis de ensino (1978-2012)

(Em 100 mil habitantes)



Fonte: China (2013).

Elaboração dos autores.

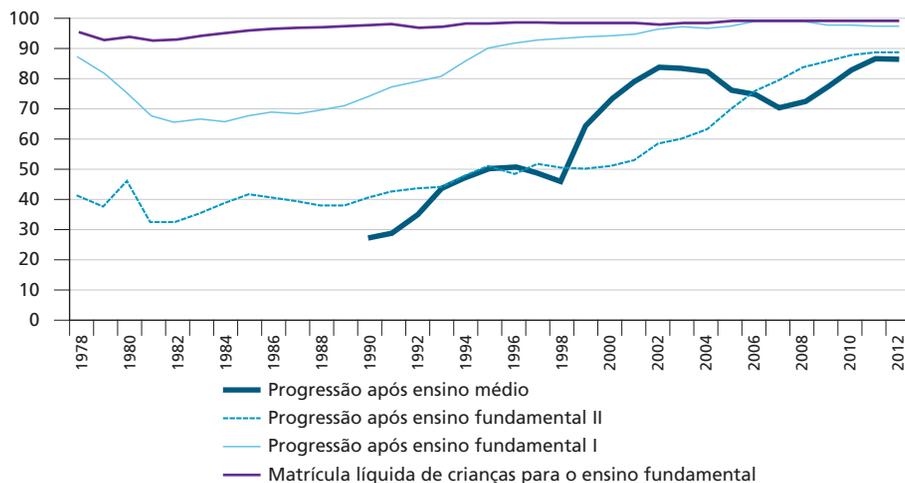
Obs.: 1. Escola de ensino superior refere-se à educação superior, incluindo a regular e a dos adultos.

2. O total dos dados computados no período do ensino médio inclui o ensino médio normal e o para adultos, o ensino secundário normal, o ensino médio profissionalizante e o ensino secundário para adultos.

3. O período do ensino fundamental II abrange o ensino fundamental II normal e o ensino fundamental II profissionalizante.

No que se refere à progressão escolar, as taxas em todos os níveis de ensino alcançaram ou se mantiveram em valores elevados, destacando-se a progressão após o ensino fundamental II, com proporção de matrículas após a formação variando de 40% nas décadas de 1970 e 1980, para 88% em 2012; da mesma forma, a taxa de progressão após o ensino médio atingiu níveis elevados, com mais de 80% de matriculados após a sua conclusão.

GRÁFICO 6
China: taxa de progressão, segundo níveis de ensino (1978-2012)
 (Em %)



Fonte: Dados estatísticos de sessenta anos da Nova China e China (2013).
 Elaboração dos autores.

Entre 1982 e 2012, em relação à população segundo os níveis de ensino alcançados (por 100 mil habitantes), observa-se o aumento de 13,5 vezes da população com nível de ensino superior ou acima, enquanto duplicou a população com nível de ensino médio e profissionalizante, assim como aquela com ensino fundamental II (tabela 5). Desta forma, pode-se notar um incremento de recursos de elevada qualificação para o trabalho, base para o desenvolvimento socioeconômico do país.

TABELA 5
China: população, segundo nível de ensino (1982, 1990, 2000 e 2010)
 (Em 100 mil habitantes)

Nível de ensino	1982	1990	2000	2010
Ensino superior ou acima	615	1.422	3.611	8.930
Ensino médio e profissionalizante	6.779	8.039	11.146	14.032
Ensino fundamental II	17.892	23.344	33.961	38.788
Ensino fundamental I	35.237	37.057	35.701	26.779

Fonte: China (2013).
 Elaboração dos autores.

Além disso, a proporção de analfabetos diminuiu significativamente na população com 15 anos ou mais de idade (gráfico 7 e tabela 6): de 33,58% em 1964, para 4,08% no sexto censo demográfico nacional (China, 2010), representando mais de 30 p.p. a menos. Em termos absolutos, a população de analfabetos diminuiu em 178,6 milhões de pessoas.

GRÁFICO 7

China: evolução da taxa de analfabetismo (1964-2010)
(Em %)

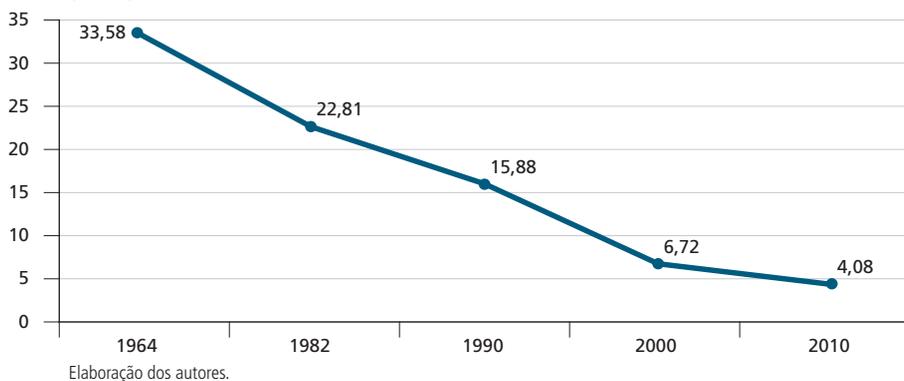


TABELA 6

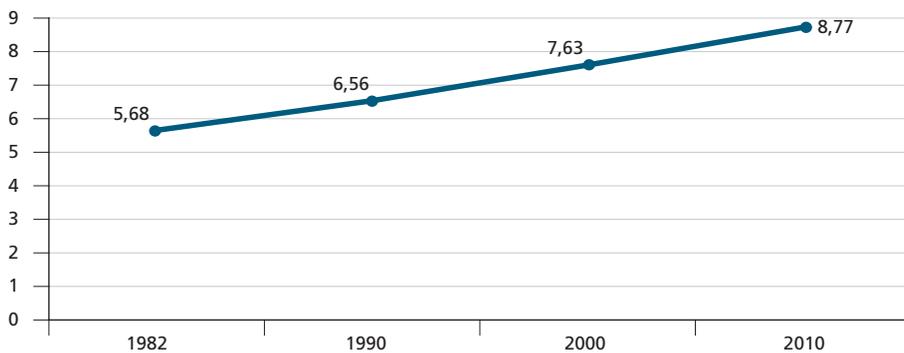
China: número absoluto de analfabetos e taxa de analfabetismo (1964-2010)

	1964	1982	1990	2000	2010
População analfabeta	233.270.000	229.960.000	180.030.000	85.070.000	54.656.570
Taxa de analfabetismo (%)	33,58	22,81	15,88	6,72	4,08

Fonte: China (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

China: número médio de anos de escolarização da população com 6 anos ou mais de idade (1982-2010)



Fonte: China (1982; 1990; 2000; 2010).
Elaboração dos autores.

Obs.: Foram atribuídos os seguintes valores de anos de escolarização aos níveis de ensino: *i)* 1,5 ano a analfabetos e a semi-analfabetos; *ii)* seis anos ao ensino fundamental I; *iii)* nove anos ao ensino fundamental II; *iv)* doze anos ao ensino médio e profissionalizante; *v)* quinze anos à especialização do ensino superior; *vi)* dezesseis anos à graduação; *vii)* dezanove anos ao mestrado; e *viii)* 22 anos ao doutorado. Como os dados do censo incluíram na mesma categoria mestrado e doutorado, neste capítulo considerou-se 19,5 anos para cursos de pós-graduação.

A média do número de anos de escolarização da população com 6 anos ou mais de idade também aumentou significativamente (gráfico 8). No terceiro censo demográfico nacional (China, 1982), o número médio de anos de escolarização foi de 5,68 anos, passando para 8,77 anos em 2010.

4.2 Contraste entre províncias e cidades

O número de anos de escolarização também teve aumentos relevantes nas diversas províncias – províncias, cidades e regiões autônomas (tabela 7). Ao mesmo tempo, observa-se uma queda expressiva da taxa de analfabetismo nas províncias, com destaque para as do Oeste que apresentaram uma queda maior como, por exemplo, Yunnan, Tibet, Gansu e Guizhou, cujas amplitudes de queda ultrapassaram 30 p.p.

TABELA 7
China: número médio de anos de escolarização, segundo províncias (1982-2010)

	1982	1990	2000	2010
China	5,68	6,56	7,63	8,77
Beijing	7,93	8,75	9,96	11,48
Tianjin	7,27	8,00	8,95	10,11
Hebei	5,95	6,60	7,75	8,84
Shanxi	6,29	7,12	8,02	9,17
Mongólia interior	5,82	6,78	7,74	8,94
Liaoning	6,86	7,55	8,38	9,41
Jilin	6,51	7,34	8,22	9,24
Heilongjiang	6,43	7,31	8,22	9,12
Shanghai	7,85	8,37	9,28	10,52
Jiangsu	5,70	6,71	7,86	9,09
Zhejiang	5,63	6,41	7,49	8,59
Anhui	4,76	5,73	7,01	8,10
Fujian	5,26	6,26	7,50	8,77
Jiangxi	5,43	6,25	7,56	8,54
Shandong	5,42	6,51	7,59	8,73
Henan	5,53	6,59	7,73	8,63
Hubei	5,87	6,69	7,76	8,98
Hunan	5,97	6,75	7,79	8,87
Guangdong	6,08	6,88	8,07	9,19
Guangxi	5,79	6,48	7,57	8,41
Hainan	0,00	6,71	7,67	8,86
Chongqing	0,00	0,00	7,28	8,50
Sichuan	5,34	6,29	7,08	8,14
Guizhou	4,44	5,31	6,17	7,43

(Continua)

(Continuação)

	1982	1990	2000	2010
Yunnan	4,34	5,27	6,38	7,56
Tibet	2,92	3,18	3,52	5,33
Shanxi	5,84	6,65	7,72	9,08
Gansu	4,75	5,59	6,56	7,99
Qinghai	4,84	5,60	6,15	7,61
Ningxia	5,02	6,02	7,06	8,46
Xinjiang	5,70	6,80	7,71	8,86

Fonte: Censos demográficos nacionais (1982; 1990; 2000; 2010).
Elaboração dos autores.

5 ANÁLISE DO QUADRO POPULACIONAL INFANTO-JUVENIL CHINÊS

A população infanto-juvenil constitui um grupo importante, pois seu volume, estrutura etária e nível de escolarização exercem influência relevante no desenvolvimento socioeconômico do futuro do país. Sendo assim, realiza-se, nesta seção, a análise mais aprofundada, direcionada especialmente à este grupo etário.

Entre 1990 e 2010, o tamanho da população infanto-juvenil diminuiu em 114 milhões de pessoas (tabela 8), entre as quais os homens diminuíram 55,7 milhões, enquanto as mulheres 57,8 milhões. Paralelamente, operou-se uma transformação na razão de sexo, principalmente na faixa etária de 9 anos ou menos de idade e entre 10 e 14 anos de idade, com uma elevação relativa da população masculina de aproximadamente 10 p.p. Com relação ao total populacional por grupo etário, com exceção do aumento da população entre 18 e 24 anos de idade, observa-se redução nos demais grupos etários, com destaque para o grupo com 9 anos ou menos de idade, que reduziu 8,10 p.p. no período. Em suma, a proporção da população infanto-juvenil reduziu 17,41 p.p.

TABELA 8
População jovem por faixa etária e sexo

Ano	Idade	Quantidade da população			Razão de sexo
		Total	Homem	Mulher	(Mulher=100)
1990	Abaixo de 9 anos	215.775.162	112.680.005	103.095.157	109,30
	Entre 10 e 14 anos	97.226.692	50.183.593	47.043.099	106,68
	Entre 15 e 17 anos	69.667.957	35.748.848	33.919.109	105,39
	Entre 18 e 24 anos	176.251.638	90.134.764	86.116.874	104,67
	Entre 25 e 29 anos	104.267.525	53.512.983	50.754.542	105,43
	Total	663.188.974	342.260.193	320.928.781	106,65

(Continua)

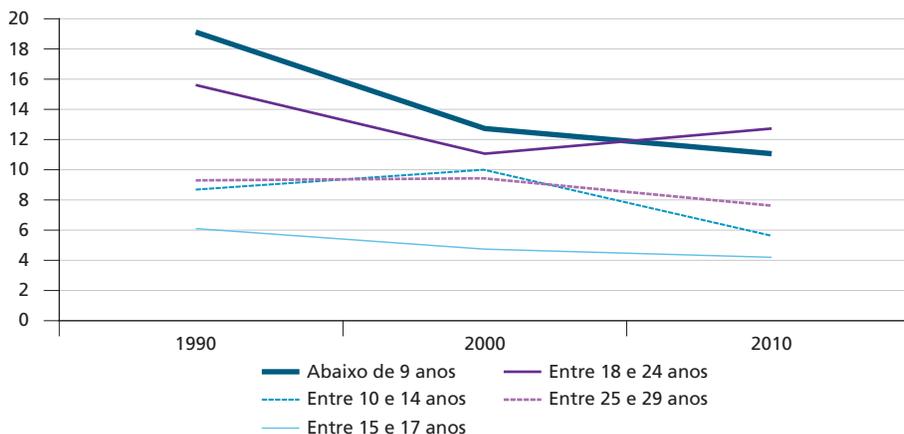
(Continuação)

Ano	Idade	Quantidade da população			Razão de sexo
		Total	Homem	Mulher	(Mulher=100)
2000	Abaixo de 9 anos	159.130.961	85.951.902	73.179.059	117,45
	Entre 10 e 14 anos	125.396.633	65.344.739	60.051.894	108,81
	Entre 15 e 17 anos	60.807.800	31.342.338	29.465.462	106,37
	Entre 18 e 24 anos	136.796.539	69.473.598	67.322.941	103,19
	Entre 25 e 29 anos	117.602.265	60.230.758	57.371.507	104,98
	Total	599.734.198	312.343.335	287.390.863	108,68
2010	Abaixo de 9 anos	146.414.159	79.527.231	66.886.928	118,90
	Entre 10 e 14 anos	74.908.462	40.267.277	34.641.185	116,24
	Entre 15 e 17 anos	57.590.374	30.080.907	27.509.467	109,35
	Entre 18 e 24 anos	169.711.258	85.832.496	83.878.762	102,33
	Entre 25 e 29 anos	101.013.852	50.837.038	50.176.814	101,32
	Total	549.638.105	286.544.949	263.093.156	108,91

Fonte: China (2010).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 9

China: evolução da proporção da população jovem, segundo grupos etários (1990-2010)
(Em %)



Fonte: China (1990; 2000; 2010).
Elaboração dos autores.

De acordo com os dados do sexto censo demográfico nacional (China, 2010), é necessário elevar ainda mais o número de anos de escolarização da população infanto-juvenil. Entre 6 e 9 anos de idade, foram enumeradas 2,13 milhões de pessoas que nunca frequentaram a escola; de 10 a 29 anos de idade, 2,48 milhões

de pessoas também nunca frequentaram a escola; de 15 a 29 anos de idade, 23,9 milhões de pessoas declararam ter apenas o nível de ensino primário; 157,2 milhões de pessoas, apenas o nível de ensino secundário; e, por fim, 84,1 milhões de pessoas, o nível de ensino médio. O volume da população com nível de ensino superior era de 61,2 milhões de pessoas, representando 13,33% do total da população entre 6 e 29 anos de idade.

REFERÊNCIAS

- CHINA. Escritório Nacional de Estatísticas. **Censo demográfico 1982**. Beijing: Escritório Nacional de Estatística da China, 1982.
- _____. _____. **Censo demográfico 1990**. Beijing: Escritório Nacional de Estatística da China, 1990.
- _____. _____. **Censo demográfico 2000**. Beijing: Escritório Nacional de Estatística da China, 2000.
- _____. _____. **Censo demográfico 2010**. Beijing: Escritório Nacional de Estatística da China, 2010.
- _____. _____. **Anuário estatístico da China**. Beijing: Escritório Nacional de Estatística da China, 2013.

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA VISÃO ABRANGENTE¹

Clarissa Eckert Baeta Neves²
Carlos Benedito Martins³

Este capítulo apresenta uma visão geral da estrutura e do funcionamento do ensino brasileiro, concentrando sua atenção em determinadas transformações que ocorreram nos últimos quinze anos. Os principais temas a serem tratados referem-se a: *i)* antecedentes históricos; *ii)* caracterização do ensino superior brasileiro: organização institucional e financiamento; *iii)* expansão do sistema: coexistência de sistemas público e privado; *iv)* políticas recentes de acesso, inclusão e permanência no ensino superior; *v)* desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu*; *vi)* internacionalização acadêmica que vem ocorrendo nesse nível de ensino; e *vii)* desafios a serem enfrentados.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende oferecer uma visão abrangente da estrutura do ensino superior no Brasil e das transformações pelas quais ele vem passando. Há uma percepção unânime de que a expansão e a qualificação do ensino superior são condições estruturais para um desenvolvimento econômico e social duradouro e consistente no Brasil. No entanto, até hoje a taxa de matrícula neste nível de ensino no Brasil é uma das mais baixas entre países de nível de desenvolvimento semelhante, e o desempenho geral do sistema tem sido bastante questionável.

Com efeito, o Brasil é um país de contrastes e o seu ensino superior reflete, nesse sentido, um traço histórico persistente da sociedade brasileira como um todo. Deste modo, é preciso analisar o ensino superior brasileiro tendo presente

1. Este capítulo é uma versão modificada do capítulo *Transformações recentes do ensino superior*, a ser publicado no livro *Educação Superior e os Desafios no Novo Século: contextos e diálogos Brasil-Portugal*, de autoria de Carlos Benedito Martins e Maria Manuel Vieira (Martins e Vieira, 2014).

2. Doutora em sociologia pela Universidade de Münster, na Alemanha. Professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade da UFRGS.

3. Doutor em sociologia pela L'Université Paris Descartes, em Paris. Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena a linha de pesquisa educação, ciência e tecnologia.

suas peculiaridades, que muitas vezes implicam a convivência de realidades bastante distintas. Entre essas peculiaridades está a formação e a coexistência do ensino público (minoritário) com o ensino privado (diferenciado e amplamente majoritário em termos de matrícula e do número de instituições de ensino) e um regime de financiamento que se mostra incapaz de sustentar um processo consistente de inclusão social. Caracteriza esse sistema, também, a desigualdade flagrante em termos de qualidade entre as instituições, mesmo as denominadas universidades públicas ou privadas. Mostra-se notável a diferença em termos de consolidação e de atualidade entre o nível da graduação e o da pós-graduação *stricto sensu* – mestrados e doutorados.

Os desafios, por isso mesmo, são enormes. Os atores envolvidos, particularmente os responsáveis pelas políticas públicas para o setor, têm consciência deles. Isto, no entanto, não tem se traduzido em intervenções efetivamente capazes de mobilizar os recursos humanos e materiais necessários à pavimentação de um caminho claro e consistente de mudanças.

Este capítulo está estruturado de modo a oferecer os elementos básicos para a compreensão da situação atual do ensino superior no Brasil, assim como dos desafios enfrentados e dos dilemas que o afligem.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O ensino superior brasileiro constituiu um acontecimento tardio, quando comparado com os do contexto europeu e latino-americano. As primeiras universidades na América Latina foram criadas nos séculos XVI e XVII, quando já existiam várias universidades na Europa. Ao contrário da colonização espanhola, na América Latina os portugueses mostravam-se hostis à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira. As primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia. Elas tinham por objetivo apenas fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes funções ocupacionais na corte.

No final do Império (1889) o país contava com somente seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior; três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica. Até o início da década de 1930 o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes. A atividade de pesquisa era realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos com o sistema de ensino superior existente.

As primeiras universidades no país surgiram em meados da década de 1930, destacando-se, nesse processo, as criações da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que teve uma existência efêmera quando o governo federal resolveu dissolvê-la, integrando-a à Universidade do Rio de Janeiro. A primeira universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi criada em 1940. Entre 1946 e 1960 foram criadas dezoito IES públicas e dez IES privadas. No ano de 1960 a matrícula era de 93 mil estudantes, dos quais mais da metade eram absorvidos pelo setor público.

Com o surto de industrialização posterior à Segunda Guerra e seu aprofundamento nos anos de 1960, consolidou-se a percepção, nos quadros dirigentes, que o Brasil necessitava de quadros profissionais com formação universitária para enfrentar o processo de desenvolvimento econômico. Em meados da década de 1960, o governo federal iniciou um processo de construção de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas, abarcando praticamente todos os estados da Federação. Em função desta iniciativa, em 1965 o número de matrículas cresceu, atingindo cerca de 352 mil estudantes. Destes, 56% encontravam-se no setor público (Durham, 2003).

Em 1964 ocorreu o Golpe Militar no Brasil, que instaurou um regime de ditadura que perdurou até 1985. Durante os sucessivos governos militares, deu-se início a um projeto desenvolvimentista autoritário, com um processo amplo de internacionalização da economia. Apesar da relativa expansão do sistema de ensino superior público, ele mostrava-se incapaz de aumentar suas matrículas, fenômeno este que mobilizou intensamente as organizações estudantis, visando à sua ampliação. O aumento da demanda por ensino superior, neste período, foi provocado pelos setores médios urbanos, que passaram a disputar a promoção nas burocracias públicas e privadas por meio do investimento maciço na escolarização e na obtenção de um diploma de ensino superior (Cunha, 1975; Durham, 2003). Ao mesmo tempo, o movimento estudantil criticava o funcionamento do ensino superior, destacadamente a ausência da realização de pesquisa no interior das universidades. Foi neste contexto que os governos militares introduziram reformas educacionais no ensino superior, com o objetivo de ajustá-lo às necessidades do desenvolvimentismo brasileiro. Destaca-se a Reforma Universitária de 1968, que profissionalizou a academia, institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incrementou uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional.

O principal alvo da Reforma Universitária de 1968 foi a alteração do padrão tradicional de ensino superior até então em vigor, com base nas faculdades isoladas

e profissionalizantes, nas cátedras vitalícias e na ausência de pesquisa nas universidades existentes. Esta reforma propôs uma estrutura moderna, definindo a universidade como o modelo preferencial para a expansão do sistema de ensino superior, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão. Os estabelecimentos isolados de ensino eram admitidos como excepcionais. A nova universidade passou a ser organizada por departamentos, substituindo a antiga cátedra. Foram instituídos o regime semestral e o sistema de créditos, assim como estabelecida a opção de tempo integral para o contrato dos professores e a necessidade de obtenção de títulos de mestre e de doutor pelos docentes como condição para progressão na carreira acadêmica (Fávero, 2006; Neves, 2002).

O poder público (Ministério da Educação – MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE) responderam à pressão por mais vagas contrariando a orientação da reforma universitária, com a permissão para a multiplicação dos estabelecimentos isolados e integrados, oferecidos pela iniciativa privada. A demanda, como mostram as análises da época, foi atendida com a oferta do setor privado, até porque ela apresentava razoável poder aquisitivo (Cunha, 1975; 1988). Em contraposição, isto permitiu manter contidos os investimentos públicos, evitando a massificação do ensino de graduação nos estabelecimentos públicos e diminuindo as tensões políticas (Neves, 2009).

Assim, como princípio orientador das políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980, o poder público optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, com um número limitado de vagas. No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Os exames de admissão eram menos competitivos e predominavam os cursos à noite. De 1970 a 1980, a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3% (Durham, 2003).

Surge, nesse período, uma nova modalidade de ensino superior, que adotou um *ethos* empresarial, voltado para ganhos lucrativos que se distanciava das instituições privadas até então existentes, majoritariamente constituídas por escolas confessionais sem fins lucrativos. Esta nova modalidade de ensino foi viabilizada por meio da participação do CFE, órgão do MEC com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministério. O CFE era composto majoritariamente por personalidades ligadas aos interesses do ensino privado, com disposição favorável para acolher os pedidos de abertura de novas instituições particulares. A partir de 1969, o CFE passou a autorizar um número crescente de novas instituições particulares que satisfizessem exigências mínimas quanto à presença de recursos financeiros e humanos para abrir seus estabelecimentos. O pedido de abertura de cursos era

proveniente, em grande parte, de instituições particulares que atuavam no ensino de segundo grau. Na medida em que as universidades públicas não conseguiram ampliar suas vagas no ritmo necessário, os proprietários de escolas secundárias perceberam uma oportunidade para investir seus capitais no ensino de terceiro grau, objetivando atender a uma demanda reprimida (Martins, 1986; 1988).

O Brasil consolidou, assim, seu sistema de ensino superior com dois segmentos bem definidos e distintos: um público e um privado, abarcando atualmente um sistema complexo e diversificado de IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas). Essa estrutura do sistema de ensino superior foi posteriormente formalizada na Constituição Federal de 1988 e normatizada na Lei Nacional de Diretrizes e Bases de 1996. A gratuidade do ensino nas IES públicas foi garantida constitucionalmente (Brasil, 1988, Artigo 206); foi definida a vinculação da receita tributária para manutenção e desenvolvimento do ensino público federal; e foi assegurada à iniciativa privada a participação na oferta de ensino superior, dentro dos limites fixados na lei (Ranieri, 2000).

3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As transformações do ensino superior no Brasil nas últimas décadas remetem a algumas características básicas do sistema. Essas características constituem o marco delimitador das condições em que aquelas transformações ocorreram e ganharam significado.

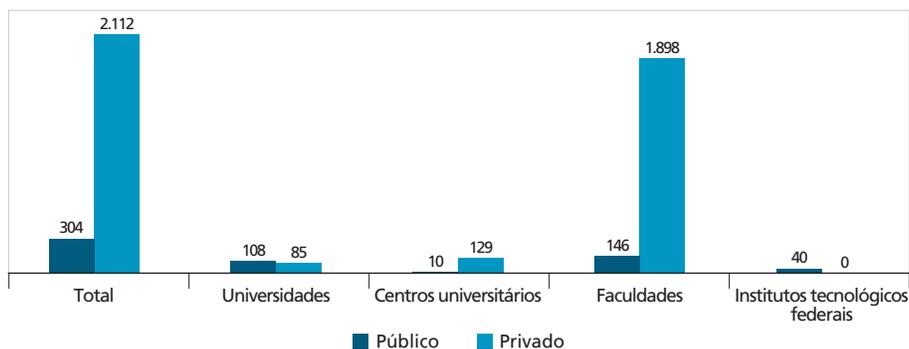
Entre as características, destacam-se: *i*) coexistência de instituições universitárias e não universitárias; *ii*) segmento de instituições mantidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) que oferece ensino gratuito e de um segmento de instituições, mantidas pela iniciativa privada, e que se sustentam, principalmente, a partir da cobrança de mensalidades; *iii*) heterogeneidade em termos de qualidade acadêmica entre os segmentos públicos e privados e também no interior desses dois segmentos; *iv*) distribuição de matrículas muito desequilibrada entre os segmentos público e privado, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e fraca diferenciação da oferta no ensino superior como um todo; *v*) forte concentração, no MEC, das prerrogativas de formulação de políticas e dos instrumentos de supervisão, controle e avaliação sobre o sistema federal e privado; *vi*) modelo de financiamento que compromete a expansão da matrícula e a inclusão social; *vii*) acesso ao ensino superior com caráter amplamente excludente, apesar das políticas de inclusão; *viii*) consolidação de um vigoroso sistema de pós-graduação, baseado em uma avaliação trienal por pares e programas contínuos de fomento; e *ix*) preocupação crescente com a internacionalização do ensino superior.

3.1 Organização acadêmica

As instituições de ensino superior no Brasil distinguem-se em: *i) instituições universitárias*: as universidades que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e que devem ter um terço dos professores com título de mestre ou doutor e um terço trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros universitários, que se caracterizam pela oferta qualificada do ensino, não precisando manter atividades de pesquisa e gozando de autonomia para criar cursos ou vagas; e *ii) as IES não universitárias*: compreendem as faculdades e os centros e institutos tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino, não gozando de autonomia e que dependem do Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação de novos cursos e vagas.

Entre as instituições que oferecem ensino superior no Brasil há diferenças marcantes. As IES públicas contam com 26,4% das matrículas, enquanto o setor privado absorve 73,6% dos estudantes de graduação nos diferentes tipos de IES. Em 2001 havia 1.391 IES, das quais 156 eram universidades e 1.235 eram instituições não universitárias. Atualmente o Brasil conta com 2.416 IES. Destas, apenas 304 são públicas; as 2.112 restantes são privadas (85,6%). Do total de IES, 193 são universidades, sendo 55,9% públicas; 139 são centros universitários; 2.044 são faculdades, a grande maioria privadas (92,1% das IES são não universitárias). Além destas, há quarenta institutos tecnológicos, todos públicos. Do total de 2.112 IES privadas, 40% já se declararam com fins lucrativos. Destas, 36 instituições possuem capital aberto na bolsa de valores (Sampaio, 2011).

GRÁFICO 1
Número de IES de acordo com a organização acadêmica e o status administrativo



Fonte: Inep (2012).
Elaboração dos autores.

A oferta de ensino superior é muito homogênea. O padrão no nível da graduação, tanto nas IES privadas quanto públicas, é o curso de bacharelado de quatro anos e o de licenciatura, voltado para a formação de professores para o ensino básico, também de quatro anos. Os cursos tecnológicos são, na sua maioria, de três anos,

e os cursos a distância têm duração variada. No nível da pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissionalizante de dois anos e cursos de doutorado de quatro anos, assim como também são oferecidos pós-doutorados. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) variam de formato conforme duração e tipo de curso ofertado.

3.2 Formas de acesso

O acesso ao ensino superior era realizado, principalmente, por meio da aprovação em exame seletivo (provas dissertativas e/ou objetivas), que aferia conhecimentos comuns do ensino médio, denominado *vestibular*. Em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para avaliar os estudantes que concluem o ensino médio. Este exame avalia as competências e as habilidades desenvolvidas em doze anos de escolarização básica, sendo oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio, com participação de caráter voluntário. A nota final do Enem é usada como parâmetro de classificação por muitas universidades, sendo também utilizada pelo programa governamental de inclusão social – Programa Universidade para Todos (Prouni) – como critério para os candidatos conseguirem uma vaga no ensino superior privado.

Em 2009, o Enem passou a cumprir quatro funções, quais sejam: *i*) avaliar o conhecimento dos alunos que terminam o ensino médio; *ii*) permitir ao estudante concorrer a uma bolsa pelo Prouni e requisitar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para frequentar uma IES privada; *iii*) ser a prova de conclusão do ensino médio para os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA); e *iv*) substituir ou somar pontos no exame de vestibular em IES brasileiras. Atualmente, 1.217 IES utilizam o resultado do Enem como critério para o processo seletivo, substituindo totalmente o vestibular ou complementando com os escores deste.

Outra inovação no processo de acesso ao ensino superior é o novo programa do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) voltado às IES públicas federais. O Sisu é um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC desde 2010, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Enem. As instituições participantes e a quantidade de vagas que são ofertadas em cada processo seletivo do sistema são disponibilizadas em um *site*, antes do período de inscrições (Rabelo e Batalha, 2009). Em 2013 o Sisu disponibilizou 129.319 vagas em 101 IES públicas federais. O número de candidatos foi de 1.949.000. A relação vagas *versus* candidatos revela que a disputa por vagas nas IES públicas continua muito acirrada. A iniciativa do programa é importante, mas atende apenas a 6,6% dos candidatos.

3.3 Setores público e privado no ensino superior

O sistema de ensino superior é constituído por IES públicas e privadas. O setor público abrange instituições públicas federais, estaduais e municipais gratuitas e mantidas pelos respectivos poderes; o segmento privado é formado por IES de

diferentes tipos, tais como confessionais, comunitárias,⁴ filantrópicas e particulares. Os três primeiros tipos de IES privada referem-se a instituições sem fins lucrativos. No final de 1999, o governo autorizou o funcionamento das IES particulares que se declaravam com fins lucrativos (Lei nº 9.870/1999).⁵ Ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil no que diz respeito aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas; ou seja, passam a responder como entidades comerciais (Sampaio, 2011).

Uma outra característica do sistema superior de educação dá-se pelo tipo de vinculação das IES ao sistema federal de regulação do ensino superior ou aos respectivos sistemas estaduais e municipais. O sistema federal (Brasil, 1996, Artigo 16) compreende as IES mantidas pelo poder público, as IES criadas e mantidas pelo setor privado e os órgãos federais de educação. Ou seja, as instituições estão submetidas às leis e às regulamentações do governo federal (MEC) com relação à criação, à autorização e ao reconhecimento de cursos e o credenciamento e o reconhecimento de IES. O MEC concentra a prerrogativa de formulação de políticas, de programas de fomento e de apoio, e de modelos de regulação, de fiscalização e de avaliação. Também é responsável pelo financiamento de todas as IES públicas federais. As IES estaduais e municipais encontram-se fora da jurisdição do MEC e do CNE, pois estão vinculados aos respectivos sistemas estaduais e municipais. No entanto, sujeitam-se às leis e às normas federais quando disputam recursos públicos federais, de bolsas e de pesquisas (Neves, 2002).

3.4 Financiamento do ensino superior

O financiamento do ensino superior, considerando os segmentos público e privado, depende de diferentes fontes, quais sejam: *i*) recursos federais que envolvem o orçamento do MEC, repassado às universidades federais, como Fies, Prouni, entre outros programas; *ii*) recursos estaduais e municipais que financiam as respectivas IES; *iii*) recursos oriundos das agências de fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além das fundações estaduais de amparo à pesquisa; e *iv*) recursos privados, oriundos das famílias e/ou alunos (mensalidades) e das empresas.

O financiamento público para a educação é estabelecido, em geral, em lei para todas as esferas do governo e corresponde a um percentual da receita de impostos. As IES públicas federais são mantidas pelo governo federal e envolvem gastos com pessoal,

4. As IES comunitárias surgiram no final da década de 1980 como um modelo específico caracterizado como "públicas não estatais" vinculadas fortemente às comunidades locais e regionais. São IES sem fins lucrativos. As IES confessionais caracterizam-se pela filiação religiosa da mantenedora. Também são filantrópicas. As mais importantes são as tradicionais IES católicas: as PUCs presentes na maioria das capitais brasileiras.

5. Essa lei adicionou à Lei de Diretrizes Básicas o comando de que as "mantenedoras de IES [de direito privado], previstas no inciso II do Artigo 19 da LDB, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial" (Nunes, Carvalho e Albrecht, 2009).

ativo e inativo, e outros recursos de custeios e capital. O ensino é gratuito e apenas 3,5% do orçamento global dessas instituições é constituído por recursos diretamente arrecadados. O financiamento provém do Fundo Público Federal, que reúne os recursos financeiros arrecadados da população mediante tributos, impostos e taxas (Amaral, 2003). As instituições estaduais são financiadas pelos governos estaduais e o ensino é igualmente gratuito. Entre as IES estaduais, destacam-se as dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. As universidades estaduais paulistas são financiadas com recursos do impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), nunca inferior a 11% do total arrecadado (Schwartzman, 2002).

O financiamento no setor privado depende fortemente da cobrança de mensalidades, anuidades e taxas pelos cursos oferecidos (graduação, *lato sensu*, mestrado, doutorado etc.). A legislação brasileira concedeu às IES privadas a oportunidade de fixar suas próprias mensalidades, desvinculando as negociações da área educacional e transferindo para os setores de relação com o consumidor e o produto consumido (Amaral, 2003). O custo do ensino privado varia de forma significativa em função do tipo de curso (medicina e odontologia, por exemplo, são cursos caros, enquanto administração, economia, pedagogia e ciências sociais são cursos de custo mais baixo) da região, e do tipo de instituição (universidade, centro universitário, faculdades etc.). A fonte de sustentação mais visível das IES privadas é a das mensalidades. Porém, há inúmeras fontes indiretas de recursos públicos para estas IES (isenções fiscais e previdenciárias e renúncia fiscal/Proni), e fontes diretas, como o crédito educativo – Fies –, que contribui significativamente para sua expansão e manutenção.

4 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A expansão do ensino superior, nas últimas décadas, não constitui resultado de um planejamento educacional por parte de organismos governamentais. A lógica que orientou sua expansão foi conduzida, em grande medida, pela lógica da demanda e da oferta, em cuja dinâmica o setor privado tem ocupado um papel relevante no sentido de suprir a demanda por um ensino de massa.

Até o início dos anos 1980, o crescimento da matrícula no ensino superior deu-se de modo acelerado, podendo se identificar uma primeira onda de expansão. O crescimento foi retomado no final da década de 1990, quando ocorreu uma segunda onda de expansão. O crescimento do segmento privado de IES, nesses períodos, definiu o padrão geral dessa expansão.

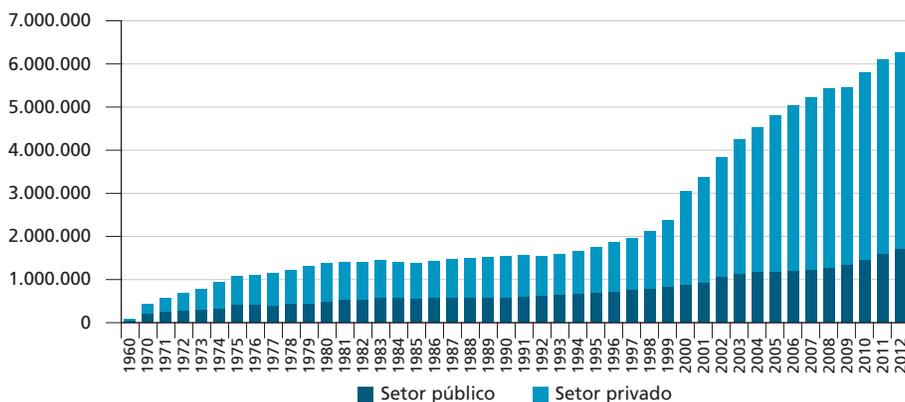
A década de 1980 foi marcada pela instabilidade econômica e pela inflação, impactando negativamente também na procura pelo ensino superior. O ano de 1985 foi relevante, com o fim do regime militar e o início da abertura democrática. Somente em 1994, com a criação do Plano Real (programa brasileiro de estabilização econômica e lançamento de uma nova moeda, o real), a economia tornou

a se estabilizar, proporcionando um aumento do bem-estar geral da população, acompanhado da redução da desigualdade social. Assim, somados o aumento do nível de escolarização da população, o crescimento da matrícula no ensino médio e a estabilização da economia, obtém-se os elementos necessários para que ocorresse uma segunda onda de expansão do ensino superior no Brasil. Observa-se, nesse momento, a crescente demanda pelo acesso ao ensino superior das classes de menor poder aquisitivo.

O crescimento da matrícula nos cursos de graduação presenciais por dependência administrativa, no período de 1960 a 2012, pode ser observado no gráfico 2. Na primeira fase da expansão observa-se que a matrícula, que em 1960 era de 93 mil estudantes, concentrava-se no setor público, com 55,9% do total. Em 1970, a matrícula saltou para 425,5 mil estudantes. Desse total, 49% estavam matriculados em IES públicas. Já em 1975, a matrícula alcançou o número de 1,1 milhão de estudantes, com cerca de 62% deles no setor privado.

Após um período de estagnação, que vai de 1975 a 1995, constata-se nova explosão da matrícula no setor privado, que cresceu 70,6%, contra os 26,6% do setor público até o ano 2000. Entre os anos de 2000 e 2007, novamente o maior crescimento ocorreu no setor privado, que cresceu cerca de 100%. Em contraste, no mesmo período o setor público cresceu apenas 40%.

GRÁFICO 2
Evolução da matrícula na graduação presencial, por categoria administrativa



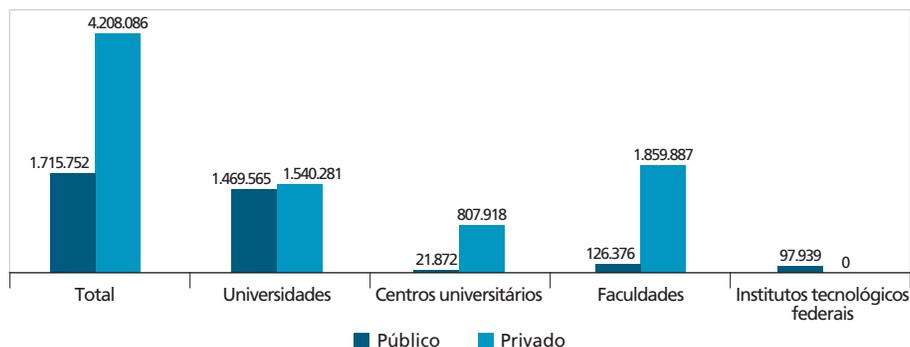
Fonte: Inep (2012).
Elaboração dos autores.

Considerando os últimos quinze anos, a matrícula no ensino superior cresceu 360%. Passou de 1.759.703 estudantes, em 1995, para 7.037.688, em 2012, incluindo matrículas em cursos presenciais e a distância. Constata-se um crescimento da matrícula nas IES públicas federais, mas que não chegou a alterar o peso do setor privado no

conjunto do sistema. Em 2012, a matrícula no ensino de graduação presencial foi de 5.923.838 estudantes, dos quais 73,6% no setor privado.

GRÁFICO 3

Matrículas em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e status administrativo



Fonte: Inep (2012).
Elaboração dos autores.

A distribuição da matrícula por tipo de instituição é a seguinte: nas universidades, 3.632.373 matrículas (53,8%); nos centros universitários, 921.019 (13,6%); nos institutos tecnológicos, 101.626 (1,5%); e nas faculdades, 2.084.671 (30,9%) (Inep, 2012). A educação a distância vem crescendo rapidamente nos últimos anos. Em 2006, contava com 4,4% da matrícula da graduação (207.206 estudantes), e em 2012 já computava 15% das matrículas (1.113.850 estudantes). Quando analisado o crescimento da matrícula por tipo de instituição, observa-se um maior crescimento nas IES não universitárias, significativamente no setor privado, como mostra a tabela 1.

TABELA 1

Número de matrículas presenciais, por tipo de IES e participação sobre o total (2001 e 2012)

	2001	2001 (%)	2012	2012 (%)
Total	3.030.754	100,0	5.923.838	100,0
Universidades	1.956.260	64,5	3.009.846	50,8
Pública	816.913	-	1.469.565	-
Privada	520.895	-	1.540.281	-
Não universidades	1.074.494	35,4	2.913.992	48,2
Pública	122.312	-	246.187	-
Privada	1.570.634	-	2.667.805	-

Fonte: Inep (2012).
Elaboração dos autores.

O Brasil, como já mencionado, não possui uma oferta de cursos diversificada. A matrícula no ensino superior concentra-se na graduação em cursos presenciais (85%) de quatro anos (ou mais) de duração. O restante da matrícula está dividido nos cursos tecnológicos (de dois ou três anos), nos cursos vocacionais de dois anos (sequenciais de formação específica) e nos cursos de educação a distância.

TABELA 2
Matrículas por nível, tipo de curso e modalidade de ensino (2012)

		Total
Graduação e pós-graduação: total		
Matrículas		7.261.801
Graduação		
Total de matrículas		7.037.688
Por tipo de curso	Bacharelado	4.703.804
	Licenciatura	1.366.588
	Tecnólogo	944.764
	Não aplicável	22.532
Por modalidade de ensino	Presencial	5.923.838
	A distância	1.113.850
Cursos sequenciais		20.396
Pós-graduação (mestrado e doutorado)		
Matrículas		203.717

Fonte: Inep (2012).
Elaboração dos autores.

Considerando o grau acadêmico, 5.923.838 alunos estavam matriculados nos cursos presenciais. A grande maioria deles está matriculada em cursos de bacharelado (4.703.804); na licenciatura encontram-se 1.366.588 alunos; e 944.764 estão em cursos de formação de tecnólogos. O número de concluintes do ensino de graduação pulou de 352.305, em 2001, para 865.161, em 2011.

Na educação a distância, a maioria dos alunos encontra-se em cursos de licenciatura com 426.241 matrículas; no bacharelado, 268.173; e em cursos tecnológicos, 235.765 (Inep, 2011).

Uma característica que distingue as IES públicas das privadas é o turno em que os cursos são oferecidos. Na maioria das IES públicas os cursos são diurnos, enquanto nas IES privadas eles são oferecidos no turno da noite. Os cursos noturnos concentram 63% das matrículas presenciais. As instituições públicas, nos últimos anos, vêm aumentando proporcionalmente o atendimento noturno que, em 2012, representava 18% das matrículas presenciais (660.072). Mas é nas instituições privadas que o atendimento

noturno tem aumentado progressivamente, atingindo, em 2012, o correspondente a 82% das vagas, totalizando 3.078.507 matrículas.

A expansão do ensino superior brasileiro, além de marcada pela presença sempre crescente do ensino privado, desenhou um padrão principal de oferta de vagas com forte ênfase nas carreiras e nos cursos de menor custo de implantação, a saber, os cursos das áreas de ciências humanas e de ciências sociais aplicadas (Nunes, 2007a). No Brasil as profissões são regulamentadas, mas há um vasto campo no setor público, e mesmo no setor privado, que pode ser executado por qualquer profissional com diploma superior. O Brasil se caracteriza como uma sociedade em que predomina a área de serviços, e neste contexto as carreiras preferenciais, como direito e administração, emergem como recurso polivalente, favorecendo a percepção de que podem abrir muitas portas no mercado de trabalho (Nunes, 2007b; Menezes Filho, 2012).

TABELA 3

Total de matrículas na graduação presencial, por grande área de curso e crescimento no período (2000-2012)

	2000	2012	Crescimento (%)
Total	2.694.245	5.923.838	119,87
Educação	584.664	913.648	56,27
Humanidade e artes	88.559	155.964	76,11
Ciências sociais aplicadas	1.112.142	2.416.486	115,35
Ciências, matemática e computação	233.726	406.236	73,81
Engenharia, produção e construção	234.497	865.301	269,00
Agricultura e veterinária	63.260	163.034	157,72
Saúde	323.196	862.497	166,42
Serviços	44.201	115.110	160,42

Fonte: Inep (2012).
Elaboração dos autores.

A tabela 3 indica a grande concentração de matrículas na área de ciências sociais aplicadas (41%). A transformação recente da estrutura produtiva e de crescimento econômico passou, no entanto, também a demandar perfis profissionais mais técnicos, com formação nas áreas de engenharia. O crescimento da matrícula nas carreiras das engenharias (269% entre 2000 e 2012) evidencia esse movimento de reação do sistema de ensino superior à demanda do mercado de trabalho. Contudo, ainda é uma matrícula muito baixa. Iniciativas do governo federal têm buscado estimular o crescimento das vagas nos cursos tecnológicos e de engenharia (Gusso e Nascimento, 2011).

É interessante observar que no Brasil a presença feminina no ensino superior é maioria. Cinquenta e sete por cento das matrículas são de mulheres e, entre os

concluintes, a participação feminina é de 60,9%. Constatase que metade dos alunos dos cursos presenciais tem até 24 anos, sendo que os alunos 25% mais jovens têm até 21 anos e os 25% mais velhos possuem mais de 29 anos. Em média, os alunos dos cursos presenciais possuem 26 anos. Nos cursos a distância, metade dos alunos tem até 32 anos; os 25% mais jovens têm até 26 anos; e os 25% mais velhos têm mais de 40 anos. Os alunos dos cursos a distância, possuem, em média 33 anos. Esses dados indicam que os cursos a distância atendem a um público com idade mais avançada (Inep, 2012).

Constata-se, ainda, uma acentuada diferença étnico-racial entre os estudantes que frequentam o ensino superior. Mais da metade (62,6%) dos estudantes brancos de 18 a 24 anos estão no ensino superior, contrapondo os 28,2% dos estudantes negros, desta faixa etária, que estão neste nível de ensino. Evidencia-se, também, um atraso série-idade da população não branca, em que metade ainda está no ensino médio e um percentual significativo (18,2%) ainda frequenta o ensino fundamental.

O total de docentes atuantes no sistema de ensino superior do país, em 2012, era 378.939. Com efeito, do total de docentes do ensino superior no Brasil, 31% possuem pouco mais do que a formação básica de nível superior – 39% possuem o título de mestre e 30% o de doutor. Nas IES públicas, 50% possuem o título de doutor e 30% o de mestre. Nas IES privadas, apenas 18% dos docentes possuem o título de doutor, pouco mais de 40% possuem o título de mestre e cerca de 40% possuem apenas a graduação e alguma especialização (Inep, 2012).

Quando se considera os dados da pós-graduação em referência à necessidade de qualificação dos docentes do ensino superior, tem-se uma ideia da perspectiva de crescimento com que se deve considerar esse nível de ensino. A expectativa de qualificação no nível de doutorado alcançava 248.415 professores, o que equivale, hoje, a 3,5 vezes mais do que o total de doutorandos no sistema. Uma nova onda de expansão do ensino superior aumentaria em muito esta demanda.

5 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

Atualmente a expansão do ensino superior enfrenta alguns desafios, como a expansão das IES públicas, uma maior inclusão de jovens de baixa renda no sistema, e as alternativas de financiamento para os estudantes que dependem do setor privado para sua formação. Estes desafios vêm sendo enfrentados com programas específicos, de naturezas diferentes, com recursos públicos, mas cujas execuções ainda enfrentam muitos problemas.

A ampliação do acesso e a maior inclusão social no ensino superior deu-se com a introdução de dois programas importantes, o das políticas afirmativas no setor público e o Prouni, uma política governamental implementada no setor privado (Neves, Morche e Anhaia, 2011).

5.1 Políticas afirmativas

A primeira iniciativa ocorreu em 2001, com a Lei nº 3.708 do estado do Rio de Janeiro, que instituiu a reserva de 40% das vagas das universidades estaduais para negros e pardos (Rio de Janeiro, 2001). Hoje existem diferentes modelos de políticas afirmativas (PA), quais sejam: as cotas raciais, as cotas sociais para alunos oriundos de escolas públicas e o modelo de acréscimo de bônus. A modalidade de acréscimo de bônus no vestibular é adotada pelas IES paulistas e por algumas federais. Na Universidade de Campinas (Unicamp), por exemplo, todos os candidatos que estudaram em escola pública no ensino médio recebem 60 pontos de acréscimo na nota final do vestibular e mais 20 pontos se autodeclararem-se pretos ou pardos (Pedrosa *et al.*, 2006; Unicamp, 2004). A USP utiliza o sistema de pontuação, no qual um fator percentual de acréscimo é aplicado às notas da fase 1 e 2 do processo de seleção, variando conforme o número de acertos, apenas para alunos da rede pública (USP, 2006).

Recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, a constitucionalidade das cotas raciais. Para o STF, as políticas afirmativas não violam o princípio da igualdade, nem institucionalizam a discriminação racial, como defendiam os oponentes às cotas. A decisão unânime do STF em favor das cotas raciais no ensino superior gerou muitas controvérsias, no entanto, para os movimentos sociais de defesa das cotas, a decisão foi uma vitória.

Em agosto de 2012 foi sancionado o decreto que regulamenta a Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas. O decreto detalha as regras e o cronograma de implementação do novo sistema de distribuição de vagas no sistema federal de ensino superior. A lei prevê que as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas entre negros, pardos e indígenas (Brasil, 2012). As universidades e institutos federais terão quatro anos para implantar progressivamente o percentual de reserva de vagas estabelecido pela lei, mesmo as que já adotam algum tipo de programa afirmativo. Muitas IES já implantaram as mudanças nos exames de seleção.

As políticas afirmativas são políticas que visam a uma maior diversidade e inclusão social ocupando, no entanto, as vagas já existentes. Uma consequência da política de cotas é o redirecionamento dos candidatos que disputariam as vagas por mérito, para outras IES, com grande probabilidade de estas serem privadas.

5.2 Prouni

O Prouni é um programa do governo federal que tem como objetivo a concessão de vagas para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em contrapartida, as IES que receberem

alunos beneficiados pelo programa terão isenção de alguns tributos. Ele foi regulamentado por meio de Medida Provisória nº 213/2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005 (Brasil, 2005).

O programa prevê a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (de 50% e 25%), para cursos de graduação tradicionais (duração de quatro anos) e sequenciais de formação específica (dois anos). Desde 2007, possibilita, também, aos bolsistas parciais que recorram ao financiamento do valor restante das mensalidades por meio do Fies da Caixa Econômica Federal. Para um candidato ser contemplado pela bolsa integral,⁶ a renda familiar (*per capita*) não pode ser superior a 1,5 salário mínimo (R\$ 1.086); quanto à bolsa parcial, pode ser concedida para estudantes com renda *per capita* familiar de até três salários mínimos (R\$ 2.172). Também é necessário que o candidato tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral (Anhaia, 2012).

O candidato é selecionado por sua pontuação no Enem. A partir de 2009, passa a ser exigido o mínimo de 450 pontos (em um total de 1.000) na média das cinco notas obtidas nas provas do exame⁷ (Anhaia, 2010). Cabe ressaltar que, quanto maior a nota obtida, maiores são as chances de o candidato escolher o curso e a instituição em que irá estudar.

Desde sua criação até 2011, o Prouni ofertou 1.128.718 bolsas, das quais 748.788 foram ocupadas. Cerca de 70% são bolsistas integrais. Atualmente, 3.664 pessoas com deficiência e 6.587 professores da escola básica pública também estão sendo beneficiados pelo programa. Quanto à modalidade de ensino, a maioria encontra-se matriculada em cursos presenciais (Brasil, 2011).

Os dados relativos à expansão da matrícula no nível superior revelam que essa expansão trouxe algumas mudanças na composição social dos estudantes.

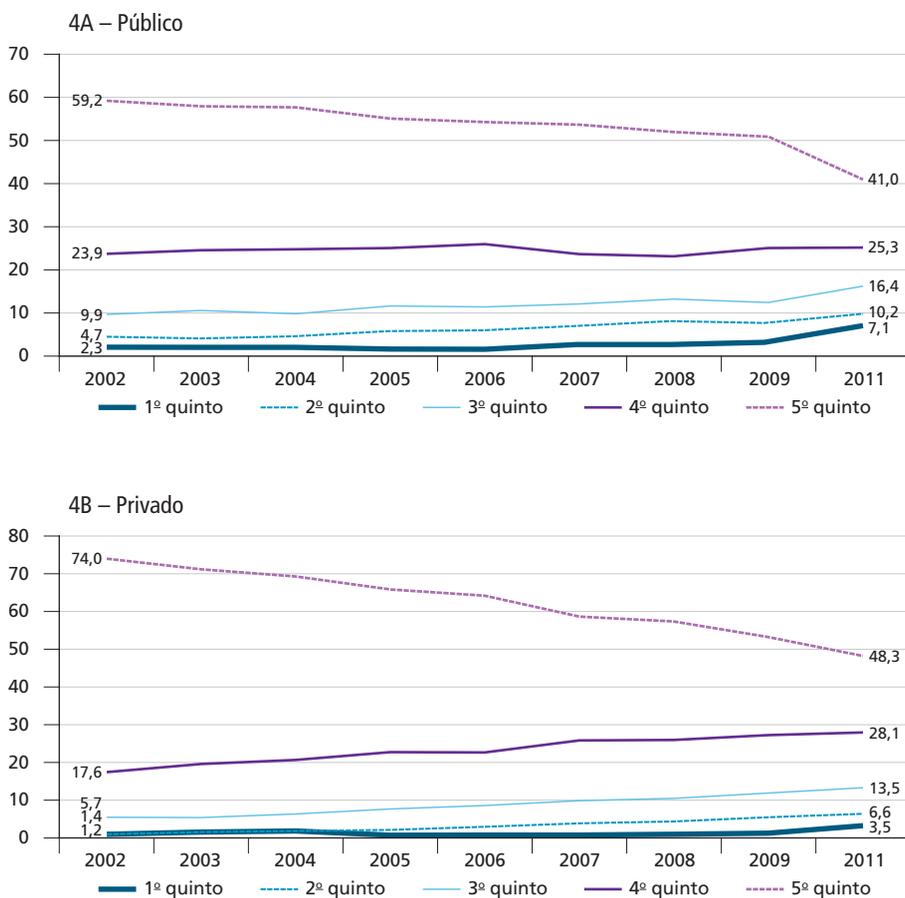
Tomando-se como indicador a renda familiar dos alunos, entre os matriculados no ensino superior público e privado, os dados mostram que não há diferença significativa entre um setor e outro. Mais de 50% dos estudantes são do último quintil, ou seja, oriundos das classes abastadas. No entanto, está havendo um crescimento, ainda que pequeno, da presença de alunos de baixa renda em ambos os setores de ensino, seja público seja privado, especialmente a partir de 2005, quando começaram a ser implantados programas de inclusão social nas IES.

6. O MEC colocou bolsas de permanência de R\$ 300 à disposição de 2,5 mil beneficiários do Prouni, aqueles que passam mais tempo em aula e por isso não podem trabalhar. O objetivo é ajudar a pagar despesas educacionais e incentivá-los a se dedicar e concluir o curso (Brasil, 2008).

7. As provas são: *i*) linguagens, códigos e suas tecnologias; *ii*) ciências humanas e suas tecnologias; *iii*) ciências da natureza e suas tecnologias; *iv*) matemática e suas tecnologias; e *v*) redação.

Comparando-se os dados entre 2002 e 2011, constata-se uma maior presença de alunos dos quintis mais baixos em IES do setor público, mas especialmente em IES do setor privado, resultado do Prouni. Nas IES públicas, os estudantes oriundos dos dois estratos de renda inferiores da população passaram de 7,0%, em 2002, para 17,3%, em 2011. Nas IES particulares essa variação foi de 2,6% para 10,1% no mesmo período. O estrato superior de renda teve sua participação percentual reduzida, nas IES públicas, de 59,2% para 41,0%, e nas IES particulares de 74,0% para 48,3% do total de matrículas.

GRÁFICO 4
Estudantes que frequentam o ensino superior, por categoria administrativa e quintos de renda familiar
 (Em %)



Fonte: Pnad/IBGE (2011).

5.3 Crédito educativo: Fies

O crédito educativo é um instrumento fundamental para a sobrevivência de parte significativa de setor privado. Em 1999 foi criado o Fies, com recursos provenientes da loteria federal e do orçamento do MEC. O Fies é destinado a financiar o curso de graduação de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Os alunos precisam estar regularmente matriculados em IES não gratuitas, e as IES precisam estar cadastradas no programa e serem aprovadas pelo MEC. O Fies é operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (Brasil, [s.d.]b).

A partir de 2005, o Fies passou a financiar 50% do valor da mensalidade que é repassado diretamente às IES. Conforme determina a Lei nº 10.260/2001, o crédito oriundo do Fies é feito em títulos da dívida pública – certificados financeiros do Tesouro que podem ser utilizados exclusivamente para quitação de obrigações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Brasil, 2001). O valor não financiado é pago diretamente às IES pelo estudante. O Fies também passou a conceder financiamento aos estudantes selecionados pelo Prouni para recebimento da bolsa parcial de 50%, regularmente matriculados em cursos de graduação. O Fies pode ser utilizado por estes estudantes para pagamento de 25% do valor da mensalidade (Brasil, [s.d.]b).

Nos últimos anos, o Brasil viveu um forte processo de crescimento e deu passos importantes no tocante à inclusão social. O impacto dessas medidas e programas mostra um crescimento, ainda que gradual, do percentual de estudantes oriundos das camadas mais pobres da população. Houve um grande investimento do governo federal no sistema de IES públicas federais. Novas universidades e novos *campi* universitários foram criados. Do mesmo modo, institutos federais tecnológicos foram implantados como reorganização de unidades preexistentes ou como resultado de investimentos em novas unidades. O crescimento da matrícula nas IES públicas federais voltou a crescer, mas não chegou a alterar, significativamente, o peso do setor privado no conjunto do sistema, que segue com 73,6% das matrículas. Ou seja, mesmo com o crescimento do setor público e com as novas políticas de inclusão, a democratização do acesso ao ensino superior ainda é muito limitada.

Assim, não se pode desconhecer que essa onda de expansão no setor público e no segmento privado não mudou, de modo categórico, a taxa líquida de matrícula no ensino superior brasileiro para jovens com idade entre 18 e 24 anos. Ela continua em torno de 14,9%, bem abaixo da taxa de países da região com níveis de desenvolvimento inferiores aos do Brasil. A comparação com os países da América Latina em estágio inferior de desenvolvimento lhe é francamente desfavorável. Esse novo cenário ameaça os esforços correntes com vistas à expansão e compromete as políticas de inclusão social.

6 SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Um dos fenômenos mais relevantes que ocorreu no ensino superior brasileiro contemporâneo diz respeito à emergência e ao desenvolvimento de um vigoroso sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu*, que cobre atualmente todas as áreas do conhecimento. O desenvolvimento da pós-graduação permitiu uma profunda renovação no ensino superior brasileiro, na medida em que propiciou a institucionalização da atividade de pesquisa nas universidades brasileiras, uma vez que as instituições que existiam até meados da década de 1960 desenvolviam fundamentalmente atividades de ensino. Até então eram raras as instituições universitárias que realizavam ao mesmo tempo o ensino e a pesquisa; esta era desenvolvida em centros de investigações específicas que mantinham tênues laços acadêmicos com as instituições universitárias (Teixeira, 1989).

Como foi assinalado anteriormente, a pós-graduação foi institucionalizada por meio da Reforma Universitária de 1968, que modernizou o sistema de ensino superior no Brasil. Deve-se também assinalar que a comunidade científica do país, desde a década de 1920, vinha se organizando e reivindicando a introdução da pesquisa nas universidades brasileiras (Schwartzman, 1979; Bomeny, 2001; Fernandes, 1990; Cavalcanti, 1995).

Na operacionalização da pós-graduação, os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs) constituíram um elemento crucial na construção da arquitetura e no desenvolvimento desse sistema. Desde meados da década de 1970 até o momento presente existiram cinco PNPGs. Ao contrário do ensino de graduação, que vinha passando por um acentuado processo de expansão desordenada, os PNPGs imprimiram uma direção macropolítica para a condução da pós-graduação, por meio da realização de diagnósticos e de estabelecimento de metas e de ações a serem alcançadas. Não se pode esquecer, também, que os PNPGs encontravam-se articulados com um amplo sistema de financiamento governamental de ciência e tecnologia (C&T). Desde o seu início até o presente momento as agências de fomento do governo federal, especialmente a Capes e o CNPq, têm mantido um contínuo e substancial apoio ao sistema nacional de pós-graduação, por meio de apoio financeiro à infraestrutura dos programas de pós-graduação, à criação e à manutenção contínua e sistemática de um amplo sistema de bolsas para apoiar os estudantes de mestrado e doutorado no país, à manutenção de um sistema de bolsas no exterior para realização de doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado, bem como o apoio aos docentes universitários para participar de eventos científicos no exterior (Martins, 2002).

As diversas ações implementadas a partir das metas e orientações dos PNPGs permitiram o desenvolvimento da pós-graduação e a obtenção de determinados resultados acadêmicos, tais como: *i*) integração da pós-graduação no interior do sistema

universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em diversas instituições; *ii*) profissionalização da carreira docente em determinados segmentos do ensino superior, especificamente nas universidades federais e em algumas universidades estaduais; *iii*) aumento da capacitação acadêmica do corpo docente do ensino superior, por meio de programas direcionados para a obtenção de mestrado e doutorado; *iv*) construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior, que tem contribuído para a reprodução do corpo docente e de pesquisadores; *v*) estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação; *vi*) participação sistemática de representantes da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pós-graduação; *vii*) implantação de um sistema nacional de avaliação dos programas realizado por meio de julgamento de pares etc.; *viii*) articulação da pós-graduação com a melhoria da formação docente nos níveis fundamental e médio; e *ix*) integração da pós-graduação com setores extra-acadêmicos, visando ao desenvolvimento econômico e social do país (Hostins, 2006).

Os PNPGs e outras medidas correlatas permitiram que a estrutura da pós-graduação fosse construída a partir de procedimentos bem definidos, tais como: *i*) acoplou-se o ensino à pesquisa, estabelecendo-se um número limitado de disciplinas, articuladas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos; *ii*) criou-se um eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses; e *iii*) articulou-se a vida acadêmica nacional com centros relevantes da produção científica internacional. O resultado dessa estrutura acadêmica tem permitido a ampliação significativa da comunidade científica nacional e um expressivo crescimento de sua produção intelectual. A pós-graduação tem exercido também um papel dinamizador na renovação de campos específicos do saber por meio da introdução incessante de novas questões para a investigação (Martins, 2003).

Em um sistema de ensino superior amplamente dominado, em termos quantitativos, por instituições privadas, a pós-graduação tem se concentrado desde o seu início fundamentalmente em universidades públicas. Eram essas instituições que abrigavam a massa crítica quando se desencadeou o processo de instalação dos cursos de pós-graduação. Foram também essas instituições que criaram pró-reitorias voltadas especificamente para o desenvolvimento da pesquisa e cursos de pós-graduação em suas respectivas universidades.

No nível da pós-graduação (mestrado e doutorado), o quadro geral é, também, de forte crescimento. O número de cursos de mestrado cresceu de 1.235, em 1998, para 3.342, em 2012. Os cursos de doutorado foram de 792 para 1.738 no mesmo período. A matrícula nos cursos de mestrado era de 49.397 estudantes, em 1998, e passou para 124.239, em 2012. No doutorado, o número de pós-graduandos cresceu de 26.697, em 1998, para 79.478, em 2012. Neste mesmo ano ocorreu a titulação de 42.878 mestres e de 13.912 doutores (Capes, [s.d.]a).

Três estados, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, concentravam 49,4% das matrículas nos cursos de mestrado e 60% das matrículas no doutorado em 2011. Estes dados, por impressionantes que pareçam, apenas refletem o tamanho da população universitária e os níveis de desenvolvimento relativo desses mesmos estados no cenário nacional.

Ao contrário do que ocorre no ensino de graduação, em que se verifica um nítido predomínio quantitativo dos cursos da área de ciências sociais aplicadas, constata-se, na pós-graduação, um relativo equilíbrio quanto à distribuição dos cursos de mestrado e de doutorado entre as diversas áreas do conhecimento.

Conforme foi assinalado anteriormente, criou-se, no interior da pós-graduação, um sistema nacional de avaliação dos programas, realizado pelos pares, que se transformou em um dos mecanismos responsáveis pelo seu êxito. Desde sua implantação, na metade da década de 1970, o sistema de avaliação vem sendo periodicamente revisto visando ao seu aprimoramento. O sistema de avaliação abrange dois processos distintos que, no entanto, mantêm relações entre si. O primeiro deles compreende a realização do acompanhamento anual dos programas e a avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o sistema nacional de pós-graduação. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de 1 a 7, além de hierarquizar academicamente os programas, fundamentam a deliberação do CNE sobre quais cursos obterão a renovação legal para poder continuar funcionando no triênio posterior. A segunda modalidade compreende a avaliação das propostas de cursos novos de pós-graduação, na qual verifica-se se elas atendem ao padrão de qualidade requerido nesse nível de formação (Moreira, Hortale e Hartz, 2004; Gatti *et al.*, 2003).

Os dois processos – avaliação dos programas e avaliação das propostas de novos cursos – são baseados em um mesmo conjunto de princípios e normas acadêmicas estabelecido e realizado pelos mesmos agentes: os representantes das áreas de conhecimento, que são indicados pelos programas e auxiliados por um comitê de consultores acadêmicos provenientes dos programas de pós-graduação. O sistema de avaliação visa impulsionar o aprimoramento acadêmico de todo o sistema nacional de pós-graduação, apontar para cada programa seus pontos fortes em termos acadêmico, e os desafios que ele necessita enfrentar para alcançar um elevado nível de qualidade acadêmica. Esse sistema, além de permitir o avanço de cada programa e do sistema como um todo, tem dotado o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e a evolução da pós-graduação, e também oferecido importantes subsídios para a definição da política de desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação.

7 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Por fim, cabem alguns comentários sobre o mais recente desafio que as universidades precisam enfrentar: o da internacionalização das suas ações. No Brasil, o tema geral da internacionalização das universidades começou a ganhar espaço na agenda de preocupações de acadêmicos, gestores universitários e na política para o ensino superior sob o impacto da publicação dos *rankings* internacionais e da disseminação do conceito de *world class universities*. Não se assiste, no entanto, a um debate sistemático sobre o tema e, menos ainda, à explicitação de diretrizes e de estratégias claras que possam nortear o comportamento institucional.

Algumas instituições têm desenvolvido suas próprias concepções e estratégias, sem que isso contamine positivamente o conjunto do sistema. A formação das melhores instituições universitárias tem forte relação com o trabalho de missões acadêmicas no exterior. A consolidação da pós-graduação reforçou esse processo. No entanto, os acordos fundadores e a formação de professores e técnicos em instituições do exterior não asseguram uma tendência à internacionalização das respectivas IES. Com frequência, as instituições beneficiadas por esses processos delimitaram-se a projetos institucionais com alcance mais restrito.

Tradicionalmente, as IES brasileiras têm poucos recursos e instrumentos para desenvolver planos consistentes e próprios de inserção internacional. Elas são dependentes, na maior parte dos casos, dos programas de apoio mantidos pelas agências de fomento (Capes, CNPq etc.). Esses programas não contemplam, por exemplo, o apoio a planos estratégicos das instituições. Apoiam projetos específicos de cooperação com este ou aquele país e, sobretudo por meio do custeio da mobilidade acadêmica.

O Brasil mantém programas destinados a apoiar estudantes de países latino-americanos e da África em cursos de graduação (Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC/G) e de mestrado e doutorado em IES do país (Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação – PEC/PG). Esses programas são uma resposta a impulsos da política externa do país de aproximação com os países dessas duas regiões. Ao longo dos últimos vinte anos muitos estudantes apoiados por esses programas concluíram seus estudos no Brasil. Essa experiência não chegou a gerar políticas institucionais de atração e acomodação de estudantes estrangeiros e menos ainda de criação de comunidades organizadas de ex-bolsistas no Brasil em seus países de origem. As IES têm apenas reagido à demanda existente que lhe é encaminhada ou que surge espontaneamente (Capes, 2012).

Em outro plano, tem ficado sempre mais evidente que o Brasil vive uma situação peculiar. É possível reconhecer a investida de IES estrangeiras sobre o mercado do ensino superior nacional por meio da oferta de ensino a distancia. Isto ocorre e uma dimensão ainda restrita e confinada à especialização, aos mestrados

em administração de negócios (em inglês *master of business administration* – MBAs) e a oportunidades de educação continuada em geral.

Recentemente destaca-se a crescente presença de grupos educacionais estrangeiros e econômicos no “mercado” do ensino superior brasileiro. Nos últimos anos, instituições de educação superior *for profit* internacionais e grupos de investidores estrangeiros começaram a assumir diretamente, ou em parceria com grupos brasileiros, o controle de IES particulares com fins lucrativos no país. Não está claro se esses grupos imporão modelos e padrões pedagógicos e gerenciais importados do exterior. O processo de fusão e concentração está em aceleração. Alguns grupos já alcançam números impressionantes de vagas e matrículas, como, por exemplo, o grupo Anhanguera (Sampaio, 2011).

O Programa Ciência sem Fronteiras pretende ser de grande impacto no contexto da internacionalização. Sua face mais visível é a da mobilidade de milhares de estudantes de graduação de áreas tecnológicas e biomédicas para estágios em centros acadêmicos consolidados. O programa almeja, no entanto, criar condições para uma forte mobilidade de estudantes de doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutores e pesquisadores seniores. É seu objetivo, também, fortalecer a atratividade do Brasil para jovens doutores e pesquisadores de outros países. As previsões de recursos para a atração de pessoal qualificado para a pesquisa e a pós-graduação são muito boas e encorajadoras (Brasil, [s.d.]a).

É muito recente o movimento das mais importantes universidades no sentido de definir estratégias e perseguir objetivos institucionais mais abrangentes e complexos no tocante à internacionalização. Isto envolve a integração da universidade em redes internacionais de ensino de graduação, o aprimoramento da infraestrutura e o estímulo aos grupos de pesquisa em áreas de ponta, de modo que possam se constituir em polos de atração de doutorandos e pós-doutorandos. Ou seja, trata-se de afirmar, crescentemente, a universidade como uma referência internacional em áreas do conhecimento e pesquisa consideradas estratégicas, reforçar as parcerias simétricas e abrir o ensino à exposição internacional e à competição global.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

O Brasil vem se destacando como nova potência mundial emergente. Esse processo é marcado pela retomada do crescimento da economia e pela maior inserção internacional do país no cenário da globalização. Vários fatores contribuíram para essa condição. Entre eles, podem ser mencionados a consolidação das instituições políticas democráticas, o sucesso de políticas de inclusão social e a incorporação de grandes contingentes da população ao mercado consumidor.

Em decorrência, ocorreu a emergência de uma nova onda de pressão por acesso ao ensino superior. Assiste-se, assim, a um acelerado crescimento das matrículas

que precipita, no entanto, o reconhecimento de gargalos e a necessidade de implementação de políticas capazes de resolvê-los e de assegurar uma resposta adequada, ao sistema como um todo, às demandas social e econômica.

O crescimento das matrículas é evidente e notável no ensino superior brasileiro, no entanto, revela-se insuficiente quando confrontado à dimensão e às expectativas da população brasileira e em que pese o enorme aumento dos investimentos público e privado nesse nível de ensino. A persistência de enormes desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência no nível de ensino superior segue sendo um desafio urgente a ser enfrentado. A taxa líquida de matrícula no ensino superior no Brasil de apenas 14,9% da faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos, e a bruta de 28,12%, revelam uma situação crítica mesmo para os padrões da América Latina (IBGE, 2011; Unesco, 2010).

Os grandes e recorrentes desafios são o da expansão da matrícula com democratização do acesso e da diferenciação da oferta de ensino, de modo a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade, a excelência da formação oferecida e uma equação adequada de financiamento da expansão.

O Brasil, como foi exposto, possui um sistema de ensino superior que se construiu, nos últimos quarenta anos, marcado pela coexistência de dois setores: o público e o privado. No setor público, o Estado garante os investimentos e o financiamento pleno dos estudos. O setor privado sustenta-se fundamentalmente a partir do pagamento de mensalidades pelas famílias ou pelos próprios estudantes. O entrelaçamento entre poder público e o segmento privado dá-se pelo instituto da filantropia, por programas de crédito educativo e pelos subsídios diretos ou indiretos na forma de renúncia fiscal, negociação de dívidas etc. Deste modo, o poder público pretende oferecer oportunidades de acesso a contingentes de candidatos oriundos de camadas com renda familiar mais baixa, no ensino superior privado. Mesmo assim, atualmente observa-se o recrudescimento do problema do custeio da nova demanda de baixa renda, uma vez que a oferta de vagas no setor público gratuito cresce limitadamente e que os programas de subvenção direta ou indireta aos estudantes no segmento privado mostram-se muito aquém da demanda real.

O sistema de ensino superior brasileiro caracteriza-se, também, pela grande diversidade de tipos de instituições que o compõem, tanto no que diz respeito ao crescimento quanto ao perfil demográfico da demanda e da composição do corpo docente. Essas transformações foram fruto de programas e de medidas governamentais com impacto direto e indireto sobre o sistema, mas que não chegam a configurar uma política conceitualmente estruturada e abrangente. Iniciativas institucionais contam, igualmente, como motor das transformações observadas.

O ensino superior brasileiro estruturou-se, assim, como um campo acadêmico complexo e heterogêneo, com uma grande diversidade institucional. Tal como

ocorreu em diversos sistemas de ensino superior em uma pluralidade de países, a expansão que ocorreu nas últimas décadas no sistema brasileiro engendrou um campo acadêmico marcadamente heterogêneo (Shavit, Arum e Gamoran, 2007). Algumas universidades públicas (federais e estaduais) e determinadas universidades privadas (geralmente as confessionais) se organizaram, gradualmente, em torno de um modelo acadêmico fundamentado na qualidade do ensino e da pesquisa. Essas instituições criaram estruturas acadêmicas que propiciaram a produção científica institucionalizada, desenvolveram cursos de pós-graduação *stricto sensu*, promoveram a profissionalização da carreira acadêmica, adotaram o regime de tempo integral para seus docentes, preservaram a liberdade acadêmica, associaram as atividades de ensino e pesquisa e implantaram programas de iniciação científica em parceria com agências nacionais de fomento.

Por sua vez, as instituições privadas de perfil empresarial estruturaram suas atividades, tendencialmente, a partir da oferta de formação profissionalizante. De modo geral, essas instituições estão basicamente voltadas para uma estrita formação profissional e empregam basicamente professores horistas com baixa titulação acadêmica, que se dedicam, em sua maior parte, às atividades de ensino. Predomina a ausência de estruturas de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu* consolidadas. Esta oferta de formação profissional procura acompanhar a diversidade da demanda e sua capacidade de financiamento privado. Por isso mesmo, concentra-se em modalidades com menor volume de investimento e maior apelo mercadológico. O crescimento e a lucratividade do ensino superior privado têm atraído grupos de investidores estrangeiros e assiste-se, hoje, a formação de conglomerados educacionais que controlam centenas de milhares de matrículas.

Nesse cenário, os desafios da qualidade e da inclusão social no ensino superior brasileiro são prementes. Seu enfrentamento requer uma ação coordenada, uma nova reforma consistente de desenvolvimento e o aprimoramento deste sistema de ensino que vise ao longo prazo.

Ao longo da segunda metade da década de 1990 e dos primeiros anos do novo século, quando se viveu uma segunda onda de crescimento do sistema, o tema da reforma do ensino superior foi alçado ao primeiro plano da agenda pública de discussões neste campo. Temas como o da autonomia financeira e de gestão das IES públicas e o da supervisão e controle da iniciativa privada ganharam os debates. Dificuldades de ordem política impediram a transformação de propostas discutidas, neste contexto, em um projeto sistemático de reforma. Em 2004, o governo federal apresentou um projeto de reforma universitária que, ao contrário da realizada em 1968, foi amplamente debatido pela comunidade acadêmica e pela sociedade civil. Entre outros aspectos, o projeto buscava recuperar o papel do Estado como ator central na condução do sistema de ensino superior, estabelecendo um

marco regulatório para o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados. Procurava, também, recuperar a importância das instituições federais, estipulando que a União aplicaria nelas, durante dez anos, um valor nunca inferior a 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, excluindo desse montante as despesas realizadas com os aposentados. Este projeto de reforma universitária encontra-se, no entanto, paralisado no Poder Legislativo, por ser objeto de apreciações divergentes (Martins, 2006). O poder público já deu mostras de desinteresse na sua tramitação.

Desde então, o governo decidiu fazer política de ensino superior por meio de medidas focadas em temas e aspectos da realidade do sistema federal de ensino superior. Aparentemente, a intenção passou a ser a de construir uma reforma como resultado dos efeitos somados de medidas pontuais, como as políticas de inclusão social, a expansão do setor público, o fomento à internacionalização por meio de programas específicos, como o Ciências sem Fronteiras. No campo do ensino superior privado, o governo prevê, sem estar ainda concretizada, a criação de órgão específico que concentraria as funções de regulamentação e supervisão e as somaria com a de avaliação.

Essas medidas tiveram e têm impacto sobre a realidade do ensino superior. Mostram-se, no entanto, insatisfatórias. Algumas sofrem de descontinuidade; outras evidenciam alcance limitado; outras, ainda, acabam descaracterizadas quando são efetivamente implementadas. Somente uma ampla reforma, conduzida com elevado espírito público e clareza de objetivos poderá traçar novos caminhos para o sistema de ensino superior, tendo como horizonte os desafios da inserção do Brasil no cenário internacional da globalização.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior**: Estado x mercado. São Paulo; Piracicaba: Cortez Editora; Editora Unimep, 2003.
- ANHAIA, B. C. **O Programa Universidade para Todos**: análise da política, do impacto e das vivências dos bolsistas. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- _____. Políticas públicas e sociais para a equidade: um estudo sobre o Programa Universidade para Todos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, 2012.
- BOMENY, H. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

_____. Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999.

_____. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/XIWGD9>>.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/xhIhqC>>.

_____. Ministério da Educação. **Revista ProUni**, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/1ZNzWW>>.

_____. Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/l5OKNA>>.

_____. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos**. [s.l.]: MEC, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/B24HKk>>.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Institucional**. [s.l.]: [s.d.]a. Disponível em: <<http://goo.gl/iytaJb>>.

_____. _____. **Financiamento Estudantil**. [s.l.]: [s.d.]b. Disponível em: <<http://goo.gl/vi4Eo6>>.

CAVALCANTI, M. E. **Política de pós-graduação**: um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: Editora da UFScar, 1995.

CUNHA, L. A. C. R. A expansão do ensino superior: causas e consequências. **Revista Debate e Crítica**, n. 5, p. 27-58, 1975.

_____. **A universidade reformada**: o Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 1.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03). Disponível em: <<http://goo.gl/CJOMvi>>.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/gt2Hle>>.

FERNANDES, A. M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

GATTI, B. *et al.* O modelo de avaliação da Capes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 137-142, 2003.

GUSSO, D. A., NASCIMENTO, P. A. M. **Contexto e dimensionamento da formação de pessoal técnico científico e de engenheiros**. Brasília: Ipea, fev. 2011. (Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, n. 12).

HOSTINS, R. C. L. Os planos nacionais de pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan.-jun. 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011**: síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/n6x0Uh>>.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2011**. Brasília: Inep; MEC, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tYbnLd>>.

_____. **Sinopse estatística e microdados do censo da educação superior 2010**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/VrOc7K>>.

MARTINS, C. B. **Le nouvel enseignement supérieur privé au Brésil (1964-1983)**: rencontre d'une demande sociale et d'une opportunité politique. 1986. Tese (Doutorado), Universidade de Paris V, Paris, 1986.

_____. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. São Paulo : Cortez Editora, 1988.

_____. **O papel da Capes na formação do sistema nacional de pós-graduação**. Brasília: Capes/MEC; Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. A pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro. *In*: MORHY, L. (Org.) **Universidade em questão**. Brasília: Editora UnB, 2003.

_____. Uma reforma necessária. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, número especial, p. 1001-1020, 2006.

MARTINS, C. B.; VIEIRA, M. M. **Educação superior e os desafios no novo século**: contextos e diálogos Brasil-Portugal. Brasília: Editora da UnB, 2014. No prelo.

MENEZES FILHO, N. **Apagão de mão de obra qualificada?** As profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010. São Paulo: USP; Brain Brasil Investimentos e Negócios, 2012. (Policy Papers, n. 4). Disponível em: <<http://goo.gl/vsRSjJ>>.

MOREIRA, C. O; HORTALE, V. O; HARTZ, Z. A. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, v. 1, n. 1, p. 26-40, jul. 2004.

NEVES, C. E. B. A estrutura do ensino superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (Org.) **A educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002.

_____. **Using social inclusion policies to enhance access and equity in Brazil's higher education.** In: KNIGHT, J. (Ed.). Financing access and equity in higher education. Rotterdam; Taipei: Sense Publishers, 2009. p. 169-188.

NEVES, C. E. B.; MORCHE, B.; ANHAIA, B. C. Educação superior no Brasil: acesso, equidade e políticas de inclusão social. **Controversias y Concurrencias Latino-americanas**, ano 3, v. 4, p. 123-140, 2011.

NUNES, E. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 190-215, jan.-jun. 2007a. Disponível em: <<http://goo.gl/uPfhV>>.

_____. **Desafio estratégico da política pública:** o ensino superior brasileiro. Rio de Janeiro: Observatório Universitário; Universidade Cândido Mendes, 2007b. Disponível em: <<http://goo.gl/eFkCNa>>.

NUNES, E.; CARVALHO, M.; ALBRECHT, J. V. **A singularidade brasileira:** ensino superior privado e dilemas estratégicos da política pública. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, jun. 2009. (Documento de Trabalho, n. 87). Disponível em: <<http://goo.gl/XETfng>>.

PEDROSA, R. *et al.* **Educational and socioeconomic background of undergraduates and academic performance:** consequences for affirmative action programs at a Brazilian research university. Presented at IMHE/OECD General Conference. Paris: IMHE; OECD, 2006.

RABELO, M. C.; BATALHA, P. O novo Enem e o sistema de seleção unificado. **ComCiência**, Campinas, n. 111, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/1fMHde>>.

RANIERI, N. B. S. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases.** São Paulo: Edusp, 2000.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, 2001.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, ano 2, n. 4, p. 28-43, jul. 2011. SCHWARTZMAN, J. O financiamento das instituições de ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Ed.). **A educação superior no Brasil.** Brasília: Capes, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/XUAje9>>.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil.** Rio de Janeiro: Finep; Companhia Editora Nacional, 1979.

SHAVIT, Y.; ARUM, R.; GAMORAN, A. **Stratification in higher education: a comparative study**. Stanford: Stanford University Press, 2007. (Series Studies in Social Inequality).

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA E LA CULTURA. Instituto Internacional de la Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe. **Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/GOLH96>>.

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Comissão Permanente para os Vestibulares. **Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paaís)**. São Paulo: Comvest/Unicamp, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/Ieb438>>.

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp)**. Aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de maio de 2006. São Paulo: USP, maio 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/9CUi9X>>.

JUVENTUDE E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ana Maria Nogales Vasconcelos¹

1 INTRODUÇÃO

A partir da metade do século XX a população brasileira sofreu grandes transformações, marcadas pela transição demográfica e pelo processo acelerado de urbanização. De uma população muito jovem, com idade mediana de 18 anos nas décadas de 1950 e 1960, e 42% com idades inferiores a 15 anos, o Brasil mudou esse perfil para uma população em processo rápido de envelhecimento (gráfico A.1, no anexo A ao final deste capítulo). Em 2010, a idade mediana da população brasileira alcançou os 27 anos e a proporção de pessoas com menos de 15 anos de idade caiu para 24%. Conseqüentemente, houve um aumento substancial da população em idade ativa e de idosos. Segundo o censo demográfico de 2010, 65% da população tinha idades entre 15 e 59 anos, e 11% tinha 60 anos ou mais (Vasconcelos e Gomes, 2012). A distribuição da população no território também sofreu grandes mudanças: em 1950, 36% da população residia em áreas urbanas e, em 2010, esse percentual elevou-se para 84% (IBGE, 2010).

Nesse período de sessenta anos, a população brasileira quase quadruplicou o seu tamanho: de 51,9 milhões, em 1950, para 190,7 milhões, em 2010. A população jovem, entre 15 e 24 anos, acompanhou o ritmo de crescimento da população total até o ano 2000. Entre 2000 e 2010, a população jovem teve seu crescimento estagnado: o tamanho da população nessa faixa etária permaneceu em cerca de 34 milhões. Tal estagnação se deveu à queda drástica dos níveis de fecundidade observada em todo o país, sobretudo nas últimas três décadas. O número de filhos por mulher caiu de 4,4, em 1980, para 1,9, em 2010 (Vasconcelos e Gomes, 2012).

O atual momento da transição demográfica proporciona ao país condições muito favoráveis, conhecidas como bônus demográfico (Alves, 2008). Esse momento especial e que se prolongará por mais vinte anos, aproximadamente, caracteriza-se por

1. Doutora em demografia pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Professora no Departamento de Estatística e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB).

uma menor razão de dependência em relação à população em idade ativa (15 a 59 anos). Isso significa que a população em idade potencialmente produtiva é relativamente maior do que aquelas nos grupos etários infantojuvenis e idosos. Os investimentos relativos à educação e à saúde no início da vida são menores, e aqueles relativos ao envelhecimento da população, como saúde, previdência e assistência social, ainda não são tão elevados para a sociedade.

No entanto, as recentes projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) preveem uma população muito mais envelhecida nos próximos anos,² com redução de seu tamanho a partir da década de 2040 (IBGE, 2013). Conforme a população envelhece, a razão de dependência tenderá a aumentar, e a “janela de oportunidades” se fechará. Nesse cenário de maiores restrições, níveis elevados de escolarização da população em idade ativa contribuirão para que sejam alcançados maiores índices de produtividade econômica, e que os desafios do envelhecimento populacional possam ser mais facilmente enfrentados.

Nesse sentido, o PNE 2011-2020, proposto pelo governo federal e enviado como projeto de lei para o Congresso Nacional em 2010, prevê metas ambiciosas para aumentar e aprimorar a escolarização de crianças e jovens, que comporão o segmento populacional potencialmente produtivo em anos futuros (Brasil, 2010).

Investimentos governamentais e mudanças na legislação desde 1996 (Brasil, 1996; 2001), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) têm tido como foco principal a universalização da educação básica obrigatória e gratuita no país nos seus três segmentos – infantil, fundamental e médio –, buscando-se, assim, assegurar a frequência à escola de crianças e jovens de 4 a 17 anos. Aos 18 anos, o jovem teria concluído a educação básica e estaria apto a ingressar no ensino superior.

Com relação especificamente ao ensino superior, a Meta 12 do PNE estabelece “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (Brasil, 2010).

Não obstante tenha ocorrido recentemente uma significativa expansão do ensino superior no país via programas de assistência do governo federal, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) no setor privado, e o programa de Reforma Universitária (Reuni) no setor público (Inep, 2012), ainda resta um longo caminho a ser percorrido para que a meta proposta pelo PNE seja alcançada, como poderá ser constatado a partir dos dados apresentados neste capítulo.

Além da meta quantitativa de expansão do ensino superior, uma das questões que se coloca é a redução das desigualdades de acesso segundo características

2. Segundo projeções do IBGE, em 2040, 24% da população brasileira terá 60 anos ou mais de idade (IBGE, 2013).

socioeconômicas. Este capítulo apresenta um perfil educacional da população jovem brasileira, de 18 a 24 anos, e destaca as desigualdades segundo sexo, cor da pele, níveis de renda, local de residência (urbano/rural) e grandes regiões do país, com base nos dados do censo demográfico de 2010.

Este capítulo também apresenta um perfil das instituições e dos estudantes que cursavam o ensino superior em 2012, ano de realização do levantamento de dados do *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*, com base nos dados do censo da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação (MEC).

2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DE JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS NO BRASIL

Em 2010, o censo demográfico (IBGE, 2010) contabilizou aproximadamente 24 milhões de jovens entre 18 e 24 anos com distribuição no território semelhante à população total: 85% residentes em zonas urbanas, e 54% nas regiões mais desenvolvidas do país – Sudeste e Sul. Nessa faixa etária, observa-se uma distribuição igualitária segundo sexo, e uma proporção de pardos e pretos (54%) superior a de brancos (43%).

No que se refere ao nível de instrução, 53% dos jovens não haviam concluído o ensino médio e, portanto, não possuíam o requisito mínimo para o ingresso no ensino superior (tabela 1). Cabe destacar que um em cada quatro jovens não havia sequer concluído o ensino fundamental, o que certamente constitui uma limitação importante para o acesso ao mercado de trabalho. Por outro lado, outros 28% dos jovens haviam concluído o ensino médio, mas não haviam dado prosseguimento aos seus estudos. O difícil acesso ao ensino superior público e a falta de recursos para a frequência em instituições privadas são certamente obstáculos para a continuidade dos estudos entre esses jovens.

Quanto ao ensino superior, observa-se que somente 19,0% (14,5% em curso e 4,2% concluído) dos jovens entre 18 e 24 anos haviam alcançado esse nível de ensino (tabela 1). Esse percentual, uma aproximação da taxa líquida de matrícula no ensino superior, é muito inferior aos 33,0% estabelecido pelo PNE 2011-2020. No entanto, como pode ser constatado a seguir, essa proporção apresenta diferenças significativas quando recortada segundo características socioeconômicas e demográficas.

A residência em área urbana favorece em muito a escolarização do jovem e seu acesso ao ensino superior. Entre os residentes em áreas urbanas, 21,2% alcançam o ensino superior, contra apenas 4,6% dos residentes em áreas rurais. Ressalta-se que, entre esses últimos, 47,0% não haviam concluído o ensino fundamental em 2010.

TABELA 1

Brasil e regiões: características socioeconômicas e demográficas de jovens de 18 a 24 anos, segundo nível de instrução (2010)

Características	n	Educação básica (%)			Educação superior (%)	
		Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
Brasil	23.873.783	25,8	27,5	28,0	14,5	4,2
Situação do domicílio						
Urbano	20.263.076	22,0	27,1	29,6	16,5	4,7
Rural	3.610.710	46,7	29,4	19,3	3,6	1,0
Região						
Norte	2.179.363	35,3	28,9	23,7	9,8	2,4
Nordeste	7.027.473	34,4	27,8	25,9	9,9	2,1
Sudeste	9.603.118	19,8	27,0	31,2	16,6	5,5
Sul	3.262.617	20,0	27,7	27,4	19,5	5,4
Centro-Oeste	1.801.158	23,0	26,9	26,1	18,7	5,3
Sexo						
Masculino	11.960.510	30,1	28,5	25,6	12,6	3,1
Feminino	11.913.277	21,4	26,4	30,4	16,5	5,2
Idade						
18	3.370.998	27,7	41,5	19,5	10,7	0,6
19	3.261.924	25,8	32,1	25,6	15,5	1,0
20	3.392.380	25,3	27,6	28,1	17,4	1,5
21	3.425.855	24,7	24,9	30,0	17,6	2,7
22	3.505.030	25,6	23,4	30,5	15,6	5,0
23	3.416.675	25,6	22,1	30,9	13,4	8,0
24	3.500.924	25,7	21,4	31,4	11,7	9,9
Cor da pele						
Branca	10.654.189	18,1	24,7	29,0	21,5	6,6
Preta	1.856.407	32,8	30,0	27,2	8,0	2,0
Amarela	275.878	22,7	25,9	27,4	18,5	5,5
Parda	10.978.045	31,8	29,8	27,4	8,9	2,2
Indígena	103.557	55,3	24,9	14,6	4,5	0,7
Renda domiciliar <i>per capita</i> (SM)						
<1	13.284.566	35,1	31,9	26,2	5,7	1,1
1 a 3	7.638.549	12,1	23,7	35,4	22,5	6,3
3 a 5	1.033.075	4,5	12,5	20,2	45,6	17,3
5 a 9	570.682	3,3	9,6	13,1	52,7	21,3
10+	203.232	3,6	9,1	11,6	52,8	22,8

Fonte: IBGE (2010).

As desigualdades regionais também estão presentes: a proporção de jovens que têm acesso ao ensino superior é maior nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do que no Norte e Nordeste. Nessas duas últimas regiões, 12% dos jovens haviam

alcançado o ensino superior, contra 22% no Sudeste, 24% no Centro-Oeste e 25% no Sul (tabela 1). Agregam-se a essas diferenças os percentuais de conclusão dos ensinos fundamental e médio: no Norte e Nordeste, mais de 60% dos jovens não possuíam o requisito mínimo para ingressar no ensino superior, sendo que 35% não haviam concluído o ensino fundamental. No Sudeste e Sul, essas proporções estão em torno de 47% e 20%, respectivamente.

Com relação ao sexo, as mulheres são mais escolarizadas que os homens; entre elas, 21,7% alcançaram o ensino superior, enquanto entre eles essa proporção cai para 15,8%. Essas diferenças são observadas desde a conclusão do ensino fundamental: 30,1% dos jovens do sexo masculino não haviam concluído esse nível de ensino, contra 21,4% entre as mulheres.

Os diferentes perfis de escolaridade segundo a idade revelam a transição entre os níveis de ensino. Aos 18 e 19 anos, os jovens ainda encontram-se em processo de conclusão do ensino médio, e buscam ingresso no ensino superior. À medida em que a idade avança, a proporção de concluintes do ensino superior aumenta, mostrando possíveis trajetórias educacionais das gerações posteriores. Deve-se destacar, no entanto, que a proporção de jovens que não concluem o ensino fundamental se estabiliza em torno dos 25,5%, ou seja, torna-se muito difícil para o jovem recuperar os níveis iniciais de ensino depois do abandono em idades muito jovens.

No que se refere à cor da pele, são inegáveis as grandes diferenças nos perfis de escolaridade e de probabilidades de alcançar o ensino superior. Os jovens brancos têm níveis de escolaridade muito mais elevados que os pardos, pretos ou indígenas. Entre os brancos, 28,1% haviam alcançado o ensino superior, contra 11,1% entre os pardos, 10,0% entre os pretos e apenas 5,2% entre os indígenas. Os de origem asiática (amarelos) têm perfis de escolaridade mais próximos dos brancos, com 24,1% no ensino superior. Entre os jovens pardos e pretos, mais de 60,0% não concluíram o ensino médio, requisito mínimo para acessar o ensino superior, e entre os indígenas, essa proporção se eleva para 80,0%.

Mais expressivas ainda são as diferenças entre os perfis de escolaridade segundo níveis de renda. Entre os jovens com renda domiciliar *per capita* inferior a um salário mínimo (cerca de US\$ 295), correspondendo a 58% dos jovens brasileiros, as perspectivas de alcançar o ensino superior são muito distantes. Entre eles, apenas 6,7% cursavam ou haviam concluído esse nível de ensino em 2010. Já entre os jovens com renda domiciliar *per capita* de três ou mais salários mínimos, mais de 60% haviam alcançado o ensino superior, e essa proporção se eleva para mais de 70% entre aqueles com renda domiciliar *per capita* superior a cinco salários mínimos. Fica claro que o nível socioeconômico da família é um dos fatores preponderantes para o sucesso escolar do jovem e seu acesso ao ensino superior.

Em resumo, o acesso ao ensino superior é muito desigual no país, sendo mais provável entre jovens residentes em áreas urbanas, nas regiões Sudeste, Sul ou Centro-Oeste, do sexo feminino, brancos ou amarelos, com renda domiciliar *per capita* superior a um salário mínimo. Entre jovens com essas características, 25,4% cursavam o ensino superior e 9,3% já o haviam concluído. No outro extremo encontram-se os jovens pardos, pretos ou indígenas, com renda domiciliar *per capita* inferior a um salário mínimo, que representam 38,0% dos jovens entre 18 e 24 anos no país. Para esses jovens, o ensino superior constitui um sonho muito distante, que é alcançado por poucos: menos de 4,1% desses jovens cursavam o ensino superior em 2010, e apenas 0,7% o haviam concluído.

Fica evidente, portanto, que jovens que cursam o ensino superior constituem uma parcela pequena da juventude brasileira, com predominância urbana e de classes sociais superiores.

3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES E DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ainda que o acesso ao ensino superior seja desigual e muito mais provável entre jovens com níveis de renda mais elevados, é inegável a expansão do número de matrículas nas duas últimas décadas: de 1,5 milhão, em 1991, para 6,4 milhões, em 2010, e 7,1 milhões, em 2012 (Inep, 2012), alcançando uma taxa bruta de matrícula de cerca de 30%, mas ainda muito distante dos 50% estabelecidos pelo PNE 2011-2020.³

Segundo o censo do ensino superior, 2.416 instituições de ensino ofereceram cursos de nível superior no país em 2012, sendo que 13,0% eram públicas, 46,0% privadas sem fins lucrativos e 41,0% privadas com fins lucrativos. Essas instituições ofereceram 31.454 cursos, sendo que 35,0% deles foram oferecidos por instituições públicas que, por sua vez, receberam 27,0% das matrículas (tabela 2). Nota-se, portanto, a importância do setor privado no ensino superior brasileiro, representando mais de 70,0% das matrículas realizadas em 2012. Essa importância é ainda maior quando se considera o ensino a distância, que representa 15,8% das matrículas no ensino superior. Nessa modalidade, 59,0% das matrículas foram concentradas por instituições privadas com fins lucrativos, fato que alerta para uma avaliação da qualidade do ensino a distância oferecido por essas instituições.

3. De fato, após uma muito rápida expansão entre as décadas de 1950 e 1980, passando de 45 mil para 1,4 milhão de matrículas no ensino superior, observa-se, nas duas décadas seguintes, uma desaceleração desse crescimento, voltando a expandir fortemente a partir de 2000 (ver tabela A.1, no apêndice A ao final deste capítulo).

TABELA 2
Brasil: número de instituições, cursos e matrículas no ensino superior, segundo modalidade e categoria administrativa da instituição (2012)

Indicador	Categoria administrativa			Total
	Pública	Privada sem fins lucrativos	Privada com fins lucrativos	
Instituições				
<i>n</i>	304	1.123	989	2.416
(%)	13	46	41	100
Cursos				
<i>n</i>	10.857	11.562	9.035	31.454
(%)	35	37	29	100
Matrículas (total)				
<i>n</i>	1.897.818	2.601.821	2.558.445	7.058.084
(%)	27	37	36	100
Matrículas (presencial)				
<i>n</i>	1.716.194	2.329.116	1.898.816	5.944.126
(%)	29	39	32	100
Matrículas (a distância)				
<i>n</i>	181.624	272.705	659.629	1.113.958
(%)	16	24	59	100

Fonte: Inep (2012).

Com relação à distribuição das matrículas segundo regiões do país, tem-se que 46,0% são realizadas em instituições localizadas no Sudeste, 20,0% no Sul e 18,0% no Nordeste. No entanto, o perfil das instituições que oferecem essas matrículas é diferente segundo a região. No Sudeste, por exemplo, 51,0% das matrículas são realizadas em instituições privadas sem fins lucrativos, e apenas 19,0% são realizadas em instituições públicas. No Norte e no Nordeste, a participação das instituições públicas é muito maior, com 50,0% e 43,0%, respectivamente, das matrículas em 2012. Já no Sul e no Centro-Oeste, observa-se uma maior participação das instituições privadas com fins lucrativos, com 43,2% e 46,3%, respectivamente. Esses percentuais mais elevados nessas regiões se explicam pela maior proporção de matrículas na modalidade a distância, oferecidas principalmente por instituições privadas com fins lucrativos (33,4% no Sul e 22,3% no Centro-Oeste).

Considerando-se somente a modalidade presencial (5.994.112 matrículas), tem-se que 57% dos estudantes tinham idades inferiores a 25 anos em 2012, recorte etário estabelecido *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*. Essa proporção variou segundo a categoria administrativa da instituição de ensino, evidenciando que os estudantes das instituições públicas são mais jovens, em média, do que aqueles que estudam em instituições privadas

(65,0% com idades inferiores a 25 anos nas públicas, contra 56,1% e 50,4% nas privadas com e sem fins lucrativos, respectivamente – tabela 4).

TABELA 3
Brasil e regiões: número de matrículas segundo categoria administrativa da instituição e modalidade de ensino (2012)

Característica	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
<i>n</i>	439.397	1.294.418	3.232.727	1.416.255	675.287	7.058.084
Pública (%)	50,2	42,6	18,6	26,0	23,1	26,9
Privada sem fins lucrativos (%)	32,7	38,6	30,7	43,2	46,3	36,2
Privada com fins lucrativos (%)	17,1	18,8	50,7	30,8	30,7	36,9
Presencial (%)	90,6	93,5	88,7	66,6	77,7	84,2
A distância (%)	9,4	6,5	11,3	33,4	22,3	15,8

Fonte: Inep (2012).

Observa-se, também, que embora em todas as categorias administrativas exista a predominância de estudantes do sexo feminino (55,5%), nas instituições públicas a presença relativa de estudantes do sexo masculino é ligeiramente superior (47,0% contra 43,0% nas instituições privadas). Essa maior participação pode estar associada a uma maior proporção de matrículas em cursos tecnológicos e de ciências exatas realizadas nas instituições públicas do que nas privadas, nas quais a proporção de estudantes do sexo masculino é mais elevada.

No que diz respeito ao turno de estudo, verifica-se, da mesma forma, perfis diferentes de estudantes de acordo com a categoria administrativa da instituição de ensino. Nas instituições públicas, por exemplo, 37,7% dos estudantes estavam matriculados em cursos de turno integral, com maior exigência de tempo de dedicação aos estudos e com menor possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Já nas instituições privadas, a dedicação integral é muito pouco frequente, com mais de 70,0% dos estudantes matriculados frequentando o turno noturno, o que permite conciliar mercado de trabalho com estudos superiores.

Conclui-se, portanto, que os perfis dos estudantes se diferenciam segundo a região geográfica do país e a categoria administrativa da instituição de ensino, pública ou privada. De modo geral, a exigência do turno integral nas instituições públicas propicia aos estudantes maiores oportunidades de envolvimento em atividades de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino, o que pode conduzir a uma formação mais ampla e de melhor qualidade.

TABELA 4
Brasil: estudantes matriculados por grupos de idade, sexo e turno de estudo, segundo categoria administrativa da instituição (2012)

Característica	Categoria administrativa			Total
	Pública	Privada sem fins lucrativos	Privada com fins lucrativos	
<i>n</i>	1.716.194	2.329.116	1.898.816	5.944.126
	Idade (%)			
<20	15,8	12,8	11,1	13,1
20-24	49,4	43,3	39,3	43,8
25-29	18,6	20,4	22,1	20,4
30+	16,3	23,4	27,5	22,7
	Sexo (%)			
Feminino	53,1	56,4	56,6	55,5
Masculino	46,9	43,6	43,4	44,5
	Turno (%)			
Integral	37,7	6,5	3,2	14,4
Matutino	16,8	19,4	17,8	18,1
Vespertino	7,0	2,8	3,5	4,2
Noturno	38,5	71,4	75,5	63,2

Fonte: Inep (2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise descritiva do perfil educacional da juventude brasileira permite dimensionar os desafios para se alcançar as metas estabelecidas pelo PNE 2011-2020 e a redução das desigualdades no acesso ao ensino superior.

No que se refere ao aspecto quantitativo, o país deverá aumentar ainda mais a oferta de matrículas no ensino superior para atingir a meta de 50% para a taxa de matrícula bruta. Isso significa um acréscimo de cerca de 5 milhões de novas matrículas, chegando ao total de 12 milhões em 2020.

As desigualdades no acesso ao ensino superior mostradas neste capítulo indicam que investimentos para a inclusão de uma maior proporção de jovens nesse nível de ensino deverão ser realizados entre os jovens de renda mais baixa, que muito cedo deixam o sistema escolar, não completando os requisitos mínimos para o ingresso no sistema universitário. Esses jovens são majoritariamente pretos, pardos e indígenas, que deverão ter ampliadas as oportunidades de acesso, por meio das políticas de cotas estabelecidas para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior.

Fica evidente, por outro lado, que são as mulheres que têm tido maior sucesso no processo de escolarização no país, com maiores probabilidades de alcançarem o ensino superior em instituições públicas ou privadas. Por que o fracasso escolar é mais frequente entre os jovens do sexo masculino? O sistema escolar é pouco atrativo para esses jovens? A continuidade dos estudos estaria sendo dificultada pela necessidade da entrada precoce no mercado de trabalho? A violência urbana, que atinge em maior medida os jovens do sexo masculino, teria influência nesse processo? Todas essas possibilidades mencionadas acima certamente contribuem para o fracasso escolar dos jovens do sexo masculino e deverão ser consideradas para uma política de maior inclusão deles no ensino superior.

No que se refere à questão regional, os jovens residentes nas áreas urbanas das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste têm mais oportunidades de ingresso no ensino superior do que os residentes no Nordeste e no Norte, as regiões mais pobres do país. Essas maiores oportunidades nas regiões mais desenvolvidas são providas principalmente pelo setor privado, que congrega mais de 70% das matrículas nesse nível de ensino. Nessas instituições, o ensino superior é cursado majoritariamente no turno noturno, possibilitando a inserção do estudante no mercado de trabalho.

No entanto, são as instituições públicas, em geral as gratuitas, que oferecem o ensino de melhor qualidade e prestígio, exigindo dos estudantes mais tempo dedicado aos estudos, e oferecendo oportunidades de engajamento em atividades de pesquisa e extensão. Assim, tem-se perfis muito diferenciados dos estudantes segundo a categoria administrativa da instituição de ensino em que estudam. Os jovens estudantes das instituições privadas geralmente trabalham para pagar o seu sustento e o seu curso universitário, enquanto os jovens estudantes de instituições públicas têm maiores oportunidades de dedicarem-se integralmente aos seus estudos.

Para o levantamento de dados do *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*, consideraram-se os diferentes perfis de estudantes universitários segundo a categoria administrativa da instituição de ensino superior. Das seis instituições selecionadas, duas foram públicas e quatro privadas, o que trouxe uma maior aproximação do perfil médio do jovem universitário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/TDctJP>>.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/Iu4sYK>>.

_____. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: metas e estratégias**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/yIblc9>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/nxjv2N>>.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/yIblc9>>.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060 e projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2060**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/td1ccg>>.

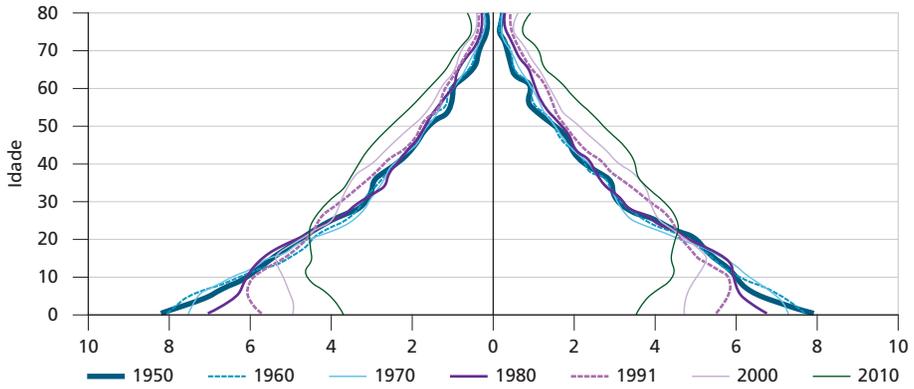
INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior (1991, 2000, 2010 e 2012)**. Brasília: Inep; MEC, out. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/WxnD5T>>.

MADURO JUNIOR, P. R. R. **Taxas de matrícula e gastos em educação no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/N2JSdq>>.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012. *On-line*.

ANEXO A

GRÁFICO A.1
Brasil: pirâmide etária (1950-2010)
(Em %)



Fonte: Vasconcelos e Gomes (2012).

APÊNDICE A

TABELA A.1
Brasil: população total, com idade entre 15 e 24 anos, e matrículas no ensino superior (1950-2010)

Ano	População		Matrículas no ensino superior
	Total	De 15 a 24 anos	
1950	51.827.765	10.493.454	44.458
1960	70.119.071	13.303.185	93.202
1970	94.215.625	19.158.680	425.478
1980	118.795.745	25.092.370	1.377.286
1991	146.822.882	28.546.011	1.565.056
2000	169.850.485	34.095.945	2.694.245
2010	190.755.800	34.227.652	6.379.299

Fonte: IBGE (2006), Maduro Junior (2007) e Inep (2012).
Elaboração da autora.

UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PÓS-INDUSTRIALISMO E GLOBALIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DIÁLOGO SINO-BRASILEIRO

Tom Dwyer¹

O cientista político norte-americano Samuel Huntington (1996) elaborou uma hipótese de que o mundo pós-Guerra Fria seria dominado por um confronto que não seria nem ideológico, nem econômico, mas entre as civilizações. As divisões entre os povos e as fontes de conflito seriam essencialmente de natureza cultural. Estas diferenças seriam a base dos conflitos políticos no mundo. A China e o Brasil aproximaram-se rapidamente no comércio e na área de relações internacionais. Nossa *survey*, além de produzir conhecimentos comparados, pode ser interpretado como um esforço que vai na contramão da hipótese de Huntington, buscando contribuir para evitar possíveis conflitos e apontando as bases de diálogo entre nossas civilizações.

Após uma rápida recapitulação sobre as relações históricas e contemporâneas entre o Brasil e a China, o capítulo investigará os valores. A família aparece como valor compartilhado pelos universitários nos dois países, e é a instituição na qual os jovens mais confiam. O pós-industrialismo e a globalização são dois processos que, por muitos teóricos, são avassaladores, aproximando e nivelando países, povos, economias e culturas. Examinam-se respostas para algumas perguntas sobre esses processos, e eventualmente outros dados relevantes. Descobrir-se-á convergências e divergências entre os dois países. Do ponto de vista político, em que existem convergências, pode-se estabelecer diálogos, divergências, pelo contrário, devem ser ou deixadas de lado ou gerenciadas. Neste capítulo serão examinadas imagens que os estudantes de cada país têm; descobrimos, por exemplo, uma confluência de valores em torno da questão ambiental, que é apontado como um possível terreno de cooperação entre nossas duas civilizações. Em outra análise identificou-se que os jovens, nos dois países, estão muito preocupados com o futuro e, em especial, com o mercado de trabalho e a falta de emprego adequado para suas qualificações,

1. Doutor em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador do Grupo de Estudos Brasil-China da Unicamp e pesquisador no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

fator de medo. Estes são exemplos de temas examinados que buscam investigar possíveis caminhos por meio dos quais o diálogo bilateral pode aumentar a compreensão mútua, permitir o estabelecimento de relações de confiança e evitar conflitos.

1 O CONTEXTO HISTÓRICO

Em termos históricos as relações entre a China e o Brasil estão vivendo o seu segundo grande período de contato. José Roberto Teixeira Leite (1999, p. 11) diz:

[D]o segundo terço do século XVI até pelo menos o segundo quarto do século XIX (...) ponderável influência chinesa atingiu o Brasil, que é digno de atenção; afetou o Brasil assumindo entre nós formas específicas e conotações inconfundíveis que se traduziram no devido tempo em hábitos, modos de viver e fazer que mesmo hoje, longe estão de se terem esgotado, fundamente arraigados como se acham na alma nacional.

O autor não trata da influência de produtos do colonialismo europeu conhecido como “chinesices” ou *chinoiseries*, mas de autêntica “influência chinesa sobre o Brasil Colonial ou já nos tempos do Império: sob tal aspecto quer-nos parecer que o Brasil constitui caso único no mundo ocidental” (Teixeira Leite, 1999, p. 11). Teixeira Leite analisa o papel da rota marítima portuguesa a “Carreira da Índia” – que interligava Portugal, colônias portuguesas, tais como Goa, Brasil, territórios africanos e eventualmente Macau (via Goa) – neste primeiro período.

Teixeira Leite trata pouco o comércio, interessando muito mais nas influências culturais sobre o Brasil. O Brasil importava produtos finos da China: porcelana, seda, móveis, chás e outros, e “para a China se exportou da Bahia muito tabaco, apreciadíssimo naquele país sob a forma de rapé” além de aguardente, açúcar e farinha de mandioca (Teixeira Leite, 1999, p. 89).

O autor chama nossa atenção ao fato que não devemos confundir as aparências com as essências, o que parece ser igual nos dois países pode ser produto de casualidades ou coincidências,

motivada por semelhanças existentes na forma e no sistema de administração e governo, na maneira de se estruturar a família e a sociedade e na organização da economia e do trabalho, todos essencialmente patriarcais, que predominaram na China ao longo de milênios, e no Brasil desde o descobrimento até pelo menos fins do Oitocentos, visto como ainda tínhamos escravos em 1888 e seríamos um Império até o ano seguinte. O fato é que se alguns de nossos usos e costumes, modos de viver e conviver acusam fortes afinidades com os de lá, isso pode muito bem corresponder à circunstância de que na China, como no Brasil, prevaleceram estruturas econômicas e condições políticas e sociais parecidas, de igual maneira, certos produtos de nossa civilização podem revelar parentesco a um primeiro exame inexplicável com congêneres chineses, por corresponderem a duas sociedades afastadas entre si por poderosos fatores de natureza geográfica, histórica e cultural, porém inesperadamente próximas por obedecerem a um mesmo sistema patriarcal (Teixeira Leite, 1999, p. 23).

2 A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Nas últimas décadas mantém-se um segundo período de contato entre os dois países, caracterizado por grande aumento do comércio e investimentos bilaterais, intensificação de relações diplomáticas, crescentes fluxos migratórios de curto e longo prazos, oferta de cursos de línguas, turismo, exposição nos meios de comunicação e até uma crescente oferta de produtos e serviços que caracterizam cada país. Tudo isso era impensável há setenta anos – naquela época o Brasil ainda era um país rural, sob um governo ditatorial, prestes a começar seu processo de urbanização e desenvolvimento industrial, e a China era um país rural, profundamente dividido e que tentava livrar-se da dominação estrangeira e buscar sua unidade. Os dois países eram tão pobres e tão distantes um do outro que os contatos eram raros.

Hoje o Brasil é uma democracia e 85% da população vive em meio urbano, enquanto a China tem um regime de partido único e 51% da população é urbanizada. Apesar de a China ser nosso maior parceiro comercial ainda sabemos muito pouco sobre o país. Suspeitamos que a China tenha prestado muito mais atenção ao Brasil do que o Brasil prestou à China.

O comércio e a diplomacia têm contribuído para identificar e construir um leque de interesses compartilhados. A China importa *commodities* do Brasil e o Brasil importa, de modo crescente, bens manufaturados da China, assim é estabelecida uma série de interesses comerciais comuns. No campo da política estrangeira, existe cooperação em torno de interesses comuns, por exemplo a reforma das instituições financeiras internacionais, mudanças climáticas e reforma de mecanismos de governança global. Hoje, em fóruns internacionais, os dois países compartilham muitas posições e também desenvolvem iniciativas entre as quais uma das mais importantes é o diálogo entre os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Reitera-se que os dois países se conhecem muito pouco. À medida que se conhecem melhor é possível desenvolver ideias mais precisas a respeito de interesses em comum e também a respeito dos valores compartilhados. O mundo de negócios, a academia e a política comercial devem investigar a fundo as vantagens comparativas e as complementaridades de cada economia. Por exemplo, o Brasil tem cerca de 12% da água doce superficial do planeta; é um dos poucos países que ainda é capaz de aumentar a sua fronteira agrícola; e a pesquisa científica desempenha um grande papel no aumento da produtividade do nosso setor agrícola. Tem-se vantagens comparativas em cultivo e exportação de alimentos, especialmente quando isso requer o uso de grandes quantidades de terras aráveis e/ou água. Esses dois fatores estão: ou mal distribuídos ou em falta na China. Dupas ([s.d.]) aponta “1.650 litros de água são necessários para produzir 1 kg de grãos de soja; 1.900 litros para um quilo de arroz; 3.500 litros para um quilo de carne de frango e 15 mil para um quilo de carne”. A produção de certos produtos industrializados

também implica em grande demanda para a água. Em outras palavras, quando o Brasil exporta os itens mencionados está também economizando ao país importador a água necessária para produzi-los. À medida que as relações intensificam-se, a teoria econômica clássica ensina aos agentes econômicos onde devem definir qual economia é a mais competitiva; e definir áreas em que interesses complementares podem se desenvolver (no entanto, considerações sobre a segurança alimentar parecem impor limites ao crescimento da participação brasileira na venda de produtos agrícolas). Para enfrentar as complexidades de uma economia mundial em rápida transformação é preciso, ao mesmo tempo, conhecer, inovar e investir.

Durante muito tempo o nacionalismo brasileiro defendeu um projeto de desenvolvimento do país como uma potência industrial. A ascensão da China, no contexto de uma economia mundial regida pelos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), bateu de frente com esta ambição. Hoje, o Brasil está se desindustrializando e está sem um projeto de nação, e não há uma definição realista, clara e amplamente compartilhada de nossos interesses a longo prazo. Empresas chinesas estão investindo no Brasil, na indústria, nas finanças, no comércio e na agricultura. A pauta de exportações brasileiras é composta principalmente por produtos agrícolas e minérios, ou seja, produtos de baixo valor agregado, o que bate de frente com as ideias centrais do antigo projeto nacionalista industrial. Esta novidade é fruto do país ter perdido as condições de competitividade industrial, em parte por causa da velocidade das mudanças em curso, por falta de políticas públicas adequadas, e parte agravada pela ascensão da economia industrial chinesa. Nas palavras de Henrique Altemani (2012, p. 68): “o que se deduz é o fato de que este processo de desindustrialização está presente, é preocupante, mas não tem como origem a presença chinesa, ainda que seja fortemente ampliado exatamente por esta presença”. As importações da China barateiam os preços de todos os tipos de produtos manufaturados para consumidores brasileiros; a redução de custos deve-se a um conjunto de vantagens comparativas: economias de escala, infraestrutura desenvolvida, impostos reduzidos, um estado eficiente, uma mão de obra versátil, esforçada e barata, e também devido ao fato de o país ter clareza sobre seus interesses nacionais. Uma das conclusões que a leitura de Arrighi (2007) deixa é que um país como o Brasil terá de redefinir seu papel na divisão internacional do trabalho diante da emergência da China.

O Brasil é desafiado a reinventar sua estratégia industrial e redefinir seus interesses, de modo que seja compatível com a ordem econômica e geopolítica emergente. Um fator fundamental nesta redefinição é conhecer melhor nossos parceiros e competidores. Como escreveu o sociólogo e ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso,

a nova fase da globalização coloca desafios e abre opções, que podem ser enfrentados desde que os estadistas e os *policy-makers* avaliem corretamente a situação do mundo e tenham uma visão realista sobre as possibilidades do país. Ao decidir é preciso ter em mente os interesses nacionais, evitando que o nacionalismo de fins se confunde com o de meios, pois este último pode eventualmente ser incompatível com o funcionamento da economia nacional integrada ao mercado global. Quando isso ocorre, se desaproveitam oportunidades de crescimento econômico no mesmo momento em que nossos concorrentes mais diretos, os *monster countries*, fazem-no com uma velocidade de decisão e implementação nunca vista. Não há tempo a perder, mas há tempo. Se agirmos com competência, uma nova e boa surpresa pode ocorrer: a de deixarmos para trás as tormentas do subdesenvolvimento no decorrer das próximas duas décadas (Cardoso, 2008, p. 60-61).

À medida que as relações Brasil-China desenvolvem-se, construir um diálogo significativo torna-se, ao mesmo tempo, um valor e uma necessidade. Os líderes das instituições parceiras chinesas, nesta pesquisa, entendem que o diálogo em torno dos jovens pode contribuir para construir um eixo de cooperação entre os dois países e resultar em novos diálogos. O fato de a pesquisa investigar jovens garante sua relevância porque investiga aqueles que farão o futuro. O fato de investigar jovens universitários garante uma visão das futuras elites intelectualizadas e dirigentes dos dois países. Acredito, como já foi dito, que esta pesquisa fornece algumas pistas sobre as possíveis bases para a construção do entendimento mútuo.

Os contatos e trocas de ideias que deram origem à pesquisa começaram muito antes das reuniões anuais dos líderes dos países BRICS apontarem a importância de construir um diálogo em torno de políticas para a juventude (BRICS, 2012.).² Acredito que a pesquisa também consegue fazer sua contribuição para debates sobre a elaboração de políticas públicas que tocam nossos jovens.

3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS CHINA-BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

Contra o pano de fundo da ascensão econômica da China e o grande aumento do comércio bilateral, a última pergunta do questionário tratou das relações comerciais entre o Brasil e a China. Pergunta-se: Algumas pessoas avaliam que a concorrência dos produtos industrializados da China é prejudicial para a economia do Brasil. Por sua vez, a China é o principal mercado para as exportações brasileiras, principalmente produtos agrícolas e minérios. Na escala de um a dez, em que um significa que essa relação beneficia só o Brasil e dez significa que beneficia só a China, como você se posiciona a respeito da intensificação das relações comerciais entre o Brasil e a China? O gráfico 1 demonstra que a imensa maioria dos entrevistados

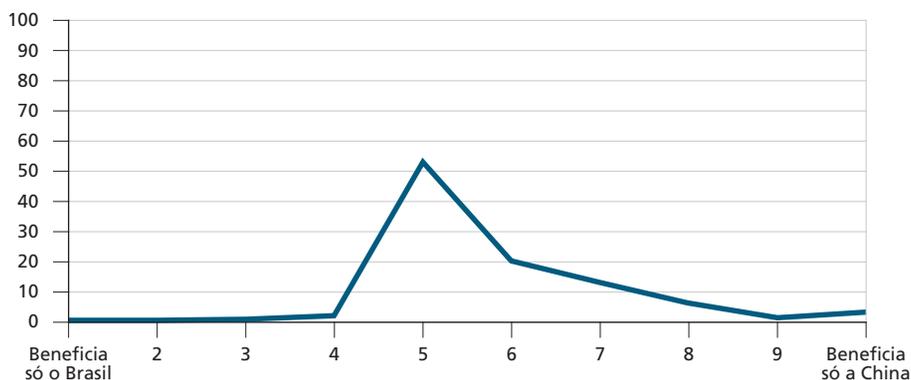
2. Em que apontam uma nova área de diálogo dos BRICS sobre políticas para a juventude. Disponível em: <<http://goo.gl/YgFR9n>>. Acesso em: 20 set. 2014.

(88,1%) atribuíram um conceito mediano (4-7), descartando interpretações extremas e considerando que as relações comerciais beneficiam igualmente os dois países. O resultado indica que no momento da pesquisa, o crescente comércio bilateral é um valor defendido pelos universitários brasileiros; e que as vantagens para o consumidor da expansão das importações de artigos manufaturados a baixo custo equilibram as desvantagens associadas à perda do antigo projeto nacionalista industrial, apesar da ausência de um novo projeto para a nação.

GRÁFICO 1

Posicionamento dos estudantes brasileiros a respeito da intensificação das relações comerciais entre o Brasil e a China

(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

4 A FAMÍLIA

Apesar de alguns valores parecerem ser semelhantes, não quer dizer que são iguais – é necessário se conhecer melhor para aprofundar a compreensão do outro. Teixeira Leite relata que entre os séculos XVII e XIX alguns autores traçaram paralelos entre a vida familiar na China e no Brasil. O famoso antropólogo brasileiro Roberto DaMatta referiu-se ao estreito relacionamento dos brasileiros com a família como sendo um elemento não moderno da cultura brasileira, que a cidadania é construída em torno de relações pessoais, identidade vertical e direito positivo. Para o autor, o Brasil é um país híbrido entre uma identidade horizontal, que é tipicamente ocidental, com base no direito natural, e uma identidade vertical, característica de sociedades não ocidentais nas quais a tradição e a continuidade cultural prevalecem.

O pai da sociologia chinesa Fei Xiatong (1992) explicou que a família chinesa rural é muito mais que uma família nuclear. Todas as atividades na China são organizadas por meio da família; caso os pais e os filhos possam se cuidar, ela se reduz a uma única casa de família. Mas se for necessário fazer outras coisas chama-se

irmãos e tios para formar uma família mais ampla. Independente do tamanho, o princípio estrutural de relacionamentos diferenciados (ele desenvolveu o conceito de “modo diferencial de associação” – *chaxugeju*) em bases patrilineares sempre é o mesmo. As famílias têm uma continuidade a longo prazo e são um meio para organizar outras atividades, tais como: políticas, religiosas e econômicas. Na família a disciplina é necessária para garantir o eficiente cumprimento das diversas demandas práticas que existem sobre as atividades, Fei observa que nas ligações familiares não existem “emoções comuns” porque elas entram em conflito com a disciplina.

No Ocidente, as funções políticas, religiosas e econômicas são de responsabilidade de outras organizações (modo organizacional de associação – *tuantigeju*) e não fazem parte da responsabilidade da “casa de família”. Marido e mulher são agentes centrais, e o que os une é sua ligação emocional, é esta qualidade que faz da família a principal fonte de apoio e conforto no Ocidente.

Para Fei Xiatong a vida familiar e a vida emocional no Ocidente e na China rural não podem ser tratadas como se fossem a mesma coisa.

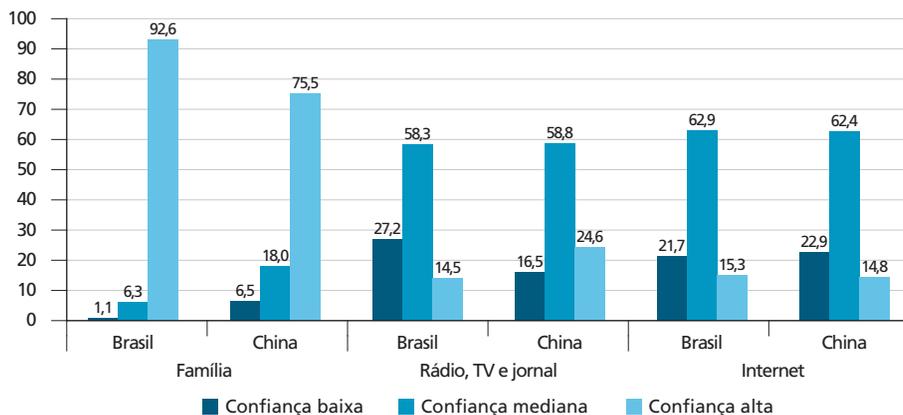
4.1 A família: uma instituição em transformação, porém central na vida dos universitários

Ana Maria Nogales Vasconcelos, no capítulo 4 deste livro, intitulado *Juventude e ensino superior no Brasil*, trouxe alguns dados importantes que refletem nas mudanças na família brasileira. No Brasil a taxa de fertilidade sofreu uma queda enorme de 6,4 crianças por mulher na década de 1960 a 2,1 nos anos 2010. Até algumas décadas atrás era possível um casal de jovens desenvolver uma relação duradoura sem ter relações sexuais, hoje em dia, conforme o contexto social, a sexualidade feminina antes do casamento passou a ser aceitável. Um terço das famílias brasileiras é embasado em uniões informais e não existe diferença no tratamento legal deste tipo de união e o casamento. Porém, consta-se também um aumento do número de mães solteiras, visto como consequência da instabilidade dos laços conjugais, fato que acaba aumentando as dificuldades de inserção social e que tem como resultado o aumento da pobreza. (Heilborn, no prelo) A taxa de divórcio dobrou em menos de duas décadas, em 1990 a taxa por mil casamentos era em torno de cem, em 1998 em torno de 150 e em 2008 em torno de duzentos (Ramalho, Lazo e Magalha, 2010, gráfico 4). No Brasil, hoje, existem muitos casos em que várias gerações vivem juntas, às vezes embaixo do mesmo teto. A família brasileira transformou-se sem ruptura ou crise.

A família chinesa está passando por grandes mudanças, sobretudo desde a década de 1970, quando foi introduzida uma política severa de planejamento familiar que limitou o direito da maioria das famílias a ter mais de um filho. Hoje, na China, existem mais de 100 milhões de “filhos únicos”. Um terço da geração nascida nos anos 1990 é composto de filhos únicos. Antes de 2001, coabitar com um parceiro sem ser

casado era ilegal, e se estudantes universitários desejassem casar era necessário ter permissão da instituição. Em uma revisão da lei, a coabitação passou a não ser mais ilegal (a não ser que uma pessoa casada vivesse com uma pessoa não casada do sexo oposto). A partir de 2007 estudantes poderiam se casar sem necessitar de aprovação. Estas transformações legais refletem mudanças importantes nas normas e também tendências relacionadas à evolução das atitudes e comportamentos que envolvem o amor e o casamento. Em 1982 a idade predominante com a qual as mulheres se casaram era de 25 anos, e de homens 26 anos, em 2010 era de 27 anos para os dois sexos. Apesar do adiamento da idade de casamento, existem poucos lares que têm apenas um residente – vive-se com os pais. Pesquisas recentes demonstram que quando os “filhos únicos” casam-se, são os filhos que vão decidir se os pais vão viver junto com eles, e os pais têm uma posição subordinada neste processo decisório. O fator mais importante nos cálculos feitos é a necessidade dos casais jovens, sobretudo em relação aos cuidados com seu filho. Os procedimentos em torno do divórcio foram afrouxados em 2006, a população casada divorciada era de 13,26% daqueles jovens já casados com idade entre 15-35 anos em 2007, a proporção aumentou a 16,51%, no ano 2010. Divórcio, antes percebido como tragédia pessoal, passa a ser visto com uma possibilidade de recomeçar a vida. (Tian, no prelo).

GRÁFICO 2
Confiança em algumas instituições-chave
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cysra.

Solicitamos aos entrevistados atribuir notas de um a dez no que diz respeito à confiança em quinze instituições distintas. Agrupamos as respostas sobre cada instituição em três categorias: um a três baixa confiança, quatro a sete média confiança, e oito a dez alta confiança. O gráfico 2 mostra as percepções de três dessas instituições: a família, que é uma instituição fundamental nas

sociedades tradicionais; a imprensa tradicional (TV, rádio e jornais), que surge com o alfabetismo, a modernidade e a emergência de uma sociedade de massa; e a internet, que é uma instituição que hoje simboliza o avanço da troca de informações e do individualismo em uma sociedade caracterizada como pós-industrial. Em ambos os países a família é, de longe, a instituição que inspira o mais alto nível de confiança, gozando de alta confiança, de 92,6% dos estudantes brasileiros e 75,5% dos estudantes chineses (gráfico 2)³ – aliás, à família é atribuído a nota dez por 69,3% dos brasileiros e 57,1% dos chineses.

Qual seria o impacto de tantas décadas de modernização comunista na China sobre o relacionamento entre os jovens e suas famílias? No longínquo Brasil, pode-se imaginar que ela teria contribuído a dissolver a força dos laços familiares para transformar as pessoas em dependentes das instituições do Partido-Estado, mas as respostas não revelam isto. A teoria de modernização levaria à hipótese de uma redução acentuada da importância da família entre os universitários brasileiros, ao mesmo tempo urbanizados e estudados esta hipótese tampouco se confirma. Os dados analisados por Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro) mostram que a grande importância atribuída à família não exclui o pertencimento aos outros grupos. As autoras demonstram que vida associativa tem uma importância bem maior na China do que no Brasil, e no Brasil as atividades em organizações religiosas têm um espaço de destaque, o que é raríssimo na China. Construídos e articulados fora do seio da casa da família, (embora que possam ter ligações com a família) o pertencimento a ambos os tipos de instituições tem sua importância – representam o “modo organizacional de associação” (*tuantigeju*), descrito por Fei Xiaotong, mas parecem contribuir pouco para reduzir a importância da família.

Nos séculos XVII e XIX Teixeira Leite discute observações feitas a respeito das similitudes entre a estrutura e o papel das famílias (além da reprodutiva) na China e no Brasil. Fei Xiaotong (1992) ensina que o papel da família chinesa tradicional é mais de ordem funcional, segundo ele; a família brasileira – cuja base é ocidental – teria um papel mais de apoio emocional, sem descartar seu papel funcional. O que impressiona é que apesar de todas as transformações sofridas nas duas sociedades, a família continua sendo uma referência fundamental.

Entrevistados foram convidados a escolher até três valores pessoais entre uma lista de treze, os brasileiros e os chineses coincidem em torno de cinco dos primeiros seis valores: a ética e a honestidade, a justiça, a solidariedade, a valorização da família e a igualdade.⁴ Um comentário mais extenso sobre o resultado foi feito por Marília Sposito, Marilena Nakano e Chen Chen (capítulo 9 deste livro), em que destacam que as mulheres

3. As outras doze instituições eram: parlamento, polícia, justiça, forças armadas, governo, igreja/templo, organizações não governamentais, organismos internacionais, escola, movimentos sociais, associações, sindicatos. Algumas são tratadas em Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabelas 13 a 16).

4. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 11).

valorizam mais a família do que os homens nos dois países. No geral a valorização da família ficou em segunda posição no Brasil e em quinta posição na China, enquanto para as mulheres ficou em primeiro e quarta posição respectivamente. As autoras concluem, “É na família que os jovens se apoiam nos dois países e não sem razão esta instituição aparece com muita importância em situações diversas da pesquisa”.

Na próxima seção ver-se-á que os conteúdos das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, inclusive as mais modernas, passam pelo crivo de discussões em família e com os amigos. Ou seja, a família tem uma importância fundamental na construção das visões de seu próprio país e do mundo dos universitários.

5 A CONSTRUÇÃO DE VISÕES DO MUNDO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Muito se especula e pesquisa sobre o impacto da imprensa tradicional e as novas tecnologias de informação sobre a comunicação humana e a vida em sociedade. Nossa pesquisa revelou que a internet universalizou-se: 100% dos universitários brasileiros e 99% de chineses declaram-se usuários.

Autores norte-americanos imaginavam que a internet serviria como eixo de organização da sociabilidade, da construção de redes de amizades na sociedade pós-industrial. Esta visão é apresentada no filme *Social network*, dirigido por David Fincher, sobre as origens do Facebook, em que se imaginava que o serviço serviria para fazer novos amigos, e sobretudo do sexo oposto. Sposito, Nakano e Chen demonstram que apenas uma pequena porcentagem dos estudantes chineses (7,3% dos homens e 6,3% das mulheres) e brasileiros (8,0% e 5,5% respectivamente) fizeram amizades por meio da internet.⁵ Os principais meios identificados: universidade, escola de ensino médio e primário, outros amigos e família são mais importantes do que as organizações de adesão voluntária, tais como igrejas, no Brasil, e associações, na China.

As quatro qualidades mais importantes que se procura ao fazer amizades são parecidas em ambos os países: sentir confiança na pessoa, ter gostos e preferências parecidas, ter ideias parecidas⁶ e saber que essas pessoas podem ajudar na vida (este último 22,6% no Brasil e 25,0% na China). O último item mencionado envolve os universitários em uma busca de promover seus próprios interesses. Os três primeiros itens demonstram que amizades baseiam-se, essencialmente, no compartilhamento de valores. Surpreendentemente, as práticas principais às quais se recorre para fazer amizades são parecidas nos dois países, e não privilegiar a internet como meio de fazer amizades faz parte das práticas.

5. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 2).

6. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, gráfico 5).

Quando solicitado a dizer o que fazem em casa durante seu tempo livre, as atividades mais populares são: o uso da internet (61,7% no Brasil e 48,9% na China), conversando com pais e familiares (48,4% x 41,1%), assistir filmes (35,1% x 32,8%), assistir televisão (32,9% x 32,2%) e descansar (37,3% x 24,1%)⁷ – apresentou-se uma lista de dez atividades e os universitários escolheram até três opções.

No gráfico 2 vimos que, tanto na China quanto no Brasil, os alunos confiam apenas moderadamente na internet, no rádio, na televisão e em jornais. A questão é como as pessoas constroem a visão de seu país e de mundo quando têm apenas um nível moderado de confiança nas instituições especializadas em divulgar informações? Uma pesquisa pioneira, realizada no fim da ditadura militar brasileira, fornece uma importante pista: o pesquisador observou audiências de trabalhadores em suas residências e seu modo de assistir o principal jornal televisivo do país. Ele descobriu que as audiências reprocessaram e reinterpretaram as notícias de que o processo de recepção é social e reflexivo, e não individualizada, em que o receptor passivamente absorva as notícias transmitidas (Silva, 1985). O questionário perguntou a respeito dos recursos usados para adquirir informações sobre seu próprio país e o mundo na semana anterior à pesquisa. O gráfico 3 sugere que os universitários sigam um processo análogo àquele identificado pelo Silva. Hoje, porém, as condições tecnológicas e os meios de recepção são muito diferentes da década de 1980, somos bombardeados com imagens e textos que vêm tanto da televisão aberta e a cabo quanto pela internet, às quais acrescentamos informações do rádio e da imprensa escrita – vivemos uma verdadeira sobrecarga de informações. Como equilibrar-se diante de tantas notícias, algumas das quais desafiam nossa compreensão e que podem parecer contraditórias? Em ambos os países o meio ao qual os estudantes mais recorrem para se informar é a internet, *e-mail*, Twitter, Facebook (ou seus equivalentes na China): 95% dos brasileiros e 93,6% dos chineses. O gráfico 3 confirma que os universitários não confiam em um único meio de comunicação (era possível escolher todos os meios usados), eles recorrem aos noticiários da televisão (75,6% no Brasil x 75,1% na China), à imprensa escrita (52,7% x 70,1%), aos noticiários no rádio (30,4% x 55,2%) e, também, aos amigos e colegas (83,4% x 82,8%) e familiares (79,1% x 65,5%). Ou seja, os estudantes recebem muitas informações de uma variedade de fontes e, em interação com membros de seus diversos meios sociais, elaboram e reelaboram suas ideias. Tanto na China quanto no Brasil adquirir informações pode ser uma atividade individual, porém transformar informação em comunicação é o resultado de uma construção reflexiva que envolve interação social, conversas com outras pessoas.

Não devemos esquecer que a televisão aberta tem um papel crucial nas sociedades de massa, porque apresenta conteúdos que projetam visões da sociedade e do mundo; que têm grandes audiências, e o fato de grandes massas de pessoas assistirem ao

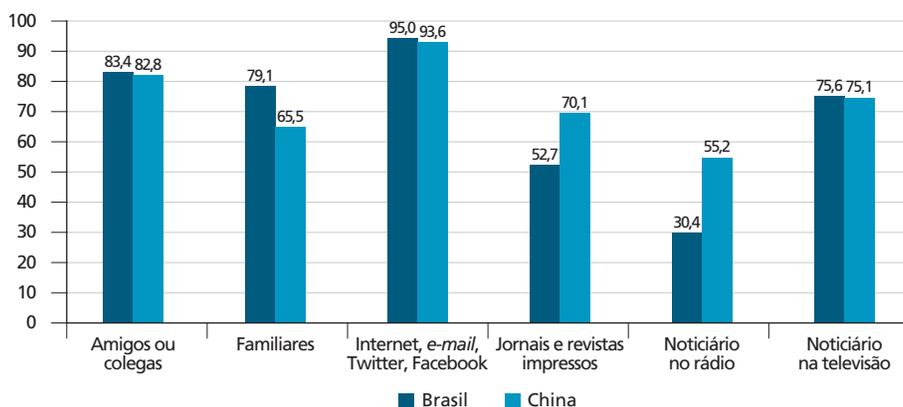
7. Veja Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 5), em que há uma análise destes dados por sexo.

mesmo noticiário, documentário ou imagem serve como base para a construção do elo social. Em toda a sociedade é possível discutir e debater estes conteúdos: nos lares, nos bares, nas ruas e com membros de outros grupos de referência. Assim, a televisão aberta tem um papel muito diferente da recepção individualizada ou em audiências fragmentadas associados com a televisão a cabo e a internet (Wolton, 1990). As diferenças entre os países reveladas no gráfico 3 não devem ficar no centro de nossas atenções, o que deve reter nossa atenção são as surpreendentes semelhanças entre os procedimentos adotados.

GRÁFICO 3

Meios para obter informações sobre o que acontece no seu país ou no mundo

(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Apesar de todas as semelhanças, devemos destacar que a China e o Brasil são muito diferentes em relação à propriedade dos meios de comunicação e ao controle mantido sobre as notícias transmitidas (a internet é um caso à parte nos dois países). No Brasil a divulgação de notícias está, sobretudo, nas mãos de empresas privadas e os controles sobre os conteúdos são exercidos por mecanismos estabelecidos no mercado e, eventualmente, por tribunais de justiça. Na China as notícias são divulgadas por uma diversidade de organizações que são propriedade, de alguma maneira ou outra, do Estado, e os controles sobre conteúdos são feitos por um órgão especializado do partido-único. Um reflexo destas diferenças foi revelado quando perguntamos sobre as piores coisas em ser jovem: 31,9% dos estudantes chineses escolheram “ser facilmente influenciável”, enquanto pouquíssimos de seus pares brasileiros manifestam este temor (2,4%).⁸ Os dados sugerem que estes estudantes chineses têm uma falta de confiança nas suas próprias capacidades de se tornarem sujeitos capazes de construir sua opinião de maneira informada, racional e autônoma. Isto pode

8. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, gráfico 11).

levar a uma vigilância redobrada em relação às informações divulgadas e às opiniões de terceiros. Ao contrário, no Brasil, fazemos a hipótese de que isto é uma consequência da liberdade de expressão e da falta de censura, entre os universitários que confiam muito pouco na maioria das instituições e tampouco nos seus pares;⁹ pouquíssimos demonstram um receio de serem facilmente influenciados, ou seja, os universitários brasileiros são mais confiantes nas suas capacidades de se informar, de ter discernimento e de se autoconstruir como sujeitos.

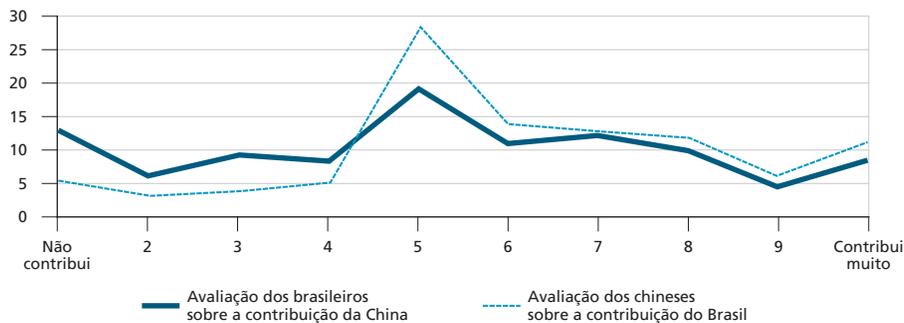
6 GLOBALIZAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: VISÕES DE CADA PAÍS

Hoje as visões que os brasileiros têm da China estão construídas em diversas bases. Jornalistas brasileiros que vivem na China têm suas fontes de informações e tentam traduzir aquele país de modo que suas audiências possam compreender melhor. Porém, uma grande parte do noticiário vem de agências internacionais de notícias e de outras fontes estrangeiras. Fotógrafos e equipes de vídeos brasileiros viajam pela China e retratam um país que vive grandes transformações, ao mesmo tempo em que a importância da tradição e das belezas naturais merece destaque. Muitos livros são publicados, e informações aparecem com bastante frequência na televisão e servem para aproximar os brasileiros à China, para pelo menos fazer com que o país fique menos desconhecido. Um pouco mais que uma década atrás este grau de cobertura era inimaginável. Sabemos que jornalistas especializados, brasileiros e chineses, tanto da imprensa escrita quanto do rádio e da televisão trabalham na China divulgando notícias sobre o Brasil. Mais recentemente, crescentes números de jornalistas e especialistas chineses vieram se radicar no Brasil para complementar às fontes empregadas na China. Em outras áreas, o estado das informações disponíveis deixa a desejar, por exemplo em relação aos conteúdos sobre a China nos currículos escolares brasileiros. À medida que revisões periódicas são feitas dos conteúdos em história, filosofia, sociologia, línguas etc. as atuais lacunas devem ser preenchidas. Infelizmente, o desconhecimento relativo da China pode ser visto como algo ‘normal’ porque foi apenas nos últimos anos que o Brasil voltou a ter fluxos comerciais importantes e estabeleceu intercâmbios culturais mais expressivos com a China. Hoje podemos fazer a hipótese de que o desconhecimento ainda generalizado da China não serve nossos interesses nacionais.

O questionário contém perguntas a respeito da imagem que os estudantes de cada país têm do outro. Estas imagens, como acabamos de ver, são construídas a partir de informações oriundas de vários meios, e devemos acrescentar que escola, livros, cinema, discussões com amigos e familiares fazem parte do processo. Pede-se aos entrevistados avaliar em uma escala de um a dez sua visão do país parceiro em relação a três dimensões: contribuição à promoção da paz mundial, preservação do meio ambiente e a integração e cooperação entre os povos.

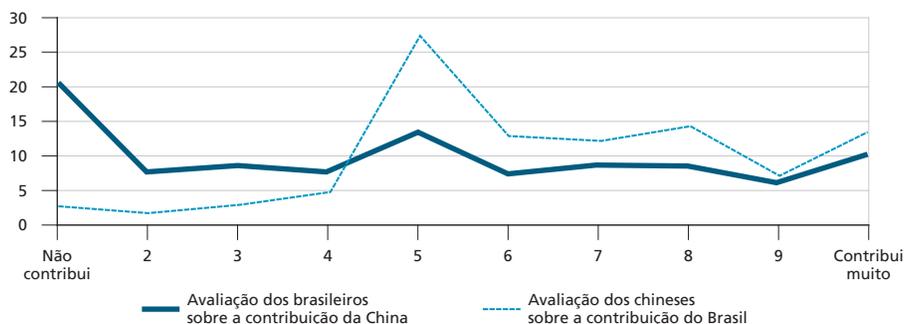
9. Sposito, Nakano e Chen, no capítulo 9 deste livro (gráficos 17 e 18) referem-se ao parlamento e ao governo. As tabelas 11 e 12 do capítulo 9 demonstram as diferenças entre os valores pessoais e os valores atribuídos à juventude pelos brasileiros.

GRÁFICO 4
Contribuição do Brasil e da China na promoção da paz mundial
 (Em %)



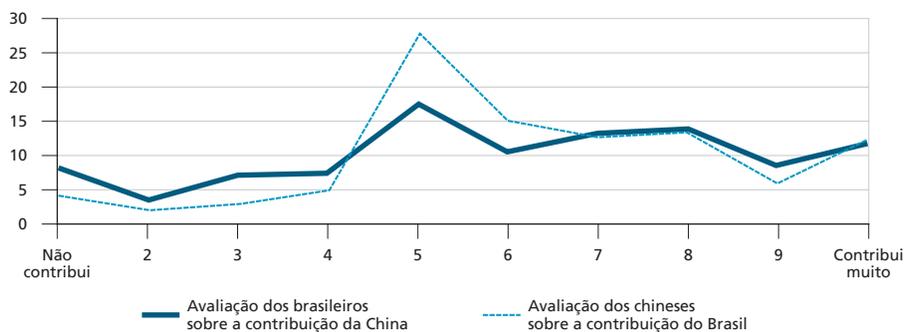
Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

GRÁFICO 5
Contribuição do Brasil e da China na preservação do meio ambiente
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

GRÁFICO 6
Contribuição do Brasil e da China na integração/cooperação entre os povos
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Os resultados retratados nos gráficos 4, 5 e 6 demonstram que os universitários de um país não têm uma visão tão negativa do outro que ameace o desenvolvimento de boas relações entre nossos povos. Porém, faz-se duas observações mais específicas: *i*) alguns brasileiros são bastantes críticos do papel da China em relação ao meio ambiente, enquanto os chineses têm uma avaliação bastante positiva do papel do Brasil; *ii*) nas respostas às outras duas perguntas, sobre as imagens que os universitários de cada país têm um do outro, estão concentradas no meio da escala, ou seja, são razoáveis. Observa-se que as curvas seguem, basicamente, o mesmo formato nos dois países, poucas têm visões muito negativas ou muito positivas do outro país – embora detecte-se um certo receio brasileiro em relação à contribuição chinesa para paz mundial.

Os resultados apontam para a necessidade de aprofundar nossas investigações a respeito dos temas supracitados. Por exemplo, à medida que a situação ambiental mundial se agrava, sobretudo em consequência das mudanças climáticas, os jovens nos dois países sentem os efeitos, e os líderes políticos são obrigados a apressar a busca por soluções. Já observamos em outro capítulo que a degradação do meio ambiente aflige pouco os universitários brasileiros (7,3%) e mais os alunos chineses (17,2%),¹⁰ mas deve ser dito claramente que este reduzido nível de consciência ecológica não diminui a importância das questões ambientais. Várias perguntas foram feitas sobre o meio ambiente, e as respostas indicam que existem valores compartilhados e um espaço para a cooperação e o diálogo sobre políticas públicas.

7 MEIO AMBIENTE

O fato de a China ter uma população sete vezes maior do que a brasileira e ter um território nacional apenas 11% maior acaba favorecendo um relativo equilíbrio ecológico no Brasil. Nosso país tem mais água doce do que a China, a base da nossa matriz energética é, sobretudo, de origem hidroelétrica renovável, enquanto a da China é de carvão não renovável. Estes são apenas alguns contrastes iniciais.

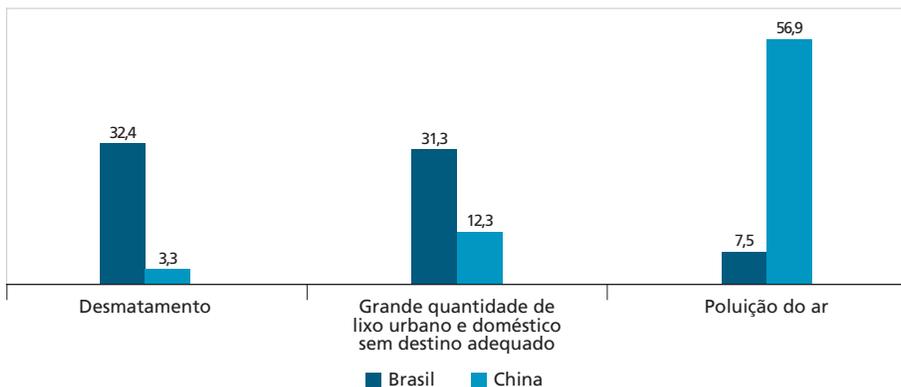
Pede-se aos entrevistados identificar o principal problema ambiental em seu país, era preciso escolher um entre onze opções: 32,4% dos brasileiros identificaram desmatamento, que libera CO₂ ao mesmo tempo em que reduz o número de árvores capazes de absorvê-lo, 56,9% dos chineses identificam o outro lado da moeda, a poluição do ar – resultado de emissões excessivas de CO₂ e outros gases – como sendo o principal problema. A segunda maior preocupação nos dois países é idêntica, e relacionada ao tratamento do lixo urbano (gráfico 7).

Pergunta-se sobre a vontade de consumir menos ou mudar padrões de consumo para ajudar a proteger o meio ambiente, empregando uma escala de um a dez. Enquanto os problemas ambientais manifestam-se de maneira diferente em

10. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 9).

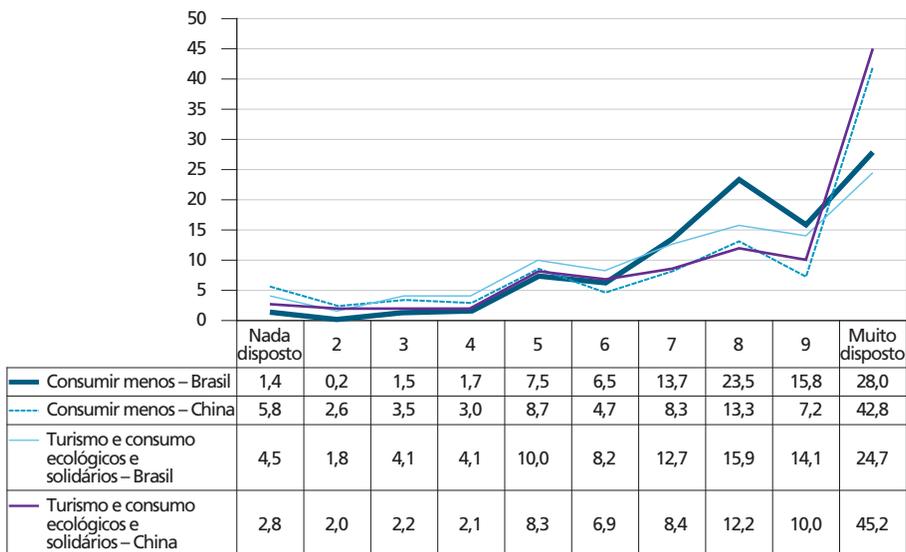
cada país, as respostas a perguntas sobre a disposição de reduzir o consumo ou alterar padrões de consumo para reduzir danos ao meio ambiente (gráfico 8) indicam que os universitários compartilham valores.

GRÁFICO 7
Principal problema ambiental
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cymra.

GRÁFICO 8
Disposição de mudar o comportamento para ajudar a preservação do meio ambiente
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cymra.

Enquanto as cúpulas de nossos governos dialogam sobre o meio ambiente, nossa pesquisa revela que os universitários têm algo a contribuir. Os dados identificam a existência de grupos em cada país organizados em torno do tema ambiental: 9,1% dos universitários chineses e 9,9% das chinesas, 2,8% dos brasileiros e 3,5% das brasileiras participam.¹¹ Dentro destes grupos certamente existem pessoas capazes de liderar o diálogo ambiental entre universitários. O fato de que universitários brasileiros têm uma visão mais desfavorável a respeito da contribuição da China ao meio ambiente do que os chineses observam em relação ao Brasil deve motivar maior conhecimento mútuo e intercâmbio sobre soluções. Também, o fato de que a segunda preocupação seja idêntica nos dois países – a grande quantidade de lixo urbano e doméstico sem destino adequado – facilita a aprendizagem e a busca de soluções em comum. É necessário aos países em desenvolvimento buscar modelos apropriados para resolver seus problemas, inclusive ambientais, sem comprometer o bem-estar de seus povos. O diálogo de universitários em torno de políticas públicas ambientais deve fomentar o desenvolvimento de uma consciência mais aguda sobre as sinergias e as complementaridades entre nossas economias, condições ambientais e sistemas de inovação.

8 A GLOBALIZAÇÃO CULTURAL

As manifestações associadas à globalização cultural que envolvem os dois países multiplicam-se a cada ano: no Brasil observa-se, entre outros, crescentes números de academias de Tai Chi Chuan e de Kung Fu, restaurantes chineses, escolas de mandarim e ofertas de pacotes turísticos para a China. As universidades no mundo inteiro promovem políticas de internacionalização que envolvem intercâmbio de professores e alunos. Uma série de perguntas foi elaborada sobre preferências a respeito de estudos fora de seu país. Em primeiro lugar, descobrimos que menos que 10% da população entrevistada já tinha participado de algum programa de intercâmbio (8,2% no Brasil e 7% na China). A imensa maioria respondeu de maneira positiva quando perguntado se gostaria de estudar fora de seu país: 91,5% dos brasileiros e 72,4% dos alunos chineses. Aos alunos que responderam positivamente apresentamos uma lista de 21 possíveis destinos e pedimos para escolher até três países ou regiões em que gostariam de estudar. Houve uma forte convergência em torno de quatro das cinco primeiras preferências: Estados Unidos (48,3% no Brasil x 65,1% na China), Canadá (34,3% x 21%), Reino Unido (29,5% x 26%) e França (21,9% x 24%). A Alemanha, que ocupa o 5º lugar entre os estudantes brasileiros, foi escolhida em 7º lugar pelos chineses. Os respondentes chineses tinham no vizinho Japão (21,1%) uma clara preferência (4º lugar), aquele país ocupa a décima posição no longínquo Brasil (9,5%). Ou seja, o mesmo seletivo grupo de países desenvolvidos e suas universidades conseguiram

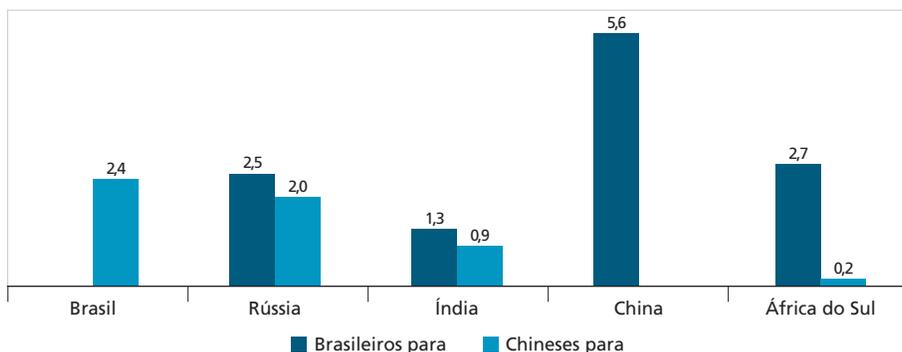
11. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 8).

estabelecer suas reputações e se apresentar como sendo muito atraentes para universitários em países tão diferentes quanto o Brasil e a China! As respostas também são uma demonstração da força da língua inglesa e de um imaginário coletivo produzido no contexto da globalização cultural.

No ano acadêmico 2012-2013 havia em torno de 230 mil estudantes chineses matriculados no ensino superior nos Estados Unidos, e quase 11 mil alunos brasileiros (IIE, 2013). Faz-se a hipótese que os mais intensos diálogos interculturais entre universitários dos dois países estão acontecendo nas universidades internacionalizadas nos países mencionados (acredito que o fato destes diálogos estarem ocorrendo em contextos em que são intermediados por uma terceira cultura traz certas dificuldades para a construção da compreensão mútua adequada).

As respostas às outras perguntas indicam que poucos que manifestam o desejo de estudar fora de seus países vão realizar. Pergunta-se o que os universitários pretendem fazer após terminarem os estudos de graduação. Apresenta-se uma lista com nove opções, e os sujeitos podem escolher até duas: 13,9% dos brasileiros e 6,9% dos chineses escolheram morar fora de seu país durante um tempo, e 10,5% dos brasileiros e 5,8% dos chineses escolheram viajar para o exterior.¹² Ou seja, entre desejar e pretender intervêm variáveis motivacionais, tais como pressões familiares, econômicas, falta de domínio de língua estrangeira, medo do desconhecido etc. Ou seja, não se pode errar ao considerar que todas as manifestações de desejo de estudar fora vão converter-se em mobilidade estudantil.

GRÁFICO 9
Desejo de intercâmbio para os países BRICS
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

12. Zen (capítulo 7 deste livro, tabela 5).

Os governos do Brasil e da China elaboraram um plano de ação para os anos 2010-2014, o qual um dos objetivos é promover a compreensão mútua (JAP, 2010). O apoio oficial ao intercâmbio de cientistas e de estudantes universitários faz parte do plano, assim como aumentar a oferta de cursos sobre a língua e a cultura de cada país. Ao longo da última década qualquer observador atento da China pode notar um aumento considerável na oferta de cursos de língua portuguesa em universidades de Pequim e também a fundação de um pequeno número de centros de estudos da América Latina e/ou do Brasil. Até agora as universidades públicas brasileiras têm sido menos propensas a adaptar-se a um mundo em transformação e abrir vagas especializadas no ensino de língua chinesa, porém alguns centros de pesquisa sobre a China foram fundados. Nos últimos tempos é o governo chinês que veio ao socorro de algumas universidades brasileiras por meio do financiamento e da instalação de Institutos Confúcio, responsáveis pelo ensino da língua e cultura chinesa. Por outro lado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) financia algumas posições para leitores brasileiros em universidades chinesas.

Dada a importância que os BRICS estão assumindo no cenário mundial, incluímos cada parceiro na lista dos 21 possíveis destinos para intercâmbio dos estudantes. Ao incluir estes países, faz-se uma analogia com o programa Erasmus, da Comunidade Europeia, em que por meio de medidas que incluem o intercâmbio de universitários, busca-se construir uma Europa unificada na base do diálogo intercultural, do conhecimento e da compreensão mútua. As respostas demonstraram que, apesar do crescimento considerável das relações comerciais, culturais e políticas entre os países BRICS e do imperativo de seus cidadãos conhecerem-se melhor, há pouca demanda em potencial (gráfico 9). Tanto a China quanto o Brasil têm instituições de educação superior que fazem parte dos *rankings* das melhores universidades do mundo, porém apenas 5,6% dos estudantes brasileiros declararam ter o desejo de estudar na China (entre três respostas possíveis), contra 2,4% dos chineses que potencialmente escolheriam o Brasil.

A reduzida preferência detectada na *survey* também se reflete nas estatísticas. Até maio de 2014 apenas 193 estudantes brasileiros tinham sido contemplados pelo programa Ciência sem Fronteiras com bolsas de estudos na China.¹³ O governo reservou nada menos que 5 mil bolsas para alunos brasileiros dispostos a estudar na China. Devemos perguntar quem fez e como calculou este número de vagas? Qual era o empenho do governo brasileiro para garantir o preenchimento das vagas? Os resultados da pesquisa apontam uma obviedade – para desenvolver uma política pública capaz de aumentar o intercâmbio estudantil entre os países BRICS –

13. Do total de 50.175 bolsas concedidas, somente doze brasileiros estão na África do Sul, quatro na Rússia e cinco na Índia. Disponível em: <<http://goo.gl/1HqH1u>>. Acesso em: 3 maio 2014.

será necessário convencer os jovens de que estudar nestes países é atraente. Para que os BRICS vissem uma realidade além dos fóruns internacionais de chefes de Estado, reuniões de funcionários públicos, esforços diplomáticos em conjunto, aumentos de fluxos de comércio internacional e esporádicos intercâmbios culturais, será necessário adotar políticas públicas concebidas – e o programa Erasmus pode servir de exemplo – para aumentar o grau e a qualidade de interação entre nossos países, inclusive na pesquisa e na educação superior.

9 A VIOLÊNCIA: UM EMPECILHO PARA UNIVERSITÁRIOS ESTRANGEIROS ESTUDAREM NO BRASIL?

No Brasil o intercâmbio entre universitários dos países BRICS parece estar apenas no começo. O senso comum sugere que as primeiras áreas onde o Brasil deve ter êxito em atrair alunos devem ter conteúdos especificamente relacionados ao Brasil: estudos da língua portuguesa, literatura, comércio internacional e turismo, ou em áreas em que o país têm *expertises* reconhecidas mundialmente. Os especialistas em internacionalização do ensino apontam o fato de as universidades brasileiras resistirem a oferecer cursos de diversas matérias em língua inglesa como sendo uma barreira (Tessler, 2014).

A maioria dos universitários com os quais conversei nas minhas visitas à China sabe que o Brasil tem muitos atrativos: o carnaval, o futebol e a Amazônia são citados imediatamente. Mas, atenção, a civilização chinesa cresceu ao longo de grandes rios e nossas praias não parecem estimular o imaginário dos potenciais visitantes. Pouquíssimos sabem alguma coisa a respeito de nossas universidades, mas entre alguns professores as reputações da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) já são conhecidas. Porém, todos os alunos sabem que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo, e com frequência perguntam “como que o governo deixou a situação chegar a este ponto”?

Ao longo da sua história, a China passou por alguns períodos muito violentos: guerras civis, invasões estrangeiras e, mais recentemente, a revolução cultural. Aliás, atribuir ao Estado o papel primordial de evitar a violência a todo custo é, por meio do cumprimento deste papel, legitimar sua dominação política é tema central em um dos livros mais importantes da filosofia política ocidental – o *Leviatã* de Thomas Hobbes. Na China, como em muitos países desenvolvidos, um dos papéis principais do Estado é justamente garantir a segurança dos cidadãos, ou seja, evitar a violência. Solicitamos aos entrevistados escolher até três de uma lista de treze fenômenos que mais afligem os jovens. Os brasileiros escolheram a violência (52,9%) e as drogas (40,1%) nos dois primeiros lugares. Entre os alunos chineses estas duas questões afligem relativamente pouco (10,5% e 8,6%, respectivamente).¹⁴

14. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 9).

Ou seja, ao chegar ao Brasil um estudante chinês teria que aprender a lidar com ameaças à sua integridade física, algo com o qual ele nunca lidou na vida. O fato de a China ter uma política de filho único aumenta os riscos para a sobrevivência da família nuclear, uma fatalidade pode eliminar seu futuro. É um fato que o grau de violência e os riscos associados às drogas transformam a decisão de qualquer pai chinês em enviar seu filho a estudar no Brasil em uma opção muito mais arriscada do que enviar o filho para outros países, inclusive os outros BRICS (com a exceção da África do Sul).

Todos no Brasil sabem que a violência causa imenso sofrimento, é uma tragédia humana que afeta, sobretudo, os homens jovens das camadas mais desfavorecidas, e que ela também impõe custos econômicos altíssimos sobre toda a sociedade. Os resultados desta pesquisa indicam algo comentado por especialistas, que ela representa também um empecilho para o desenvolvimento de turismo e intercâmbio estudantil.

10 UM MEDO COMUM DOS UNIVERSITÁRIOS: O FUTURO

O artigo de Eduardo Zen (capítulo 7 deste livro) destaca a importância do trabalho para os jovens e examina várias diferenças de perspectivas e práticas relacionadas entre os universitários nos dois países. Quando perguntamos sobre as aflições dos jovens, um dos itens mais lembrados é o desemprego (29,3% no Brasil x 23,2% na China).¹⁵

Pergunta-se qual é a pior coisa em ser jovem. Apresenta-se uma lista de doze itens e solicita-se até três respostas, três das primeiras quatro respostas principais nos dois países referem-se ao mercado de trabalho e ao futuro: não poder se sustentar sozinho (60,7% no Brasil x 33,7% na China), ter insegurança quanto ao futuro (45,0% x 42,4%) e medo de não conseguir trabalhar na sua profissão (41,3% x 26,8%).¹⁶ Estes medos, os únicos relacionados ao futuro e ao trabalho, aparecem com muito mais força do que os outros temas elencados.

O futuro do trabalho nos dois países será determinado por diversas dinâmicas ligadas, entre outras, à inovação, políticas econômicas tanto globais quanto locais, concorrência, identificação de áreas de cooperação e de complementaridades econômicas, políticas públicas, paz mundial e equilíbrio ecológico. Vivemos em um mundo em transformação rápida, sacudido por crescentes capacidades tecnológicas e pela abertura de economias, transformações da vida em família e por múltiplas inseguranças – uma das mais importantes inseguranças detectadas entre os universitários nos dois países é o desemprego. Paradoxalmente, são os universitários que, por causa de seus estudos e suas qualificações superiores,

15. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, tabela 9).

16. Sposito, Nakano e Chen (capítulo 9 deste livro, gráfico 11). A terceira resposta na China já foi tratada, "ser facilmente influenciável" (2,4% x 31,9%) e a quarta resposta no Brasil era "trabalhar e estudar ao mesmo tempo" (28% x 3%).

devem constituir o segmento da população jovem que mais confia no seu próprio futuro e suas capacidades de inserção no mercado de trabalho.

Os dados, quando lidos junto dos outros dados, indicam que a rápida e recente expansão do ensino superior nos dois países foi acompanhada pelo desenvolvimento, ou de uma vontade de prolongar o tempo de estudos para não enfrentar o mercado de trabalho, ou de expectativas irrealistas a respeito do futuro. Embora reconheça-se a pertinência da primeira explicação, faz-se a hipótese de que os alunos justificam sua orientação quando explicam seus horizontes aos seus pais e possíveis empregadores, com referência à segunda opção. Os estudantes parecem aderir em massa à ideologia da sociedade de informação. Além de salientar que é fundamental investir e usar todo tipo de tecnologia de processamento, armazenamento e transmissão de informações para garantir o desenvolvimento econômico e pessoal, a ideologia propaga a noção de que a educação é o caminho para o crescimento pessoal e econômico. A pesquisa demonstrou resultados concretos da força desta ideologia: a internet e outras tecnologias têm um papel fundamental no dia a dia dos universitários, e o uso da internet é universal. Solicita-se aos entrevistados escolher um máximo de duas opções de uma lista de nove a respeito do que pretendem fazer ao terminar seus estudos de graduação. A escolha mais popular é continuar os estudos em nível de pós-graduação (63,4% no Brasil x 46,8% na China).¹⁷ O capítulo 3 deste livro, de Neves e Martins, emprega os dados do Censo Educacional de 2012 e constata-se que o Brasil tinha 7,25 milhões universitários, dos quais menos de 3% matriculados em programas de pós-graduação (um pouco mais que 200 mil estudantes). Ou seja, a primeira escolha é totalmente irrealista no Brasil. Dados chineses apontam na mesma direção, no ano 2010 havia um total de 33,7 milhões de estudantes universitários, dos quais 1,5 milhão, ou 4,5%, matriculados em cursos de pós-graduação (EIC, 2011). A hipótese é de que existe nos dois países uma relação entre a demanda excessiva de prolongar os estudos até o nível da pós-graduação, a falta de vagas e as respostas às perguntas sobre as piores coisas em ser jovem – em que dominam os medos relacionados ao futuro e ao trabalho.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil e a China são países tão distantes com histórias tão distintas, que é fácil imaginar que temos muito pouco em comum, e estas diferenças reduziriam nossa convivência a contatos que apenas envolvem interesses comerciais. Porém, o estudo pioneiro de José Roberto Teixeira Leite documenta a história das influências chinesas no Brasil entre os séculos XVI e XIX, e fornece o contexto a partir do qual se pode pensar no presente e no futuro. O autor identificou comportamentos, objetos e arranjos sociais que parecem ser comuns aos dois países, ele

17. Zen (capítulo 7 deste livro, tabela 5).

levantou hipóteses para explicar este compartilhamento de tantas coisas em comum. Seu estudo revela que o passado também era recheado de preconceitos, dificuldades e conflitos, inclusive em torno da regulação do comércio.

Sabe-se muito pouco uns sobre os outros e quando se sabe pouco é fácil se enganar e ser enganado, o que provoca decepções e que leva ao rompimento de contratos, abandono de engajamentos e conflitos. Huntington levantou uma hipótese de que os grandes conflitos no mundo pós-guerra fria seriam, entre as civilizações, o que aumenta o risco de guerras. Entre uma perspectiva negativa e outra, este capítulo buscou identificar na base da pesquisa entre universitários algumas áreas de possível diálogo, sobretudo em torno de valores compartilhados e de desenvolvimento de interesses em comum. Deste modo, reduzindo os riscos de conflito e aumentando os benefícios da cooperação.

Deve ser claro que os temas identificados neste capítulo e no livro estão longe de serem os únicos que a pesquisa permite analisar. Pesquisas comparativas sempre apontam na direção do desenvolvimento de uma reflexão sobre nós mesmos, entre os quais: a relação trabalho-estudo, carreiras, desigualdade e mobilidade social, intercâmbio estudantil, família, violência e tantos outros temas.

Os tempos são muito confusos. A globalização cultural e a pós-industrialização, que se manifestam no desenvolvimento de tecnologias de informação e em investimentos no conhecimento, coloca-se em um mundo em que se pode ver tudo, sem, porém, ter o recuo necessário para refletir antes de reagir. Situação muito diferente daquela que existia no primeiro período das relações China-Brasil, quando o tempo das viagens marítimas e das comunicações por carta permitiu a adaptação lenta e gradual de um ao outro. Hoje, as reações tendem a ser cada vez mais imediatas, e isto aumenta os riscos.

A incompreensão do mundo ao redor produz uma necessidade de torná-lo mais inteligível. Homens públicos viajam cada vez mais (apesar das técnicas de comunicação promoverem trocas instantâneas), o turismo aumenta no mundo inteiro, em muitas universidades de excelência participar de programas de intercâmbio internacional quase virou uma exigência.

Ao mesmo tempo aumenta a transmissão, muitas vezes em tempo real, de imagens de pobreza, guerras, migrações clandestinas e os impactos de mudanças climáticas. Pela via de retorno, os alvos daqueles processos recebem imagens de pessoas que são extraordinariamente ricas, de celebridades glamorosos e de grandes desperdícios. Como compreender a coexistência de tanta riqueza, tanta pobreza e tanto sofrimento em um mundo interconectado?

A globalização econômica muda a hierarquia entre as economias nacionais, transforma a divisão internacional de trabalho, requer novas capacidades e

contribui a transformar sistemas de ensino. O futuro do emprego vira problemático, com isto aumentam as inseguranças em relação ao futuro, e onde países, empresas ou indivíduos são incapazes de responder aos novos desafios se assiste o crescimento do medo, da marginalização e o desespero.

Os equilíbrios são frágeis e o futuro incerto. Nossos sujeitos, tanto na China quanto no Brasil, refugiam-se nos seus laços familiares, na busca de estabilidade e previsibilidade. Cabe àqueles com responsabilidade liderar os processos de construção de diálogo de modo a transformar nossas percepções sobre possibilidades de ação e assim transformar a construção do futuro. Uma coisa é certa, pesquisas em ciências sociais podem identificar processos sociais, valores e temas em torno dos quais seria possível construir agendas positivas. Sem estas agendas, erros podem acumular-se e levar a rupturas.

REFERÊNCIAS

- ALTEMANI, H. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing**. London: Verso, 2007.
- BRICS – BRAZIL, RUSSIA, INDIA, CHINA, SOUTH AFRICA. *In*: BRICS SUMMIT, 6., New Delhi. **Anais...** New Delhi, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/7b6wRO>>.
- CARDOSO, F. H. Um mundo surpreendente. *In*: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DUPAS, G. **A nova fronteira?** A China na arena mundial. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/5t3acV>>.
- EIC. **Key China education statistics for international educators**. A report for EIC Group China partners. [s.l.]: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Ms0pTk>>.
- FEI, X. **From the soil: the foundations of Chinese society**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1992.
- HEILBORN, M. L. Youth, sexuality and the family in contemporary Brazil. *In*: DWYER, T. *et al.* (Orgs.). **Handbook of the Sociology of youth in the BRICS countries**. Singapore: World Scientific. No prelo.
- HUNTINGTON, S. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.
- IIE – INTERNATIONAL INSITUTE OF EDUCATION. **International insitute of education: open doors**. [s.l.]: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/8Im1B7>>.

JAP. **Joint action plan between the government of the Federative Republic of Brazil and the government of the People's Republic of China, 2010-2014.** [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/QYAn5o>>.

RAMALHO, C. G.; LAZO, A. V.; MAGALHA, M. S. Divórcio no Brasil: proposta de uma taxa de coorte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/M1C22w>>.

SILVA, C. E. L. **Muito além do Jardim Botânico.** São Paulo: Editora Summus, 1985.

TEIXEIRA LEITE, J. R. **A China no Brasil:** influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

TESSLER, L. Análise: precisamos de mais universidades no ranking do THE. **O Estado de São Paulo**, 1º out. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/1qLZqy>>.

TIAN F. Love, marriage, family and sex: contemporary Chinese youth. *In*: DWYER, T. *et al.* (Orgs.). **Handbook of the Sociology of youth in the BRICS countries.** Singapore: World Scientific. No prelo.

WOLTON, D. **Éloge du grand public:** une théorie critique de la télévision. Paris: Flammarion, 1990.

ORIGEM FAMILIAR, PERCURSOS ACADÊMICOS E PROJETOS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E CHINESES

Wivian Weller¹

Chen Weidong²

Lucélia de Moraes Braga Bassalo³

1 INTRODUÇÃO

A relação entre pobreza e nível de escolaridade da população, os impactos do aumento dos anos de estudo na obtenção de salários mais altos no setor produtivo, assim como as repercussões do nível de ensino nos padrões de qualidade de vida da população, têm sido apontados por diferentes pesquisadores no Brasil e em outros países (Cacciamali, 2002; Manso, Barreto e Franca, 2010). Da mesma forma, estudos sobre o *background* familiar têm indicado que filhos de mãe com maior nível de escolarização obtêm melhores resultados em testes nacionais do que filhos de mulheres com nível de escolarização menor. Ao mesmo tempo, filhos de pais com escolaridade mais baixa são mais vulneráveis ao atraso escolar e à distorção idade-série (Curi e Menezes-Filho, 2008; Machado e Gonzaga, 2007). A constatação do papel da educação na construção da sociedade levou, tanto no Brasil quanto na China, a ações governamentais voltadas, entre outras, para a ampliação dos anos de escolaridade da população, diminuição das taxas de analfabetismo, da distorção idade-série e para a ampliação do acesso à escola em todos os níveis.

No Brasil, a história da educação é marcada por fluxos desconexos de ampliação da rede e da obrigatoriedade escolar (Romanelli, 1996; Oliveira, 2004; Aranha, 2006;

1. Doutora em sociologia pela Freie Universität Berlin, na Alemanha. Professora-associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), sendo vice-diretora desta faculdade na UnB, e bolsista de Produtividade em Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A análise dos dados e elaboração deste artigo contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, bolsa estágio sênior no exterior (2012/2013).

2. Mestre em educação pela Universidade Normal da Capital. Pesquisador-associado no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC).

3. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), professora na Universidade Estadual do Pará (Uepa), vinculada à linha de pesquisa "Formação de Professores" do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação e Sociabilidade (JEDS). Assistente de Pesquisa I no Ipea de 2012 a 2013.

Bassalo, 2013, entre outros). A educação superior surge no país somente no século XIX, na forma de faculdades isoladas, inicialmente públicas, seguidas, no final do século, por instituições particulares.⁴ Todavia, somente na década de 1930, do século XX, a educação começou a ser tratada como questão nacional com sucessivas reformas, criação de normas, decretos e leis de ensino.

A primeira iniciativa de expansão do ensino superior no país pode ser identificada nas três últimas décadas do século XX, caracterizada pelo aumento de cursos e número de instituições, majoritariamente de natureza privada e com formatos institucionais variados (Martins, 2000). Mais recentemente, a partir dos anos 2000, novos esforços voltados para expansão da educação superior foram responsáveis pela criação de programas e ações voltados tanto para o setor público quanto para o privado, aumentando significativamente o número de matrículas. Na primeira década do novo século as matrículas na educação superior aumentaram em mais de 100%, passando de 3.036.113 (cerca de 3 milhões), em 2001, para 7.037.688 (7 milhões), em 2012 (Inep, 2012). Para a democratização do acesso a este nível de ensino, o governo brasileiro criou em 2004 o Programa Universidade para Todos (Prouni)⁵ e reformulou no ano de 2010 o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).⁶ Outro tipo de ação dirigiu-se para a reestruturação e expansão das universidades públicas por meio da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007,⁷ e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em 2010.⁸ Estas ações foram responsáveis pelo aumento do número de universidades públicas federais criadas até 2003. De 45 universidades federais até este ano, passou-se para 63 unidades em 2013.⁹

A preocupação com a expansão da educação superior na China pode ser identificada nos anos 1980 do século XX quando a compreensão de que o país precisava obter uma força de trabalho capaz de fazer frente aos desafios da diversificação, da economia, da velocidade e complexidade das mudanças no setor produtivo, seria alcançada por meio do aumento da escolarização da população. Essa mudança

4. Para um aprofundamento sobre a trajetória histórica do ensino superior no Brasil ver, entre outros: Cunha (1989) e Boas (2004).

5. Até julho de 2013 o programa já havia beneficiado 1,2 milhão de estudantes de instituições privadas, com bolsas integrais e parciais. Mais detalhes sobre o Prouni, consultar: Oliven, 2013; Araújo, 2012.

6. Destina-se ao financiamento prioritário de estudantes de graduação de instituições privadas cadastradas no programa, e já atendeu mais de 310 mil estudantes desde 2010. Mais detalhes estão disponíveis em: <<http://goo.gl/OCdcMR>>.

7. Buscando ampliar o acesso e a permanência na universidade, o programa prevê a criação de universidades e ampliação de vagas nas já existentes, tendo em vista a ampliação ou abertura de cursos ofertados à noite, aumento do número de matrículas por professor, redução do custo/aluno, além da flexibilização dos currículos, da ocupação de vagas ociosas e do combate à evasão. Mais informações podem ser acessadas em: <<http://goo.gl/iv7mwh>>.

8. Esta é uma ação que visa garantir a permanência de estudantes de graduação, de universidades públicas e com baixa renda.

9. Dados relativos à expansão das universidades federais podem ser consultados em: <<http://goo.gl/ozgMtl>>. Em 5 de junho de 2013 foi sancionado pela presidência do Brasil a criação de mais quatro universidades federais.

ocorrida nos últimos anos é acompanhada pela elevação do nível de urbanização da China, que fez com que a proporção da população urbana ultrapassasse a cifra dos 50%. Cada vez mais jovens, sobretudo do meio urbano, adquirem a oportunidade de estudar em uma universidade. Na primeira década do novo milênio ocorreu um aumento superior à triplicação das matrículas na graduação, passando de 9.097.300 (cerca de 9,1 milhões), em 2000, para 32.209.760 (32,2 milhões) em 2010 (EIC, 2011). As universidades públicas chinesas não são gratuitas como no Brasil, mas a partir de 1987 programas de apoio financeiro aos estudantes passaram a ser aprimorados e ampliados. Desde 2007, o sistema de concessão de auxílios está organizado em torno de três modalidades principais: bolsas de estudo (*fellowship*), subsídios (*grants*) e créditos bancários (*loans*), favorecendo aos estudantes o acesso e a permanência na educação superior (Yang, 2010; LI, 2007). Além disso, cursos e vagas de graduação foram ampliados graças ao incentivo governamental para que o setor privado atuasse neste nível de ensino (Wang, 2010). Para além dos esforços no aumento da oferta e da qualidade geral da educação, o governo chinês estabeleceu já nos anos 1990 por meio do Projeto 985 a meta de fazer com que as universidades de ponta – entre as quais podemos citar as universidades de Pequim, Nanjing e Xiamen – estivessem em condições de competir com outros centros de ensino, formação e pesquisa de excelência de outros países.¹⁰ Com esta pretensão, estabeleceu como eixo de aceleração e modernização do país o avanço da ciência, da tecnologia e da cultura, pretendendo afirmar a China como uma nação com educação superior de qualidade e competitividade (Weifang, 2004; Gong e LI, 2010; Wang, 2010).

A ampliação do número de vagas nas instituições de educação superior, bem como a diversificação dos tipos de auxílios financeiros para os estudantes, nos dois países, foram responsáveis por uma mudança do perfil socioeconômico dos estudantes, que entraram nas universidades a partir dos anos 2000, composta, majoritariamente, por jovens entre 18 e 24 anos. Sendo assim, se os jovens participantes da pesquisa representam uma geração que, nos dois países, têm pela primeira vez nas suas histórias educacionais um aumento significativo das taxas de acesso à educação superior, estamos diante de questões instigantes: quais são as origens sociais dos estudantes participantes da pesquisa? Mais especificamente: quem são os jovens universitários brasileiros e chineses, no que se refere aos seus antecedentes familiares especificamente quanto à escolaridade e ocupação profissional de seus pais? Desafia também entender as semelhanças ou diferenças entre os estudantes dos dois países no que diz respeito ao curso que fazem atualmente, o que nos leva às seguintes questões: o curso de graduação no qual se encontram representou a primeira escolha no processo seletivo pelo qual passaram? O que os levou a escolher este curso? Gostariam de trocar de curso? Por fim, se são, em comparação à geração

10. Para mais informações sobre o Projeto nº 985 e o conjunto das 39 universidades selecionadas neste programa, ver: <<http://goo.gl/TE1Ek0>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

que os antecederam, privilegiados no que se refere ao acesso à universidade, o que os estudantes gostariam de fazer após a graduação?

Nesse sentido, este capítulo analisa, inicialmente, o contexto familiar dos estudantes considerando a escolaridade e a ocupação dos pais. Em seguida, discute aspectos relacionados à trajetória acadêmica dos estudantes e seus projetos após a conclusão da graduação.

2 ORIGEM FAMILIAR DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

A compreensão do *background* familiar dos estudantes contribui, neste momento de expansão em massa da educação superior em ambos países, no sentido de fornecer elementos sobre as origens sociais dos estudantes. Quais são as características relativas à escolaridade dos pais dos universitários? Em que as famílias dos estudantes brasileiros se distinguem das famílias chinesas? Que características são semelhantes em ambos países considerando-se as origens familiares? Assim, nesta seção serão analisados aspectos relativos ao nível de escolaridade, ramo de atividade e situação profissional dos pais e mães dos estudantes.

2.1 Escolaridade dos pais brasileiros e chineses

Como já mencionado, a expansão do número de vagas na educação superior trouxe mais jovens para a universidade e introduziu maior diversidade em todos os âmbitos. No que diz respeito ao nível de escolaridade dos pais e das mães dos estudantes universitários podem ser observadas singularidades, conforme a tabela 1.

TABELA 1
Nível de escolaridade do pai e da mãe
(Em %)

Escolaridade dos pais	Brasil		China	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Analfabeto	0,3	0,3	1,4	1,2
Ensino fundamental incompleto	9,0	9,4	4,3	2,8
Ensino fundamental completo	4,4	5,8	5,2	3,9
Ensino médio incompleto	5,1	5,9	3,8	4,3
Ensino médio completo	28,5	26,5	47,4	42,0
Ensino superior incompleto	7,2	9,8	2,3	4,6
Ensino superior completo	29,3	27,3	28,9	33,4
Pós-graduação	15,3	12,3	3,5	5,7
NR/NS	0,8	2,6	3,2	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

Alguns estudos têm apontado que a relação entre o nível de escolaridade dos pais, especialmente da mãe, constitui variável importante no acesso e permanência dos filhos na escola, bem como no ingresso na educação superior (Fiamengue e Whitaker, 2003). No caso das mães brasileiras, observa-se que 44,6% adquiriram um diploma de graduação ou pós-graduação, enquanto que entre os pais dos estudantes, este percentual atinge 39,6%. O percentual de mães e pais com ensino médio completo ou que chegaram a cursar uma graduação sem concluí-la constitui o segundo grupo com maior representatividade, somando 35,7% entre as mães e 37,1% entre os pais dos estudantes. No terceiro grupo, formado por mães e pais que atingiram a escolaridade mínima prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, encontra-se 9,5% de mães e 11,7% de pais com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto. O quarto grupo, formado por mães e pais com escolaridade inferior ao estabelecido na LDB, representa 9,3% e 9,7% respectivamente.

Na China, o nível de escolaridade das mães e pais também aparece como fator determinante para o ingresso dos filhos na universidade. Contudo, observam-se algumas diferenças quando comparamos com o Brasil. O maior grupo de estudantes chineses possui mães e pais com ensino médio completo ou superior incompleto, representando 49,7% e 46,6% respectivamente. O segundo grupo está constituído por 32,4% de mães e 39,1% de pais com educação superior completa. O terceiro grupo formado por estudantes cujas mães e pais que possuem educação compulsória,¹¹ apresenta, no caso das mães, percentual semelhante ao do Brasil (9%); pais com escolaridade mínima representam 8,2%, apresentando um percentual de 3,5% abaixo do quantitativo de pais de estudantes brasileiros neste grupo. O último grupo, constituído por mães e pais que não chegaram a concluir a educação compulsória, encontra percentuais abaixo da realidade brasileira, com 5,7% de mães e 4% de pais. Observa-se ainda neste grupo que os percentuais de mães e pais analfabetos (1,4% e 1,2% respectivamente) é maior do que entre os universitários brasileiros (0,3%).

Chama atenção o fato de que a possibilidade de continuidade de estudos na China, seja maior para os pais, tanto no acesso à educação superior (4,6% maior que o número de mães) quanto no prosseguimento dos estudos na pós-graduação (2,2% superior ao das mães). No Brasil a característica é inversa, ou seja, as mães têm maior representação na graduação (2% mais elevada que o número de pais) e na pós-graduação (3% maior que o alcançado pelos pais). Estes dados parecem indicar que as ações relativas à expansão da educação superior nos dois países alcançaram as gerações anteriores e os gêneros de modo diferente: a representatividade

11. A escolaridade obrigatória na China é equivalente ao antigo primeiro grau no Brasil, compreendendo oito anos de estudo.

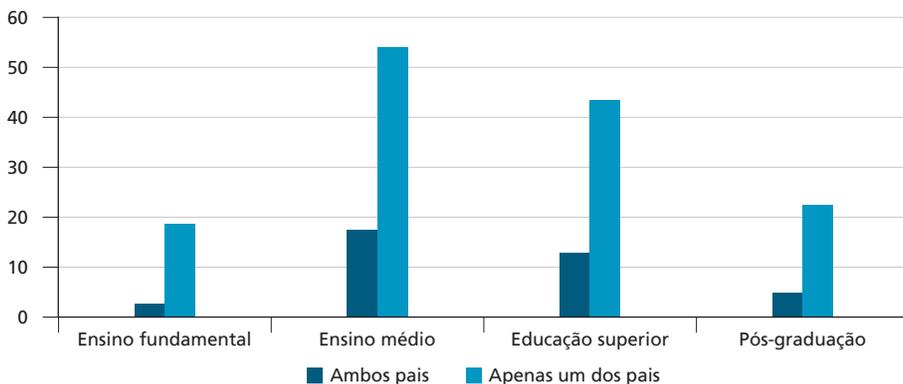
na continuidade de estudos comporta uma diferença de gênero nos dois países concentrando-se nos pais chineses e nas mães brasileiras.

Outras características relevantes são obtidas ao realizar o cruzamento da escolaridade dos pais com o objetivo de verificar o percentual de casais que possuem nível de escolaridade idêntico e casais com nível de formação distinta (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Brasil: casais com o mesmo nível de escolaridade e com formação distinta

(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

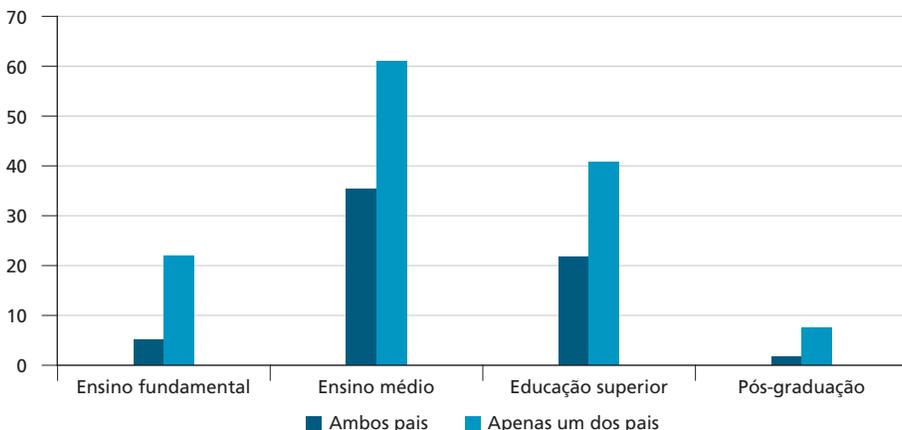
Verifica-se a partir deste cruzamento que o número de casais brasileiros com o mesmo nível de escolaridade é bem inferior ao número de casais com níveis de escolaridade distintos entre si. Cerca de 2,7% dos estudantes universitários pertencem a famílias nas quais ambos os pais possuem apenas o ensino fundamental completo ou incompleto. O outro extremo dos níveis de escolaridade, pais e mães com formação em nível de pós-graduação, também representa uma minoria, perfazendo 5% da amostra. Famílias em que ambos progenitores possuem o diploma de ensino médio ou de graduação representam 17,7% e 12,9% respectivamente. A maioria dos pais e mães dos estudantes universitários brasileiros apresentam nível de escolaridade distintos, com características múltiplas, tais como: pai com ensino médio e mãe com ensino superior, pai com ensino superior e mãe com ensino médio, mãe com ensino superior e pai com ensino fundamental etc. No entanto, os dados não permitem concluir que essa diferença de escolaridade entre casais existia na época em que contraíram matrimônio, ou se após a união tiveram acesso a determinado nível ou abandonaram os estudos. A expansão do ensino superior privado no país, assim como dos cursos supletivos noturnos, fez com que muitos adultos alcançassem uma titulação em outra fase de suas vidas, já que o incentivo à continuidade dos estudos na educação superior, por meio dos

benefícios oferecidos pelos programas governamentais, não faz limitação etária. Pode-se supor que em muitos casos, por vários fatores objetivos e subjetivos, somente um dos parceiros adquiriu diploma de ensino médio ou superior após haver contraído matrimônio ou constituído família. Este nos parece ser um dos possíveis motivos para o baixo número de casais com nível de escolaridade idêntico entre as famílias dos universitários brasileiros desta amostra.

As famílias dos estudantes chineses também apresentam características semelhantes ao Brasil, ou seja, a maioria dos casais possui formação educacional distinta, conforme observado no gráfico 2.

GRÁFICO 2

China: casais com o mesmo nível de escolaridade e com formação distinta
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

Os dados revelam que o percentual de estudantes universitários chineses oriundos de famílias em que ambos pais possuem ensino fundamental completo ou incompleto representa 5% do total da amostra, encontrando-se 2,3% acima da situação identificada no Brasil. Deve-se ressaltar que talvez esta diferença esteja relacionada ao fato de encontrarmos na amostra chinesa um número maior de mães e pais que se dedicam a atividades agrícolas (gráfico 4). No outro extremo da linha de escolarização – mães e pais com pós-graduação – verificamos situação inversa, ou seja, apenas 1,8% dos estudantes chineses vivem em famílias com estas características, permanecendo 3,2% abaixo do Brasil. Na China a expansão da pós-graduação é mais recente do que no Brasil, dado que talvez possa ser tomado como explicação para este fato. No entanto, se analisamos os dados referente ao número de mães e pais com formação idêntica em nível médio ou superior, verificamos que estes percentuais estão bem acima da realidade brasileira: 35,2% dos

casais chineses possuem o ensino médio completo ou incompleto e 21,7% adquiriram um diploma de graduação ou pelo menos ingressaram em uma instituição de educação superior (respectivamente, 17,5% e 8,8% acima da média brasileira). Neste sentido, podemos afirmar que existe menor heterogeneidade entre os casais chineses no que diz respeito à formação educacional.

De modo geral, estas informações revelam que entre os estudantes universitários participantes da pesquisa é inexpressivo o percentual de famílias que não tiveram acesso à escola (anexo A). O sistema universitário em ambos países pouco absorve estudantes que possuem mães e pais com baixa escolaridade. Ainda que se identifiquem diferenças entre a China e o Brasil quanto à escolaridade alcançada pelo pai e pela mãe dos estudantes, a maioria dos casais com mesma escolaridade nos dois países concentra-se entre aqueles que atingiram o ensino médio. Em segundo lugar, também nos dois países estão os casais em que ambos são graduados. A diferença recai sobre a terceira e quarta posição, já que no Brasil estão os casais com pós-graduação e ensino fundamental, respectivamente, e na China essa relação é invertida, vindo em terceiro lugar casais com ensino fundamental e depois casais com pós-graduação.

De modo geral, a análise revela que os universitários participantes da pesquisa representam uma tendência acentuada de ascensão escolar em relação àquela obtida pela geração de seus pais. Em outras palavras, já estão percorrendo um caminho que seus pais, na sua idade, não trilharam.

2.2 Situação profissional dos pais brasileiros e chineses

Buscando compreender a origem social dos universitários brasileiros e chineses, a análise da situação laboral constitui outro aspecto relevante e que contribui para compreender de onde veem os jovens participantes da pesquisa. A tabela 2 apresenta um retrato do setor de atividade econômica dos pais e das mães dos jovens universitários.

Se eliminarmos as alternativas com menos de dez pontos percentuais (p.p.), selecionados pelos universitários brasileiros, pode-se perceber que as mães e pais brasileiros distribuem-se em cinco atividades econômicas claramente definidas: comércio, serviços, educação, administração pública/governo e indústria. Entre as mães brasileiras, a área de educação (16,3%) constitui o principal ramo de atividade, seguido de comércio (15,9%), serviços (14,4%) e administração pública/governo (14,1%). Entre os pais, a ocupação no setor do comércio (19,1%) representa a atividade dominante, seguida de serviços (13,9%), administração pública/governo (13,2%) e indústria (12,4%). A categoria outros, embora selecionada por um número expressivo de estudantes, permanece indefinida. No entanto, aponta para uma diversidade de atividades desenvolvidas pelas mães e pais dos estudantes brasileiros e presentes no mercado de trabalho do país.

Na China, grande parte das famílias atua em ramos de atividade econômica semelhantes aos que receberam maior destaque no Brasil: administração pública/governo, serviços, educação e indústria representam os principais campos de atividade. Entre as mães chinesas, a principal atividade econômica é serviços (17,7%), seguida de educação (12,9%) e administração pública/governo (10,8%). Quando se considera o pai, a ocupação administração pública/governo (14,9%) aparece como dominante, seguida de serviços (11%) e indústria (10%). Entre os universitários chineses, um percentual significativo também assinalou a opção outros ramos de atividades, apontando a existência de um mercado de trabalho mais extenso e complexo.

TABELA 2
Setor de atividade econômica do pai e da mãe
(Em %)

	Brasil		China	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Administração pública/governo	14,1	13,2	10,8	14,9
Educação	16,3	3,3	12,9	8,3
Pesquisa e desenvolvimento	0,8	1,0	1,4	3,3
Saúde	7,7	2,7	4,9	3,0
Militar/segurança pública	0,9	8,4	1,3	3,7
Indústria	3,8	12,4	6,0	10,0
Agropecuária	0,5	2,6	6,3	5,6
Serviços	14,4	13,9	17,7	11,0
Comércio	15,9	19,1	8,2	9,2
Construção	0,9	4,4	2,5	7,9
Extrativa/mineral	0,0	0,2	0,8	1,6
Outros	20,4	13,2	26,3	21,0
NR/NS	4,3	5,0	0,7	0,5
Anulado	0,1	0,6	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

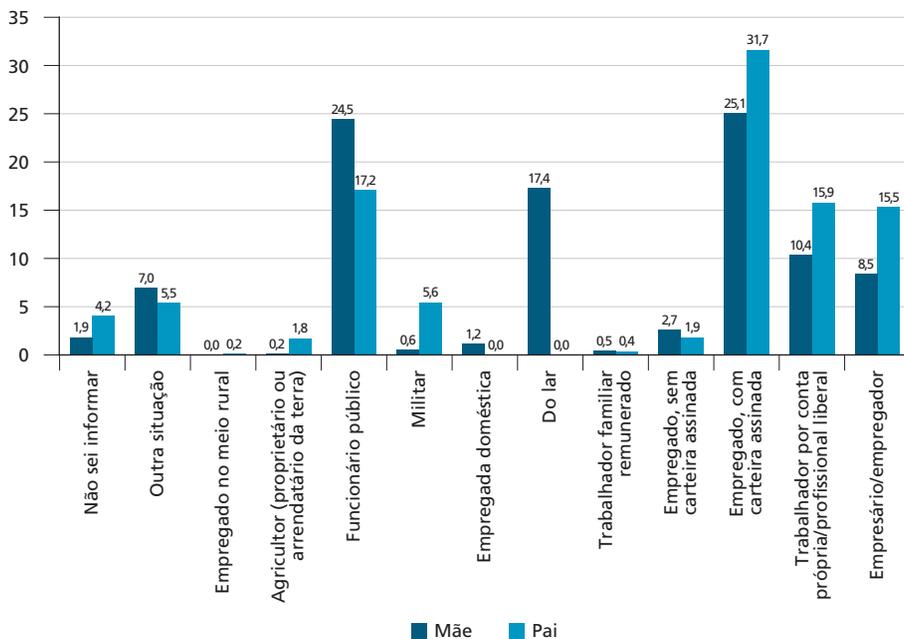
Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

Deve-se destacar que ao compararmos alguns ramos de atividade selecionadas pelos estudantes chineses com a realidade brasileira, observa-se que o percentual de homens atuando no campo da educação é bastante superior na China, representando 8,3% e somente 3,3% no Brasil, em que a área educacional, atualmente, é majoritariamente um campo de trabalho das mulheres. O setor industrial parece favorecer mais as mães chinesas do que as mães brasileiras (6,0% e 3,8% respectivamente) e o mesmo ocorre com o setor de serviços (17,7% e 14,4% respectivamente). No entanto, é preciso levar em conta que estes dados refletem apenas a realidade das famílias de estudantes universitários. Outras comparações seriam necessárias para

uma melhor compreensão dessas diferenças relacionadas, sobretudo, às profissões no campo da educação e da indústria.

Outro aspecto levantado na pesquisa com o objetivo de conhecer melhor o contexto familiar e socioeconômico dos jovens que estão na educação superior diz respeito à situação profissional das mães e pais. Neste item, as diferenças entre os sexos tornam mais visíveis quando são considerados os tipos de ocupação profissional.

GRÁFICO 3
Brasil: situação profissional dos pais
(Em %)



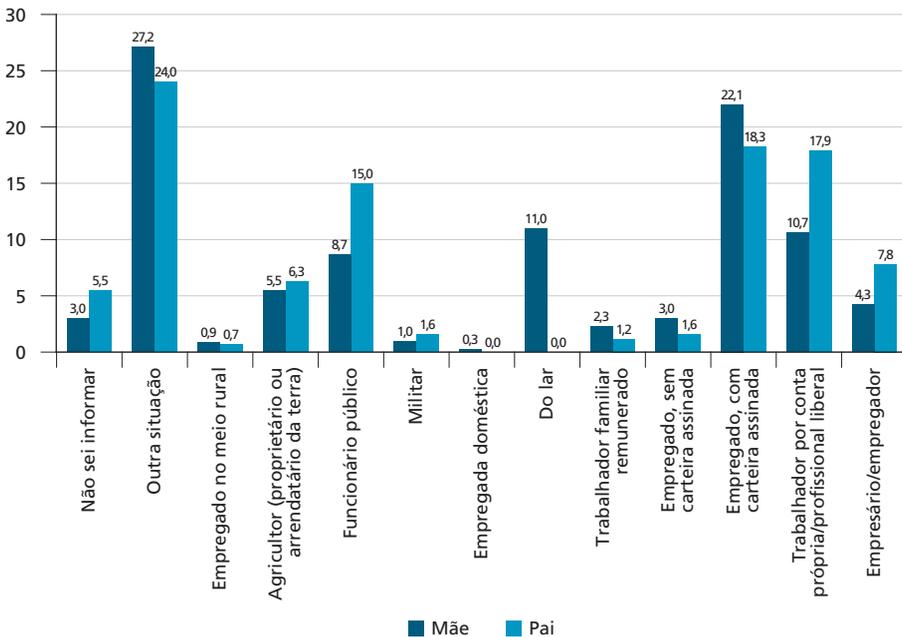
Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

No Brasil, a maioria dos estudantes informou como ocupação profissional da figura paterna a seguinte situação: empregado com carteira assinada, totalizando 31,7%, funcionário público, equivalente a 17,2%, profissional liberal ou trabalhador por conta própria com 15,9% e empresário ou empregador, perfazendo 15,5%. Deve-se observar que é inexpressiva a quantidade de filhos de pai empregados no meio rural. A ocupação de agricultor (proprietário ou arrendatário da terra) também apresentou baixos percentuais, chegando a 1,8%. Pais que exercem trabalho familiar remunerado ou que estão empregados sem carteira assinada também representam uma minoria entre as famílias dos estudantes universitários, respectivamente 0,4% e 1,9%.

A situação profissional das mães brasileiras apresenta duas alternativas que não foram citadas pelos pais por se tratarem de ocupações associadas, frequentemente, ao universo feminino no Brasil. Trata-se das empregadas domésticas, com 1,2% de representatividade na amostra, assim como daquelas declaradas como do lar, que alcançou a terceira posição entre as ocupações mais frequentemente exercidas pelas mães dos estudantes universitários, compreendendo 17,4%. Em primeiro e segundo lugar aparece, para as mães brasileiras, as ocupações: empregada com carteira assinada com 25,1% e funcionária pública equivalente a 24,5%. Entre os participantes da pesquisa, nenhum era filho de mãe empregada no meio rural, e ainda, as ocupações de agricultora (0,2%), trabalhadora familiar remunerada (0,5%) ou militar (0,6%) também são pouco comuns entre as mães dos estudantes universitários.

De certa forma, a situação profissional dos pais e mães dos estudantes chineses é semelhante aos dados obtidos na pesquisa realizada no Brasil, como podemos observar no gráfico 4.

GRÁFICO 4
China: ocupação dos pais
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyrcs.

Entre os pais dos estudantes chineses, o item outra situação obteve o maior número de respostas, apontando novamente para uma diversidade de profissões e situação laboral. Entre as ocupações mais indicadas encontram-se: empregado com

carteira assinada (18,3%), profissional liberal ou trabalhador por conta própria (17,9%) e funcionário público (15%). Pais empregados no meio rural também estão sub-representados na amostra (0,7%). Porém, se considerarmos a ocupação agricultor (proprietário ou arrendatário da terra) os percentuais sobem para 6,3% e são três vezes maiores que no Brasil. Pais desenvolvendo trabalho familiar remunerado (1,2%) ou empregado sem carteira assinada (1,6%) também representam uma absoluta minoria entre os estudantes universitários chineses.

Semelhante às respostas sobre a situação profissional de seus pais, os estudantes chineses também apontaram que 27,2% de suas mães encontram-se em outra situação profissional não especificada no questionário. Na segunda posição, com 22,1%, aparece a opção empregada com carteira assinada. Entre os estudantes chineses, também é diminuta a representação de progênitos de empregada doméstica (0,3%), empregada do meio rural (0,9%) e militar (1,0%).

Os dados citados parecem estar relacionados à mudança identificada nos últimos anos na China, sobretudo com a elevação do nível de urbanização do país como apontado anteriormente. Assim, pode-se identificar o aumento da frequência de estudantes universitários de origem urbana, enquanto que o percentual de egressos de famílias camponesas está diminuindo. Deve-se ressaltar ainda que a desigualdade no desenvolvimento campo-cidade reflete-se na qualidade da educação, já que a educação ofertada no meio urbano geralmente é de melhor qualidade do que a oferecida no campo. Neste sentido, alunos camponeses encontram-se em desvantagem quando comparados àqueles que estudaram na cidade.

Somente 8,7% das mães chinesas encontram-se atuando no setor público, valor percentual bem abaixo dos dados sobre o sexo oposto (15% dos pais chineses) e também três vezes menor que o de mães brasileiras com essa profissão. Já em relação à função do lar, observa-se uma situação inversa, ou seja, mais mães brasileiras (17,4%) do que chinesas (11%) desempenham exclusivamente esta atividade. As trabalhadoras por conta própria ou profissionais liberais ocupam posição semelhante em ambos países, equivalendo a 10,7% na China e 10,4% no Brasil. Mas se comparado ao sexo oposto, o percentual de mães nesta situação é bem inferior ao percentual de pais chineses, com 17,9% conforme indicado acima.

A maioria dos estudantes brasileiros e chineses não cresceu em lares com ocupações relacionadas à agricultura, ao trabalho familiar remunerado, ao emprego doméstico, ao emprego no meio rural ou ao emprego sem carteira assinada, revelando que ocupações com baixo retorno financeiro possuem baixa representatividade entre os estudantes universitários em ambos países.

3 PERCURSOS ACADÊMICOS DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

No Brasil, apesar de algumas universidades já adotarem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)¹² como exame de admissão, o vestibular¹³ ainda representava a principal forma de ingresso nas universidades em 2012, ano em que a pesquisa foi realizada. A disputa por uma vaga em cursos de alto prestígio pode chegar a uma média de oitenta a cem candidatos por vaga. Entre os cursos mais concorridos em universidades públicas brasileiras encontram-se: medicina, direito e relações internacionais (Weller, 2008). Outros cursos de prestígio, por exemplo da área de exatas, são menos disputados em função do grau de dificuldade associado a estes cursos e ao baixo desempenho de grande parte dos estudantes do ensino médio nas disciplinas de matemática, física e química. Jovens decididos a ingressar em um curso com um alto grau de dificuldade no ingresso costumam frequentar cursinhos preparatórios para os vestibulares das melhores universidades brasileiras. Alguns estudantes só conseguem ingressar no curso pretendido após a quarta ou quinta tentativa, ou seja, dois a três anos após o término do ensino médio (Weller e Pfaff, 2012). Outros optam por ingressar no curso desejado em uma universidade particular, já que o número de concorrentes costuma ser menor e as possibilidades de ingressarem nos cursos pretendidos sem a necessidade de realizarem cursinhos pré-vestibulares é maior (Ojala, 2008).

A porta de entrada para a universidade na China é determinada por um exame nacional ao final do 12º ano escolar denominado *gaokao*, que foi reestabelecido no sistema educacional chinês no ano de 1977 (Kinglun, 2008). O exame começou a ser elaborado no ano de 1952 e é considerado o primeiro exame educacional padronizado do mundo (cf. MUTHANNA; SANG, 2016). Sua primeira implementação ocorreu entre os anos 1959 a 1966. A possibilidade de escolha da universidade e do respectivo curso está vinculada à nota obtida no exame. Neste sentido, para muitos estudantes, o ingresso em uma universidade de excelência começa a ser planejado pelos pais e mães desde a infância. Apesar da expansão das vagas na educação superior, a disputa pelo ingresso nas melhores universidades favorece estudantes que puderam usufruir de cursos complementares ou aulas particulares, fenômeno denominado por Mark Bray como *shadow education* (Bray, 2007). Situação semelhante também ocorre no Brasil por meio de cursinhos pré-vestibulares ou preparatórios para o Enem organizados pelo setor privado. O modelo de educação centrado em exames, apesar das críticas

12. O Enem, criado em 1998, passou a ser utilizado a partir de 2009, como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, além de avaliar o desempenho dos estudantes brasileiros ao final da educação básica. Com a reformulação constituiu-se em uma estratégia de democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por instituições federais de ensino superior (Ifes).

13. O exame vestibular começou a ser aplicado, no Brasil, em 1911, como forma obrigatória para a entrada no ensino superior. Atualmente, o ingresso nas universidades, dado o princípio da autonomia, pode ser feito de diferentes formas, que inclui o vestibular.

que vêm sofrendo, entre outros, de estar limitando o espaço para a criatividade e desenvolvimento do pensamento crítico das futuras gerações, parece estar longe de ser abandonado ou substituído por outras formas de ingresso na educação superior em ambos os países (Kirkpatrick e Zhang, 2011).

3.1 Motivos para a escolha do curso

Diante da constatação de que os jovens universitários participantes da pesquisa representam uma geração com relevante ascensão escolar em suas famílias e que são filhos de pais e mães com relativo grau de estabilidade profissional/ocupacional e de retorno financeiro, passa-se nesta seção a analisar seus posicionamentos quanto ao curso de graduação ao qual estão vinculados. Quais são as expectativas dos estudantes em relação à formação profissional e que fatores foram determinantes na escolha dos respectivos cursos? Os jovens estão satisfeitos com as escolhas realizadas?

A questão referente aos motivos que levaram os estudantes a optar pelo respectivo curso foi elaborada de forma que pudessem indicar até três itens, sem a necessidade de atribuir uma ordem de prioridade entre estes. Deste modo, entre os principais motivos indicados para a escolha do curso observam-se, nos dois países, poucas diferenças entre os sexos feminino e masculino (tabela 3).

TABELA 3
Motivos para a escolha do curso de graduação
(Em %)

Motivos	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Influência da família	10,3	9,9	33,3	24,7
Mais oportunidades profissionais	40,0	47,9	30,4	27,9
Por gosto	71,1	67,1	34,6	47,7
Confere prestígio	6,6	8,3	6,1	6,9
Porque proporciona segurança de emprego	7,7	10,0	17,5	10,6
Vantagens econômicas	7,4	15,2	3,4	5,3
Profissão de importância para a sociedade	29,4	22,6	16,9	18,5
Já tinha trabalhado em áreas afins	6,6	7,3	0,7	1,4
Parte dos meus amigos também o escolheu	0,9	1,4	3,8	2,5
Permite que eu trabalhe	5,2	4,2	1,2	1,6
É o curso que eu posso pagar	2,6	2,2	2,6	1,9
Facilidade no vestibular	2,7	2,6	14,3	10,2

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Gosto pela profissão, maiores oportunidades profissionais e importância da respectiva profissão para a sociedade foram os motivos mais indicados pelos jovens universitários brasileiros. Entretanto, observam-se algumas diferenças entre as opções assinaladas por ambos os sexos: gosto pela profissão e importância desta para a sociedade foram opções que alcançaram um percentual mais elevado entre estudantes do sexo feminino do que masculino (71,1% *versus* 67,1% e 29,4% *versus* 22,6%). Mais oportunidades profissionais e vantagens econômicas apresentaram percentual maior entre estudantes do sexo masculino do que feminino, com 47,9% *versus* 40,0% para o primeiro item e 15,2% *versus* 7,4% para o segundo aspecto. Outros motivos com cerca de 10% de representatividade na amostra para ambos os sexos estão relacionados à influência da família (10,3% sexo feminino *versus* 9,9% sexo masculino) e segurança no emprego (7,7% sexo feminino *versus* 10,0% sexo masculino).

Entre os estudantes chineses, os motivos mais apontados foram gosto pela profissão, mais oportunidades profissionais e influência da família. Porém, quando o sexo é considerado, há uma inversão entre os quesitos mais escolhidos, ainda que estudantes do sexo feminino (34,6%) e do masculino (47,7%) representem os maiores percentuais quando o aspecto é gosto pela profissão. O item mais oportunidades profissionais e influência da família concentrou maior número de estudantes do sexo feminino, respectivamente 30,4% e 33,3%, do que estudantes do sexo masculino, com 27,9% e 24,7%. Contudo, foram os universitários do sexo masculino que alcançaram percentual mais alto quando o tópico foi profissão de importância para a sociedade (18,5% sexo masculino e 16,9% sexo feminino), enquanto que segurança no emprego foi um item que concentrou mais escolhas do sexo feminino (17,5% sexo feminino e 10,6% sexo masculino).

Pode-se observar que entre os estudantes dos dois países prepondera como principal motivo o gosto pela profissão, seguido como segundo item a possibilidade de obter mais oportunidades profissionais. Contudo, há diferenças quanto à terceira opção mais selecionada. Entre os universitários brasileiros os percentuais concentraram-se sobre a opção profissão de importância para a sociedade, enquanto que entre os estudantes chineses o terceiro item recaiu na influência da família. Esta diferença também se observa entre o item menos escolhido pelos estudantes. Já tinha trabalhado em áreas afins foi a opção menos escolhida pelos jovens chineses, enquanto que o motivo que indica a influência da escolha dos cursos dos amigos foi a menos escolhida pelos estudantes brasileiros.

3.2 Grau de satisfação e desejo de mudança de curso

Considerando-se as respostas dos estudantes à questão sobre estarem ou não em um curso de graduação relacionado à sua primeira escolha no momento em que decidiram cursar uma graduação, chama-nos atenção o fato de cerca de

74% dos estudantes brasileiros, de ambos os sexos, haverem ingressado no curso que representou sua primeira escolha. Entre aqueles que não obtiveram sucesso, ou seja, que acabaram optando por outro curso após algumas reprovações em vestibulares, encontram-se 15,3% de estudantes do sexo feminino e 12% do sexo masculino. Observa-se ainda que 8,4% dos estudantes do sexo feminino e 12,4% do sexo masculino abandonaram o curso inicial e optaram por buscar uma nova formação. Somando-se estes dois últimos grupos no conjunto das seis universidades que compõem a amostra no Brasil, deparamo-nos com cerca de 24% de estudantes universitários de ambos os sexos que apresentam uma trajetória não linear entre a conclusão do ensino médio e a educação superior. Estes jovens, em algum momento de sua formação (no ensino médio ou posteriormente), encontraram dificuldades que os impediram de ingressar no curso desejado ou passaram por momentos de revisão de seus projetos biográfico-profissionais que os levaram a mudar de curso.

TABELA 4
Primeira escolha no vestibular
(Em %)

	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Sim	74,4	74,2	67,7	74,8
Não, já tentei ingressar em outro(s) curso(s) sem sucesso	15,3	12,0	23,4	16,7
Não, já cursei outro(s) curso(s) sem chegar a concluí-lo(s)	8,4	12,4	6,4	4,2
Não, já concluí outro(s) curso(s) de graduação	1,6	1,2	1,3	2,2
NR	0,3	0,3	1,2	2,0
Anulado	0,1	0,0	0,0	0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cygra.

Semelhante à situação brasileira, a maioria dos universitários chineses afirmou encontrar-se no curso de graduação que representou a primeira escolha, sobretudo os estudantes do sexo masculino, que revelaram um percentual maior do que do sexo feminino (respectivamente, 74,8% e 67,7%). Entre aqueles que não obtiveram êxito, ou seja, que não ingressaram no curso pretendido, o percentual de mulheres (23,4%) é maior que dos homens (16,7%). Pode-se identificar ainda um percentual inferior a 10 p.p. entre aqueles que abandonaram um curso de graduação antes de cursar a graduação atual, sendo 6,4% para o sexo feminino e 4,2% para o sexo masculino. Ao reunir estes dois últimos grupos, verificamos que 26,5% dos estudantes chineses encontram-se frequentando um curso de graduação distinto da formação profissional pretendida antes do ingresso na universidade.

Apesar de a maioria dos estudantes brasileiros não demonstrar interesse em mudar de curso, observa-se um percentual maior de estudantes do sexo feminino dispostos a mudar de curso caso tivessem a oportunidade. Esta diferença explica-se, em parte, pelos dados apresentados na tabela 4, que registrou um percentual mais elevado de estudantes do sexo masculino que já realizaram uma mudança de curso. Ainda que não estejam matriculadas no curso desejado, as jovens mulheres parecem encontrar-se diante de determinadas barreiras que as impedem de tomar esta decisão. É possível que se sintam mais pressionadas por suas famílias a concluir a graduação iniciada do que os rapazes; outros motivos podem estar relacionados às taxas cobradas em universidades particulares para os cursos de maior prestígio ou à dificuldade de realização de um novo vestibular para o curso pretendido.

TABELA 5
Mudança de curso
(Em %)

Trocar de curso	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Sim	18,1	14,8	38,7	25,4
Não	81,3	85,1	60,3	72,5
NR/NA	0,6	0,2	1,0	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Na China, a maior parte dos estudantes, tanto do sexo feminino quanto do masculino também não manifestou interesse em trocar de curso, conforme dados da tabela 5. Semelhante aos dados encontrados no Brasil, as mulheres chinesas representam o maior grupo de estudantes que trocava de curso se tivesse a oportunidade. Essa afirmação corrobora o padrão apontado na tabela 4, em que a maior parte dos estudantes que já cursou outra graduação é representado pelas estudantes do sexo feminino, além de serem estas também as que já tentaram o ingresso, sem sucesso, em outro curso.

Deve-se ressaltar que na China o modelo de organização familiar e o peso de uma cultura de mais de 4 mil anos tornam as decisões sobre a escolha do curso superior mais complexas do que no Brasil. Neste sentido, é comum que a primeira opção de muitos jovens universitários resulte de uma decisão do coletivo familiar, sem corresponder, necessariamente, aos interesses e motivações do estudante. Como o peso da escolha dos pais manifesta-se e leva em consideração a profissão e o futuro do filho ou da filha, observa-se nos dados desta pesquisa que um grupo significativo de universitários descobrem, após o ingresso na universidade, que o curso escolhido não corresponde às expectativas individuais ou de realização

profissional. No entanto, encontrar um trabalho digno e com salário estável constitui um aspecto importante para os universitários e suas famílias, haja visto que as taxas de desemprego entre jovens com educação superior completa também estão aumentando na China.¹⁴

Em ambos os países, os estudantes do sexo masculino estão mais satisfeitos com o curso que escolheram, ainda que o percentual seja mais representativo entre os estudantes brasileiros. O número de mulheres interessadas em trocar de curso é maior do que o número de homens em ambos países. No entanto, o percentual de estudantes chinesas que gostaria de trocar de curso chega a ser mais do que o dobro do percentual encontrado entre as estudantes brasileiras (respectivamente, 38,7% e 18,1%). Os dados da tabela 5 apontam um viés de gênero que atinge as mulheres e homens de modo diferente nos dois países, sobretudo entre os estudantes que não conseguiram ingressar no curso pretendido.

4 PROJETOS DE ESTUDANTES BRASILEIROS E CHINESES APÓS A CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO

A noção de projeto – como concebida por Alfred Schütz – indica uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, que, por sua vez, está relacionada ao “campo de possibilidades” que uma pessoa ou grupo dispõe para colocá-las em prática (Schütz, 1979; Velho, 1994). A busca por formação especializada e obtenção de um diploma de graduação podem ser descritas como uma conduta organizada por meio da qual o estudante espera ingressar no mercado de trabalho, no caso dos que se dedicam exclusivamente aos estudos. Para os que já estão trabalhando, o curso superior pode representar uma possibilidade de mudança de emprego ou de progressão funcional e melhores salários.

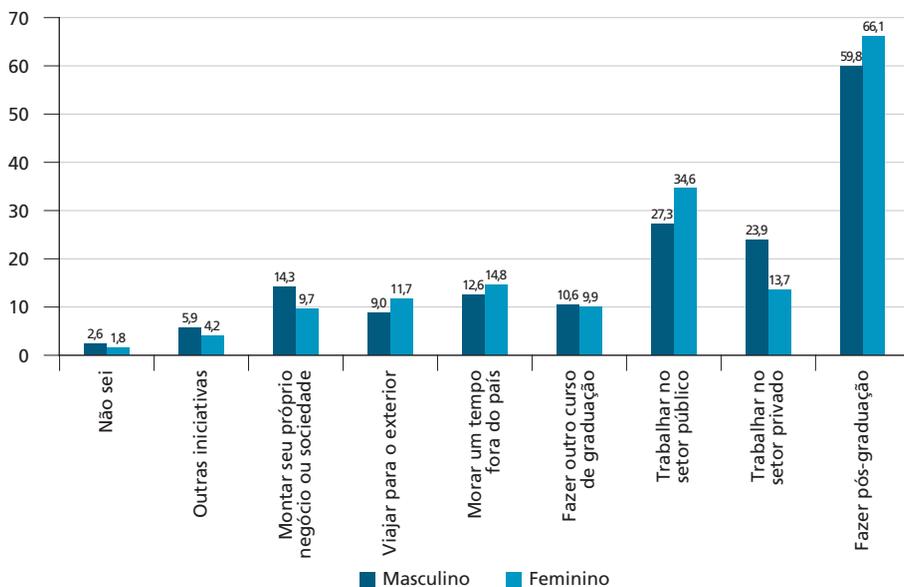
A questão relativa aos projetos dos estudantes após a conclusão da graduação indicava a possibilidade de escolha de até dois itens, sem a necessidade de atribuição de uma ordem de prioridade entre estes, que podem ser observados no gráfico 5 e 6.

No Brasil, chama atenção o número de estudantes que indicaram o prosseguimento dos estudos, uma vez que 66,1% das mulheres e 59,8% dos homens pretendem ampliar sua formação por meio de um curso de pós-graduação. A segunda opção mais escolhida, respectivamente, por universitários do sexo feminino e masculino foi trabalhar no setor público (34,6% e 27,3%), seguida das opções trabalhar no setor privado (13,7% e 23,9%), montar um negócio próprio (9,7% e 14,3%) e dedicar-se a outras iniciativas (4,2% e 5,9%). Também foram sinalizadas outras perspectivas, como morar um tempo fora do Brasil (14,8% e 12,6%) ou somente viajar para o exterior (11,7% e 9,0%).

14. Segundo dados do CYCRC a taxa de desemprego entre jovens com nível superior completo superou a cifra de 7 milhões de pessoas em 2013.

Apesar do trabalho no setor público ter sido a opção mais indicada, tanto entre estudantes do sexo feminino quanto masculino, os jovens rapazes parecem sentir mais segurança em relação à construção da carreira profissional no setor privado ou montando um negócio próprio. As jovens mulheres parecem estar preocupadas com outras situações que viverão no futuro, por exemplo a segurança de que após uma licença maternidade poderão retornar aos seus postos de trabalho. Os salários oferecidos no setor privado parecem não compensar a segurança e outros benefícios oferecidos pela carreira pública, mesmo que muitas funções neste setor dificilmente conduzirão a cargos de direção ou posições de maior prestígio.

GRÁFICO 5
Brasil: projetos após a conclusão da graduação
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

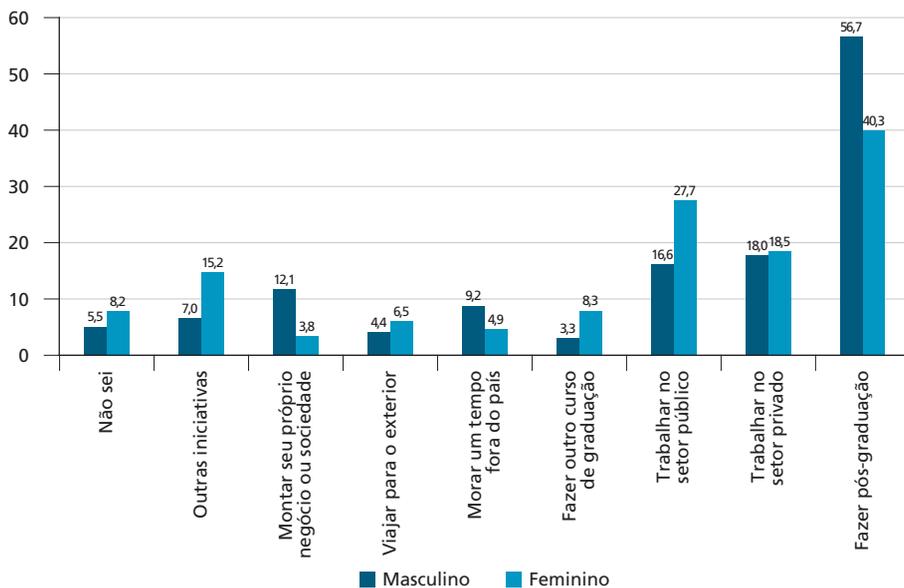
Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%.

Com relação à perspectiva de morar um tempo em outro país ou simplesmente viajar para o exterior, observa-se entre as estudantes do sexo feminino maior interesse do que entre o sexo oposto. No entanto, estas opções parecem depender da variável trabalho, ou seja, a conquista da autonomia financeira antecede o desejo ou projeto de morar fora ou simplesmente viajar. A realização de um outro curso de graduação para os estudantes obteve, respectivamente, 9,9% e 10,6% de indicações, e parece não mais constituir uma prioridade. De uma forma geral, os jovens parecem estar conscientes de que os novos tempos apontam para a necessidade de prosseguimento dos estudos em nível de pós-graduação.

Entre os estudantes chineses pode-se identificar que a opção fazer pós-graduação foi a mais escolhida. Esta alternativa foi predominantemente indicada, tanto por estudantes do sexo masculino (56,7%) quanto por estudantes do sexo feminino (40,3%). Em segundo lugar aparece o item trabalhar no setor público, para 27,7% das universitárias e 16,6% dos universitários, seguido de trabalhar no setor privado (18,5% das estudantes e 18,0% dos estudantes), inserir-se em outro tipo de iniciativa (15,2% de jovens do sexo feminino e 7,0% de jovens do sexo masculino) e montar seu próprio negócio ou sociedade (12,1% dos estudantes do sexo masculino e 3,8% do sexo feminino). Outras perspectivas como morar um tempo fora do país, fazer outro curso de graduação e viajar para o exterior foram pouco escolhidas pelos estudantes. Entretanto mais universitárias chinesas (diferença de 5 p.p.) escolheram a opção fazer outra graduação, reafirmando o indicado na tabela 3, e viajar para o exterior. Porém os estudantes do sexo masculino são o maior grupo (9,2%), quando a opção é morar fora do país.

As escolhas dos estudantes chineses podem ser observadas no gráfico a seguir.

GRÁFICO 6
China: projetos após a conclusão da graduação
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%.

Assim, vemos que entre os estudantes chineses e brasileiros há uma marca geracional relativa à valorização da obtenção de alta titulação representada pelo predomínio da escolha da alternativa fazer pós-graduação. Entretanto, podem ser observadas ainda que entre as opções não relacionadas diretamente à inserção no mercado de trabalho, como fazer outra graduação, morar fora do país ou viajar pelo exterior, são opções mais escolhidas por universitários brasileiros que atingem mais de 10 p.p. do que pelos chineses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem poucas informações sobre a influência da origem escolar e familiar nas escolhas acadêmicas e projetos de futuro dos estudantes, sobre aspectos que são levados em consideração no momento da escolha do curso e da respectiva profissão. De uma forma geral, nossas universidades também não costumam avaliar o grau de satisfação dos estudantes com seus respectivos cursos. Aspectos da vida cotidiana dos estudantes universitários, o envolvimento em projetos ou atividades acadêmicas e não acadêmicas que extrapolam o contexto da sala de aula, também são pouco conhecidos e estudados nas pesquisas sobre educação superior. Neste sentido, este artigo buscou suprir esta lacuna e levantar questões para futuros estudos e reflexões.

5.1 Origem familiar dos estudantes brasileiros e chineses: breve análise

Até aqui vimos que o nível de escolaridade e situação profissional dos pais dos participantes da pesquisa apresentam – tanto no Brasil quanto na China – características que favorecem o acesso à universidade. Pode-se identificar o baixo número de estudantes filhos/as de pais analfabetos ou com escolaridade mínima, assim como são poucos, também, aqueles que descendem de famílias cujos pais encontram-se empregados de forma precária, por exemplo trabalhando sem carteira assinada. O oposto também é verdadeiro, ou seja, entre os participantes da pesquisa identificou-se um número significativo de estudantes que pertencem a famílias com pais atuando em empregos que oferecem maior estabilidade no mercado de trabalho e melhores salários.

Além disso, deve-se ressaltar que os/as jovens, em sua maioria, representam uma geração com alta ascensão escolar. Possivelmente essas características influenciem outros tipos de oportunidades e encaminhamentos da vida do/a universitário/a, relacionadas a seus percursos e projetos para o futuro.

5.2 Percursos acadêmicos e projetos após a conclusão da graduação

A pesquisa realizada de forma comparativa com jovens entre 18 e 24 anos apontou semelhanças e diferenças entre aqueles que se deparam com mudanças e desafios em relação ao futuro profissional. Ofereceu ainda *insights* sobre as futuras elites que estão sendo formadas nas universidades brasileiras e chinesas.

Pode-se afirmar que os participantes da pesquisa demonstraram ter uma postura de valorização dos estudos após a graduação. A maioria, nos dois países, elencou a continuidade dos estudos, mesmo que entre os chineses, em que a pós-graduação é uma alternativa recente, o percentual seja menor que entre os brasileiros. Parece que as ações dos governantes dos dois países ecoaram entre esta geração de jovens, de modo que a continuidade de estudos após a graduação seja um projeto identificado pela maioria dos estudantes participantes da pesquisa, o que reafirma sua distinção relativa ao seu *background* familiar e os marca como geração que é a maior na história dos dois países a ter acesso à educação superior.

É marcante também a preocupação com a estabilidade profissional após a graduação. Nos dois países um percentual significativo de estudantes informou que pretende inserir-se no mercado de trabalho, seja no setor público, seja no privado. Entre estes, a estabilidade oferecida pelo setor público parece ser uma preocupação importante, já que foi a segunda opção mais escolhida nos dois países.

Entre as jovens brasileiras, a opção pela continuidade de estudos ou por morar um tempo fora do país apresentou valores percentuais mais altos que entre as jovens chinesas e tendência semelhante pode ser observada entre estudantes brasileiros e chineses do sexo masculino. Também no que se refere a viajar para o exterior, mais estudantes brasileiras do que chinesas incluíram esta opção como parte de seus projetos de futuro; jovens rapazes brasileiros também constituíram, percentualmente, um grupo maior que seus colegas chineses. Projetos envolvendo recursos financeiros, por exemplo uma longa viagem ao exterior ou até mesmo morar fora do país por um tempo, parecem não estar ao alcance de grande parte dos estudantes.

Parece-nos, portanto, que a imagem de que a juventude é apenas uma faixa etária ou uma fase da vida tende a negar o seu presente, suas pretensões e projetos. Segundo Leccardi (2005, p. 35), o “presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que prepara o futuro”. Entendida como grupo geracional de uma dada sociedade, pode-se localizar continuidades e descontinuidades entre as gerações e as formas de interlocução que se estabelecem no sentido da transmissão, aceitação, resistência ou negação de significados que circulam em determinado contexto, identificando diferenças e similaridades entre jovens de uma mesma geração (Pais, 1993). Estudos sobre estudantes universitários podem contribuir para uma melhor compreensão das semelhanças e diferenças existentes entre o Brasil e a China. Conhecer o perfil dos estudantes universitários e compreender suas demandas torna-se essencial para o avanço das propostas de expansão e internacionalização das universidades nos países que integram Brazil, Russia, India, China and South Africa (BRICS). Ao mesmo tempo demonstrou-se ao longo do texto que o trânsito entre as gerações, seja no sentido do grau de escolaridade obtido, seja no tocante às pretensões para o futuro, possibilita lidar com ideias e valores de gerações anteriores, viabilizando a elaboração de novos significados, delineados aqui como aumento dos anos de estudo e da inserção laboral ou em outras atividades.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, A. A. Access to higher education in Brazil with reference to Prouni. **Higher Education Studies**, v. 2, n. 1, p. 32-37, mar. 2012.
- BASSALO, L. M. B. Toda pessoa que tiver a seu cargo meninos é obrigada a dar-lhes a instrução. *In*: VIDAL, D. G.; SÁ, E. F.; SILVA, V. L. G. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- BOAS, S. V. **Ensino superior particular um voo histórico**. São Paulo: Editora Segmento, 2004.
- BRAY, M. **The shadow education system**: private tutoring and its implications for planners. Paris: Unesco; International Institute for Educational Planing, 2007.
- CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. *In*: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; **Manual de economia**, 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporá**: o ensino superior da colônia a era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. The relationship between school performance. *In*: INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **The quality of education in Brazil**: final report. São Paulo: Instituto Futuro Brasil; Escola de Economia de São Paulo-Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- EIC. **Key China education statistics for international educators**. A report for EIC Group China partners. [s.l.], Nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/iAZmoy>>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- FIAMENGUE, E. C.; WHITAKER, E. D. C. A. Instrução superior e profissionalização feminina: as mães dos vestibulandos Vunesp e suas influências sobre as escolhas dos filhos (anos 80 x anos 90). **Revista brasileira de orientação profissional**, v. 4, n. 1-2, p. 117-139, 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/pwzweC>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- GONG, F.; LI. Seeking excellence in the move to a mass system: institutional responses of key chinese comprehensive universities. **Frontiers of Education in China**, v. 5, n. 4, p. 477-506, 2010.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/GOhrh8>> Acesso em: 30 jul. 2015.

KINGLUN, N. Massification, bureaucratization and questing for “world-class” status: higher education in China since the mid-1990s. **International Journal of Educational Management**, v. 22 n. 6, p.547-564, 2008.

KIRKPATRICK, R.; ZHANG, Y. The negative influences of exam oriented education on Chinese high school students: backwash from classroom to child. **Language Testing in Asia**, v. 1, n. 3, p. 3645, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/nJUzYx>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, Nov. p. 35-57, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/FVi1FM>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

LI, W. Family Background, Financial Constraints and Higher Education Attendance in China. **Economics of Education Review**, v. 26, n. 6, p. 724-734, 2007.

MACHADO, D. C.; GONZAGA, G. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, dez. 2007.

MANSO, C. A.; BARRETO, F. A. F. D.; FRANCA, J. M. S. Bem-estar social, mercado de trabalho e o desequilíbrio regional brasileiro. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 2, p. 401-443, 2010.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, mar. 2000.

MUTHANNA, A.; SANG, G. Undergraduate Chinese students’ perspectives on Gaokao examination: Strengths, weaknesses, and implications. **International Journal of Research Studies in Education**, v. 5, n. 2, p. 3-12, 2016.

OJALA, R. **Projetos de futuro de jovens universitários no Distrito Federal**: um estudo de caso. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, M. M. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 945-958, out.-dez. 2004.

OLIVEN, A. C. Inclusion policies in the brazilian system of higher education: the public and the private sectors. **Journal of US-China Public Administration**, v. 9, n. 11, p. 1302-1310, Nov. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/edMOac>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Romanelli, o. **História da educação no Brasil**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SCHÜTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WANG, G-H. China's Higher Education Reform. **China Research Center**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/9gKj5m>>.

WEIFANG, M. Address regarding first-class universities. **Chinese Education and Society**, v. 37, n. 6, p. 8-20, 2004.

WELLER, W. Redução das desigualdades de gênero e raça na Universidade de Brasília. In: DILVO, RISTOFF *et al.* (Orgs.). **Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira**. Brasília: Inep, 2008, p. 153-176. Disponível em: <<http://goo.gl/zsPXTV>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

WELLER, W.; PFAFF, N. Transições entre o meio social de origem e o milieu acadêmico: discrepâncias no percurso de estudantes da Universidade de Brasília. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 18, p. 1-16, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/OBvOi7>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

YANG, P. Who gets more financial aid in China? A multilevel analysis. **International Journal of Educational Development**, v. 30, n. 6, p. 560-569, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. S. P. O. Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, Brasília, n. 20, p. 55-68, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/RV8ruU>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

HU, R.; CHEN, G.; MAO, H. Taking stock of three years of expanded enrollment in higher education. **Chinese education and society**, v. 37, n. 1, p. 12-35, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Estudo comparado sobre a juventude brasileira e chinesa**: dados preliminares do Brasil. Relatório de pesquisa. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/pshxi5>>. Acesso em: 30 maio 2013.

KIPNIS, A. Governing educational desire. **Culture, Politics and Schooling in China**, Chicago & London: The University of Chicago Press, 2011.

LAW, W-W. The Role of the State in Higher Education Reform: Mainland China and Taiwan. **Comparative Education Review**, v. 39, n. 3, p. 322-355, 1995.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/nFxXQ6>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Higher Education – Finance and Quality. *In*: _____. **Governance in China**. Paris, p. 540-556, 2005.

SEGENREICH, S. C. D. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Pro-Posições**, Campinas, n. 2, p. 205-222, 2009. Disponível em <<http://goo.gl/8WctWh>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

XIANG, B.; SHEN, W. International student migration and social stratification in China. **International Journal of Educational Development**, v. 29, p. 513-522, 2009.

XIAOHAO, D. The Challenges Faced by Chinese Higher Education as It Expands in Scale. **Chinese Education and Society**, v. 37, n. 1, p. 36-53, 2004.

ANEXO A

TABELA A.1
Brasil: escolaridade dos pais
 (Em %)

Escolaridade dos pais	Nenhum dos pais		Ambos os pais		Apenas um dos pais	
	Brasil	China	Brasil	China	Brasil	China
Analfabeto	99,5	98,0	0,1	0,6	0,5	2,0
Menos de 8 anos de escolaridade	85,0	94,1	3,5	1,2	15,0	5,9
Ensino fundamental	81,4	86,0	2,7	3,2	18,7	14,0
Ensino médio	45,7	38,9	17,7	35,2	54,5	61,1
Ensino superior	56,3	59,3	12,9	21,7	43,9	40,7
Pós-graduação	77,4	92,6	5,0	1,8	22,7	7,4
NR/NA	97,4	96,8	0,3	1,1	2,6	3,2

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS E O TRABALHO: UMA VISÃO COMPARADA ENTRE BRASIL E CHINA

Eduardo Luiz Zen¹

1 INTRODUÇÃO

Vários aspectos são considerados tradicionalmente como característicos das faixas etárias de transição da infância, um período com grande dependência para a autonomia característica da vida adulta. A saída da casa dos pais, a constituição do próprio domicílio, a maternidade ou a paternidade, o casamento, a inserção no mundo do trabalho, a independência econômica, entre outros, marcam este ciclo da vida dos indivíduos. Nas sociedades contemporâneas, na medida em que estes fatores passaram a se prolongar no tempo, a se complexificar, a ganhar relevância, a serem considerados problemas sociais, ficou evidente a necessidade de se tratar as faixas etárias que correspondem a esta transição como um grupo com características específicas, e com implicações políticas e sociais próprias. A forma como os aspectos citados influenciam no comportamento dos indivíduos que os vivem e como impactam a sociedade, inclusive fazendo emergir atores políticos, passa a demandar atenção de pesquisadores e de gestores de políticas públicas. A juventude, dessa forma, é elevada a uma categoria privilegiada de análise, pois em um contexto em que ganha cada vez mais relevância, fruto de mudanças econômicas e sociais da contemporaneidade, compreendê-la se torna necessário para se interpretar a própria dinâmica da sociedade.

Entretanto, nem sempre foi assim. Ao longo da história, e em alguns casos ainda hoje, a transição podia se dar da infância diretamente para a fase adulta, com casamentos precoces, a não separação dos períodos de aprendizagem e trabalho, a entrada no mundo do trabalho desde cedo etc. A categoria social *juventude*, como usada atualmente, é uma denominação própria da era moderna recente.

1. Mestre em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, onde desenvolve estudos e pesquisas sobre políticas sociais, educação e juventude.

A inserção profissional ou a entrada no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, como uma das principais trajetórias de transição no caminho para a vida adulta. A busca por colocação profissional, como necessidade imediata ou projeto futuro, é certamente um dos assuntos que mais inquietam a juventude. A independência em relação à família ou as condições necessárias para formar uma nova família, assim como a própria autonomia característica da vida adulta; aspectos aos quais o jovem geralmente almeja, têm no trabalho um dos caminhos para serem conquistados.

Mas, se essa característica de ciclo da vida marcado fortemente pela transitoriedade é reconhecida, na maior parte dos estudos sobre juventude, como um elemento importante para definição do jovem (Sposito, 2002), isto não significa que existam modelos lineares para esta transição. Pelo contrário, a juventude constitui uma fase com grande heterogeneidade para a realização dos fatores que a caracterizam, inclusive no que diz respeito a sua relação com o mundo do trabalho.

De forma recorrente, porém, a literatura sobre transição para a fase adulta aponta que até há poucas décadas existia certa previsibilidade em determinados eventos, uma sequência mais ou menos esperada na vida da maioria das pessoas que marcava suas passagens pela infância, adolescência e juventude até a fase adulta. E que, pelo menos desde os anos 1980, esta suposta trajetória foi modificada por fenômenos sociais e econômicos amplos, como a reestruturação produtiva, trazendo imprevisibilidade principalmente em relação ao ingresso do jovem no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos.

Ocorre que esses modelos sobre juventude servem muito para explicar a realidade nos países centrais do pós-Guerra, com pleno emprego e crescimento econômico, mas pouco se aplicam em países dependentes ou em desenvolvimento, como o Brasil ou a China. São mais adequados para países que democratizaram cedo o acesso à escola, inclusive o acesso massivo ao ensino médio. Em especial, estas análises, derivadas do contexto europeu, pressupõem altas taxas de escolarização. Estes tipos de análise partem da ideia geral que o comum para os jovens é ter o trabalho como fator subsequente à formação escolar, inclusive em relação a de nível superior.

No Brasil, porém, historicamente a juventude começa a trabalhar muito cedo. A transição para o trabalho após a conclusão dos estudos, embora esteja no centro de grande parte das pesquisas sobre juventude, não foi tradicionalmente tão mais relevante quanto o acesso de jovens que já trabalham à escola, visto que a universalização do ensino fundamental é recente, e mais recente ainda é a consolidação do ensino médio e a expansão do ensino superior. Há, ainda hoje, contingentes de jovens que não concluem a escolarização fundamental. E mesmo quando o jovem busca elevar a sua escolaridade, por vezes o faz combinando estudo com trabalho, na expectativa de que este segundo crie condições para viabilizar o primeiro.

Na China, que passa por amplas e rápidas transformações demográficas, em que o êxodo rural avança fortemente, o modelo vindo dos países centrais para descrever a transição à fase adulta tão pouco se aplica.

Diante desse quadro, os dados que aqui estão apresentados podem contribuir para aprimorar a visão sobre a relação da juventude, especificamente da juventude universitária, com o trabalho.

Este capítulo tem por interesse a atual situação do jovem universitário no mercado de trabalho. Nele utiliza-se como informação dados resultantes do *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*, realizado em 2012, com aplicação de questionários para estudantes de até 24 anos, em um total de doze universidades nos dois países.

Além desta introdução, este capítulo é composto por mais quatro seções. A seção 2 discute os dados sobre a situação de trabalho dos jovens universitários chineses e brasileiros, com recorte de sexo, inclusive a carga horária de trabalho comparada com o tempo em sala de aula dos que conciliam ambas as atividades. A seção 3 faz uma reflexão sobre como os jovens universitários chineses e brasileiros veem o trabalho, a motivação principal dos que trabalham, a explicação dos que não têm ou não buscam um trabalho remunerado e a importância que os jovens universitários dão a aspectos relacionados ao trabalho de forma geral. A seção 4 apresenta as expectativas dos jovens universitários quanto ao futuro profissional e suas pretensões sobre o que farão após a graduação. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais.

2 JOVENS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E CHINESES: SITUAÇÃO DE TRABALHO

Diferenças substanciais são encontradas ao se analisar a juventude que está em universidades na China e a que está no Brasil. Em síntese, conciliar graduação e trabalho é a situação predominante no Brasil, enquanto na China, mais da metade dos jovens universitários pesquisados apenas estudam, como mostra a tabela 1.

Como pode ser observado, no Brasil, 52,5% dos jovens universitários tinham um trabalho remunerado à época da pesquisa, enquanto na China, menos de um quarto possuía o mesmo.² Em relação ao sexo, há mais mulheres chinesas que conciliam estudo com trabalho e no Brasil não existe diferença significativa entre os gêneros,³ sendo os homens jovens universitários levemente prevalentes nesta situação.

2. Para todas as afirmações presentes no texto em relação à existência de diferenças quando da comparação de grupos, foi realizado teste estatístico χ^2 (chi-quadrado) e os valores encontrados foram de $p < 0,001$, com apenas uma exceção de $p = 0,001$, o que significa que as diferenças constatadas entre os grupos analisados são significativas.

3. $p = 0,197$.

TABELA 1
Brasil e China: situação de trabalho dos jovens universitários, por sexo (2012)
 (Em %)

	China			Brasil		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Trabalha	27,6	18,6	24,2	50,9	54,6	52,5
Trabalha sem remuneração	8,9	16,0	11,6	6,5	6,0	6,3
Está procurando trabalho	13,3	11,4	12,6	14,8	12,2	13,7
Não trabalha	50,3	53,9	51,7	27,8	27,2	27,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

No Brasil, 58,8% dos jovens universitários de até 24 anos trabalham, com ou sem remuneração, enquanto entre os chineses este valor é de 35,0%. Apenas cerca de um quarto dos jovens universitários brasileiros estão totalmente fora do mundo do trabalho, enquanto na China eles são pouco mais da metade.

O dado com maior semelhança entre os dois países é em relação aos jovens que responderam estar, semana anterior à da pesquisa, em busca de trabalho remunerado. Eles somam 12,6% na China e 13,7% no Brasil, número bastante alto que, mesmo não sendo exatamente igual à taxa de desemprego, traz indicações claras de que esta é bastante significativa entre os jovens universitários chineses e brasileiros.

A similaridade no percentual de jovens universitários chineses e brasileiros que estão buscando trabalho remunerado, porém, precisa ser relativizada, pois alguns dados sobre os que trabalham na China e no Brasil mostram realidades distintas, que levam a crer que a busca por trabalho remunerado não tem o mesmo significado nos dois países.

Na comparação dos dados em relação à carga horária de trabalho entre os jovens universitários chineses e brasileiros, por exemplo, há bastante diferenças. Apenas 6,9% dos jovens universitários chineses que trabalham têm uma carga semanal de trabalho de vinte e uma horas ou mais. A maioria (53,0%) dos que afirmam trabalhar tem carga de, no máximo, cinco horas por semana. Outros 26,0% têm carga entre seis e dez horas por semana e 14,0% dos jovens universitários chineses que trabalham têm carga entre onze e vinte horas semanais. No Brasil, conforme mostra a tabela 2, o cenário é bastante diferente.

Mais da metade (58,5%) dos jovens universitários brasileiros que trabalham o fazem por mais de vinte horas semanais. Outros 15,1% têm jornadas de trabalho maiores que quarenta horas, o que é muito difícil de conciliar com um curso de graduação.

TABELA 2

Brasil e China: distribuição, pela carga horária semanal de trabalho, dos jovens universitários que trabalham (2012)
(Em %)

Carga horária semanal de trabalho	Brasil	China
Até vinte horas	41,5	93,1
Entre vinte e um e trinta horas	24,2	6,9
Entre trinta e um e quarenta horas	19,2	-
Entre quarenta e um e cinquenta horas	13,3	-
Acima de cinquenta horas	1,8	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

A variedade de carga horária, em especial as diminutas verificadas na China, são indícios fortes de que o trabalho para jovens universitários nem sempre significa trabalho regular, entendido como aquele que possibilita certa estabilidade e previsibilidade de renda ou salário no final do mês. Ou seja, o jovem universitário que respondeu que trabalha, nem sempre tem um emprego. Este trabalho pode se referir a determinados serviços ao qual o jovem recebe um pagamento, tais como traduções, transcrição de áudio de pesquisas, aulas particulares, serviços esporádicos de apoio em eventos, entre outros.

Em grande parte das vezes esses trabalhos esporádicos estão no âmbito da própria universidade ou se referem à área de estudo do jovem. E é provável que para boa parte destes jovens, o trabalho exercido tenha um caráter complementar, sem condições de lhes conferir total autonomia econômica.

Também é próprio do processo de inserção da juventude no mercado de trabalho alternar a procura de trabalho e passagens por diversas ocupações, na maioria das vezes menos estáveis, e com condições de trabalho mais precárias que as dos adultos. As trajetórias ocupacionais da juventude geralmente são marcadas pela incerteza, em que há pouca possibilidade de escolha; o emprego, quando disponível, tem remuneração baixa e carga horária extensa ou incerta. Ocupações de curta duração ou de alta rotatividade também são características ligadas ao mercado de trabalho para os jovens.

Além dos dados referentes à carga horária de trabalho, outras duas informações importantes complementam esse quadro inicial sobre a relação dos jovens universitários chineses e brasileiros com o mundo do trabalho. Em primeiro lugar, há uma discrepância em relação ao tipo de trabalho que ambos os grupos de estudantes exercem. Considerando apenas os que trabalham, 66,0% dos jovens brasileiros afirmam atuar nas suas respectivas áreas de graduação, enquanto apenas 28,0% dos jovens universitários chineses que trabalham estão na mesma situação.

Em segundo lugar, um dado que traz alguma relação com o tipo de trabalho que os jovens universitários têm acessado refere-se à participação deste segmento em sindicatos. O índice de sindicalização diz respeito, em uma visão ampla, à participação e ao ambiente político de cada país. Especificamente no mercado de trabalho, sindicalização indica, na maioria das vezes, o acesso a um emprego ou trabalho regular. No Brasil, com grande presença dos jovens universitários no mercado de trabalho, com cargas horárias mais elevadas, apenas 7,2% destes jovens participam ou já participaram de algum sindicato. Na China, com menos presença dos jovens universitários no mercado de trabalho, e com os que o fazem tendo carga horária menor, o índice de sindicalização neste público é próximo do dobro, 13,5%.

De qualquer forma, o fato de ter, de um lado, um alto índice de jovens chineses que não precisam conciliar estudo e trabalho quando estão na universidade, e quando o fazem são com cargas horárias de trabalho diminutas e, de outro lado, um alto índice de brasileiros estudando e trabalhando, certamente guarda relação com um conjunto amplo de aspectos de difícil mensuração, que diferenciam a realidade da juventude e do ensino superior nos dois países.

Ambos passaram recentemente por expansões fortes no acesso à universidade, o que fez com que fossem incorporados mais setores populares neste nível de ensino. Em relação à China, é fato que as ações governamentais de controle demográfico, especialmente a política de filho único implementada desde os anos 1980, tiveram grande impacto na atual da geração jovem. Com apenas um filho, os pais têm mais chance de concentrar esforços para mantê-lo na universidade, caso ele consiga chegar neste nível de ensino. Isto, aliado a uma economia pujante como a chinesa, em um cenário estrutural de menor desigualdade social quando comparado ao Brasil, é provável que pelo menos as famílias que têm filhos na universidade disponham de maior facilidade para encontrar oportunidades que permitam renda suficiente para manter um jovem até uma faixa etária mais elevada.

Cabe destacar que a China é um país que tem experimentado um crescimento acelerado da economia nas últimas décadas e uma integração cada vez maior e mais forte com a economia global. Neste contexto, mesmo que este país seja reconhecido como um grande produtor de manufaturados de baixo valor agregado ou dependente de tecnologias de países centrais, há de se supor que crescem muito rapidamente os empregos que demandam maior qualificação, nível de escolarização mais elevado e conhecimento de novas tecnologias. Frente a esta realidade, e como o Estado chinês é fortemente indutor da expansão econômica e do desenvolvimento do país, é possível que tenha tomado medidas variadas no sentido de permitir que os jovens que acessam o ensino superior⁴ tenham um aumento da chamada moratória juvenil

4. O capítulo 6 deste livro, de autoria de Wivian Weller, Chen Weidong e Lucélia de Moraes Braga Bassalo, trata dessa questão mais detalhadamente.

para estender o tempo de estudo, criando, assim, condições para que mais jovens possam cursar uma graduação sem necessidade de trabalhar. Isto contribuiria para que também haja na China um alargamento do espaço de juventude no ciclo vital do ser humano, fenômeno observado na maior parte do mundo.

De fato, é provável que ações governamentais de incentivo ao ensino superior, de manutenção e assistência estudantil, que permitem aos jovens se dedicarem integralmente aos estudos, estejam mais acessíveis aos jovens universitários chineses do que aos brasileiros.

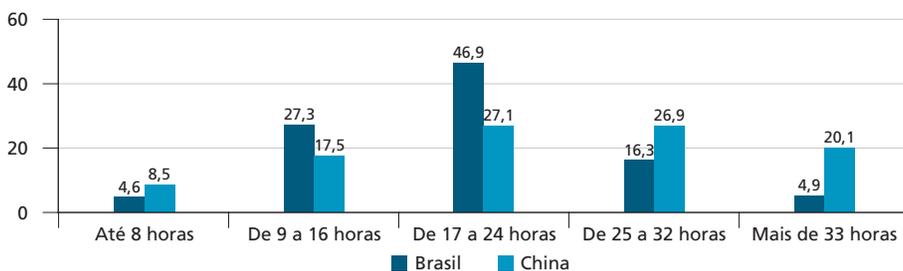
Outro aspecto relevante a ser considerado é que as universidades não são instituições homogêneas, mesmo se fossem comparadas dentro de um mesmo país. As exigências de cada curso são distintas. Alguns funcionam em período integral e supõem total dedicação, outros têm carga horária menor e podem ser diurnos ou noturnos. Também a avaliação do aprendizado varia entre instituições e cursos, utilizando critérios mais rígidos ou mais flexíveis. Estão também muito dispersas no espaço urbano, tornando-se mais acessíveis para alguns estudantes e mais distantes para outros. Todos estes fatores influenciam na possibilidade de os jovens universitários trabalharem ou não.

Na China, o sistema de ensino superior parece ser bem menos adaptado à realidade de um jovem trabalhador do que o brasileiro, e por ser mais exigente em termos de carga horária, diminui muito a possibilidade de os universitários chineses compatibilizarem estudo e trabalho, pelo menos os com cargas horárias mais extensas. Considerando todos os estudantes pesquisados, cerca de 92% dos jovens chineses afirmam estudar em turno integral, frente a apenas 23% dos brasileiros. No Brasil, a maior parte dos jovens universitários diz estudar em apenas um turno, especialmente no noturno (40%) e no matutino (35%).

GRÁFICO 1

Brasil e China: distribuição dos jovens universitários que trabalham pela carga horária de estudo por semana em sala de aula (2012)

(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Quanto ao número de horas passadas em sala de aula, o gráfico 1, que inclui somente os jovens universitários que trabalham, mostra que este tempo é consideravelmente maior para os chineses do que para os brasileiros.

Quase metade dos jovens universitários chineses que trabalham (47,0%) passam vinte e cinco horas ou mais por semana em sala de aula, frente a apenas 21,2% dos brasileiros. Quase metade dos brasileiros (46,9%) e pouco mais de um quarto dos chineses passam um tempo considerado médio, de dezessete a vinte e quatro horas semanais. Menos horas que isto é a realidade de 22,1% dos chineses e de 31,9% dos brasileiros.

Outro aspecto importante em relação à realidade de trabalho dos jovens universitários que a pesquisa permite é a comparação por tipo de universidade. A amostra desta pesquisa compreende jovens universitários de três tipos diferentes de universidade em cada país: as de excelência (tipo 1); as intermediárias (tipo 2); e as menos concorridas (tipo 3). No caso do Brasil, o tipo de excelência incorporou na amostra somente universidades públicas, e os dois demais tipos somente universidades privadas. A tabela 3 traz a realidade de trabalho dos jovens universitários brasileiros por estes tipos de universidade.

TABELA 3

Brasil: ocupação do jovem universitário, por tipo de universidade (2012)
(Em %)

	Universidades públicas (tipo 1)	Universidades privadas	
		Tipo 2	Tipo 3
Trabalha	41,3	60,0	56,0
Trabalha sem remuneração	8,8	5,5	4,7
Está procurando trabalho	8,7	15,9	16,3
Não trabalha	41,2	18,6	23,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Nas universidades privadas há claramente maior número de jovens que trabalham ou estão procurando trabalho, em relação às universidades públicas. Dos jovens que estudam em universidades intermediárias (tipo 2), 60,0% trabalhavam à época da pesquisa, e dos jovens que estudam em universidades menos concorridas (tipo 3), 56,0% estavam trabalhando. O número de jovens que estava buscando trabalho remunerado na semana anterior à pesquisa é praticamente o dobro nas universidades privadas (tipo 2 e 3) – cerca de 16,0% – em relação as públicas (tipo 1) – 8,7%. O trabalho sem remuneração, que possivelmente inclui trabalhos ligados a atividades que agregam no desenvolvimento do graduando,

são mais comuns nas públicas, com 8,8% dos jovens estudantes nesta situação, do que nas privadas, com cerca de 5,0%.

Outra possível explicação para a diferença entre China e Brasil na realidade de trabalho dos jovens universitários é que, no Brasil, é marcante a presença nas universidades de sujeitos já há muito inseridos no mercado de trabalho, que retornam aos estudos após uma trajetória de interrupções ou de atraso escolar. Nos últimos anos, a diminuição significativa das taxas de desemprego e o aumento de renda dos mais pobres, assim como a expansão do ensino superior público e a distribuição de bolsas para o ensino privado, significaram incentivos para que mais jovens brasileiros se desafiassem a suportar a difícil convivência de jornadas de trabalho extensas, com horas a mais no estudo regular.

Mas isso explica apenas uma parte das diferenças entre Brasil e China em relação à situação dos jovens universitários e o trabalho. Um olhar menos atento poderia considerar que a falta de similaridade entre a realidade brasileira e a chinesa é que, nesta última, há mais jovens cursando ensino superior na idade correspondente a esta fase de ensino, enquanto no Brasil, com a expansão recente do ensino superior, muitas pessoas mais velhas e já inseridas no mundo do trabalho têm buscado cursos de graduação. De fato, o estudante considerado “regular”, egresso do ensino médio e que chega a entrar na universidade, o faz por volta dos 17 ou 18 anos e terminaria seu curso, no mais tardar, com 24 anos. Esta é uma situação comum nos países mais ricos e também na China, mas não é o que ocorre no Brasil. A realidade brasileira, inclusive, indica a existência de estudantes de ensino superior com idade média maior que a dos chineses. Segundo o censo demográfico brasileiro, em 2010 (IBGE, 2010), 52% dos estudantes do ensino superior tinham 25 anos ou mais de idade, sendo que esta participação aumenta rapidamente, pois no ano de 2000 esta faixa etária mais alta representava 42% do total de estudantes (Corbucci, 2014).

Mesmo, porém, considerando essa diferença de composição do ensino superior entre Brasil e China, a pesquisa faz um recorte claro no público mais jovem, de até 24 anos, que está no ensino superior nos dois países. Caso considerasse não apenas os mais jovens, mas a totalidade dos estudantes que estão no ensino superior em ambos os países, a comparação entre a situação de trabalho mostraria uma realidade mais distante ainda entre as duas situações.

Medidas sociais recentes em relação ao ensino superior, verificadas no Brasil, também favoreceram o ingresso de jovens dos setores populares nas universidades. À já citada expansão do ensino superior público e à distribuição de bolsas para as instituições privadas de ensino superior soma-se a expansão do financiamento estudantil, a interiorização das universidades públicas, com abertura de unidades em cidades e regiões distantes dos grandes centros, a ampliação dos cursos noturnos nas

universidades públicas, e a política de cotas raciais e para alunos oriundos de escolas públicas. Os setores populares brasileiros tradicionalmente já desenvolviam estratégias para poder ampliar a escolarização. Um exemplo é o ensino médio ligado ao ensino técnico, visto pelas famílias mais pobres como um caminho viável para que o jovem possa prosseguir nos estudos e ter acesso ao ensino superior, com condições de conseguir um emprego melhor, suficiente para se manter enquanto está na universidade. Não é de se estranhar que, de fato, uma vez no curso superior, boa parte dos jovens dos setores populares concilie trabalho e estudo.

3 COMO OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E CHINESES VEEM O TRABALHO?

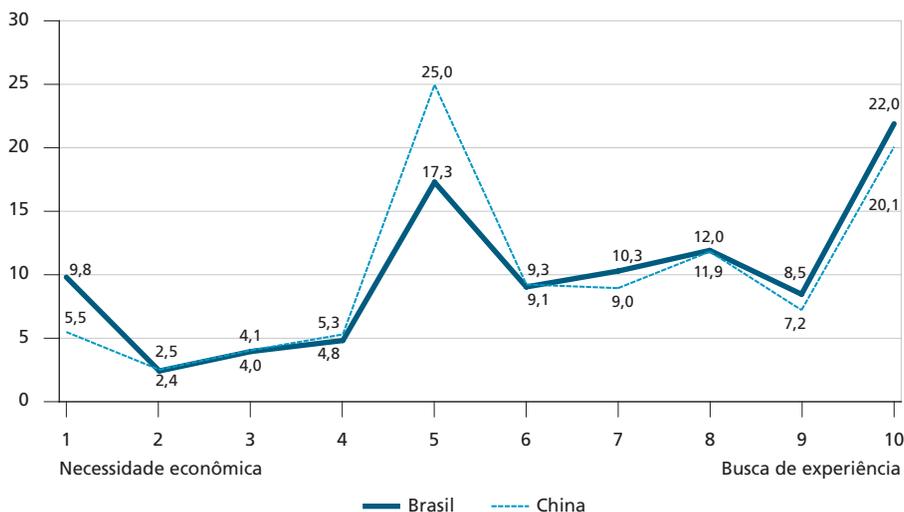
Entender as motivações da juventude em relação ao trabalho é bastante complexo. Obviamente, antes de qualquer coisa, o trabalho está relacionado à necessidade de sustento. Especialmente nos setores populares, trabalhar desde cedo pode ser uma condição de sobrevivência. A busca por autonomia econômica e por respeitabilidade social no meio em que vivem também é relevante para os jovens. Além disso, muitos outros aspectos se cruzam e formam significados que nem sempre são de fácil compreensão. Há, por exemplo, diferenças entre as fases do ser jovem. Para os adolescentes, o trabalho pode estar associado também a conseguir dinheiro para ter acesso a bens de consumo e de lazer próprios da faixa etária. Nos estratos etários intermediários da juventude, o trabalho pode se focar mais nas perspectivas futuras relacionadas a ele. Em ambos, é comum o trabalho do jovem ser encarado ainda no contexto familiar, em uma situação de independência econômica limitada.

Os jovens universitários, quando trabalham, não parecem fugir à regra. O custo de estar na universidade, mesmo nas públicas gratuitas, como é o caso do Brasil, ou com taxas escolares relativamente baixas, como na China, é muito alto. Gasta-se com alimentação, livros, transporte e inclusive moradia, já que nem sempre a universidade está na cidade ou próxima do local de origem do jovem, e o acesso deste à moradia universitária gratuita geralmente é limitado. À necessidade de se obter renda soma-se à busca por oportunidades de se obter aprendizado ou experiência, como é o caso dos estágios, visando a uma reinserção futura em melhores condições no mercado de trabalho, após o diploma de profissional graduado.

Visando comparar as motivações com que jovens universitários, do Brasil e da China, veem seu trabalho, foi apresentada, para a amostra da pesquisa, uma escala de 1 a 10, na qual quanto mais perto de 1 o jovem indicasse, significaria que ele buscou o trabalho que possui por necessidade econômica; já quanto mais perto de 10, indicaria que a motivação foi para busca de experiência. Os números intermediários representam diferentes graus de equilíbrio entre estes dois extremos. O resultado é apresentado no gráfico 2.

GRÁFICO 2

Distribuição dos jovens universitários brasileiros e chineses que trabalham conforme motivação (2012)
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Chama atenção que, em linhas gerais, há similaridade entre a visão brasileira e a chinesa. Aproximadamente 21,0% dos jovens universitários brasileiros e 17,4% dos chineses encaram o trabalho mais como uma necessidade econômica (escalas 1, 2, 3 e 4), embora os jovens brasileiros tenham dado uma ênfase maior no extremo (escala 1), com 9,8% indicando que é unicamente por necessidade econômica, frente a 5,5% dos chineses que indicaram o mesmo. As categorias médias (escalas 5 e 6) representam 34,3% para os jovens chineses, e 26,4% para os brasileiros, uma clara ênfase maior em relação aos chineses. As categorias nas quais predominam aspectos ligados à busca por experiência (escalas 7, 8, 9 e 10) foram indicadas por mais da metade dos brasileiros (52,8%) e por quase metade dos jovens chineses (48,2%). Assim como no outro extremo, neste caso, também os brasileiros predominam, mas com uma diferença percentual menor entre os dois países, pois para 22,0% dos jovens brasileiros, a busca por experiência é absolutamente primordial, frente a 20,1% dos chineses.

Uma possível explicação para a relevância da motivação voltada menos à necessidade econômica nos jovens universitários em relação ao trabalho, e mais à busca por experiência, está na suposição de que o jovem da contemporaneidade estaria menos preso a tensões e dilemas em relação à ética do trabalho, oriundos de questões econômicas – ter sucesso, ser reconhecido, não perder o emprego etc. – do que os de gerações passadas (Aragão, 2008). Fruto disso, os jovens universitários

podem ter um comportamento, em média, menos comprometido com mudanças constantes de emprego e menos pressionado para estar no mercado de trabalho do que o conjunto da juventude e, em especial, dos jovens dos setores populares, o que abre espaço para se encarar o trabalho também no contexto da formação universitária, visando a uma melhor inserção no futuro. A questão da necessidade econômica, porém, permaneça também relevante. No caso dos chineses, a política do filho único pode ser um fator que permite às famílias de estudantes universitários terem melhor margem de manobra para manter o membro familiar na universidade, o que, por sua vez, permite que estes jovens encarem o trabalho, em parte, de forma também complementar à formação universitária.

De qualquer modo, o quadro pode ser interpretado de maneira relativamente positiva, pois conciliar estudo e trabalho pode ser mais viável, caso este último esteja subordinado ao primeiro. Ou seja, o trabalho integrado à dinâmica do estudo e da aprendizagem, como parte do esforço de relacionar teoria e prática, pode ser até desejável para os sistemas de ensino. Quando o trabalho do jovem universitário é motivado por necessidade econômica ou por busca de autonomia frente à família, há aí um caráter mais “dilemático” (Cardoso e Sampaio, 1994).

Para um outro grupo (mais de 50% dos jovens universitários chineses e um quarto dos brasileiros), conciliar trabalho com estudo não é uma realidade. Foi solicitado que estes jovens indicassem a motivação de se dedicar unicamente aos estudos e não estarem em busca de trabalho. Também foram incluídos os jovens que exercem trabalho não remunerado. As respostas estão na tabela 4.

Há grande similaridade entre China e Brasil nas motivações dos jovens universitários que não têm um trabalho remunerado. Os quatro motivos principais seguem a mesma ordem de colocação nos dois países, embora com pesos percentuais diferentes. Os demais revelam particularidades da realidade dos jovens universitários em cada um dos dois países.

Em primeiro lugar, o tempo dedicado aos estudos é apontado por 26,6% dos chineses e quase 30,0% dos brasileiros como o motivo para estarem sem trabalho remunerado. Esta leve relevância maior dos brasileiros em relação aos chineses, em uma rápida análise, parece estranha, já que como foi apresentado, a carga horária em sala de aula dos chineses é consideravelmente maior que a dos brasileiros.

Mas o motivo apontado em segundo lugar como mais importante em ambos os países dá pistas do porquê desta diferença. Na China, 25,0% dizem não trabalhar pois não têm necessidade, frente a 17,8% dos brasileiros. Por este dado, é possível inferir que há maior tranquilidade entre os jovens chineses que estão na universidade quanto a condições para se manterem sem trabalhar, o que os faz apontar com mais frequência do que os brasileiros o motivo “não preciso trabalhar”

como a causa de não estarem trabalhando de forma remunerada, mesmo tendo carga horária de estudos em sala de aula mais elevada.

TABELA 4

China e Brasil: motivos dos jovens universitários que não trabalham de forma remunerada ou não procuram emprego (2012)
(Em %)

Motivo	China	Brasil
O tempo dedicado aos estudos impede que eu trabalhe	26,6	29,9
Não preciso trabalhar	25,0	17,8
Minha família não deixa ou não gosta que eu trabalhe enquanto estudo	14,0	11,6
Não encontro trabalho ou estágio fora dos horários das aulas	10,6	11,2
Não sei onde procurar trabalho	10,0	5,7
O local de trabalho é sempre muito longe	4,6	4,3
Não encontro trabalho ou estágio na minha área de estudo	3,6	4,0
O salário oferecido é sempre muito baixo	2,6	5,3
Nunca tenho a qualificação ou a experiência exigidas nas seleções	1,8	7,6
Sinto-me discriminado(a) nas seleções de trabalho	0,7	0,5
As normas da universidade não permitem que eu trabalhe	0,5	2,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Em terceiro lugar está a influência das famílias sobre os jovens, o que mantém relação com a motivação anterior. A diferença com a motivação anterior é que, nesta, ao apontar a contrariedade da família, o jovem parece indicar algum desejo latente por estar trabalhando, mesmo sem necessidade. Este aspecto é particularmente importante na China, em que é forte a cultura de respeito pela família e os jovens tradicionalmente sentem a pressão familiar pelo sucesso profissional.

A quarta motivação mais relevante, não encontrar trabalho fora dos horários de aula, é uma característica que guarda relação com a própria organização das aulas nas universidades, não só com muitos horários no período diurno, mas também com a variação destes horários ao longo da trajetória do estudante, o que os impedem de ter suas horas vagas organizadas de forma a estarem compatíveis com o exigido em um trabalho.

Em quinto lugar para a China, e em sexto para o Brasil, está um aspecto que guarda relevância com o processo de inserção da juventude como um todo no mercado de trabalho: a inexperiência, até mesmo para saber onde buscar um emprego. Este aspecto é mais relevante na China (10,0%) do que no Brasil (5,7%), o que indica que, para os chineses, a inexperiência neste quesito pode se prolongar mais na idade, dada uma maior linearidade das trajetórias dos estudantes

universitários e mais homogeneidade na faixa etária do que no caso dos brasileiros, em que até mesmo os jovens de até 24 anos que estão na universidade sem trabalhar podem já ter tido experiências de trabalho anterior.

Por fim, dois são os aspectos de certa relevância para o Brasil – quinto e sétimo lugares – e que tiveram menos relevância na China. Trata-se do sentimento dos jovens brasileiros de que suas buscas por emprego esbarram sempre na falta de qualificação ou experiência (7,6%), o que os faz não procurar trabalho, e também as baixas remunerações oferecidas aos jovens, mesmo aos graduandos, que são a razão de 5,3% dos jovens universitários brasileiros não estarem trabalhando ou buscando emprego.

Esse último aspecto do salário guarda também relação com os desejos e as expectativas sobre o trabalho em geral, inclusive sobre a carreira profissional após a formatura. Para a maioria, o diploma de nível superior é visto como uma oportunidade de mobilidade social, que resultaria em uma colocação profissional mais promissora, com resultados positivos quanto à realização pessoal, *status*, direitos sociais, salários etc. Para traçar um perfil sobre como a juventude universitária vê determinadas questões que guardam relação com este quadro de expectativas, foram enumerados alguns aspectos relacionados ao trabalho geral, no qual o jovem que respondeu à pesquisa indicou um grau de importância de cinco níveis: nada, pouco, indiferente, importante, ou muito importante. O gráfico 3 traz os resultados isolados em cada aspecto, apenas com o percentual que ele indicou como muito importante.

O relevante dos pontos presentes no gráfico 3, analisados pelo percentual de jovens que os considera muito importante,⁵ é basicamente a comparação entre a opinião de chineses e a de brasileiros para encontrar diferenças ou similaridades, embora também haja relevância na comparação entre os pontos em si, de quais têm mais importância para os jovens e quais têm menos. Dito isso, em primeiro lugar chama atenção a posição dos jovens universitários brasileiros com percentuais mais altos que os jovens chineses, para considerar muito importantes aspectos relacionados diretamente à qualidade do trabalho ou do emprego que eles desejam. São pontos como um ambiente de trabalho que propicie oportunidade de crescimento profissional, considerado muito importante por 75,2% dos jovens universitários brasileiros e por 43,0% dos jovens universitários chineses; fazer o que gosta ou se realizar pessoalmente no trabalho, muito importante para 76,3% dos brasileiros e para 48,8% dos chineses; boas condições de trabalho,

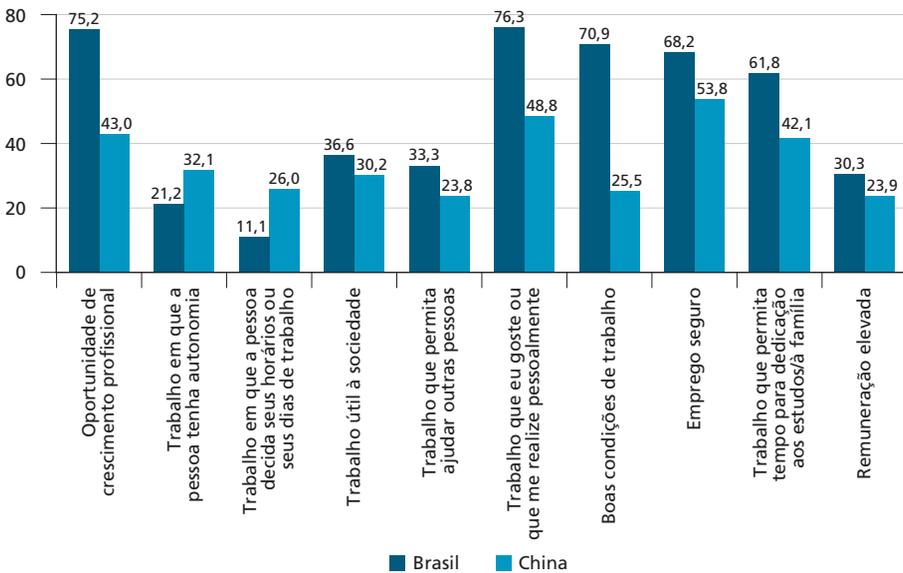
5. Uma ressalva é que nas respostas dos jovens brasileiros houve uma tendência maior destes em se colocarem no extremo positivo da escala “muito importante”, quando comparados aos chineses. Mesmo levando em consideração os outros níveis de resposta, porém, a tendência geral na comparação entre chineses e brasileiros não modifica substancialmente, razão pela qual se optou aqui por comparar os percentuais de apenas um dos níveis de resposta, o dos que consideraram “muito importante” os aspectos listados, pela facilidade maior de representação gráfica.

muito importante para 70,9% dos brasileiros e apenas 25,5% dos chineses; emprego seguro, muito importante para 68,2% dos brasileiros e 53,8% dos chineses; e, por fim, até mesmo em relação à remuneração elevada, muito importante para 30,3% dos brasileiros e para 23,9% dos chineses.

GRÁFICO 3

China e Brasil: jovens universitários que consideraram “muito importante” (em uma escala de cinco) os aspectos relacionados com o trabalho em geral (2012)

(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cysra.

Em segundo lugar, o destaque é que os jovens universitários chineses tiveram percentual “muito importante” maior que os brasileiros, em aspectos relacionados à liberdade individual em relação ao trabalho. São os pontos relativos a um trabalho que propicie autonomia para a pessoa que exerce, muito importante para 32,1% dos jovens universitários chineses e para 21,2% dos brasileiros; e possibilidade de a própria pessoa que trabalha definir seus dias e horários, muito importante para 26,0% dos chineses e para apenas 11,0% dos brasileiros.

Um terceiro ponto que chama atenção diz respeito à visualização no trabalho, de aspectos altruístas, que foram mais relevantes para os jovens universitários brasileiros do que para os chineses. A característica de, no trabalho, ser útil à sociedade, foi considerada como muito importante por 36,6% dos jovens universitários brasileiros e por 30,2% dos jovens chineses; a possibilidade de o trabalho ajudar outras pessoas foi considerada muito importante por 33,3% dos brasileiros e por

23,8% dos chineses; e, por fim, um último aspecto que guarda relação também com a realidade dos jovens que conciliam estudo e trabalho, é a possibilidade de se ter um trabalho que permita tempo para dedicar-se aos estudos ou à família, considerado muito importante por 67,8% dos jovens universitários brasileiros e por 42,1% dos chineses.

A tendência geral dos jovens universitários brasileiros em dar mais importância aos aspectos relacionados diretamente à qualidade do trabalho e do ambiente de trabalho que almejam, não parece vir tanto de diferenças substantivas na qualidade dos empregos que os mercados de trabalho chinês e brasileiro oferecem. Os dados certamente têm influência do fato de que os universitários brasileiros estão mais presentes no mercado de trabalho e, portanto, mais propensos a se deparar cotidianamente com as dificuldades do mundo do trabalho, inclusive com experiências de trabalho precário tão comum no Brasil, o que os faz dar mais importância a aspectos de um trabalho almejado, que lhes dê melhores condições, inclusive trabalhistas e em relação aos direitos sociais. Neste ponto, a própria expectativa em relação à conclusão da graduação e ao alcance do diploma alimenta a esperança de obtenção de um trabalho de melhor qualidade. Já os jovens universitários chineses, por estarem em sua maioria fora do mercado, não têm ainda os pontos relacionados à qualidade do trabalho tão presentes, razão pela qual o percentual dos que consideram muito importante estes aspectos é menor do que o dos brasileiros.

Em relação às liberdades individuais e à autonomia como aspectos gerais do trabalho, o percentual dos que consideram muito importante foi baixo nos dois países. Assim, vê-se que talvez para estes estudantes seja mais importante ter como meta a suposição de um emprego seguro do que ter um emprego em que o atributo da autonomia, da flexibilidade de horário e dos dias de trabalho seja considerado, até porque este não parece ser um padrão do mercado de trabalho dos países como Brasil e China. De qualquer forma, mesmo baixos, os percentuais da China foram consideravelmente mais altos que os do Brasil. Este fato pode estar relacionado a percepções diferentes nos dois países em relação às liberdades em geral, relacionadas até mesmo com o sistema político de cada um, que se projetam inclusive nas expectativas em relação ao mundo do trabalho.

Os aspectos altruístas, menos relevantes entre os jovens universitários chineses do que os brasileiros, podem estar relacionados ao ambiente altamente competitivo implantado na educação chinesa, inclusive em relação ao ingresso no ensino superior, que acaba moldando valores nos indivíduos. Mas também podem estar relacionados, em parte, a peculiaridades da geração jovem atual chinesa e aos impactos das ações de controle demográfico. A política de planejamento familiar, a partir dos anos 1960, que preconiza no máximo dois filhos por casal, e a política do filho único, implantada a partir dos

anos 1980, fizeram da atual geração jovem uma geração quase sem irmãos e com poucos primos. Este jovem, ao mesmo tempo em que é colocado em um sistema de educação bastante competitivo, recebe toda a atenção dos pais. Não se trata, obviamente, de concluir aqui que o valor da solidariedade é importante ou não para os jovens chineses, mas apenas de apresentar elementos que explicam a diferença nos números destes em relação aos dos jovens brasileiros.

4 EXPECTATIVAS DE FUTURO

A incerteza quanto ao futuro é comum na juventude, inclusive na juventude universitária, que já passou por um processo importante de definições, com a escolha da graduação. As dúvidas em relação às perspectivas profissionais, por sua vez, são especialmente importantes, ainda mais em países em que o mercado de trabalho é bastante instável ou passa por processo de rápidas transformações, como no Brasil e na China. Ainda assim, muitos jovens universitários sentem-se confiantes na trajetória escolhida, estabelecem planos profissionais, alguns com metas razoavelmente claras, e iniciam um percurso na tentativa de realizá-los. Outros, entretanto, chegam ao final da graduação com poucas definições sobre o que pretendem fazer.

Não é incomum, também, a frustração de alguns jovens com suas expectativas iniciais. Por exemplo, pretensão de ingresso ou estabilidade no mercado de trabalho após a graduação que, na medida em que se aproxima a formatura, o jovem pode constatar que irá demorar ou não ocorrer facilmente. Diante de incertezas, parte-se para a reformulação de projetos de vida, buscando outras trajetórias, tais como a opção de cursar outra graduação ou de fazer pós-graduação, o ingresso em um trabalho de menor remuneração que possibilite experiência na profissão, a ocupação de um emprego em uma área diferente de seu curso superior ou, até mesmo, a busca de trabalho em outras cidades ou países. A relação que o jovem estabelece ou irá estabelecer com o mundo do trabalho também está intimamente ligada a outros processos de transição que caracterizam este ciclo da vida, como a constituição de domicílio próprio ou de uma nova família, o casamento etc.

Nesta seção, são apresentados alguns dados sobre as expectativas futuras dos jovens universitários, relacionando seus planos em relação ao mundo do trabalho. Os dados sobre diferentes pretensões que os jovens universitários brasileiros e chineses têm para o período imediato após a graduação estão na tabela 5.

Chama atenção que uma parte considerável dos jovens brasileiros e chineses preveem seus futuros próximos após a graduação, sem que o trabalho necessariamente ocupe o primeiro lugar de suas vidas, pois pretendem não trabalhar imediatamente ou continuar conciliando estudo e trabalho.

TABELA 5
Brasil e China: jovens universitários por sexo e o que pretendem fazer após a formatura na graduação (2012)
 (Em %)

Aspiração após a graduação	Brasil			China		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Fazer pós-graduação	66,1	59,8	63,4	40,3	56,7	46,8
Trabalhar no setor público	34,6	27,3	31,5	27,7	16,6	23,6
Trabalhar no setor privado	13,7	23,9	18,0	18,5	18,0	18,5
Montar o próprio negócio ou sociedade	9,7	14,3	11,7	3,8	12,1	6,9
Morar um tempo fora do país	14,8	12,6	13,9	4,9	9,2	6,9
Fazer outra graduação	9,9	10,6	10,2	8,3	3,3	6,5
Viajar para o exterior	11,7	9,0	10,5	6,5	4,4	5,8
Outras iniciativas	4,2	5,9	4,9	15,2	7,0	12,1
Não sabe	1,8	2,6	2,1	8,2	5,5	7,3

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até dois itens, por isso os percentuais não somam 100%.

Em ambos os países, os jovens universitários afirmam, em grande número – mais da metade dos jovens universitários brasileiros pesquisados (63,4%) e quase a metade dos chineses (46,8%) –, pretender ampliar a formação universitária por meio de uma pós-graduação. A diferença é que mais mulheres jovens brasileiras (66,1%) pretendem seguir na universidade em relação aos jovens homens (59,8%). Já na China é o contrário, com uma diferença entre mulheres (40,3%) e homens (56,7%) ainda mais significativa. Também continuar na universidade, no entanto fazendo outra graduação, é a expectativa de 10,2% dos brasileiros e de 6,5% dos chineses.

É provável, porém, que esse alto índice de jovens que pretendem seguir na universidade – 73,6% dos brasileiros e 53,3% dos chineses –, principalmente fazendo uma pós-graduação, não se concretize na prática. A expectativa, no entanto, existe claramente e pode ser resultado da continuidade de valores éticos e sentimentos já existentes nestes jovens e em suas famílias em relação ao próprio ingresso na graduação. A obtenção de diplomas e certificados de formação tradicional se insere na estratégia das famílias e dos próprios jovens para obter garantias de uma suposta maior e melhor empregabilidade, de realização profissional e mobilidade social ascendente.

Na China, essa estratégia familiar é particularmente relevante, já que a política do filho único e um sistema reconhecidamente deficiente de seguridade social fazem com que os pais dependam muito, na velhice, deste filho único.

Além disso, mesmo que dados e estudos demonstrem certo arrefecimento da capacidade dos diplomas e certificados garantirem isso, especialmente quando aumenta o número dos que o detêm, como nos processos de expansão da abrangência do ensino superior, a estratégia de aumentar a qualificação mediante prolongamento dos estudos permanece. Neste contexto, a busca por “diferenciais”, no caso um diploma de pós-graduação, passam a ter mais relevância. Particularmente no Brasil, tradicionalmente a estrutura de nível superior valorizou muito a pós-graduação (programas de mestrado e doutorado), o que pode estar se refletindo no alto número de graduandos que desejam acessar este nível de ensino.

As opções relacionadas à permanência ou ao ingresso imediato no mercado de trabalho após a graduação – trabalhar nos setores público/privado ou montar o próprio negócio – aparecem em segundo lugar no seu conjunto, como mais relevantes nos dois países, pois fazem parte do caminho que 61,2% dos jovens universitários brasileiros e 49,0% dos chineses pretendem seguir logo após a graduação, o que significa que permanece, nesta etapa, a participação no mercado de trabalho mais relevante para os jovens universitários brasileiros do que para os chineses, embora diminua bastante a diferença, se comparada ao período da graduação. Há, porém, maiores similaridades agora, com índice significativo nos dois países em relação aos jovens que pretendem buscar um trabalho no setor público, tão logo se formem. São 31,5% dos brasileiros e 23,6% dos chineses. Em ambos, o percentual de jovens mulheres que pretendem seguir este caminho é maior que o de homens. Trabalhar no setor privado é um caminho para cerca de 18,0% dos jovens, tanto no Brasil quanto na China. A diferença é que no Brasil, ao contrário dos que pretendem trabalhar no setor público, agora são os homens que, em termos relativos, têm isso como prioridade, com 23,9%, enquanto apenas 13,7% das jovens mulheres brasileiras pretendem conseguir um emprego no setor privado assim que formadas.

Montar o próprio negócio ou sociedade é um desejo de mais jovens universitários brasileiros (11,7%) do que chineses (6,9%). Morar um tempo fora do país ou fazer uma viagem ao exterior após a graduação, considerados em conjunto, são mais relevantes nas pretensões para os jovens universitários brasileiros (24,4%) do que para os chineses (12,7%). O contrário se verifica entre os jovens que ainda não têm ideia do que pretendem fazer após a conclusão da graduação, pois apenas 2,1% dos brasileiros estão nesta situação, enquanto entre os chineses o fato tem uma incidência maior, com 7,3%.

Quanto à perspectiva profissional futura, independentemente se imediatamente após a graduação ou não, os jovens universitários, tanto brasileiros quanto chineses, têm pretensão, em sua maioria, de continuar ou buscar um trabalho na área de graduação. Este índice, contudo, é significativamente mais relevante entre os jovens brasileiros do que entre os chineses, como mostra a tabela 6.

TABELA 6
Brasil e China: perspectiva profissional futura dos jovens universitários (2012)
 (Em %)

	Brasil	China
Pretende buscar um trabalho na área de graduação	69,8	53,7
Já tem trabalho na área de graduação, e pretende continuar nele	19,2	8,9
Pretende buscar um trabalho fora da área de graduação	5,3	14,0
Pretende buscar um trabalho em qualquer área	3,6	12,6
Já tem trabalho fora da área de graduação, e pretende continuar nele	2,0	4,6
Não pretende buscar trabalho	0,2	6,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

No Brasil, um total de 89,0% dos jovens universitários aposta em um trabalho nas suas áreas de graduação, considerando os que pretendem buscá-lo (69,8%) ou continuarem em um que já possuem (19,2%). Além disso, 3,6% informaram que pretendem procurar um trabalho em qualquer área, o que significa um valor bem maior ao fato de estar trabalhando, do que propriamente de seguir a carreira na área de graduação. O percentual elevado dos que pretendem buscar um emprego na área de graduação não significa que também não possam mudar de percurso, aceitar trabalho em outra área e mesmo desistir da carreira planejada inicialmente. Mas, mesmo assim, esta pretensão alta é um dos indícios de que a escolha da graduação está em melhor sintonia ou acaba entrando em harmonia no decorrer do curso superior, com os interesses dos jovens universitários brasileiros. Isto tem implicações positivas no próprio mercado de trabalho, pois quando ocorre, há mais chances destes jovens terem equacionado pelo menos os fatores pessoais, que são parte dos componentes para o sucesso profissional.

Ao mesmo tempo, a obtenção do diploma do ensino superior, que significa uma etapa de passagem bastante relevante, inclusive para os que trabalhavam durante a graduação, possibilita um reconhecimento e uma valorização social muito grande. O alcance deste grau de ensino, até mesmo para os jovens que permanecerão trabalhando no mesmo local, significa maiores possibilidades de obter promoção, troca de cargo, aumento de salário ou remuneração.

Na China, o percentual de jovens universitários que pretende buscar um trabalho na área de graduação (53,7%) ou continuar em um que já possui (8,9%) também predomina, embora com um total de 62,6%, menos relevante que o brasileiro. Há um número significativo de jovens chineses que não pretendem buscar trabalho (6,2%), sendo o caso de 9,6% das jovens universitárias e de 5,0% dos jovens. Já no Brasil, este número é insignificante, apenas 0,2%. Trabalhar ou continuar trabalhando fora da área de graduação são as expectativas de um total

de 18,6% dos jovens universitários chineses, enquanto 12,6% pretendem buscar trabalho em qualquer área.

Obviamente, expectativas quanto ao futuro imediato após a formatura, bem como especificamente em relação à vida profissional após a graduação, são mediadas, de um lado, pelas possibilidades abertas, com a obtenção do diploma e, de outro, com a imprevisibilidade que guia os acontecimentos. Não dependem unicamente dos jovens, mas inclusive e, principalmente, das condições colocadas para realizar seus desejos, o que implica compatibilidade até mesmo dos projetos políticos e econômicos de desenvolvimento de cada país, compatíveis ou não com as aspirações das suas juventudes. É certo que, na perspectiva dos jovens universitários que elaboram com mais clareza ou não seus projetos profissionais, está implícito a necessidade de um tipo de trabalho que seja mais compatível com suas aptidões e necessidades, capaz de lhes possibilitar viver com a realização plena de suas potencialidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a juventude é sempre um grande desafio. As mudanças no processo histórico e nos fenômenos sociais já são constantes e complexas, mais rápidas ainda ocorrem em relação ao entendimento da juventude, dado suas características como sujeito fortemente identificado com o dinamismo, o novo, o questionamento de normas e regras, a rebeldia e mudanças sociais. Tão ou mais complexo é comparar juventudes de dois países tão distantes geográfica e culturalmente, como o Brasil e a China.

Em síntese, os dados aqui apresentados mostram que, no Brasil, ao contrário da China, os indivíduos que acessam o ensino superior entram muito mais cedo no mercado de trabalho, o que torna as trajetórias de formação superior e de trabalho conviventes para uma parcela bastante significativa. Pode-se visualizar a passagem da juventude para a vida adulta por uma série de fatores (constituição do domicílio próprio, maternidade ou paternidade, casamento etc.), mas a passagem de aluno para trabalhador, no Brasil, não é muito clara como costuma ser em países desenvolvidos. A transição da universidade ao trabalho parece ser muito mais nítida na China do que no Brasil.

Há um número também significativo de jovens chineses que trabalham, porém quando o fazem, são em jornadas de trabalho bastante reduzidas se comparadas com a dos jovens universitários brasileiros. Em compensação, os jovens universitários chineses que trabalham têm uma carga horária em sala de aula maior que a dos brasileiros na mesma situação. Na percepção dos jovens, sua motivação para conciliar trabalho e estudo no ensino superior no Brasil e na China compreende um misto mais ou menos semelhante entre necessidade econômica e busca de experiência, com uma tendência moderada em ambos os países de predomínio do aspecto da busca por experiência.

Em relação aos universitários que não trabalham, China e Brasil coincidem nos quatro principais motivos destacados por esses jovens, na seguinte ordem: incompatibilidade com o tempo de estudo; não necessita trabalhar; a família não deixa ou não gosta que o jovem trabalhe enquanto estuda; e dificuldade de encontrar trabalho ou estágio fora dos horários das aulas.

Quando confrontados com aspectos gerais do mundo do trabalho, os brasileiros deram uma importância maior do que os chineses a temas relacionados à qualidade do trabalho ou ao emprego que almejam, além de alguns aspectos altruístas em relação à vida profissional. Já os chineses deram uma importância maior do que os brasileiros a aspectos relacionados à autonomia e à liberdade em relação ao trabalho. Sobre perspectivas de futuro, surpreende que a maior parte dos jovens universitários chineses e brasileiros pretenda continuar na universidade após a graduação, a maioria para fazer uma pós-graduação e alguns para fazer outra graduação. Ingressar ou continuar no mercado de trabalho assim que concluir a graduação, com destaque para a tentativa de um emprego no setor público dos dois países, é a pretensão de mais da metade dos brasileiros e de quase a metade dos chineses. Estes últimos também são os que mais têm dúvida em relação ao futuro imediato após a graduação. Sobre a perspectiva profissional futura, a grande maioria dos jovens universitários brasileiros pretende construir uma carreira na sua área de graduação, enquanto entre os chineses – embora a maioria tenha a mesma pretensão – é mais relevante do que no caso brasileiro, o número de jovens universitários que pretende seguir carreira fora da área de graduação e até mesmo os que dizem não pretender trabalhar.

Diante desse quadro, uma reflexão que deve fazer parte das preocupações dos gestores governamentais nas áreas de políticas públicas de juventude, de educação e de trabalho, tanto da China quanto do Brasil, é se, diante do ensino superior, são necessárias medidas adicionais que ampliem a moratória social, ou seja, possibilitem que os jovens façam a graduação sem precisar trabalhar ou trabalhando menos, ou se são mais necessárias medidas que compatibilizem a educação superior com a realidade de trabalho da juventude.

Mesmo que aparentem serem medidas em sentido contrário, não são mutuamente excludentes. É provável que em qualquer cenário de ação do estado em que se procure viabilizar a ampliação do acesso ao ensino superior, políticas públicas que considerem a juventude na sua complexidade e que combinem medidas nos dois sentidos são mais adequadas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. F. Os sentidos do trabalho para os jovens universitários. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 11, jan.-jun. 2008.

CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 9, n. 26, p. 30-50, 1994.

CORBUCCI, P. R. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Brasília: Ipea, abr. 2014. (Texto para Discussão, n. 1950).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SPOSITO, M. P. (Org.). Juventude e escolarização (1980-1998). **Estado do conhecimento**. Brasília: Inep; MEC, 2002. (Comped, n. 7).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, C. C. Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, v. 37, p. 25-32, nov. 2008.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FRANZOI, N. L. Inserção profissional. *In*: CATTANI, D.; HOLZMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Abet, 1998.

SPOSITO, M. P. (Org.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

VALORES DE UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS¹

Guo Kaiyuan²
Yang Shoujian³
Chen Chen⁴
Wang Peng⁵

No mundo contemporâneo, China e Brasil são dois países emergentes que exercem uma influência relativamente grande no cenário internacional. Para ampliar a colaboração acadêmica e aprofundar o conhecimento mútuo sobre a juventude chinesa e brasileira através do diálogo e de discussões, o Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) iniciaram uma cooperação conjunta e desenvolveram a pesquisa *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*.

No ano de 2012 foi aplicado em ambos os países um questionário para estudantes universitários, conforme detalhado na introdução brasileira e chinesa. Além da utilização do mesmo instrumento com o mesmo conteúdo em ambos os países, a aplicação do questionário aos estudantes universitários de diferentes instituições orientou-se pelo método de amostragem definido pelas equipes dos dois países. Dessa forma, construiu-se um vasto banco de dados de primeira mão, com informações significativas para compreender o quadro atual dos valores de universitários chineses e brasileiros, suas características e tendências.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. Doutor em direito pela Universidade de Ciência Política e Direito. Diretor do Instituto de Pesquisa de Direito da Juventude e Infância da China do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC) e pesquisador-associado do CYCRC.

3. Bacharel pela Universidade de Estudos Políticos da Juventude da China. Pesquisador-associado e diretor da Liga da Juventude Comunista do CYCRC.

4. Doutora em sociologia pela Universidade do Povo Chinês. Pesquisadora-associada do CYCRC.

5. Mestre em educação e doutor em política pela Escola do Comitê Central do Partido Comunista. Pesquisador-associado do CYCRC.

Conforme o programa de pesquisa, a amostra foi constituída por seis universidades chinesas nas cidades de Beijing e Shanghai, nas quais ocorreu a aplicação de 1.800 questionários, sendo 1.708 questionários validados para a elaboração deste capítulo.⁶

1 A FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM OS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

1.1 A maioria dos universitários chineses e brasileiros vive em famílias de estrutura completa

A porcentagem dos universitários brasileiros que vivem em famílias com pais solteiros é consideravelmente maior do que a dos universitários chineses. Já entre os chineses, por sua vez, a porcentagem dos que moram com seus amigos é visivelmente mais alta do que a dos universitários brasileiros.

A pesquisa revelou que existe certa diferença na estrutura familiar de universitários chineses e de brasileiros. Mais de 70% dos primeiros residem com seus pais, enquanto para os outros esse valor é relativamente mais baixo, em torno de 60%. A porcentagem dos universitários brasileiros que vivem em famílias cujos pais são solteiros é de 14,3%, consideravelmente mais alta que a dos chineses (3,2%). Entretanto, a porcentagem dos universitários chineses que moram com seus amigos é de 18,3%, muito maior que a dos brasileiros (7,5%). Além disso, a porcentagem dos universitários brasileiros que moram com seu(sua) parceiro(a) ou sozinhos (6,4%) é visivelmente maior do que a dos chineses (1,9%).⁷

China e Brasil fazem parte do grupo de países em desenvolvimento, apresentando certas semelhanças na escala populacional e no nível de desenvolvimento econômico. Como o governo chinês vem aplicando uma política de planejamento familiar, o tamanho das famílias é menor, assim como famílias com um único filho são maioria na zona urbana. Além disso, observa-se, na comparação entre as estruturas das famílias de ambos os países, uma nítida diferença, uma vez que universitários chineses oriundos de famílias com um único filho possuem como companheiros principais, na maioria das vezes, colegas de classe e amigos.

6. Conforme detalhado na introdução brasileira ao livro, os outros capítulos chineses foram elaborados com base em 1.729 questionários validados. No Brasil, foram selecionadas seis universidades nas regiões de Brasília e São Paulo, sendo a amostra final composta por 2.429 questionários validados.

7. Nota da tradutora: Perguntou-se aos universitários onde e com quem residiam. Segundo a pesquisadora Chen Chen, na concepção tradicional chinesa, a "casa" consiste em um lugar em que se tem a presença dos pais, pois casa não é uma mera construção física, mas onde se constrói uma relação familiar. Logo, ao responderem onde residem, os chineses, mesmo residindo no dormitório universitário junto com colegas, normalmente levam a casa dos pais em consideração. Vale ressaltar que mais de 80% dos universitários chineses estudam em tempo integral e fora da terra natal, retornando somente no período de férias prolongadas para a casa dos pais.

1.2 O nível de escolaridade dos pais é relativamente alto, sendo que a mãe dos universitários brasileiros apresenta maior escolaridade do que o pai

Os dados revelam que tanto os pais dos universitários chineses quanto os dos brasileiros apresentam, comumente, alto nível de escolaridade. Com relação aos pais dos universitários chineses, cerca de 40% dos pais e 30% das mães têm formação em nível de pós-graduação. Os dados estatísticos dos pais dos universitários brasileiros são próximos dos dados chineses. Observa-se, no entanto, no que tange a pós-graduação das mães brasileiras, uma porcentagem mais alta, próximo de 45%.

Na estatística sobre a educação superior dos pais dos universitários chineses e brasileiros, é comum os pais brasileiros terem cursado o ensino superior, ocupando uma porcentagem maior em relação aos chineses. Nesse contexto, destacam-se as mães brasileiras: a porcentagem das que cursaram a pós-graduação atingiu 15,3% e das que possuem graduação completa ou acima representou 44,7%. Conforme informações de um relatório de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2004), no Brasil as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, principalmente na educação superior, representando, aproximadamente, 60% do número total de concluintes.

1.3 Altas proporções dos pais e mães são funcionários públicos e trabalham em profissões regulamentadas

A ocupação profissional dos pais dos universitários de ambos os países praticamente cobre todas as áreas de trabalho. No entanto, a proporção maior está no setor público, serviços e indústria.

Do ponto de vista da profissão do pai, predomina a atuação no funcionalismo público ou em profissões regulamentadas (pois possuem garantias legais que conferem segurança à atuação profissional). A maior parte dos pais, em ambos os países, é composta por funcionários públicos ou por aqueles que trabalham em setores da atividade econômica cujo o trabalho é regulamentado (com garantias). No Brasil, essa característica é ainda mais visível, na medida em que a proporção dos pais de universitários brasileiros que trabalham “com carteira assinada” é de 31,7%. Da mesma forma, na China, os que atuam em uma posição protegida chega a 18,1%. Além disso, a porcentagem dos que são funcionários públicos é de 17,2% no Brasil, e de 14,8% na China.

Com relação às mães brasileiras, tem-se os seguintes dados: 24,5% das mães atuam no serviço público e 25,1% em profissões regulamentadas (com garantias). Em termos de comparação, a porcentagem das mães dos universitários chineses que trabalham no setor regulamentado é de 22,1%, enquanto as que exercem a profissão de “funcionária pública” é significativamente menor, com apenas 8,8%.

1.4 Universitários chineses e brasileiros se entusiasmam em fazer amizades, e tomam como referência a compatibilidade de interesses na escolha de amigos

A investigação demonstrou que os universitários dos dois países apresentam um relacionamento amplo de amizades como um ponto característico. Entre os universitários chineses, 73,3% possuem mais de dez amigos, enquanto para os brasileiros a porcentagem é de 62,6%. As amizades feitas no decorrer dos estudos constituem o fator principal na composição do círculo de amigos dos universitários.

Em ambos os países, os colegas de classe da faculdade e do ensino médio dão origem às amizades dos universitários. Na China, faz-se amigos por meio de duas formas principais: a apresentação por outro amigo (33%) ou por meio da participação em atividades de associações/organizações (18,1%). No Brasil, a ponte para se fazer novas amizades parece ser a característica geográfica do país e os fatores religiosos: 25,5% dos universitários brasileiros estabelecem novas amizades por intermédio da família e dos vizinhos e 15,4% das pessoas conhecem novos amigos por meio de atividades religiosas. Essa diferença reflete características culturais e socioespaciais específicas de cada um dos dois países e repercutem em padrões distintos na formação de relacionamentos sociais entre os universitários.

Independentemente da maneira de se fazer amizades, o padrão na escolha de amigos dos universitários chineses e brasileiros é o mesmo. As três qualidades mais relevantes são: *i*) ter os mesmos interesses; *ii*) confiabilidade; e *iii*) semelhança quanto à visão de mundo. Ou seja, para os universitários o conteúdo e a qualidade do amigo são mais importantes do que as meras aparências e seu *status* social.

2 A VIDA DOS ESTUDOS E O PLANEJAMENTO APÓS A FORMAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

2.1 O desejo de mudar de curso de graduação é maior na China do que no Brasil

Mais de 70% dos universitários chineses e brasileiros afirmaram que o curso de graduação atual corresponde à primeira opção quando prestaram o vestibular. Quando foram perguntados sobre mudança de curso, caso tivessem oportunidade, 34,2% dos universitários chineses deram resposta afirmativa, enquanto a porcentagem dos brasileiros foi de 16,8%. Em termos das razões da troca de curso, 54,5% dos universitários chineses mostraram desinteresse no curso atual, e 27,6% justificaram que é em função da “facilidade de emprego”. Não é difícil de entender por que a proporção daqueles que querem trocar de curso é significativamente maior entre os universitários chineses pois, por um lado, ao preencherem as opções de curso superior no momento da inscrição para o exame de admissão, buscavam somente os cursos mais populares. Quando não conseguem a pontuação para a opção

desejada são realocados para outros cursos, sentindo-se, dessa forma, frustrados. Portanto, é comum que, mesmo cursando a graduação, os universitários chineses ainda tenham vontade de trocar de curso. Por outro lado, uma parte dos cursos estabelecidos nas instituições de educação superior (IES) não atende às demandas do mercado de trabalho. Após a formação, transparece o problema de desarticulação, provocando angústia e preocupação nos universitários chineses em relação às perspectivas oferecidas pelo curso e, por isso, a vontade de trocá-lo.

O curso no qual os universitários se matriculam ao ingressarem na educação superior, frequentemente acaba determinando seu caminho profissional para a vida após a formação. Para tanto, em ambos os países, o gosto pessoal e a oportunidade de emprego são fatores que influenciam, de forma significativa, no momento da escolha do curso. Na China, a influência da família na escolha do curso também é bastante relevante (30%), praticamente o triplo dos universitários brasileiros que apontaram este motivo (10,1%). Já para estes últimos, a porcentagem dos que escolhem o curso “por gosto” é 69,4%, sobressaindo em detrimento de outros fatores.

Assim, fica demonstrado que existe uma diferença em relação ao modo de educação familiar e à formação da independência pessoal. Na China, por exemplo, a escolha por gosto foi feita por 39,6% dos universitários. O papel da família é muito mais forte na China, pois mesmo que a escolha do curso de graduação seja uma opção pessoal, os jovens chineses ainda precisam ouvir a opinião dos pais e de outros membros da família.

Em contrapartida, destaca-se a autonomia dos universitários brasileiros, pois a primeira razão para a escolha do curso é, na maioria das vezes, em conformidade com o próprio gosto. A semelhança entre os universitários brasileiros e os chineses está no que concerne à perspectiva e às oportunidades de emprego para aqueles que fazem o curso. Os universitários brasileiros levam muito mais em consideração esse aspecto, o que reflete sua autonomia, uma vez que eles conseguem planejar seu próprio desenvolvimento profissional. Além disso, os universitários chineses, no momento da escolha do curso, demonstram o pensamento ameno de que estão “em busca da estabilidade”. Sendo assim, a porcentagem dos fatores como “porque proporciona segurança no emprego” e “facilidade no vestibular” é maior quando comparada aos universitários brasileiros. Conforme a filosofia chinesa sobre a vida, frases como “primeiro se emprega, depois se escolhe o emprego”, “primeiro entra na faculdade, depois se emprega”, são mencionadas frequentemente entre os chineses.

2.2 Universitários chineses demonstram mais esforço e dedicação, destinando mais tempo para os estudos do que os brasileiros

Nesta investigação, entre os universitários chineses, quase todos (92,3%) estudam no turno integral enquanto entre os universitários brasileiros a porcentagem é de 23%. O sistema de turnos no Brasil é muito mais flexível do que na China, sendo

que a porcentagem daqueles que estudam somente à noite é 40% e daqueles que estudam apenas no matutino é de 34,9%.

Analisando o tempo destinado aos estudos em sala de aula e fora dela, do ponto de vista comparativo, os universitários chineses não só ficam mais tempo em sala, como dedicam mais tempo aos estudos fora dela do que os universitários brasileiros. A porcentagem da média semanal do tempo em sala de aula que ultrapassa vinte e cinco horas é de 49,3%. Isto significa que aproximadamente a metade dos universitários chineses tem mais de cinco horas de aula por dia, quase o dia inteiro. Já a porcentagem dos universitários brasileiros que estudam em quantidade de tempo proporcional à média semanal dos universitários chineses é próxima da metade (25,5%)

Além disso, o tempo dedicado por universitários chineses aos estudos fora da sala de aula também é maior. Quase 40% deles estudam mais de onze horas por semana e 13,9% se dedicam aos estudos por mais de vinte horas por semana. As porcentagens desses dois fatores entre os brasileiros são, respectivamente, 27,7% e 7,1%. São, portanto, consideravelmente inferiores.

2.3 A maioria dos universitários chineses e brasileiros deseja estudar no exterior

Tanto os universitários chineses (72,4%) quanto os brasileiros (91,5%) desejam estudar no exterior. No entanto, nesses dois países, menos de 10% dos universitários já participaram de intercâmbio ou de programas de mobilidade estudantil, o que demonstra a falta de oportunidades para estudar um tempo fora do país por meio da universidade.

China e Brasil são países em desenvolvimento e, dessa forma, poder viajar para os países europeus, entre outras nações desenvolvidas, bem como ter acesso à recursos de alta qualidade, constitui um sonho para muitos universitários. Países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Canadá são os destinos mais escolhidos tanto por universitários chineses quanto por brasileiros.

2.4 Os universitários nos dois países mostraram interesse em continuar os estudos depois da graduação

Após a graduação, “ampliar a formação universitária fazendo uma pós-graduação” é a primeira opção dos universitários chineses e brasileiros, refletindo o valor comum de sempre buscar se aprofundar, bem como a importância da alta escolaridade para a sobrevivência e o desenvolvimento na sociedade atual. Por meio da comparação dos dados, nota-se que a porcentagem dos universitários brasileiros que escolheu a opção de continuar os estudos (63,4%) é em torno de 20% maior que a dos universitários chineses.

Além disso, a porcentagem de universitários brasileiros que escolheram “montar seu próprio negócio ou sociedade” (11,7%) é consideravelmente maior que a dos chineses (6,9%). A porcentagem daqueles que ainda não tinham planos (2,1%) é inferior à dos chineses (7,1%).

Por fim, entre os universitários brasileiros que pretendiam trocar de curso após a conclusão da graduação, 10,2% escolheram “fazer outro curso de graduação” após a conclusão de sua graduação atual, enquanto a porcentagem dos universitários chineses na mesma situação é de apenas 6,5%. Assim, nota-se que os universitários brasileiros priorizam mais a escolha própria em relação ao curso; mesmo que a primeira graduação não reflita a primeira opção de curso, nos estudos posteriores, eles buscam se dedicar para alcançar seus objetivos.

2.5 A experiência profissional e a expectativa de emprego dos universitários chineses e brasileiros

Conseguir emprego é um problema que os universitários precisam enfrentar. Então, encontrar um trabalho satisfatório é a dificuldade principal para eles. Do ponto de vista dos universitários chineses e brasileiros, uma das piores coisas de ser jovem é “não conseguir trabalhar na sua profissão” (26,8% dos universitários chineses e 41,3% dos brasileiros). Portanto, pode-se observar que a obtenção de um emprego satisfatório é a expectativa comum dos universitários de ambos os países.

2.6 Conciliar estudo e trabalho é mais comum para universitários brasileiros do que chineses

Para um universitário, encontrar um emprego satisfatório, que lhe propicie experiência de trabalho em tempo parcial, é um investimento importante. Na pesquisa com universitários chineses e brasileiros, ambos realizaram, em níveis distintos, trabalhos em tempo parcial. Entretanto, há diferenças. Entre os universitários chineses que “exerceram algum tipo de trabalho remunerado na semana” anterior à pesquisa a proporção é de 24,2% e o tempo de trabalho por semana para a maioria foi de duas a cinco horas. Já a porcentagem dos universitários brasileiros nessa mesma opção atingiu 52,5% e o tempo de trabalho, na maioria dos casos, ficou em torno de vinte a trinta horas. A partir da análise dos dados, o número de universitários brasileiros que possuem experiência de trabalho representa o dobro dos chineses, e o seu tempo de trabalho também é maior.

Do ponto de vista do objetivo do trabalho em tempo parcial, os universitários de ambos os países reconheceram que suas atividades precisam equilibrar a relação entre necessidade econômica e o acúmulo de experiências (25% para os universitários chineses e 17,3% para os brasileiros). Partindo-se da comparação entre “necessidade econômica” e “acumular experiência”, universitários de ambos os países reconhecem que acumular experiências é mais importante do que a

necessidade econômica. Pode-se notar que os universitários chineses e os brasileiros consideram a aquisição de experiência como principal objetivo do trabalho, pois eles o consideram como um investimento para seus futuros empregos. Com base nisso, aumentar a renda se tornou um objetivo secundário, porque a julgam como uma recompensa normal do seu labor.

Entre aqueles que não trabalham e não buscaram trabalho na semana anterior à pesquisa, a análise revelou que as razões de os universitários chineses e brasileiros não trabalharem são, respectivamente: “o tempo dedicado aos estudos impede que eu trabalhe” (26,4% para universitários chineses e 29,9% para brasileiros); “não preciso trabalhar” (25% para universitários chineses e 17,8% para brasileiros); “minha família não deixa ou não gosta que eu trabalhe enquanto estiver estudando” (14,1% para universitários chineses e 11,6% para brasileiros).

Assim, há certa similaridade em relação aos motivos de os universitários não trabalharem. Por outro lado, alternativas como “não encontro trabalho ou estágio” (10,6% dos universitários chineses e 11,2% dos brasileiros) e “o salário oferecido é sempre muito baixo” (2,6% dos universitários chineses e 5,3% dos brasileiros) constituem razões menos importantes para eles não trabalharem. Logo, pode-se notar que, no grupo daqueles que não trabalham, os estudos são mais relevantes.

2.7 O grau de correspondência entre a característica do trabalho dos universitários brasileiros e seu curso de graduação é mais alto do que o dos chineses

Do ponto de vista da compatibilidade do trabalho com o curso, há uma diferença entre os universitários chineses e brasileiros. Somente 53,7% dos primeiros trabalham na área de seu curso e, nessa mesma condição, a porcentagem dos brasileiros é 69,8%. Isso demonstra que os trabalhos em tempo parcial que os universitários chineses fazem são mais diversificados e amplos, não tendo necessariamente relação direta com aquilo que aprendem. Do ponto de vista dos universitários brasileiros, percebe-se uma relação mais direta do trabalho com a área de estudo.

2.8 Fatores de influência na busca do futuro emprego

Do ponto de vista do emprego, os universitários chineses e brasileiros possuem pensamentos similares. Eles escolhem primeiramente “trabalhar no setor público” (23,6% dos universitários chineses e 31,5% dos brasileiros) ou “trabalhar no setor privado” (18,3% dos universitários chineses e 18% dos brasileiros). Aqueles que escolheram “montar seu próprio negócio ou sociedade” são relativamente poucos (6,9% para os universitários chineses e 11,6% para os brasileiros). A investigação, nesse sentido, revelou que a proporção dos universitários chineses e brasileiros que pretendem trabalhar tanto no setor público quanto no privado é bastante alta, enquanto os que pretendem montar o próprio negócio ou sociedade são raros.

Em relação à escolha do futuro emprego, os três fatores que mais influenciam os universitários chineses são: “emprego seguro” (53,8%); “oportunidade de crescimento profissional” (43%) e “trabalho que permita tempo para dedicação aos estudos e à família” (42,1%). Para os universitários brasileiros, os principais fatores são: “trabalho que eu goste ou que me realize pessoalmente” (76,3%); “oportunidade de crescimento profissional” (75,2%) e “boas condições de trabalho” (70,9%). Sendo assim, apresenta-se uma diferença relevante quanto aos aspectos relacionados à escolha do trabalho.

Os dados revelam que os universitários chineses priorizam muito mais a estabilidade do emprego e a garantia do tempo pessoal, enquanto os brasileiros ressaltam o grau de interesse próprio em relação ao trabalho e suas condições. No entanto, tanto os universitários chineses quanto os brasileiros não consideraram a remuneração como elemento mais importante ao pensarem no futuro emprego. A porcentagem dos que escolheriam um trabalho por causa da “remuneração elevada” não ultrapassou um terço (24% dos chineses e 30,3% dos brasileiros). Assim, demonstra-se que, embora a remuneração seja um dos elementos a serem considerados para universitários de ambos os países, não é o fator mais importante. Há uma diferença quanto ao elemento principal entre os pesquisados: os chineses escolheram “emprego seguro”, enquanto os brasileiros optaram por “trabalho que eu goste”.

3 O LAZER DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

3.1 A maioria dos universitários chineses e brasileiros participa de grupos e organizações

A pesquisa mostrou que 76,6% dos universitários chineses e 61,2% dos universitários brasileiros são membros de grupos e de organizações extracurriculares. A partir dos dados estatísticos, percebe-se que a participação dos universitários chineses nos grupos e nas organizações é muito mais alta e motivada. Em termos de comparação, a porcentagem dos brasileiros que participa dos grupos é significativamente mais baixa.

A diferença do grau de participação entre os universitários chineses e brasileiros ainda reflete nas seguintes dimensões: *i*) existe uma diferença fundamental na participação religiosa, pois somente 5,4% dos universitários chineses participam de organizações desse gênero, enquanto, para os brasileiros, a porcentagem atingiu 25,8%; *ii*) na participação em grupos regionais ou étnicos, os universitários chineses são visivelmente mais ativos do que os brasileiros (10% dos chineses participam em grupos desse tipo e apenas 1,3% dos brasileiros o fazem). Os chineses priorizam tradicionalmente o conceito de companheiros conterrâneos, por isso a participação nessa categoria é mais alta. Sendo assim, é compreensível que muitos universitários

chineses participem destes grupos; e *iii*) existe uma diferença significativa quanto à participação nas associações musicais e artísticas. Os universitários chineses participam mais nos dois tipos do que os brasileiros, sendo que 15,5% dos primeiros participam do grupo musical, enquanto para os brasileiros a porcentagem é 10,8%. Além disso, 14,5% dos universitários chineses participam de grupos artísticos, já para os brasileiros o percentual é de 4,1%.

Por fim, os universitários chineses e brasileiros compartilham similaridades quanto à participação em grupos esportivos: 20,4% dos universitários chineses e 22,8% dos brasileiros participam em grupos desse gênero. Em relação aos grupos de dança a proporção também é semelhante: 8,8% dos universitários chineses e 7% dos brasileiros participam em grupos de dança.

3.2 Na escolha do local para atividade de lazer, os universitários de ambos os países demonstraram diferenças significativas

Na escolha dos locais das atividades de lazer, a diferença entre universitários chineses e brasileiros se reflete nos seguintes aspectos: *i*) os universitários brasileiros vão mais ao cinema que os chineses, a porcentagem dos primeiros é de 57,9% e de 29% para os chineses; *ii*) a porcentagem dos universitários brasileiros que vão à igreja (21,2%) é muito maior que a dos chineses (2%), pois não existe essa tradição no contexto cultural chinês;⁸ *iii*) o percentual de universitários brasileiros que frequentam bares e boates é significativamente maior (38,4%) que o dos chineses (2,8%), devido, principalmente, à diferença cultural – na China, o custo de bares e baladas é alto e seu contexto não é apropriado para a participação de universitários⁹; *iv*) mais universitários chineses preferem ficar em casa do que os brasileiros: a porcentagem dos primeiros é de 36,4% e dos últimos 19,7%; e *v*) o percentual de universitários chineses (25,5%) que vão às praças e aos parques é bem maior que o dos brasileiros (15,4%). Além disso, muitos universitários brasileiros vão para a casa de amigos (52,8%), enquanto a porcentagem de universitários chineses que fazem o mesmo é de 34,5%, quase 20% inferior. Tal diferença se explica pelo fato de que a grande maioria dos universitários chineses estudam em outras cidades, o que dificulta a ida a casas de amigos na terra natal.

Uma unanimidade na escolha do local de lazer foi constatada no fato de que tanto universitários chineses como brasileiros gostam de ir a *shoppings*,

8. Nota da tradutora: a religião na China era tradicionalmente budista e taoísta, e também havia crenças, *superstições* e práticas tradicionais, entre as quais o *culto aos antepassados*, que é considerado fundamental. O confucionismo é uma filosofia. As religiões foram praticamente extintas a partir da revolução comunista. Atualmente, há maior abertura para a religião, porém controlada e fiscalizada pelo governo.

9. Nota da tradutora: na China, por convenção social e educacional, boates e bares não são lugares que os estudantes devem frequentar, pois geralmente esses recintos se associam a drogas, sexo e bebidas alcoólicas, e os estudantes são desde cedo educados a não irem para estes espaços. Os alunos que frequentem bares e boates são considerados "problemáticos" e que envergonham tanto os pais quanto a instituição escolar.

respectivamente 44,8% e 42,9%. Essa semelhança pode ser fruto da alta variedade de produtos para consumo nos *shoppings*, apropriado para todos os grupos independentemente das diferenças em relação à capacidade econômica de consumo.

3.3 O lazer durante as férias ou nos fins de semana

As diferenças na vivência do lazer durante as férias ou nos fins de semana dos universitários chineses e brasileiros se manifestam da seguinte forma: *i*) o percentual de universitários brasileiros que optam por viajar (60,6%) é mais que o dobro dos chineses (24,6%). Os chineses normalmente interpretam a viagem como a saída para lugares distantes e, conseqüentemente, o custo é maior. Sendo assim, para a grande maioria deles, o limite financeiro que compromete essa escolha é maior; *ii*) a porcentagem dos universitários brasileiros que escolhem ir a festas (30,1%) é maior que a dos chineses (21,3%); *iii*) o número de universitários brasileiros que elegeram “sair para conversar com amigos” (36,1%) é muito maior que os chineses (16,3%), isso se explica pelo fato da China estar passando por um processo de desenvolvimento rápido, fazendo com que o ritmo de vida seja muito acelerado, sendo assim, as pessoas que conseguem se acalmar e sentar para conversar são raras – o que é uma característica comum dos países com maior desenvolvimento social; *iv*) o número de universitários chineses que preferem trabalhar (12,7%) é maior do que os brasileiros (6,8%), esse fato está atrelado ao sistema de turno das universidades chinesas, pois os estudos são de tempo integral. Conseqüentemente, as demandas são rigorosas e o tempo é apertado, não havendo espaço para o trabalho. Por outro lado, o tempo livre é geralmente concentrado nas férias ou nos fins de semana, fazendo com que parte dos universitários chineses opte por trabalhar no período de férias, em prol do incremento de experiências sociais; e *v*) a porcentagem dos universitários chineses que escolhem acessar a internet nas férias (58%) é consideravelmente mais alta do que a dos brasileiros (30,8%), porque o conteúdo de diversão *on-line* na China é bastante amplo e diversificado, além da alta popularização do acesso à internet, bem como seu baixo custo.

A similaridade do conteúdo de lazer nas férias e nos fins de semana dos universitários chineses e brasileiros está relacionada à prática de esporte e de leitura. O percentual de universitários de ambos os países que optam por esporte é igual (em torno de 14,5% nos dois países), assim como a porcentagem de leitores também é bastante semelhante: 31,9% para os chineses e 30,1% para os brasileiros. Em relação às saídas, independentemente das férias ou não, os universitários chineses e brasileiros gostam de sair com amigos, com colegas ou com os pais. No entanto, o percentual dos universitários chineses que costumam sair sozinhos (22,5%) é maior que o dos brasileiros (11,1%).

4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

4.1 O objetivo do uso da internet pelos universitários chineses e brasileiros é diferente

Apresenta-se uma diferença no objetivo do uso da internet entre os universitários chineses e brasileiros. A ordem decrescente dos objetivos para os primeiros é: “acessar o meu perfil em redes sociais” (44,7%), “acessar Google Talk ou QQ¹⁰” (38,4%), “assistir filmes” (34,3%) e “verificar *e-mails*” (22%); entre os brasileiros a ordem decrescente é: “acessar meu perfil em redes sociais” (76,8%), “trabalho ou estudo” (72,8%) e “verificar *e-mails*” (60,7%). Em relação a jogos *on-line*, a porcentagem dos universitários chineses é de 19,7%, estando mais alta que a dos universitários brasileiros (7,2%). Quanto a bater papo, a porcentagem dos universitários chineses (20,2%) também é maior que a dos brasileiros (4,2%). Por fim, em relação às compras pela internet, a porcentagem dos chineses (15,1%) novamente supera a dos brasileiros (3,1%).

4.2 Os universitários chineses e brasileiros participam ativamente das organizações sociais, tendo uma diferença na participação religiosa

Em se tratando da participação atual ou pregressa dos universitários chineses nas organizações sociais, a ordem, da maior frequência para a menor, é: organização humanitária ou de caridade (40,4%), grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico (36,7%), movimentos populares (saúde, educação, moradia, dentre outros, perfazendo um total de 26,2%) e partido político (24,4%). Com relação aos universitários brasileiros, tem-se a seguinte ordem: organização humanitária ou de caridade (36,9%), movimentos populares (17,4%) e grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico (12,5%). Em termos de comparação, a porcentagem da participação atual ou pregressa em partidos políticos dos universitários brasileiros (4,7%) é significativamente menor que a dos universitários chineses (24,4%).

Há uma nítida diferença ao se tratar da religião. Entre os universitários chineses, somente 14,6% possuem religião. Vale ressaltar que na maior parte a crença é direcionada ao budismo (57,6%), seguido do cristianismo (29%), do islamismo (6,5%) e do taoísmo (2,9%). Já entre os universitários brasileiros, 75,7% deles possuem religião. Dos universitários brasileiros 56,2% são católicos e 17% são protestantes.

4.3 Universitários chineses e brasileiros consideram grave a questão da poluição ambiental

Com base na análise comparada dos dados, nota-se que a maioria dos universitários, tanto chineses quanto brasileiros, considera que problemas como a perda da biodiversidade, a poluição de rios, lagos e oceanos e a poluição de cidades atingiram

10. Nota da tradutora: uma das redes sociais mais populares da China.

um nível grave. Os universitários chineses julgaram que os principais problemas ambientais são a poluição do ar (56,9%) e a grande quantidade de lixo urbano e doméstico sem destino adequado (12,3%). Para os universitários brasileiros, os principais problemas são o desmatamento (32,4%) e também a grande quantidade de lixo urbano e doméstico sem destino adequado (31,3%).

Por essa razão, universitários chineses e brasileiros participam ativamente de atividades relacionadas à preservação ambiental. Com o intuito de alcançar tal objetivo, os estudantes chineses não jogam lixo na rua ou em outros lugares (60,2%), economizam água (53,7%), economizam luz/energia (43,4%) e reciclam/separam materiais para reciclagem/coleta seletiva (19,4%). Os universitários brasileiros, por sua vez, não jogam lixo na rua ou em outros lugares (81%), não desmatam/queimam florestas/plantas/matos (35%), economizam água (33,4%) e economizam luz/energia (23%).

5 A VISÃO DE JUVENTUDE DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

5.1 Qualidades e defeitos em ser jovem, na visão dos universitários chineses e brasileiros

Os universitários chineses e brasileiros compartilham mais consensos em relação às qualidades de ser jovem e apresentam diferenças na visão quanto aos defeitos de ser jovem. Ambos julgaram que as melhores coisas em ser jovem são: ter sonhos e objetivos; poder aproveitar/curtir a vida; ter saúde e disposição; ter tempo suficiente para estudar; contar com apoio da família. Em relação às piores coisas em ser jovem, as respostas se concentraram em alternativas tais como: ter insegurança quanto ao futuro e não poder se sustentar sozinho. Nesse aspecto, na primeira opção, as porcentagens de escolha dos universitários chineses e brasileiros são, respectivamente, 42,4% e 45%; já na segunda opção, as porcentagens apresentadas são, respectivamente, 33,7% e 60,7%.

Além disso, 31,9% dos universitários chineses consideram como fator negativo que a juventude “é facilmente influenciável”, enquanto 2,4% dos brasileiros consideram o mesmo e 41,3% dos universitários brasileiros se preocupam com o “medo de não conseguir trabalhar na sua profissão”, enquanto para os chineses essa porcentagem é de 26,8%.

5.2 Aflições dos jovens contemporâneos e valores que os norteiam

Devido à diferença em relação à realidade socioeconômica e à tradição histórico-cultural, os universitários chineses e brasileiros possuem interpretações distintas em relação aos problemas que afligem os jovens. Para essa questão, os primeiros julgaram que os problemas principais são: viver em um mundo desigual (46,3%), declínio moral (34,5%) e desemprego (23,2%). Já para os brasileiros, os problemas

fundamentais são: violência (52,9%), drogas (40,1%) e desemprego (29,3%). Essa diferença, em ambos os países, está intimamente atrelada a questões como empregabilidade, crime, desobediência das leis, dentre outras.

Para os universitários chineses, os principais valores que norteiam a vida dos jovens pesquisados são: liberdade (38,3%), igualdade (36,1%), ética e honestidade (35,9%), justiça (30,7%) e valorização da família (29,9%). Já para os brasileiros, a sequência é: ética e honestidade (50,8%), valorização da família (46,9%), respeito à diversidade étnica/racial (26,1%) e justiça (24,5%). Esse resultado mostra a diferença cultural entre os países.

6 A CONSCIÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

A consciência e a participação política são indicadores importantes dos valores dos universitários. A pesquisa revela que tanto os estudantes chineses quanto os brasileiros se preocupam com a política. No entanto, raramente participam de forma ativa. Quanto à obtenção de informações, confiam, sobretudo, na internet, em amigos/colegas. Por fim consideram, em geral, ter poucos canais de acesso à política.

6.1 Em relação à participação política, os universitários de ambos os países se consideram observadores desta, e não atores

No atual quadro de participação política, os universitários chineses e brasileiros dificilmente se identificam como atores políticos. A porcentagem de estudantes que escolheu a alternativa “considero-me politicamente participante” em ambos os países não atingiu 20% (18,2% para os universitários chineses e 10,1% para os brasileiros). Os dados revelam, ainda, que entre os universitários chineses e brasileiros, as porcentagens daqueles que não compreendem a política, não possuem interesse nela e não participam dela são, respectivamente, 81,8% e 89,9%. No entanto, não participar é diferente de se importar com a política. Em geral, eles discordam com a alternativa “os jovens de hoje não se preocupam com a política” (65% para os universitários chineses, e 42% para os brasileiros). Como resultado, obteve-se que os universitários em questão são, sobretudo, observadores e não participantes, pois 37,9% dos universitários chineses e 67,6% dos brasileiros optaram pela alternativa “procuro me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente”.

Existem muitas razões para a não participação dos universitários na política. Destaca-se, com relação a esse tópico, o limitado acesso aos canais políticos: São, respectivamente, 44,4% dos universitários chineses e 62,3% dos estudantes brasileiros que não concordam com a afirmação “na política, há canal para os jovens expressarem-se”. Além disso, aproximadamente 90% dos universitários chineses concordam com a afirmação de que “os jovens têm pouca possibilidade

de participarem da política via poderes constituídos” (88,8%). Do mesmo modo, 53,4% dos brasileiros também concordam com essa afirmação. Os universitários de ambos os países também assentiram com a declaração “os jovens dos anos 1960 e 1970 tiveram participação política maior que os jovens de hoje” (72,5% para os universitários chineses e 78,3% para os brasileiros).

Quando aqueles que não participam da política foram perguntados a respeito das razões pelas quais assumiram tal posicionamento, os universitários chineses consideraram que a política “é muito complicada” (36,6%), enquanto os brasileiros destacaram que a política “está envolvida em muita corrupção” (66,1%). Com relação ao tema corrupção, 13,6% dos universitários chineses também concordam com a percepção dos brasileiros. Em termos comparativos, no entanto, essa porcentagem é consideravelmente menor que a dos brasileiros. Esse resultado mostra que o impasse da corrupção é um problema político a ser enfrentado, sobretudo, pelos países em desenvolvimento, pois ainda estão em processo de amadurecimento de suas instituições.

6.2 Em relação à credibilidade das instituições, universitários chineses e brasileiros confiam mais na família

A respeito da confiança em diferentes instituições, os universitários chineses confiam significativamente na família: a porcentagem que “confia muito” (atribuindo a nota 10) alcançou 57,2%. Em relação ao partido, às Forças Armadas, ao governo, a organismos internacionais e à escola, o grau de confiança também é alto. Entretanto, confiam pouco na igreja/templo e em organizações não governamentais (ONGs).

Os universitários brasileiros também confiam bastante na família: a porcentagem que “confia muito” atingiu 69,3%, tendo também alta confiança na escola, nas Forças Armadas, em organismos internacionais, em ONGs e em movimentos sociais; e confiam pouco no parlamento e no governo, cujas porcentagens somadas das três categorias (notas 1 a 3) de “não confia” são, respectivamente, 55,7% e 54,3%.

6.3 Os universitários chineses e brasileiros confiam mais na internet, em amigos/colegas como fontes de informações

Em relação à obtenção de informações na semana anterior à pesquisa, os universitários chineses e brasileiros apresentavam visível unanimidade. Os meios mais frequentes de obtenção de informações são “internet, *e-mail*, Weibo¹¹ e redes sociais” (93,6% dos universitários chineses e 95% dos brasileiros) e “amigos/colegas” (82,8% dos universitários chineses e 83,4% dos brasileiros). A frequência de respostas revela que o uso de ambas as formas na obtenção de informações atingiu mais de 80%.

11. Nota da tradutora: é uma rede social similar à junção do Twitter com Facebook, lançada em 2009, na China. Atualmente possui mais de 300 milhões de usuários, sendo a mais acessada entre os chineses.

Entretanto, para os universitários de ambos os países o meio menos utilizado é o “noticiário no rádio” (55,2% para os universitários chineses e 30,4% para os brasileiros). Sendo assim, o meio que os universitários contemporâneos escolhem para se informar reflete, de certo modo, suas características comportamentais.

6.4 Para os universitários chineses e brasileiros, os espaços para a participação política são poucos

Os dados da pesquisa demonstram que são poucos os canais de acesso à participação política para os universitários na China e no Brasil e, comparativamente, para os universitários brasileiros, são ainda mais escassos, o que influencia diretamente sua participação nesse meio. Na investigação, a entidade na qual os universitários chineses mais participam – atualmente ou no passado – é a “associação estudantil”, cuja porcentagem atingiu 68,3%. Em segundo lugar estão as “organizações humanitárias ou de caridade”, com 40,4%; por fim, tem-se o “grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico”, com 36,6%.

Em contrapartida, os universitários brasileiros têm uma participação ainda mais limitada nesse tipo de entidade. Dentre as que eles mais participam ou já participaram no passado, encontram-se, também, a “associação estudantil” (29,8%) e as “organizações humanitárias ou de caridade” (36,9%).

7 A IMPRESSÃO DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS EM RELAÇÃO AO OUTRO PAÍS

China e Brasil são dois países importantes entre as nações emergentes. Sendo assim, incentivar a cooperação e o desenvolvimento conjunto entre os dois gigantes em benefício do avanço da paz mundial constitui um significado relevante. Os universitários de ambos os países avaliam positivamente as contribuições mútuas, bem como as que têm algum impacto global. Além disso, também julgam racional a continuação do crescimento das relações econômicas entre as duas potências.

7.1 Os universitários concordam positivamente sobre as contribuições que ambos os países oferecem ao mundo; no entanto, os brasileiros destacaram os problemas ambientais da China

Os universitários chineses possuem, em geral, boas impressões do Brasil e julgam que – em relação à promoção da “paz mundial”, “preservação do meio ambiente” e “integração/cooperação entre os povos” – o Brasil desempenha positivamente sua função. Conforme a escala progressiva de 1 a 10 (na qual 1 representa “não contribui” e 10 representa “contribui muito”) para representar o grau da contribuição brasileira, as porcentagens daqueles que selecionaram 5 ou mais (incluindo 5) são, respectivamente, 83,7%, 87,5% e 86,8%. Os universitários brasileiros também reconhecem a contribuição da China em relação às dimensões supramencionadas.

Na mesma escala, as porcentagens daqueles que escolheram 5 ou mais atingiram, respectivamente, 64,2%, 55,2% e 74,4%. Vale a pena destacar que 20,6% dos universitários brasileiros julgaram que a China não contribui (atribuindo 1) para a preservação do meio ambiente.

7.2 Os universitários chineses e brasileiros concordam mutuamente com as relações comerciais entre os dois países

As relações comerciais entre os dois países são cruciais e encorajadoras para o desenvolvimento de ambos. Uma escala de 1 a 10 foi construída, na qual os extremos significam, respectivamente, o comércio beneficia só o Brasil ou só a China. Em relação à continuidade do crescimento bilateral do comércio, os universitários consideram, em geral, que o fato beneficia ambos os lados. As porcentagens – de respostas que representaram o completo equilíbrio na escala (5 e 6) – dos universitários chineses e brasileiros são, respectivamente, 79,5% e 73%. O resultado demonstra que os universitários em questão possuem um julgamento racional e uma expectativa positiva a respeito das relações comerciais entre as duas potências.

SOCIABILIDADE, PERCEPÇÕES E VALORES: UMA COMPARAÇÃO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E CHINESES

Marília Pontes Sposito¹
Marilena Nakano²
Chen Chen³

As várias facetas que constituem as formas da sociabilidade (Simmel, 2006), percepções e valores apontados pelos jovens universitários que participaram da pesquisa, indicam semelhanças e singularidades. De um lado, existem transversalidades que exprimem os intensos processos de mudança social observados tanto no Brasil quanto na China na direção da globalização; de outro, as singularidades históricas e culturais estão presentes, indicando a complexidade e os desafios das análises que pretendem dar corpo a uma perspectiva comparativa transnacional.

1 FAMÍLIA E AMIZADES: TRANSVERSALIDADES NA CONDIÇÃO JUVENIL UNIVERSITÁRIA

Mesmo reconhecendo a importância da família para os universitários dos dois países, embora com menor frequência nas respostas por parte dos universitários chineses, o sentido dessa valorização familiar pode ser diverso (gráfico 1).

Para os jovens brasileiros, a família funciona como um importante suporte para seus processos de individuação – ou seja, maior autonomia e independência – e de transição para a vida adulta diante da ausência de políticas públicas específicas para esse grupo (moradia, inserção no mundo do trabalho, entre outras). O peso da tradição e da hierarquia familiar sobre suas vidas é menos sentido do que para os jovens chineses, uma vez que no caso brasileiro o laço social tem se caracterizado por formas mais horizontais nas relações entre pais e filhos. No entanto,

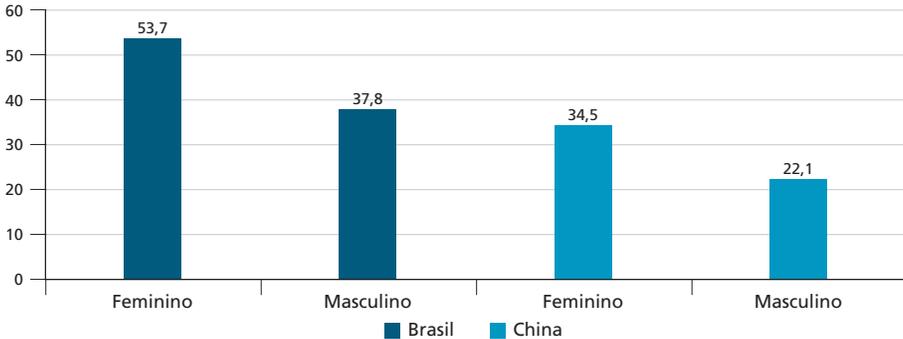
1. Doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular de sociologia da educação na Faculdade de Educação desta universidade, sendo vice-diretora desta faculdade, e bolsista de Produtividade em Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular no Centro Universitário Fundação Santo André (UFSA) e presidente do Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC, em São Paulo.

3. Doutora em sociologia pela Universidade do Povo Chinês. Pesquisadora-associada no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC).

os suportes obtidos na família enquanto jovens não têm os mesmos significados para os estudantes brasileiros, se forem consideradas as diferenças por sexo.

GRÁFICO 1
Valorização da família para jovens universitários brasileiros e chineses
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cygra.

1. Para maiores informações sobre esses dados, ver tabela 11 deste capítulo

As mulheres jovens no Brasil situam a família como muito mais importante do que seus pares, os universitários. Essas diferenças talvez tenham sentido, também, no fato de as mulheres jovens ainda considerarem que o cuidado com seus pais e o seu bem-estar estejam no horizonte de seus valores, com maior intensidade do que os rapazes, exprimindo, ainda, diferenças de gênero nas relações familiares.

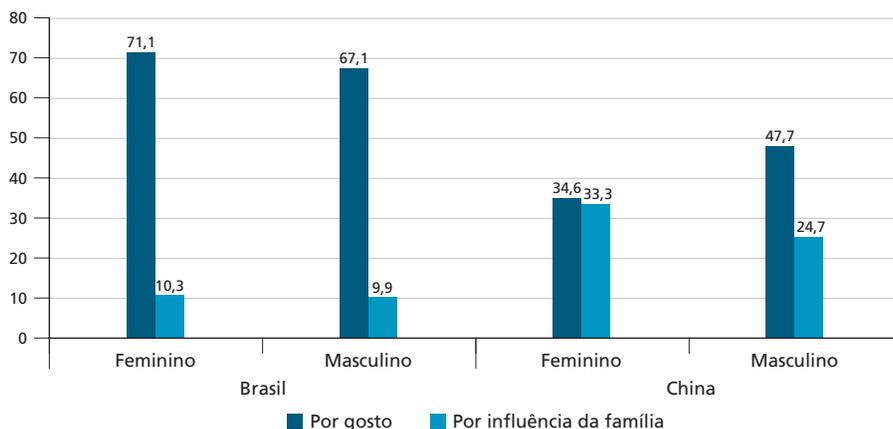
Para os estudantes chineses, de acordo com a tradição, os filhos homens serão responsáveis pelo bem-estar de seus pais na velhice; são eles os suportes que assegurarão o envelhecimento digno de seus pais. A família exerce um papel importante na vida dos jovens, os papéis estão bem definidos e a influência dos mais velhos nas escolhas realizadas pelos jovens aparece em vários momentos da pesquisa. Como se trata de gerações afetadas pela mudança social, o acesso à universidade é um bem valorizado e, por essas razões, a família interfere nas decisões sobre a escolha de curso superior, sobretudo das mulheres. Os sentidos diversos para a importância da família nos dois países se revela, por exemplo, no momento da escolha do curso.

Quando responderam sobre as razões da escolha do curso, consideradas as variáveis “porque gosta” e “influência da família” (gráfico 2 e tabela 1), vê-se que esta última é muito maior entre os chineses do que entre os brasileiros. No caso chinês, as mulheres apontam ainda mais essa influência do que os homens.⁴ Os jovens chineses também apontam as escolhas pessoais como importantes, mas elas aparecem com mais evidência nas opções dos brasileiros. Para estes, mesmo que tenham o

4. Ver o capítulo 6 deste livro.

suporte das famílias, os jovens, de ambos os sexos, consideram ter espaço significativo para suas próprias escolhas.

GRÁFICO 2
Razões da escolha do curso: estudantes chineses e brasileiros
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

TABELA 1
Razões da escolha do curso: estudantes chineses e brasileiros
 (Em %)

Razões	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Por gosto	71,1	67,1	34,6	47,7
Para ter mais oportunidades profissionais	40,0	47,9	30,4	27,9
Porque é uma profissão de importância para a sociedade	29,4	22,6	16,9	18,5
Por influência da família	10,3	9,9	33,3	24,7
Porque proporciona segurança de emprego	7,7	10,0	17,5	10,6
Pelas vantagens econômicas em médio prazo	7,4	15,2	3,4	5,3
Porque confere prestígio	6,6	8,3	6,1	6,9
Porque já tinha trabalhado em áreas afins	6,6	7,3	0,7	1,4
É o curso que permite que eu trabalhe	5,2	4,2	1,2	1,6
Facilidade no vestibular	2,7	2,6	14,3	10,2
É o curso que eu posso pagar	2,6	2,2	2,6	1,9
Porque parte dos meus amigos também o escolheu	0,9	1,4	3,8	2,5

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

2 OS AMIGOS, O TEMPO LIVRE E O LAZER

Os jovens brasileiros e chineses também apresentam semelhanças no caso da amizade. O número de amigos citado é alto em ambos os países, sendo a instituição escolar, em todos os seus níveis, o espaço mais importante para o estabelecimento dessas relações (tabela 2). Chama atenção o fato de que, no Brasil, as relações de vizinhança são citadas como fontes de amigos mais para os homens do que para as mulheres. O oposto ocorre entre os universitários chineses, pois as mulheres apontam com mais frequência essa alternativa do que os homens.

TABELA 2
Forma como conheceu os amigos atuais: estudantes chineses e brasileiros, por sexo (Em %)

Formas como conheceu os amigos atuais	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Por meio de meus familiares	12,5	13,3	7,6	9,8
Por meio de outros amigos	47,7	51,9	32,0	34,4
Na vizinhança	9,3	17,0	6,9	4,2
No ensino fundamental	28,1	22,8	28,5	20,7
No ensino médio	52,8	51,1	76,4	70,1
Na universidade	69,3	68,0	78,0	72,4
Na igreja	17,9	12,0	0,8	1,0
Em organizações das quais participo (por exemplo, clube esportivo, entidade política e ONG)	5,6	7,4	15,8	21,6
Por meio da internet	5,5	8,0	6,3	7,3
Em festas ou boates	5,3	6,5	1,4	2,4
Em bares e cafés	0,9	2,8	0,9	1,5
No trabalho	7,7	6,4	4,7	5,7
Outras situações	3,2	2,2	3,9	4,8

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Cerca de um quarto dos jovens brasileiros, homens e mulheres, tendem a ter de cinco a nove amigos. Há, no entanto, diferenças significativas entre os sexos em ambos os países. No Brasil, quase a metade dos homens (44,0%) afirmam ter vinte ou mais, enquanto isso acontece para cerca de um terço das mulheres (30,8%). Já entre os chineses, mais da metade dos homens (58,3%) e quase metade das mulheres (48,4%) afirmam ter vinte ou mais amigos (tabela 3).

Não obstante a frequência alta de amigos, os sentidos atribuídos sofrem modulações, como no caso brasileiro, com a distinção entre colega e amigo. Eventualmente, nesse grande número apresentado, estejam incluídos, nos dois países, os colegas.

TABELA 3
Quantidade de amigos: estudantes brasileiros e chineses, por sexo
(Em %)

Quantidade de amigos	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
0	0,5	0,2	1,5	3,3
1	0,5	0,9	2,3	2,5
2 a 4	12,9	9,1	7,9	5,4
5 a 9	26,3	23,5	18,3	10,1
10 a 14	21,5	15,5	14,8	10,9
15 a 19	7,4	6,8	6,8	9,5
20 ou mais	30,8	44,0	48,4	58,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Para a cultura chinesa, o conceito de “amigo” é amplo. Caso se considere a proximidade como fator principal, pode-se dividir em três categorias, quais sejam: “amigos genéricos”; “amigos comuns”; e “amigos íntimos/próximos”. No círculo mais amplo estariam apenas aqueles que se poderia designar como “conhecidos”, a exemplo de amigos da internet, membros dos mesmos grupos de interesse etc. O “amigo comum” é aquele com quem o jovem troca informações pessoais básicas, de maneira solidária. São colegas de escola ou de classe, que estudam na mesma instituição, ou colegas de trabalho, sem contato muito profundo, mas que garantem auxílio mútuo, quando necessário. “Amigos próximos/íntimos” são, em princípio, aqueles pelos quais existe um sentimento mais profundo, que se conhecem muito bem, que se entra em contato mesmo sem motivo específico. Estes últimos são os que estão presentes e sempre disponíveis nos momentos de necessidade. Eles ultrapassam fronteiras regionais, constituindo uma pequena rede de contatos.

É inegável que em ambos os países o crescimento da internet expandiu as maneiras de se entrar em contato com outros, tanto para homens quanto para mulheres, embora no caso brasileiro exista uma diferença mais significativa entre os sexos. Mas, independentemente dos números, ainda aparecem como fortes as relações face a face para a conquista de amizades, uma vez que poucos citaram a internet como fonte para conhecer amigos (pouco mais de 6% nos dois países). A maioria dos entrevistados conheceu os amigos atuais na universidade e no ensino médio. Cerca de um quarto dos jovens, também no ensino fundamental.

No caso brasileiro, ressalta-se a permanência das amizades derivadas da convivência na educação básica. O pouco tempo dedicado à vida universitária, diante da inserção no mundo do trabalho, para grande parte dos jovens universitários brasileiros (tabela 4), não impede, no entanto, que o curso superior

seja fonte de conhecimento de novos amigos, embora ele não seja derivado do associativismo universitário. Apesar do trabalho concomitante ao estudo, os universitários brasileiros não situam o mundo do trabalho como celeiro de novas amizades. Aproximadamente 7%, no caso brasileiro, e cerca de 5% entre os chineses afirmam ter conhecido os amigos atuais no trabalho, conforme dados anteriormente apresentados (tabela 2).

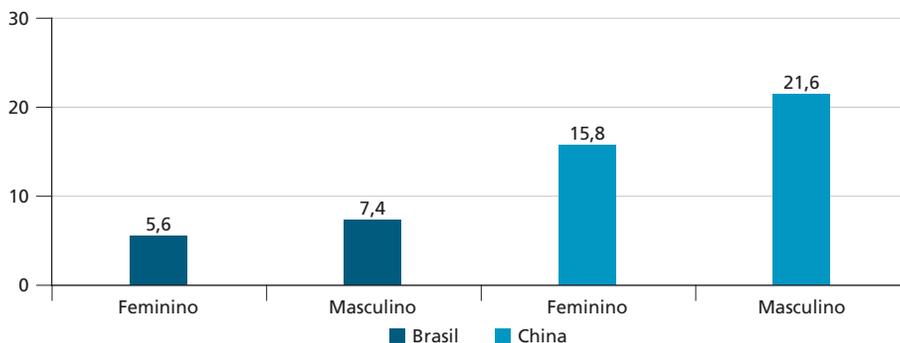
TABELA 4
Brasil e China: ocupação do estudante universitário, por sexo
(Em %)

Ocupações do estudante	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Exerceu algum trabalho remunerado	50,9	54,6	27,8	18,5
Não trabalhou e não buscou trabalho remunerado	27,8	27,2	50,0	54,4
Não trabalhou, mas buscou trabalho remunerado	14,8	12,2	13,5	11,3
Exerceu algum tipo de trabalho não remunerado	6,5	6,0	8,8	15,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Os jovens chineses apontam para a importância, entre outros elementos, da participação em organizações como meio de conhecer novos amigos, diferentemente dos brasileiros, uma vez que essa alternativa foi muito pouco citada. Para rapazes chineses (21,6%), as organizações das quais participam têm mais importância para fazer amigos do que para as moças (15,8%) deste mesmo país (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Importância das organizações nas quais participam jovens chineses e brasileiros (clube esportivo, entidade política, ONG) como locais para fazer amigos, por sexo
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

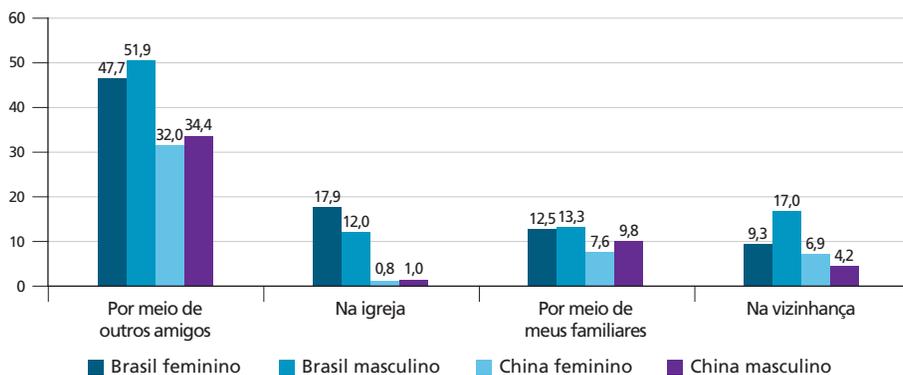
No ambiente do *campus* universitário chinês, local de moradia para grande parte dos estudantes, existe todo tipo de grupo, como união de estudantes, bandas de música, grupos de dança, grupos de mesmo interesse (*hobbies*), uniões de pessoas da mesma origem, encontros de alunos da mesma especialização, do mesmo ano de curso, entre outros. São os meios utilizados pelos alunos para também obter informações e ter contato social.

Na China, a influência de familiares e vizinhos, mais acentuada durante os anos iniciais da juventude, gradualmente diminui com o aumento da independência durante o período de vida universitária. Estudantes do sexo masculino interagem mais com outras pessoas do que as do sexo feminino, e também gostam mais de participar de grupos esportivos. Fazer amigos e expandir o círculo social por meio destes esportes coletivos é consideravelmente comum.

Na vida universitária chinesa, a expansão de novos veículos de mídia permite aos grupos estudantis aumentar a atividade pela internet. Eles criam contas no Weibo (*Twitter* chinês), Wechat (*WhatsApp* chinês), e convidam membros já existentes e também novos membros para o grupo. Com isso, torna-se mais frequente a interação entre membros, aumentando a proximidade/intimidade entre eles e gerando um círculo de pessoas criado pelo grupo estudantil.

GRÁFICO 4

Importância das relações familiares, de amizade, de vizinhança e da igreja, para jovens chineses e brasileiros, para fazer amigos, por sexo (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

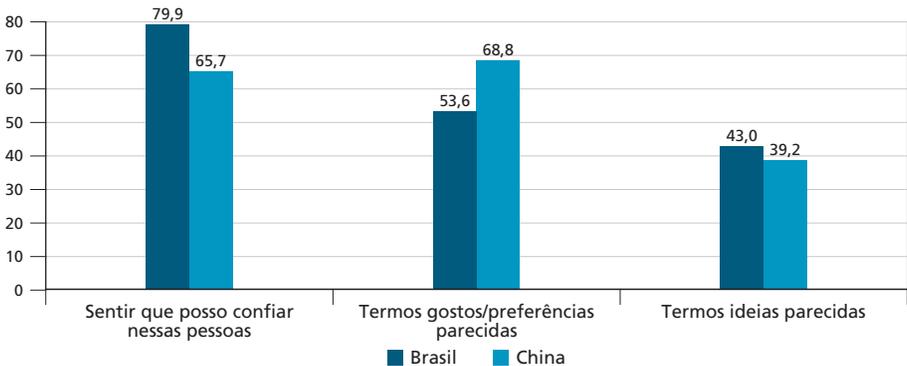
No Brasil, 17,9% das jovens e 12,0% dos jovens fazem amigos na igreja; escolha praticamente inexistente entre os estudantes chineses. Mesmo com percentuais pouco significativos, os jovens brasileiros também conhecem amigos no interior das relações primárias – família, amizade e vizinhança – mais do que os chineses, mas isso se dá principalmente entre os rapazes, que fazem mais amigos em relações não institucionais

– vizinhança e outros amigos – do que as moças (gráfico 4). Esse dado pode reiterar a importância diferencial da rua e do bairro para rapazes e moças no Brasil, pois, em geral, são tradicionalmente considerados como espaços masculinos. A participação de rapazes brasileiros, percentualmente maior do que a das moças, em grupos esportivos parece confirmar essa tendência, pois, como se sabe, no Brasil, muitos desses grupos são informais e nascem da sociabilidade de rua, como é o caso do futebol de várzea.

Embora no caso brasileiro se discuta, muitas vezes, os limites socializados da instituição escolar, sua inadequação diante das mudanças decorrentes de sua expansão, é preciso reconhecer o quanto este espaço é importante para o desenvolvimento das relações de amizade, entendida esta última não só como sociabilidade, mas também como experiência de igualdade; portanto, reunindo virtudes ético-políticas (Sposito, 2003).

Tanto brasileiros quanto chineses escolhem seus amigos levando principalmente em conta a confiança no outro, as preferências/gostos similares e a semelhança entre as ideias. Mas há diferenças significativas nesses quesitos entre os dois países, pois os jovens brasileiros consideram como mais importante a confiança no outro e os chineses os gostos e as preferências (gráfico 5).

GRÁFICO 5
Aspectos mais importantes na escolha dos amigos para estudantes universitários brasileiros e chineses
(Em %)

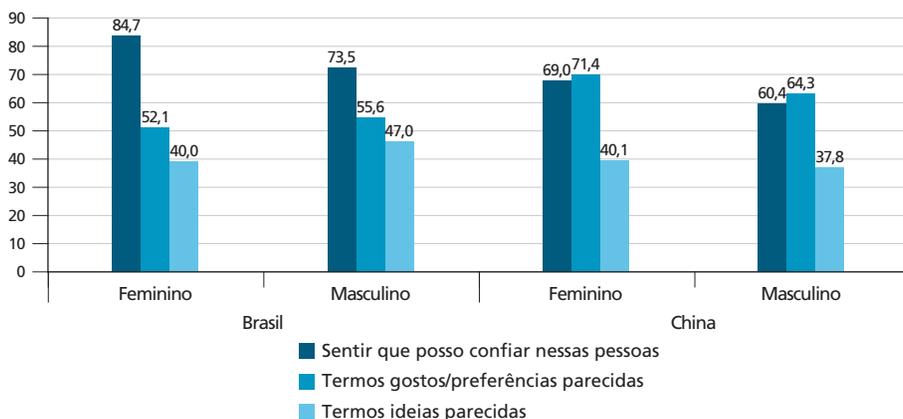


Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Para a mulher brasileira, a questão da confiança é ainda mais importante do que para os homens; o mesmo ocorre com as mulheres chinesas (gráfico 6). Para os dois grupos, também considerada a variável sexo, os aspectos mais importantes na escolha dos amigos são de natureza subjetiva, e não de afinidade ideológica (ideais ou ideias), embora esta alternativa apareça com uma frequência significativa.

GRÁFICO 6
Aspectos importantes na escolha dos amigos, para chineses e brasileiros, por sexo (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

TABELA 5
Atividades que realizam jovens brasileiros e chineses nas horas livre, em casa, por sexo (Em %)

Atividades nas horas livres	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Conversar com seus pais ou outros familiares	55,7	38,7	46,5	32,1
Bater papo com irmãos ou amigos	20,7	16,4	14,3	13,6
Assistir à televisão	34,2	31,1	36,2	23,0
Assistir a filmes	34,9	35,4	35,0	29,3
Jogar videogame ou outros jogos eletrônicos	5,4	35,8	7,7	35,5
Jogar cartas, xadrez, dama e outros jogos	2,0	1,8	2,6	7,8
Ler jornais e revistas	4,7	7,9	12,0	11,9
Ler livros (não obrigatórios para seu curso)	30,2	23,6	24,7	28,3
Descansar	39,3	34,5	26,0	20,8
Acessar a internet	60,0	63,9	53,8	41,2

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

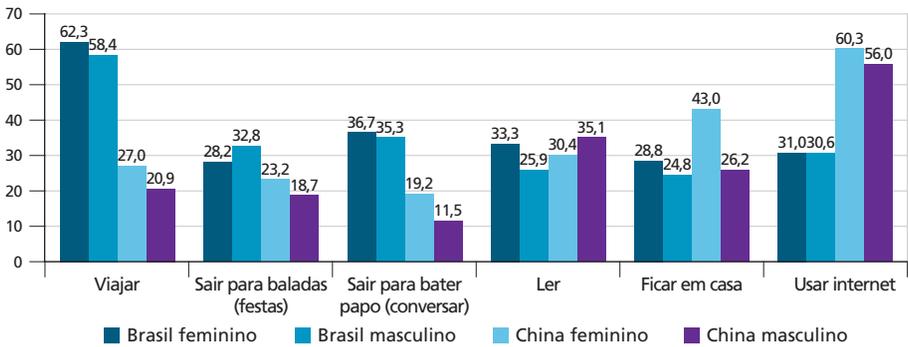
Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Quanto aos modos de fruição do tempo livre, quando se encontram em casa, observam-se aproximações entre os universos, uma vez que tanto para os estudantes brasileiros quanto para os chineses de ambos os sexos, a internet é a atividade mais citada para o usufruto do tempo livre, mas com maior frequência entre os homens. No Brasil, as mulheres citam a conversa com os pais e o descanso com maior frequência do que os homens, e estes, por sua vez, voltam-se para os

jogos eletrônicos com muito mais assiduidade do que as moças (atividade citada em terceiro lugar, depois da conversa com os pais e familiares). Na China, a conversa com pais e familiares aparece como segunda alternativa para as moças, enquanto para os rapazes são os jogos eletrônicos a atividade citada em segundo lugar, depois da internet (tabela 5).

Outro dado a ser considerado são as principais atividades que realizam os jovens dos dois países nos fins de semana e nas férias (gráfico 7).

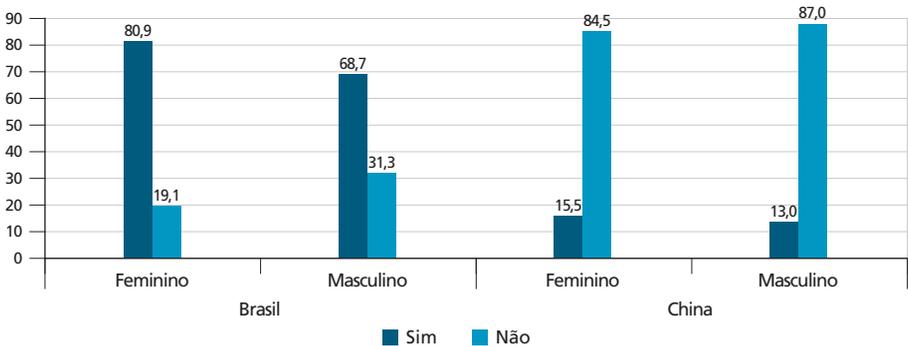
GRÁFICO 7
China e Brasil: atividades nos fins de semana e nas férias de jovens universitários, por sexo
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

GRÁFICO 8
Vínculo religioso dos estudantes universitários chineses e brasileiros, por sexo
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Os jovens brasileiros tendem a realizar atividades fora de casa, tais como viajar, ir a festas e sair para conversar, enquanto os chineses, especialmente os homens, tendem a ficar em casa para utilizar a internet.

Diferenças importantes residem no campo religioso (gráfico 8) e do associativismo. Os universitários brasileiros, em sua maioria, declararam seguir alguma religião, mas em relação à população total do país, o grupo – homens e mulheres – apresenta índices menores de adesão. No Brasil, os jovens que declararam não ter religião, em 2010, compreendiam 10,2% da faixa etária entre 15-24 anos (IBGE, 2010). Se forem considerados os dados por sexo se verifica que, no Brasil, os jovens são menos religiosos do que as jovens. Os jovens universitários chineses, ao contrário, situam-se majoritariamente no campo não religioso.

Apesar de os católicos constituírem o grupo predominante entre os jovens universitários brasileiros, a presença de outras denominações religiosas atingiu cerca de 40% entre o grupo que declarou seguir alguma religião (tabela 6). No interior do pequeno grupo de universitários chineses que declararam ter alguma religião, o budismo obteve maior presença, seguido das denominações cristãs (tabela 7).⁵

TABELA 6
Religião dos jovens universitários brasileiros, por sexo
(Em %)

Religião	Sexo	
	Feminino	Masculino
Católica romana	55,3	57,6
Protestante ou evangélica não pentecostal	18,0	15,5
Evangélica pentecostal	10,1	8,6
Espírita kardecista ou espiritualista	10,0	9,1
Ortodoxa	0,5	0,4
Candomblé, umbanda ou outra de origem africana	1,8	1,9
Judaica	0,3	0,3
Muçulmana	0,2	0,0
Budista	0,3	0,6
Outra	3,7	6,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

5. As porcentagens contidas nas tabelas 6 e 7 dizem respeito apenas ao grupo que declarou seguir alguma religião.

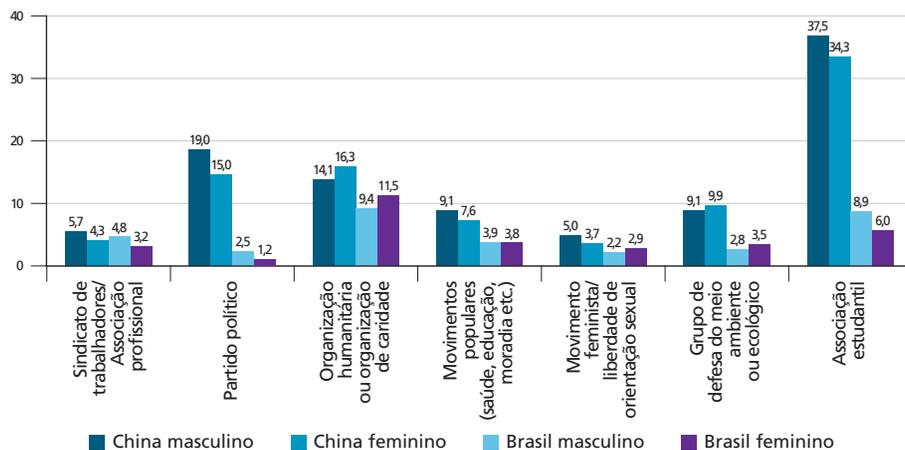
TABELA 7
Religião dos jovens universitários chineses, por sexo
 (Em %)

Religião	Sexo	
	Feminino	Masculino
Cristianismo	27,2	32,9
Islamismo	6,2	7,3
Budismo	61,1	50,0
Taoísmo	1,2	6,1
Outra	4,4	3,6

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

Quanto ao associativismo, verifica-se um grau maior de presença entre os universitários chineses (gráfico 9).

GRÁFICO 9
Participação atual em grupos de interesse, movimentos sociais, organizações humanitárias, partidos e sindicatos dos jovens brasileiros e chineses, por sexo
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cykra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Quanto à participação dos estudantes, observa-se grandes diferenças entre os brasileiros e os chineses. Há um maior percentual de participação dos chineses em todos os tipos de entidades, especialmente nas associações estudantis (34,3% das jovens e 37,5% dos rapazes) e no partido político (15,0% e 19,0% de acordo com o sexo, respectivamente).

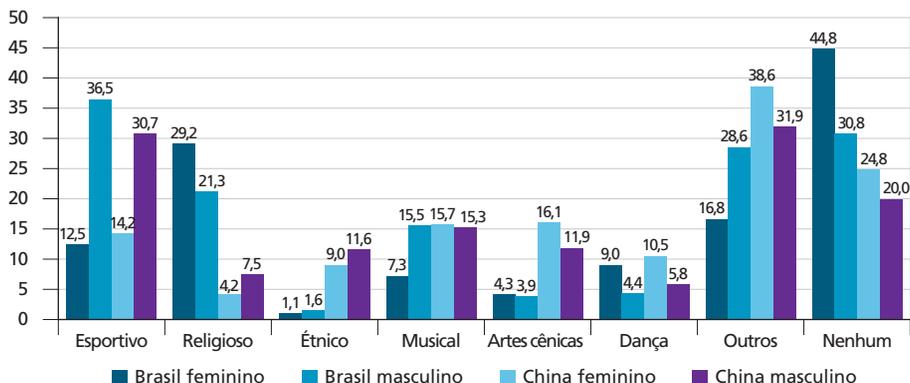
Grande parte dos estudantes universitários chineses nasceu na década de 1990 e, desde pequenos, são expostos a uma forte competição no ambiente escolar. Durante os processos seletivos para o acesso ao ensino médio ou ao ensino superior, atividades como música, dança e esportes, realizadas durante o ensino fundamental, podem adicionar pontos ou prover qualificações especiais para os candidatos às vagas. Conseqüentemente, as crianças na China, desde pequenas, são criadas pelos pais para aprender piano, violino, dança, esportes etc. Tais aprendizados asseguraram, na ótica das famílias, o desenvolvimento de habilidades que, no futuro, possam ajudar nos processos seletivos escolares. Tais processos seletivos são compostos por exames ou provas, mas atribuem pontos positivos aos que apresentam qualificações especiais.

No entanto, quando se trata de analisar os dados, considerada a variável sexo, as diferenças que aparecem podem ser reveladoras de diferenças e/ou de desigualdades entre homens e mulheres (gráfico 10).

GRÁFICO 10

Participação de estudantes chineses e brasileiros em grupos, dentro ou fora da universidade, por sexo

(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

O percentual de jovens brasileiras que não participa de nenhum grupo (44,8%) é muito maior do que o dos rapazes, e ainda maior do que as mulheres e os homens chineses. Sob o ponto de vista dos grupos religiosos no Brasil, as universitárias investigadas estão mais presentes do que os rapazes.

Há significativos percentuais de rapazes universitários brasileiros (36,5%) e chineses (30,7%) que participam de grupos esportivos, enquanto isso não ocorre no caso das universitárias brasileiras e chinesas – respectivamente 12,5% e 14,2%.

Diante do maior grau de religiosidade dos universitários brasileiros, o percentual que participa de grupos religiosos é mais significativo – principalmente as mulheres em relação aos homens – do que na China.

Ao aprofundar a análise sobre a vida associativa dos estudantes brasileiros e chineses, chama atenção os percentuais relativos a “nunca participou” em todos os casos analisados nos dois países, com exceção das associações estudantis para os chineses, lembrando que estas últimas envolvem grupos esportivos, de arte etc. (tabela 8).

TABELA 8
Tipo de participação em grupos de interesse, movimentos sociais, organizações humanitárias, partidos e sindicatos: jovens brasileiros e chineses, por sexo
(Em %)

Tipos	Opções	Brasil		China	
		Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Associação estudantil	Participa atualmente	6,0	8,9	34,3	37,5
	Já participou e não participa mais	23,1	21,8	34,2	30,4
	Nunca participou	70,9	69,3	31,5	32,1
Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico	Participa atualmente	3,5	2,8	9,9	9,1
	Já participou e não participa mais	9,8	8,6	26,5	27,8
	Nunca participou	86,7	88,6	63,7	63,1
Movimento feminista/liberdade de orientação sexual	Participa atualmente	2,9	2,2	3,7	5
	Já participou e não participa mais	3,1	2,6	7,7	8,1
	Nunca participou	94,0	95,2	88,6	86,8
Movimentos populares (saúde, educação, moradia etc.)	Participa atualmente	3,8	3,9	7,6	9,1
	Já participou e não participa mais	13,7	13,3	16,6	20,2
	Nunca participou	82,4	82,8	75,8	70,7
Organização humanitária ou organização de caridade	Participa atualmente	11,5	9,4	16,3	14,1
	Já participou e não participa mais	29,0	22,7	25,0	24,7
	Nunca participou	59,5	67,9	58,7	61,2
Partido político	Participa atualmente	1,2	2,5	15,0	19,0
	Já participou e não participa mais	2,5	3,4	6,9	9,7
	Nunca participou	96,3	94,1	78,2	71,3
Sindicato de trabalhadores/ associação profissional	Participa atualmente	3,2	4,8	4,3	5,7
	Já participou e não participa mais	3,0	3,8	7,9	10,3
	Nunca participou	93,8	91,4	87,9	84,0

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Quanto a nunca ter participado, entre os brasileiros, os maiores percentuais recaem sobre partido político (96,3% das mulheres e 94,1% dos homens), movimento feminista/liberdade de orientação sexual (cerca de 95,2% dos homens e

94% das mulheres), e sindicato de trabalhadores e associação profissional (em torno de 90,0%). No universo da ausência de participação entre os universitários chineses, aparecem: movimento feminista/liberdade de orientação sexual (mais de 85,0%) e sindicato de trabalhadores e associação profissional (mais de 80,0%).⁶

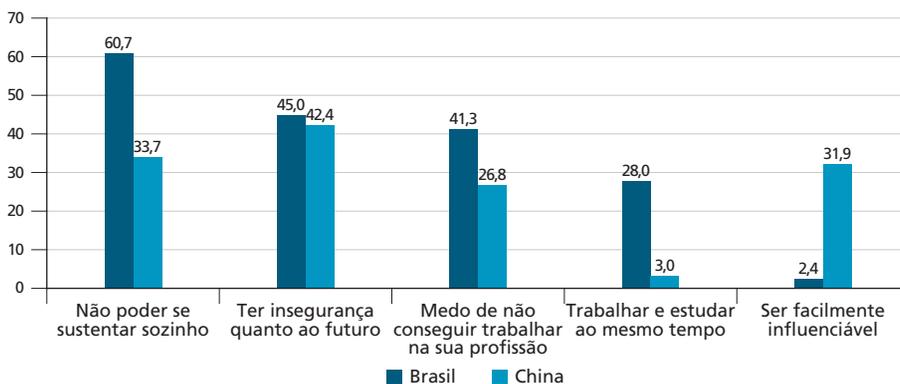
Nas entidades humanitárias e de caridade e nas organizações estudantis, os percentuais daqueles que “já participaram e não participam mais” são significativos, girando em torno de um quarto a um terço dos estudantes nos dois países. Esse mesmo fenômeno aparece entre os chineses, quanto aos grupos de defesa do meio ambiente ou ecológico.

3 PERCEPÇÕES SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL E OS VALORES

A visão sobre o momento do percurso de vida indica algumas variações entre os grupos estudados. Entre as piores coisas derivadas da condição juvenil (gráfico 10) para os jovens chineses, a insegurança quanto ao futuro aparece em primeiro lugar, seguida, como consequência, do medo de não conseguir sua independência. Em terceiro lugar aparece como negativo o fato de se considerar que na condição juvenil pode-se ser facilmente influenciável. Esse tipo de escolha pode ilustrar aspectos singulares da cultura chinesa, que situa a família e o mundo adulto como instâncias importantes nas decisões que dizem respeito ao futuro do jovem.

GRÁFICO 11

As cinco piores coisas em ser jovem para estudantes universitários chineses e brasileiros (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

6. A baixa frequência de participação na vida associativa ligada ao mundo do trabalho entre os universitários chineses é esperada, uma vez que a maioria ainda não participa do mercado de trabalho, vivendo plenamente a condição estudantil.

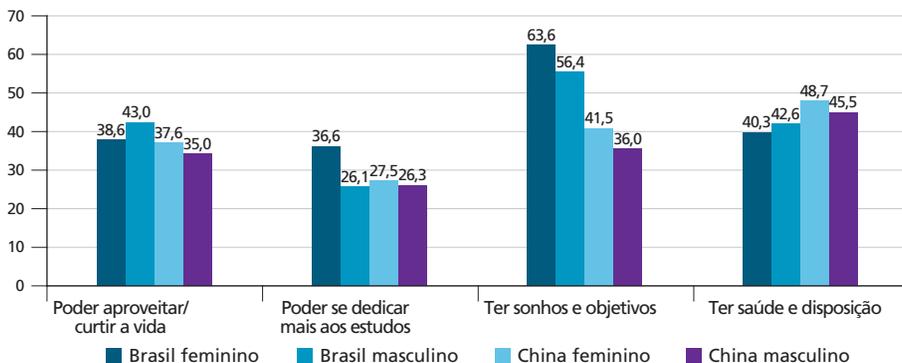
Em comum com seus pares, os jovens brasileiros consideram que a pior coisa é não obter sua independência e manifestam insegurança quanto ao seu futuro. No entanto, para os jovens brasileiros, a influência do mundo adulto não aparece como uma questão, mas a concomitância trabalho e estudo situa uma condição de vida não apreciada de modo positivo, dado que não aparece entre os universitários chineses.

Observa-se que, para as mulheres, tanto brasileiras quanto chinesas, há uma acentuação nas mesmas escolhas: para as brasileiras, o medo de não poder se sustentar sozinha é maior do que para os rapazes; já para as jovens chinesas, é mais apontada a influência pela geração adulta como algo negativo do que para os rapazes.

Esse cenário pode ser ampliado quando são consideradas as respostas sobre a melhor coisa em ser jovem. As quatro opções mais escolhidas para os dois grupos de universitários, com modulações diferentes, foram: “ter saúde e disposição”; “poder aproveitar e curtir a vida”; “poder se dedicar mais aos estudos”; e “ter sonhos e objetivos” (gráfico 12).

GRÁFICO 12

As quatro melhores coisas em ser jovem para os universitários chineses e brasileiros, por sexo
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Mais uma vez, as escolhas feitas pelos jovens chineses quanto à melhor coisa em ser jovem não indicam grandes polarizações entre as quatro alternativas mais escolhidas. Mas, “ter saúde e disposição” é a que mais se destaca. Os jovens brasileiros, assim como os chineses, destacaram também “ter saúde e disposição”, “poder aproveitar/curtir a vida” e “poder se dedicar mais aos estudos”. Mas, chama atenção a polarização dos brasileiros quanto à alternativa mais escolhida – “ter sonhos e objetivos” –, caracterizando uma dupla inserção: foco no presente e perspectivas de futuro. De modo geral, as mulheres apresentam

respostas semelhantes, acentuando-se a frequência das respostas em torno de suas metas pessoais (os sonhos e objetivos).

Se há aspectos negativos em ser jovem, nos dois países, é de se esperar que as preocupações atuais estejam com eles compatíveis. Os dados da tabela 9 permitem aferir o posicionamento dos jovens dos dois países sobre o que mais os aflige nos dias de hoje.

TABELA 9
O que mais aflige, atualmente, os jovens universitários brasileiros e chineses
(Em %)

O que mais aflige os jovens	Brasil	China
Violência	52,9	10,5
Drogas	40,1	8,6
Desemprego	29,3	23,2
Viver em um mundo desigual	28,2	46,3
Viver em um mundo inseguro	26,3	20,4
Pobreza	15,3	10,1
Corrupção	15,2	14,2
Declínio moral	14,9	34,5
Ser desacreditado	14,9	2,0
Solidão	12,8	21,1
DST/Aids	10,9	5,2
Degradação do meio ambiente	7,3	17,2
Violação dos direitos humanos	5,5	9,0
Nada	0,9	5,7

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

No Brasil, certamente a violência, as drogas e o desemprego alcançam as maiores frequências. Mas é importante assinalar que logo a seguir está presente o sentimento de uma experiência de desigualdade e de insegurança. Caso se considere essas cinco alternativas em conjunto, é possível verificar que três delas estão referidas às dificuldades de se conquistar as posições compatíveis com a vida adulta. Dito de outra forma, a falta de oportunidades de trabalho, a experiência de desigualdade e a insegurança diante do futuro ocupam significativamente o horizonte cotidiano dos jovens universitários brasileiros, além dos recorrentes problemas ligados à violência e às drogas.

Os universitários chineses apresentam uma sensibilidade maior para o tema da desigualdade, possivelmente marcados pelas mudanças observadas em seu país nos últimos anos. Consideram também aflitiva a existência de um declínio moral

na sociedade em que vivem; certamente mais uma expressão das profundas mudanças que afetam a sociedade chinesa nas últimas décadas. Mas o desemprego e a insegurança também estão presentes nos horizontes de suas aflições (Mong, [s.d.]).

No terreno dos valores individuais, uma série de afirmações foi apresentada aos jovens, os quais poderiam discordar ou concordar com elas, em uma escala de 1 a 10.

O tema da igualdade frente ao mundo do trabalho foi respondido de modo diferente pelo conjunto dos investigados. Assim, diante da afirmação “os homens devem ter prioridade no mercado de trabalho por serem chefes de família”, 81,7% das jovens brasileiras posicionaram-se contrárias a ela e, em menor escala, os homens brasileiros (59,8%). Na China, o percentual de mulheres contrárias é também superior ao dos rapazes (tabela 10). Assim, em ambos os países as diferenças de percepção entre os sexos é significativa.

TABELA 10
Posicionamento dos jovens universitários chineses e brasileiros, por sexo,
quanto à afirmação “os homens devem ter prioridade no mercado de trabalho
por serem chefes de família”
 (Em %)

Escala	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
1 (contrário)	81,7	59,8	49,1	25,4
2	5,5	5,2	7,5	7,7
3	4,2	6,8	8,2	7,2
4	1,9	3,3	5,4	5,5
5	3,6	12,4	12,6	16,4
6	0,9	4,4	5,1	10,2
7	1,0	3,4	3,4	8,6
8	0,6	1,9	3,1	4,9
9	0,1	0,3	1,0	2,5
10 (favorável)	0,1	1,8	3,8	10,6

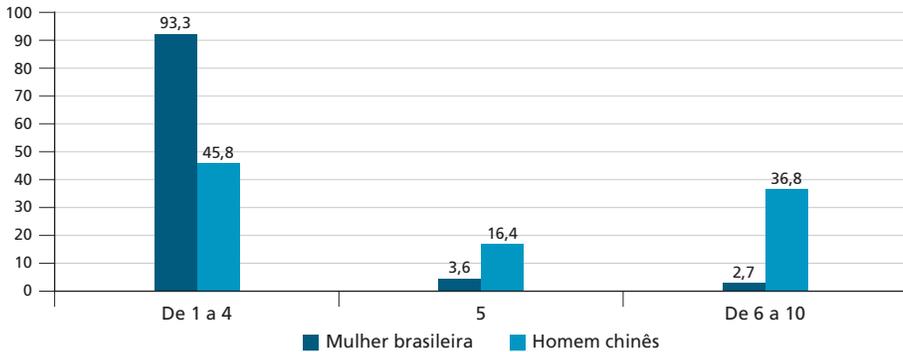
Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Entre ser contrário e favorável a essa afirmação, na escala de 1 a 10, podem ser percebidas modulações. Nesse sentido, quando os dados são agregados, pode-se dizer que quase a metade dos rapazes chineses (45,8%) são contrários/mais ou menos contrários (escala de 1 a 4), e um percentual, nada desprezível, de 36,8% são favoráveis a que homens tenham prioridade no mercado de trabalho por serem chefes de família (gráfico 13). Os universos simbólicos provavelmente ofereçam conotações diversas à expressão “chefe de família”, uma vez que o estatuto masculino

e suas responsabilidades de provimento do grupo familiar são significativamente diferentes na China diante da situação brasileira atual, que admite modulações nas responsabilidades masculinas tradicionais (Mong, [s.d.]).

GRÁFICO 13

Posicionamento das jovens universitárias brasileiras e dos jovens universitários chineses quanto à afirmação “os homens devem ter prioridade no mercado de trabalho por serem chefes de família”
(Em %)

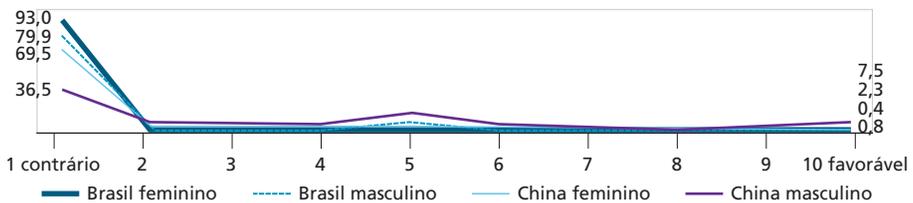


Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cygra.

Tendências similares foram verificadas, com ligeiras variações, quando se demandou aos jovens que se posicionassem se eram contrários ou favoráveis à afirmação “a educação universitária é mais importante para o homem do que para a mulher” (gráfico 14).

GRÁFICO 14

Posicionamento dos jovens universitários chineses e brasileiros, por sexo, quanto à afirmação “a educação universitária é mais importante para o homem do que para a mulher”
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cygra.

Tentando alargar uma compreensão mais ampla dos valores, entre as questões feitas aos jovens universitários chineses e brasileiros, uma delas dizia respeito ao modo como viam a si mesmos e aos outros jovens – a juventude – sob o

ponto de vista dos valores. Nesse caso, a juventude é o “outro”, o seu coetâneo, não individual, mas coletivo.

Quanto aos seus valores individuais, chineses e brasileiros apresentam singularidades que merecem análises mais aprofundadas (tabela 11).

TABELA 11
Valores pessoais dos jovens universitários brasileiros e chineses, por sexo
(Em %)

Valores pessoais	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Solidariedade	35,9	36,2	22,9	24,7
Responsabilidade em relação ao bem comum	14,8	14,1	2,7	3,0
Ética e honestidade	49,1	53,3	39,9	29,1
Liberdade	9,6	17,2	36,4	41,6
Respeito à diversidade sexual	15,1	12,8	6,0	6,6
Igualdade	18,6	16,7	37,6	33,6
Respeito à diversidade étnica/racial	27,4	24,3	10,0	10,8
Justiça	22,2	27,5	30,6	31,1
Respeito aos mais velhos	17,6	15,0	14,2	13,3
Valorização da família	53,7	37,8	34,5	22,1
Valorização das tradições	4,2	5,9	5,3	6,1
Competitividade	6,9	18,0	9,3	14,2
Respeito ao meio ambiente	12,6	8,3	13,0	11,6

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Os jovens universitários brasileiros – homens e mulheres – citam com maior frequência três valores comuns: ética/honestidade, solidariedade e família. Mas no interior desses valores destaca-se a diferença atribuída à família pelas jovens universitárias, que a consideram muito mais importante do que os rapazes brasileiros.

Os universitários e as universitárias chineses apresentam alguma similitude quanto aos três valores mais apontados: os rapazes apontam liberdade, igualdade e justiça; as jovens chinesas apontam igualdade, liberdade e família. Percebe-se que as jovens chinesas apontam a igualdade em primeiro lugar, e os rapazes a liberdade.

Chama atenção, nos dois países, a baixa frequência de valorização das tradições nos universos investigados, evidenciando, mais uma vez, processos muito rápidos de mudança social que afetam, sobretudo, as gerações jovens. Mas no universo cultural dos estudantes chineses o reconhecimento de que ocorre um declínio moral, como já foi observado, introduz diferenças em relação aos seus pares brasileiros.

Os jovens chineses enfatizam, mais do que os brasileiros, “a liberdade, a igualdade e a justiça”, valores genéricos relacionados a demandas clássicas de estruturação dos estados democráticos, apresentando maior sensibilidade às questões da desigualdade e da liberdade do que os brasileiros.

Considerada a variável sexo, os jovens chineses e brasileiros valorizam ligeiramente mais a “liberdade” e a “competitividade” do que as mulheres.

A valorização que parte dos jovens brasileiros, mais do que os chineses, manifesta com relação aos temas do “respeito à diversidade racial”, parece evidenciar como se concretizam os princípios gerais de “justiça” e de “igualdade” na sociedade brasileira, uma vez que esta questão não se coloca do mesmo modo na China. No Brasil, o tema da diversidade racial está ancorado na história do país, pois os negros foram, e são, discriminados desde a época colonial até os dias de hoje. A presença do movimento negro na cena pública em defesa de políticas reparadoras como forma de combater as desigualdades históricas vividas por eles e a busca da igualdade marcam o posicionamento dos jovens brasileiros por uma democracia racial.

A escolha de outra temática, “respeito à diversidade sexual”, da parte de alguns jovens brasileiros mais do que dos chineses é, também, a expressão de como a sociedade brasileira posiciona-se por meio das mobilizações que grupos específicos vêm travando nos últimos dez anos com relação à “liberdade” de opção sexual, a saber, grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Essa escolha parece revelar jovens brasileiros que associam o valor igualdade à liberdade (liberdade do sujeito na igualdade cidadã), traduzido na noção de Balibar (2010) pela palavra “igual liberdade”. Tanto as sensibilidades reveladas para as questões raciais no Brasil quanto aquelas relativas às orientações sexuais evidenciam, também, a busca de reconhecimento e de afirmação de identidades plurais (Fraser, 2006; Honneth, 2003). Mas é preciso apontar que o debate público no Brasil não tem eliminado totalmente a presença de condutas de violência contra mulheres, práticas racistas e homofóbicas, revelando-se tanto na violência policial quanto entre grupos da sociedade civil ou nas relações afetivas, sobretudo nos grandes centros urbanos. Reitera-se, também, que, sob o ponto de vista da sociedade chinesa e de suas conjunturas, outras questões podem estar ocupando o debate público e as sensibilidades juvenis na conjuntura em que foi feita a investigação.

Tal como analisa Dubet (2001), mais do que a demanda por valores que expressam formas de integração marcadas pelas ideias de “igualdade dos indivíduos a despeito e para além das desigualdades sociais reais”, os jovens brasileiros tendem a defender valores tendo por base as ações dos atores coletivos na esfera pública, como é o caso dos movimentos em torno da diversidade sexual e da superação do preconceito racial.

A tabela 12 permite verificar que os jovens brasileiros olham para o “outro”, a juventude, de forma invertida das imagens que apresentam sobre si mesmos. Eles consideram que os valores mais importantes da juventude (os outros jovens) são a “competitividade” e a “liberdade”. Poder-se-ia dizer que os jovens investigados possuem uma visão generosa sobre si mesmos e são mais críticos quando se trata do “outro”, do coletivo mais abstrato, “a juventude”, como se houvesse uma clara fronteira entre esses universos. Aparentemente, o “outro”, um anônimo, é alguém que se situa em um campo oposto ao seu (Araujo e Martuccelli, 2012): de um lado, jovens solidários, éticos e honestos e, de outro, a juventude competitiva. Entretanto, como afirma Martuccelli ([s.d.]), é necessário olhar para os resultados obtidos a partir da ideia de que um mesmo indivíduo experimenta situações plurais às quais pode responder de modo contraditório, como pôde-se observar neste item. A adesão aos valores não deixa de considerar as contingências. Os valores dos jovens universitários brasileiros podem ser, ao mesmo tempo, a solidariedade, a ética e a honestidade e a competitividade, de acordo com as situações com as quais se deparam. De qualquer modo, destaca-se essa dissociação entre a avaliação que individualmente fazem de si mesmos, como jovens, e o universo coletivo – a juventude brasileira –, exprimindo poucas modalidades de pertencimento a um grupo, nesse caso, os seus pares jovens.

TABELA 12
Valores da juventude segundo o ponto de vista dos jovens universitários chineses e brasileiros, por sexo
 (Em %)

Valores da juventude	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Solidariedade	9,9	8,9	21,8	16,7
Competitividade	60,6	64,1	24,0	33,6
Respeito à diversidade étnica/racial	17,0	17,7	10,6	9,1
Respeito à diversidade sexual	31,8	26,0	6,9	6,4
Respeito aos mais velhos	2,4	5,0	12,1	10,3
Respeito ao meio ambiente	13,1	13,9	10,4	8,8
Ética e honestidade	3,9	3,7	33,0	21,4
Liberdade	61,2	57,4	41,1	45,9
Igualdade	14,0	14,2	39,0	34,9
Justiça	17,6	16,0	31,5	29,6
Responsabilidade em relação ao bem comum	7,1	7,8	2,4	2,2
Valorização da família	6,9	8,0	17,2	10,2
Valorização das tradições	2,0	5,0	4,0	3,3

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Esse conjunto de valores, apontado tanto pelos indivíduos quanto para o grupo – a juventude – deve encontrar alguma ressonância no campo das instituições, uma vez que elas podem se constituir em apoios para a realização desses valores ou, paradoxalmente, entraves.

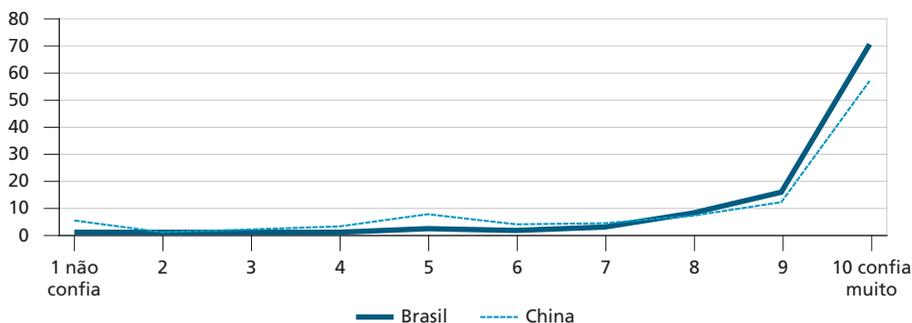
Os dados coletados sobre o grau de confiança nas instituições apresentam algumas semelhanças, mas também singularidades entre os universitários (tabelas 13, 14, 15 e 16 e gráficos 15, 16, 17 e 18). Nos dois países, a família aparece como a instituição muito confiável e a apreciação que realizam sobre a escola não apresenta grandes diferenças, sendo um pouco mais positiva entre os brasileiros. As diferenças são mais visíveis na avaliação que fazem do parlamento e do governo. Os jovens brasileiros são mais céticos em relação a essas instituições do que seus pares chineses. Uma questão a ser aprofundada em estudos posteriores diz respeito ao modo como jovens brasileiros visualizam o campo das instituições que constituem os pilares da democracia representativa e, sobretudo, que representações constroem em torno da ideia de democracia.

TABELA 13
Grau de confiança na família: universitários brasileiros e chineses
 (Em %)

Escala	1 (não confia)	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (confia muito)
Brasil	0,5	0,1	0,5	0,6	1,9	1,3	2,5	7,7	15,5	69,3
China	4,5	0,5	1,5	3,0	7,1	3,7	4,1	6,5	11,8	57,2

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

GRÁFICO 15
Grau de confiança na família: universitários brasileiros e chineses
 (Em %)



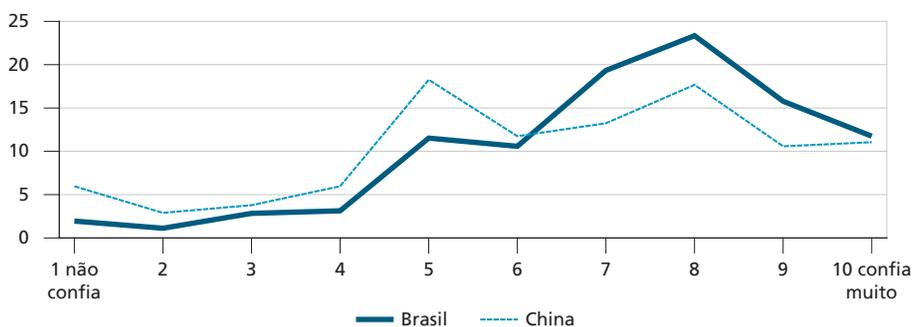
Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cybra.

TABELA 14
Grau de confiança na escola: universitários brasileiros e chineses
 (Em %)

Escala	1 (não confia)	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (confia muito)
Brasil	2,0	1,2	2,8	3,1	11,3	10,4	18,8	22,9	15,7	11,7
China	5,9	2,8	3,8	5,9	17,9	11,6	13,1	17,3	10,7	10,9

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

GRÁFICO 16
Grau de confiança na escola: universitários brasileiros e chineses (2012)
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

TABELA 15
Grau de confiança no parlamento: universitários brasileiros e chineses
 (Em %)

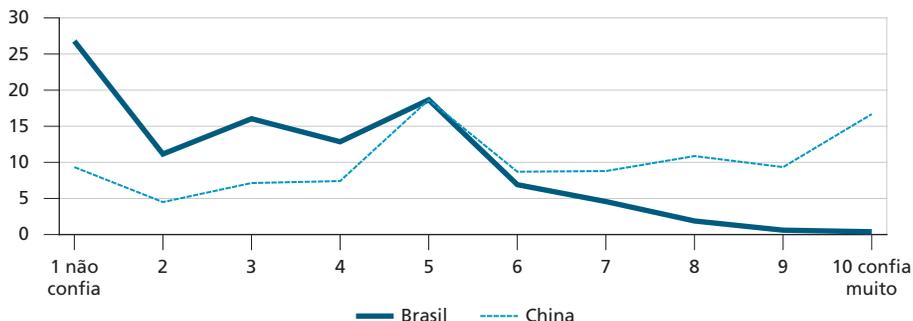
Escala	1 (não confia)	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (confia muito)
Brasil	27,1	11,1	16,1	12,9	18,8	7,1	4,4	1,9	0,4	0,2
China	9,2	4,3	6,9	7,2	18,4	8,7	8,7	10,6	9,4	16,5

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Na China o sistema de valores divide-se em valores orientados para si mesmo e valores orientados para a sociedade, que inclui aqueles voltados aos familiares, aos conhecidos, às autoridades e a outras pessoas. Quando um chinês expressa seus valores, frequentemente usa a palavra “nós” querendo dizer “eu”, sendo este um meio de se orientar diante do coletivo. De modo simples, a orientação de valores pode ser classificada como as que afetam diretamente o modo de trabalhar e as ações das pessoas, e as que guiam as ações das pessoas e suas decisões estratégicas. A orientação dos valores influencia um elemento importante nas relações interpessoais dos universitários; ela tem relação direta com a vida do estudante, se esta é alegre e harmoniosa. Do ponto de vista do significado/importância,

os atuais universitários chineses representam as tendências no desenvolvimento e na mudança do sistema de valores.

GRÁFICO 17
Grau de confiança no parlamento: universitários brasileiros e chineses (2012)
 (Em %)



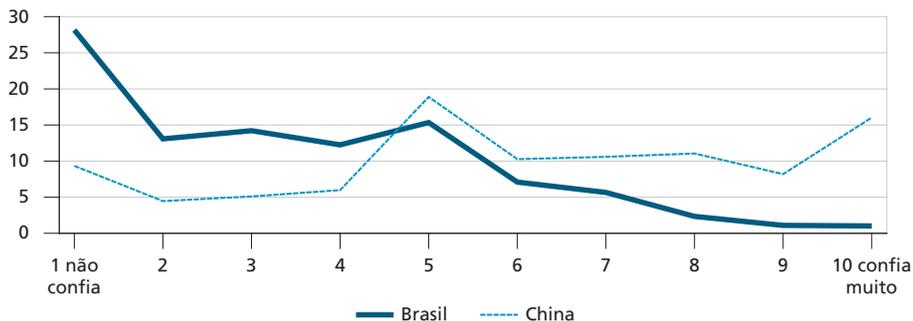
Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

TABELA 16
Grau de confiança no governo: universitários brasileiros e chineses
 (Em %)

Escala	1 (não confia)	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (confia muito)
Brasil	28,4	13,1	14,2	12,3	15,4	7,1	5,6	2,3	1,0	0,8
China	9,3	4,4	5,1	5,9	19,1	10,4	10,6	11,1	8,2	15,9

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

GRÁFICO 18
Grau de confiança no governo: universitários brasileiros e chineses (2012)
 (Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Ao analisar os valores dos estudantes universitários, não é possível separar suas identidades do contexto histórico atual. Os universitários nascidos nos anos 1990 possuem valores claramente diferentes daqueles nascidos na década de 1980 ou 1970. Possuem um forte senso de independência, mas ainda dependem muito da família para viver, inclusive financeiramente. Ao mesmo tempo, esta geração é formada por filhos únicos, como já foi observado. Como consequência, às vezes falta compreensão nas relações interpessoais, constituindo-se um grupo que pode ser, algumas vezes, rebelde, obstinado e teimoso. Alguns estudos indicam que são, por essas razões, psicologicamente mais fracos para resistir a pressões/estresse. Seus pais criaram um ambiente de vida melhor e, desde pequenos, receberam tratamento de um “pequeno imperador”, como uma flor dentro de uma estufa. Caso se deparem com alguma frustração, suas mentes entram em colapso. Mas como é uma geração que cresceu na companhia da internet, estão acostumados a receber/aceitar coisas novas e, com isso, seus pensamentos são mais ativos/vigorosos e suas criatividade e suas informações mais acentuadas. Eles gostam de aprender coisas novas pela internet e receber novas informações. Apresentam, também, uma forte autoconsciência e pouco interesse em assuntos políticos, temas sociais ou que envolvam outras pessoas; se preocupam com a própria vida e o próprio futuro. Portanto, comparando os dados das pesquisas nos dois países, vê-se que a proporção de jovens chineses que se preocupam com política, maior do que no Brasil, ainda não é alta; existem mais jovens que se preocupam com as questões ligadas ao desenvolvimento pessoal.⁷

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas duas sociedades, possivelmente os percursos individuais e as experiências de vida universitária apresentam singularidades, marcadas por diferentes tradições culturais. Chama atenção, por exemplo, as significativas diferenças na apreciação das instituições, nos níveis de associativismo e na dimensão da religiosidade. Embora todos valorizem a instituição familiar, os sentidos dessa valorização são diferentes. Estudantes universitários brasileiros também vivem a experiência do trabalho, o que certamente qualifica suas possibilidades de usufruto da condição e da vida estudantis. É na família que os jovens se apoiam nos dois países e, não sem razão, esta instituição aparece com muita importância em situações diversas da pesquisa: os jovens brasileiros moram majoritariamente com a família; esta instituição influencia a escolha do curso, principalmente para os jovens chineses; também para os chineses, contar com o apoio da família representa uma das melhores coisas em ser jovem, mas, ao mesmo tempo, o controle do grupo familiar significa experimentar certos constrangimentos que dificultam escolhas segundo seus interesses.

7. Essas considerações foram apontadas por Chen Chen, pesquisadora do CYCRC, tendo em vista o acúmulo de conhecimento gerado por outras pesquisas realizadas sobre juventude na China.

No universo investigado, as jovens brasileiras e chinesas são mais sensíveis às desigualdades de gênero, indicando a importância das recentes transformações observadas no acesso ao sistema escolar, assegurando maior participação das mulheres.

As transversalidades, no entanto, são significativas no modo como todo o grupo investigado projeta seu futuro, temendo não conquistar a independência e a autonomia típicas da vida adulta (Singly, 2004). É de se supor que a intensidade das mudanças observadas nos últimos anos, em ambos os países, ofereça um leque novo de possibilidades, mas, também, um conjunto de desafios, tendo em vista que, tanto na China quanto no Brasil, as desigualdades sociais, persistentes na aceção de Tilly (1998), continuam a marcar muitas das trajetórias juvenis.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, K.; MARTUCCELLI, D. **Desafios comunes**: retratos de la sociedad chilena y sus individuos. Santiago: LOM Ediciones, 2012.
- BALIBAR, E. **La proposition de l'égaliberté**. Paris : PUF, 2010.
- DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 5-19, maio-jun.-jul.-ago. 2001.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/U5l9If>>.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudo comparado sobre a juventude brasileira e chinesa**: dados preliminares do Brasil. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/wxsKol>>.
- MARTUCCELLI, D. **Leciones de sociologia del individuo**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/u8eGpJ>>.
- MONG, L. China youth study and social change and development. *In*: DWYER, T. *et al.* (Eds). **Handbook of the Sociology of youth in the BRICS countries**. Singapore: World Scientific. No prelo.
- SIMMEL, G. A sociabilidade: exemplo de sociologia pura ou formal. *In*: SIMMEL, G. (Org.). **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SINGLY, F. La spécificité de la jeunesse dans les sociétés individualistes. *In*: DUBET, F.; GALLAND, O.; DESCHAVANNE, É. (Eds.). Comprendre les jeunes. **Revue de Philosophie et de Sciences Sociales**, Paris, n. 5, p. 259-273, 2004.

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 210-226, mar.-maio 2003.

TILLY, C. **Durable inequality**. California: University of California Press, 1998.

A ORIENTAÇÃO DE VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES CONTEMPORÂNEOS E SUAS MUDANÇAS¹

Wang Peng²

A orientação de valores são princípio, crença e juízo de valor que motivam e direcionam a ação e a decisão de um indivíduo. Além disso, ela exerce um papel fundamental quanto à interpretação dos fenômenos sociais como: comportamento, emoção e ansiedade do ser humano (Schwartz e Boehnke, 2002, p. 53). Desde a criação da “tabela de mensuração dos valores” por Allport, na década de 1930, inovando os estudos e a pesquisa sobre os valores humanos, a orientação de valores sempre atraiu a atenção do mundo da psicologia social. Tanto no âmbito nacional quanto no internacional as pesquisas concernentes à orientação de valores são vastas e profundas, tendo a juventude – principalmente os universitários – como seu objeto fundamental de estudos.

Não é ao acaso que os universitários tornaram-se objeto principal de estudos, pois como um grupo social distinto, a orientação de valores dos universitários, reflete, em certa medida, os valores sociais contemporâneos. Então, investigar a orientação de valores dos universitários, de certo modo, é uma pesquisa da orientação dos valores sociais, bem como um estudo do percurso de suas mudanças. Embora nunca houvesse ruptura deste estudo, tanto na esfera nacional quanto na internacional, com o desenvolvimento acelerado da sociedade, a orientação de valores de universitários demonstrou suas próprias características, que por sua vez ainda aguardam estudos mais críticos.

Em relação aos universitários, a orientação de valores consiste na “soma de sua fé, crença e ideais” do seu coração (Li, 1998). A orientação de valores de universitários normalmente inclui a vida, os valores morais, políticos e profissionais, do casamento e da orientação sexual, entre outros, após o ingresso no novo século, em face de uma série de desafios como transformação social, globalização econômica e a chegada da economia do conhecimento, que exercem direta e indiretamente influências às mudanças da orientação de valores dos universitários contemporâneos.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. Mestre em educação e doutor em política pela Escola do Comitê Central do Partido (Comunista). Pesquisador-associado no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC).

1 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS MUDANÇAS DE ORIENTAÇÃO DE VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES CONTEMPORÂNEOS

Antes das reformas e da abertura, sob a influência da cultura tradicional e do pensamento pós-unificação de 1949, a orientação dos valores dos universitários chineses permaneceu, por um longo prazo, estagnada no padrão coletivo “Sem-eu”. Nos últimos trinta anos a tendência geral de mudanças da orientação de valores dos universitários apresenta a seguinte trajetória: o núcleo de valores mudou de padrão coletivo para o individual; a orientação de valores mudou de homogeneidade para a diversidade; de idealismo para o realismo; de previsibilidade para a mobilidade, podendo ser classificado em quatro períodos, apresentados a seguir:

1.1 De 1978 ao início da década de 1980: período de padrão coletivo como predominante na orientação dos valores

Conforme o encerramento dos dez anos de instabilidade do país, restaurou-se o exame nacional (gaokao), produzindo na sociedade inteira a atmosfera de respeito ao conhecimento e às pessoas talentosas. Perante a liderança de Deng Xiaoping, a construção do socialismo ingressou em um novo período de reformas e abertura e houve uma ampla reestruturação do sistema político-econômico. Observa-se que as características dos valores dos universitários refletiam dois aspectos.

Em primeiro lugar, os universitários eram dotados de ideais para contribuir na construção da nação. Devido às necessidades oriundas da reestruturação da sociedade, universitários que ingressaram nos anos 1977, 1978 e 1979 tornaram-se força imprescindível e decisiva para o preenchimento da defasagem de dez anos de conhecimento.³

Assim, a consciência entusiasmada de expectativa coletiva fez com que os universitários se inflassem de aspirações grandiosas. Estes associavam naturalmente seu próprio futuro com o da nação, propiciando o sentimento de gratidão para com a sociedade como um todo. Além disso, a onda intensa de reformas e abertura deixaram os universitários ainda mais cheios de atenção e expectativa em relação ao futuro do povo. Campanhas como *Recuperar a juventude perdida* e *Contribuir para a modernização do país* eram as principais tendências do coletivo. Até o início da década de 1980 a atitude dos universitários – elite da época – era sempre a de ativistas.

O segundo aspecto foi o despertar da consciência individual. Após a formação e saída dos universitários das últimas três turmas,⁴ estudantes recém-formados do ensino médio ocuparam o cenário nas universidades. À medida que as reformas e abertura avançavam, os universitários passaram a ser pioneiros na emancipação ideológica: por um lado, refletiam sobre a história, por outro exploravam os valores humanos,

3. Nota da tradutora: devido ao fechamento das universidades durante a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), também denominada de *dez anos de instabilidade* ou *dez anos de calamidade*.

4. Nota da tradutora: universitários ingressantes, respectivamente, nos anos de 1977, 1978 e 1979.

tendo como linha principal a busca do conhecimento. Aumentou-se a consciência democrática e os estudantes “se livraram da obediência cega e adoração individual da Revolução Cultural, despertando a consciência própria como autoconfiança, auto respeito, independência e auto fortalecimento” (Zhao, 2005).

Em uma sociedade diversificada em que tanto o conflito de interesses tornou-se aparente quanto as ideias humanistas ocidentais passaram a exercer influência, os universitários ficaram confusos em relação aos valores antigos tais como idealismo e valores políticos. Conseqüentemente, a orientação de valores mudou para a reflexão e a crítica. Na época, o surgimento da *Literatura de cicatrizes*⁵ aprofundou ainda mais esse tipo de reflexão e crítica.

No entanto, os “ismos” e ideais ainda constituíam ponto de referência de valores dos universitários. Embora ocorresse de forma ininterrupta o despertar da consciência individual dos universitários, que defendiam valores como a escolha e o esforço individual, em geral esta geração ainda guardava o sentimento de responsabilidade social e de missão histórica, prevalecendo os valores coletivos.

1.2 Da segunda metade da década de 1980 ao início da década de 1990: período de fissão na orientação dos valores, conflito entre o “eu” e a “sociedade”

Ao ingressar no final da década de 1980, com o desenvolvimento da economia de mercado e a comunicação entre as culturas chinesa e ocidental, efeitos negativos da economia de mercado e as influências do pensamento ocidental emergiram. Além disso, surgiram alguns problemas na transição do velho sistema para o novo, no que se refere à economia de mercado, recém-iniciada. Assim, as reformas da estrutura econômica encontraram dificuldades, e houve ruptura com os valores dos universitários, cujas características principais manifestaram-se nos seguintes aspectos:

1.2.1 A agitação radical das ideias e a instabilidade das convicções

Os universitários da época eram considerados orgulhosos e privilegiados como “filhos do céu”⁶ e faziam parte da elite da época. Sob as influências da política democrática ocidental e a divisão dos poderes em três instâncias eles colocavam-se na posição de reformistas, tendo uma consciência muito forte da necessidade de reestruturar a sociedade criticando-a e contrastando diretamente os vários aspectos da sociedade.

5. Nota da tradutora: é um gênero literário chinês, que emergiu no início do final da década de 1970. A ‘literatura de cicatrizes’ retrata o prejuízo físico e espiritual das pessoas, em função da Revolução Cultural, e busca refletir sobre o futuro da nação.

6. É uma expressão histórica chinesa que era usada para designar os bárbaros nômades do norte da China. Posteriormente, a expressão adquiriu o significado de mimados dos pais e em 1980, especificamente, tornou-se um *slogan* dos universitários formados, pois eles simbolizavam novas forças sociais.

No entanto, apesar de os universitários dessa época possuírem consciência de democracia, faltavam-lhes qualidades democráticas e uma concepção adequada do sistema legislativo. Além disso, mesmo tendo necessidade do engajamento político, eles não tinham embasamento teórico, tampouco a experiência de vida.

Assim, uma vez tendo entrado em contato com a realidade social, descobriram que existiam impasses entre seus ideais e a realidade, produzindo, conseqüentemente, emoções radicais. Temas como a diversificação da política, a economia privada e o novo autoritarismo tornaram-se o centro das discussões nas universidades, que em seguida desencadearam um excesso de egocentrismo, desprezo à sociedade, exaltação do ego e a valorização de si próprio acima de tudo.

A orientação das ideias políticas nas instituições de ensino superior falhou devido à falta do autocontrole dos universitários, às altas expectativas em relação as reformas e ao enfraquecimento do pensamento político dentro do Partido Comunista Chinês (PCC), além da influência do liberalismo econômico. Conseqüentemente, houve desvio do pensamento dos universitários causando a instabilidade das convicções, o excesso de consciência de participação e a submissão do coletivo à vontade individual.

1.2.2 A transformação das frustrações próprias em pragmatismo utilitário

Houve uma transformação geral na orientação dos valores de um padrão coletivo para o individual. Assim, as preocupações mudaram dos assuntos de estado para as dimensões da vida cotidiana; os problemas abstratos deram lugar aos concretos; os ideais transformaram-se em fatores reais; logo os valores tenderam para o individualismo e pragmatismo. Conforme o desenvolvimento cada vez mais intenso da economia de mercado, os universitários foram influenciados pelas modas como: a adoração do capital, hedonismo, desvalorização do conhecimento e desmerecimento de intelectuais, e começaram a se identificar com os valores individuais e utilitários para fins pragmáticos.

1.3 Do final da década de 1990: período de caminho à orientação dos valores pragmáticos, buscando a integração do eu com a sociedade

Após o discurso realizado por Deng Xiaoping, em 1992, durante sua viagem ao sul, a política democrática, o desenvolvimento econômico, o PCC e o governo fortaleceram a orientação pedagógica dos valores direcionados aos universitários. Assim, estes últimos reexaminaram seus pilares espirituais e empreitaram em novas buscas, avaliando racionalmente tanto a sociedade quanto a si mesmos. Além disso, dedicaram-se à eliminação dos conflitos entre si próprios e a sociedade, procurando integrar o indivíduo com a sociedade. Motivados pelos benefícios da economia de mercado, os universitários desenvolveram discussões como

“subir a montanha” e “descer ao mar”,⁷ “estudar” e “ganhar dinheiro”. Paralelamente, a partir do choque do pensamento ocidental com o pós-moderno, surgiu a tendência de negar os valores tradicionais. Então, iniciou-se a discussão dos valores a partir das necessidades básicas e, assim, a orientação dos valores diversificou-se. A chegada da economia do conhecimento e a certificação da estratégia de fortalecimento do país por meio da educação tecnológica provocaram o retorno do reconhecimento da importância do conhecimento. Depois da graduação, a distribuição dos universitários mudou para “escolha por reciprocidade”,⁸ fazendo com que as instituições de ensino superior se aproximassem com a sociedade. Nesse contexto, os universitários passaram a dar prioridade aos valores práticos e à busca da felicidade individual. Uma parte considerável dos universitários consideraram o próprio sucesso profissional e a vida material confortável como ideais práticos. Portanto, as características dos valores dessa época eram adoração de si próprio, esforço próprio, busca de pragmatismo e formação de família e de reconhecimento.

1.4 Do final do século XX aos dias atuais: período de coexistência e diversidade de orientações dos valores, consolidação no processo de exploração

Com a ampliação da oferta de vagas nas instituições de ensino superior no final do século passado, a educação superior mudou rapidamente de educação elitista para a popular. Os universitários da geração pós-1980 acompanharam a globalização econômica, a informatização e a chegada da internet ao ingressarem na universidade. As influências como transformação da era, reformas nas instituições de ensino superior, mudança do modelo de sociedade e a introdução de pensamentos ocidentais associados ao capitalismo não só fizeram os universitários terem novas referências, em termos de valores, mas também trouxeram forte instabilidade nas suas concepções e conflitos de valores.

Conforme as pesquisas da época, a tendência principal dos valores dos universitários era considerada ativa e saudável, destacando-se a integração do indivíduo com a sociedade por meio de um processo que oscila entre o conflito e a reconciliação. Reforma, progresso, inovação, pragmatismo e dialético são transformações dessa tendência principal.

No entanto, há alguns problemas nos valores desses universitários. Em primeiro lugar, a diversificação da orientação dos valores. A mudança do modelo de sociedade trouxe transformações da estrutura social e do sistema de valores, promovendo mudanças na orientação dos valores dos universitários, de monótonos a dinâmicos, de fechados e rígidos a abertos e vivos.

7. Nota da tradutora: “subir a montanha” e “descer ao mar” são expressões utilizadas para descrever a ida dos universitários a zonas rurais para prestar serviços a fim de diminuir a distância econômica entre a cidade e o campo.

8. Nota da tradutora: a expressão refere-se ao modelo no qual tanto a intenção do empregador quanto a do empregado são observadas na contratação profissional.

Em segundo lugar, a característica de contradição. Mesmo que os valores tradicionais ressaltassem a prioridade dos benefícios do estado, mantinha-se a prevalência dos valores coletivos, princípios esses com os quais os universitários ainda se identificavam. No entanto, nem sempre estes tiveram impactos sobre suas próprias ações. Além disso, os valores ocidentais individualistas e o liberalismo foram aceitos pelos universitários, até mesmo a adoração do capital, o hedonismo e o individualismo também tinham espaço entre esses universitários. Muitos deles, por um lado, gostariam de contribuir para o fortalecimento do estado e o rejuvenescimento do povo, por outro lado buscavam um modo e um objetivo de vida medianos. Em outras palavras, se os universitários exaltavam o estado espiritual verdadeiro, bondoso e belo, bem como a personalidade nobre, eles também priorizavam o pragmatismo, enfatizavam os benefícios utilitários e materiais; embora odiassem cobiça e imoralidade toleravam a própria indulgência, tendendo frequentemente a dar mais importância aos próprios desejos e desenvolvimento pessoal – assim constitui-se uma desarticulação gravíssima entre saber e fazer.

Por fim, em terceiro lugar, observamos a centralização do ego. A maioria dos universitários dessa época é filho único e egocêntrico. Nas atividades coletivas, priorizavam a realização dos seus próprios valores, principalmente após a expansão da educação superior. Problemas como as mudanças de identidade e a pressão do emprego deixaram os universitários a pensar, primordialmente, sobre o desenvolvimento pessoal e os benefícios reais.

2 AS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA ORIENTAÇÃO DOS VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES CONTEMPORÂNEOS

Com o aprofundamento das reformas e da abertura, bem como o desenvolvimento da economia de mercado socialista, ocorreu uma grande transformação da orientação dos valores dos universitários, refletida nos quatro aspectos a seguir:

2.1 A transformação de orientação do padrão coletivo à importância igualitária entre os padrões individual e coletivo

A maior característica da mudança de orientação dos valores dos universitários contemporâneos é sair do padrão coletivo e ingressar no padrão individual, mas com a tendência ao equilíbrio. Muitos universitários, ao buscarem o desenvolvimento da própria personalidade, bem como a satisfação de suas emoções, não necessariamente negaram os valores tradicionais tais como as concepções do padrão comunitário e o coletivismo.

2.2 O impacto do objetivo de valores realistas em relação aos valores idealistas

Os universitários da década de 1980 frequentemente apresentavam uma feroz responsabilidade social, integrando seu futuro e destino com os do Estado. Após a década de 1990, os universitários, no processo da busca pelos benefícios

reais, também procuravam por uma relação entre o indivíduo e a sociedade. Eles reconheciam a impossibilidade de o indivíduo se dissociar da sociedade real, então ressaltavam a adaptação para a sociedade em prol do desenvolvimento pessoal, de modo que eles pudessem: *i*) buscar a integração do idealismo com o pragmatismo; *ii*) lidar de modo equilibrado tanto com o sacrifício – em prol da pátria – quanto com a vida pragmática e utilitária; *iii*) valorizar a busca do conhecimento, bem como o valor do dinheiro e do desfrute sensorial.

Eles aceitam a realidade, considerando-a como uma condição/premissa para alcançar o objetivo da reestruturação social no processo de adaptação à sociedade.

2.3 A transformação de homogeneidade para diversidade na orientação dos valores

A diversidade da orientação dos valores é um fenômeno importante, destacando-se a distância entre a sociedade da transição econômica com a sociedade tradicional. Entre os universitários contemporâneos o absolutismo da autoridade tradicional e do padrão tradicional foi abalado. Eles se equilibram entre valores tanto do padrão individual quanto de valores coletivos, apresentando uma noção de relativismo e tolerância para com valores morais diferentes. Além disso, observa-se reflexos concretos da diversidade de orientação dos valores dos universitários, na emergência de uma ideia de felicidade multidimensional, de diversificação da orientação sexual e de uma estética plural.

2.4 Os valores transformam-se do absoluto para o relativo

Antes da década de 1980, a concepção dos valores sociais apresentava característica absolutista, séria e monótona. Os universitários da década de 1980 desafiaram estes valores. Após o final da década de 1990, com a abertura da sociedade, a visão individual dos universitários amplificou-se paulatinamente. Assim, a avaliação da concepção dos valores dos universitários os mostrou relativistas e mais tolerantes. A tolerância refletiu-se na compreensão de tudo, isto é, os universitários passaram a compreender e aceitar tudo que é real e existente.

3 OS FATORES QUE INFLUENCIARAM AS MUDANÇAS DA ORIENTAÇÃO DOS VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES CONTEMPORÂNEOS

Os fatores que influenciaram a mudança da orientação dos valores dos universitários são multidimensionais, envolvendo todo o ambiente interno e externo do indivíduo. Alguns estudiosos consideram que os principais fatores incluem: o desenvolvimento da economia de mercado socialista, a abertura à onda do pensamento estrangeiro, o funcionamento dos mecanismos sociais tais como a educação ideológica e a orientação da opinião pública, bem como as características próprias do desenvolvimento físico e espiritual dos universitários. Por outro lado, há também

especialistas que atribuíram a referida mudança dos valores a fatores como: transformação da estrutura econômica, razões históricas, mudança dos valores sociais, influência da onda de pensamento social oriundo de várias culturas e falhas na educação ideológica. Em suma, os fatores predominantes que contribuíram para a mudança da orientação dos valores dos universitários são descritos a seguir.

3.1 A abertura e o desenvolvimento da economia de mercado

Após as reformas e a abertura, o desenvolvimento da economia de mercado abriu muitas oportunidades para os universitários usarem sua formação. As reformas reconstituíram o padrão de distribuição dos benefícios, desequilibrando a ordem existente. Este é um dos motivos para a mudança de valores dos universitários.

O desenvolvimento da economia de mercado socialista trouxe uma nova concepção de valores, isto é, a personalidade independente do indivíduo passou a receber seu devido respeito, fazendo com que houvesse um despertar da consciência própria e seu contínuo fortalecimento. Além disso, os novos valores também fizeram com que a vida ideal correspondesse ainda mais com a realidade. O mecanismo de competição existente na lógica do mercado requer dos universitários o estabelecimento de uma consciência inovadora, incentivando-os a explorar o máximo de suas qualidades e capacidades, bem como exercer sua inteligência para progredir em busca de benefícios individuais.

A abertura da economia de mercado não apenas incentivou os universitários a romperem com as limitações impostas pela própria consciência, mas também influenciou diretamente na orientação dos valores desses estudantes.

De um ponto de vista negativo, à medida que os valores da economia de mercado influenciam a própria visão do mundo, da vida e dos valores dos universitários, uma parte deles podem passar a considerar o dinheiro como a única medida e padrão, levando à tendência de adoração ao capital, materialismo, bem como à contradição entre os benefícios individuais e coletivos (Liu, 2003). Os valores dos universitários tendem a ser utilitários.

3.2 As influências da cultura diversificada e ondas de pensamento social

Após as reformas a China se abriu para o mundo. Enquanto absorve e introduz as tecnologias avançadas do exterior, uma onda de pensamento social do ocidente também acompanhou o processo, e abalou consideravelmente as culturas tradicionais chinesas.

Em primeiro lugar, a cultura ocidental e a cultura popular exerceram certa influência nos valores dos universitários. O choque entre a cultura chinesa e a ocidental promoveu um contexto de novo sistema de valores para os universitários observarem tanto a si mesmos quanto a sociedade. Paralelamente, como para os

universitários as visões de mundo e de vida ainda não estão maduras, eles são facilmente influenciados pelas modas sociais. Além disso, a educação ideológica não foi eficaz na sua orientação e controle cultural, deixando que a onda dos pensamentos ocidentais abalasse negativamente os valores dos universitários (Xin, 2002).

A cultura popular estimulou igualmente a mudança dos valores dos universitários. Como uma forma cultural da nova época, a cultura popular apresenta a função de promoção da personalidade, liberalismo do pensamento e fortalecimento da democracia. Entretanto, como os mecanismos de mercado estão controlando o desenvolvimento da cultura de massas, o substrato da popular se corrompe, esta cultura acaba tornando-se medíocre e vulgar, abandonando suas características profundas e nobres. Portanto, deve-se evitar que os universitários busquem estilos de consumo medíocres.

Por outro lado, os pensamentos sociais que estavam na moda influenciam mais ainda os valores dos universitários. O pensamento da sociedade exprime suas expectativas em relação à vida individual – em meio ao coletivo – e seu próprio desenvolvimento.

Os universitários são vanguardas do choque das culturas sociais. Quando a moda é constituída por pensamentos errados, a orientação dos valores dos universitários degrada-se significativamente. Portanto, não se pode menosprezar, no sentido de fazer “vista grossa”, as influências negativas.

3.3 A reforma educacional e o amadurecimento dos universitários

Por meio da consolidação do sistema de cobrança de taxas acadêmicas nas instituições de ensino superior, das reformas da política da distribuição de trabalho aos recém-formados e da ampliação do recrutamento da educação superior, a universidade saiu da torre de marfim e se abriu à sociedade, do sagrado para o cotidiano. As seguintes mudanças interferiram diretamente nos interesses dos universitários, refletindo-se na alteração da orientação dos valores deles. *i*) a reforma do sistema de recrutamento dos universitários chamado *Custo compartilhado entre o público e o privado e admissão mediante taxas acadêmicas*. Com essa mudança, a educação superior tornou-se paga. Assim, é visível que a economia é um fator que influencia na orientação dos valores dos universitários; *ii*) a reforma do sistema de distribuição de emprego chamado *Escolha por reciprocidade*. Essa mudança fez com que os universitários buscassem excessivamente os cursos mais procurados e conhecimentos pragmáticos, em função de um bom emprego no futuro. Nesse sentido, a reforma influenciou no aperfeiçoamento qualitativo do indivíduo e na aprendizagem da moral. Os valores dos universitários ainda estão em formação e, portanto, são facilmente influenciados pelo ambiente. Assim, este complexo contexto do *campus* universitário, com fatores econômicos, sem dúvida constitui

uma das tentações dos universitários a tenderem para o pragmatismo utilitário (Yang, 2001); *iii*) as três gerações ultrapassadas,⁹ os universitários da nova geração e os universitários contemporâneos provenientes das famílias de filho único, suas respectivas experiências sociais e pessoais, bem como a diferença de ambiente social influenciam diretamente na respectiva formação de valores. Entre esses fatores, os universitários consideram que a influência da família e a mudança da experiência da vida pessoal são elementos majoritários da formação de seus valores. Além disso, fatores como aumento de idade, ideias formadas a partir das primeiras influências, educação escolar, revista e livros, vídeos e filmes, mídia e figuras proeminentes também exercem certo papel.

4 AS CONTRAMEDIDAS PARA EDUCAR E CONDUZIR A ORIENTAÇÃO DOS VALORES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES CONTEMPORÂNEOS

A fase da universidade é o período-chave da formação de orientação de valores dos universitários, bem como o melhor momento para realizar a educação de valores. Portanto, é preciso que se focalize nos problemas existentes nos valores dos universitários para tomar as medidas adequadas em prol da educação e orientação dos seus valores.

4.1 Iniciar pela educação dos universitários, fortificando a educação de valores

Os principais canais das instituições de ensino superior ao realizarem a educação dos valores são: *i*) educação racional, isto é, a educação dos valores positivos, cujo objetivo é a valorização do conhecimento racional; *ii*) o espírito da instituição superior, tendo a como principal referência a ética universitária constituída pelos comportamentos externados pelos professores e alunos (Li e Xu, 1999).

Dos dois pontos citados, a educação racional é a mais relevante. É preciso que a educação universitária se adeque ao ambiente de reformas e abertura, partindo da praticidade, respondendo às questões-chave com que os universitários preocupam-se. Além disso, é necessário que se levem em consideração as características dos universitários para organizar e desenvolver atividades educativas, diversificadas e vivas, em prol da eficácia da educação moral.

Deve utilizar a educação regular para orientar a formação dos valores dos universitários e guiá-los a conhecerem, compreenderem e escolherem valores corretos por meio do ângulo da prática. Ainda, deve-se certificar a definição dos valores destes universitários dentro da dinâmica do desenvolvimento social, para ajudá-los a transcender da orientação de valores em base emocional para a racional. Por fim, deve-se alcançar o equilíbrio entre o objetivo dos valores individuais com o dos valores coletivos.

9. Nota da tradutora: referem-se aos formados de ensino fundamental II e ensino médio dos anos 1966, 1967 e 1968.

4.2 Iniciar pelo trabalho dos professores, transformando a visão educacional

Os professores exercem, por definição, atividades como transmissão de conhecimento, ensinamentos e eliminação de dúvidas. Portanto, um docente desempenha o papel de servidor. É preciso que, com o espírito de servir, ele transforme valores e concepções. Com os estudantes e a sociedade, o mestre deve abraçar as responsabilidades e ter plena confiança. Os professores devem, por meio dos ensinamentos, dar exemplo da sua atitude, liderar e orientar os valores de seus discípulos. Somente um educador com convicções firmes e postura nobre, além de ter preocupações sinceras com seu aluno, pode gerar uma pedagogia de excelência.

4.3 Iniciar pela universidade, fortalecendo a criação da cultura universitária

A universidade é o laboratório onde os valores são praticados. A qualidade da cultura do campus determina diretamente a orientação dos valores de seus estudantes. É preciso compilar as experiências bem-sucedidas da construção de valores em universidades tradicionais, buscar elevar a cultura e desenvolver o espírito humano, para que se criem condições de cultivo de valores corretos.

É necessário que se fortaleça a construção da cultura universitária, que se eduquem e orientem os universitários a conviver com a onda dos pensamentos sociais de forma ativa e saudável, conservando-lhes todavia a personalidade independente, para que se forme a integração das forças culturais capazes de promover a construção dos valores corretos dos universitários.

A organização pedagógica das universidades, o espírito científico e humano e o ambiente, tudo exerce funções importantes do julgamento e orientação dos valores dos universitários. A instituição de ensino superior precisa aperfeiçoar no âmbito da opinião pública, criando ativamente uma cultura saudável e viva, estabelecendo a consciência educativa, fazendo com que a educação dos valores se propague para cada canto do campus e se desenvolva em cada estudante.

4.4 Aproveitar a internet para a divulgação de valores corretos

A internet já se enraizou em várias áreas da vida social, e ela exerce influência relevante sobre a vida, forma de agir e pensar do ser humano. Enquanto a internet promove a globalização, ela também traz vários conflitos entre ideologias diferentes, fazendo com que distintas posições políticas, visões culturais, padrões morais e modos de vida entrem em choque, influenciando de maneira significativa os valores dos universitários.

Precisa-se aproveitar a internet de uma forma correta e ativa, orientando os universitários a utilizar racionalmente a rede, bem como analisar os pontos positivos e negativos da internet, para que esta possa servir para a formação de valores corretos.

Em suma, o período de ensino superior é a época chave de formação de orientação dos valores, bem como a melhor etapa para a educação dos valores. Somente se os universitários receberem sistematicamente a educação dos valores, será possível formar a correta orientação e, conseqüentemente, tornar-se-ão qualificados para a vida em sociedade.

Estudar as características da orientação dos valores dos universitários contemporâneos apresenta grande significado prático e valor teórico. Fornece pistas sobre as estratégias para políticas educativas que permitem garantir que os universitários concluem seus estudos. Não apenas contribui para aperfeiçoar a reforma do sistema educativo do ensino superior e eleva a qualidade da educação superior, mas também garante a realização estratégica do desenvolvimento da sociedade chinesa no século XXI.

REFERÊNCIAS

- LI, D. Discutir o estabelecimento de valores corretos. **Jornal diário Guangming**, [s.l.], 1998.
- LI, Q.; XU, X. As influências do espírito da instituição do ensino superior em relação à integração dos valores dos universitários. **Estudo da Juventude Contemporânea**, [s.l.], 1999.
- LIU, X. Análise das razões das mudanças de valores dos universitários contemporâneos. **Jornal acadêmico da Universidade Normal de Luoyang**, [s.l.], 2003.
- SCHWARTZ, S. H.; BOEHNKE, K. **Evaluating the structure of human values with confirmatory factor analysis**. Yale University: Manuscript submitted for publication, 2002, p. 53.
- XIN, S. A reflexão sobre as mudanças dos valores dos universitários. **Estudo da Educação Político-ideológica**, [s.l.], 2002.
- YANG, R. Sobre a tendência pragmática e utilitária dos valores dos universitários. **Instituto de Educação Superior do Carvão**, [s.l.], 2001.
- ZHAO, Y. Exploração e análise da trajetória de mudança dos valores dos universitários nos últimos 20 anos. **Jornal Acadêmico do Colégio de Gestão da Juventude da Província de Shandong**, [s.l.], 2005.

QUADRO DA PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES NA POLÍTICA E SEU APERFEIÇOAMENTO¹

Jiu Shuguang²

Guo Kaiyuan³

Desde a reforma e abertura da China para o mundo, com o desenvolvimento da estruturação de políticas democráticas no país, a consciência de democracia dos cidadãos e o fortalecimento do conceito de sistema legislativo têm aumentado paulatinamente a consciência e a capacidade de participação da juventude na política – incluindo os universitários.⁴ Além disso, o governo chinês dá cada vez mais atenção à participação da juventude na política e nas decisões, bem como na gestão da sociedade, instrumentos importantes. Para tanto, tem proporcionado uma melhora gradativa do apoio político e da manutenção do sistema.

1 O SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS NA POLÍTICA E SEU CONTEXTO SOCIAL

Na sociedade contemporânea a participação política consiste em atividades dos cidadãos comuns, cujo objetivo é exercer influência nas políticas e nas decisões do governo (Pudao, 1989, p. 4). Na China, a participação dos universitários é um assunto relevante para a atuação dos jovens chineses na política. Define-se a participação política dos universitários – considerados como principais atores nos processos políticos – atos como: expressar demandas públicas, influenciar a elaboração das políticas públicas do governo e fiscalizar a implementação das políticas governamentais, por meio de procedimentos legais.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. Bacharel pelo Instituto Luoyang de Línguas Estrangeiras. Diretor e pesquisador-associado do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC).

3. Doutor em direito pela Universidade de Ciência Política e Direito. Diretor do Instituto de Pesquisa de Direito da Juventude e Infância da China do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC) e pesquisador-associado do CYCRC.

4. Nota da tradutora: no White Paper preparado pelo PCC em 2005 "O governo democrático é o Partido Comunista Chinês governando em nome do povo" (McGregor, 2010, 20). Na mesma página o autor também cita um antigo quadro do PCC – *You need a dictionary to understand what Chinese leaders mean when they talk about democracy.*

A atuação dos universitários na política não só concedeu formal e factualmente a oportunidade de os mesmos expressarem suas necessidades em prol da realização da garantia do direito de participação, mas também manteve a relação de comunicação contínua e a confiança entre governo e o coletivo universitário, elevando sua identificação ao sistema político social e beneficiando a construção harmoniosa da sociedade.

Por outro lado, a participação dos universitários na política também realçou as responsabilidades, os direitos civis e o ideal de gestão pública voltados ao povo, garantindo não só a característica democrática dos procedimentos das políticas, das decisões e do senso científico do seu conteúdo, mas também beneficiando a elevação da eficiência da gestão governamental.

Por fim, a participação política organizada pode levar os universitários a obterem conhecimento político, acumularem experiência política, cultivarem a consciência e a capacidade da participação na política, promovendo melhorias na socialização política.

No processo de desenvolvimento social da China, a participação política e social ativa dos universitários possui uma longa tradição histórica. Desde o *Movimento Quatro de Maio*, de 1919,⁵ a juventude chinesa, cujo núcleo era formado pelos estudantes jovens, preocupava-se com o destino da nação, com o risco à integridade nacional e prontificavam-se ativamente na participação dos movimentos políticos e sociais. Principalmente na liderança do Partido Comunista Chinês (PCC), muitos jovens chineses sacrificavam-se física e espiritualmente em prol da revolução e construção do novo regime.

Atualmente, seguindo o aprofundamento acelerado das reformas e a abertura da China, a democracia política, o desenvolvimento econômico, a diversidade cultural e o aperfeiçoamento da estruturação do sistema legislativo proporcionaram um ambiente social propício e seguro para a participação política dos universitários.

2 A SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES

Na China, os universitários contemporâneos são majoritariamente cidadãos maiores de idade e usufruem de direitos políticos. Paralelamente, os universitários apresentam altas qualidades políticas e culturais, proporcionando uma base e competência para esta participação. O quadro dessa participação inclui principalmente assuntos como atitude em relação à participação política, canais e formas da participação, entre outros.

5. Nota da tradutora: refere-se ao movimento social, cujos principais participantes eram os estudantes, ocorrido nas ruas de Beijing. O ato possuía o intuito de mostrar o descontentamento e a insatisfação da população em relação à resposta fraca dada pelo governo frente ao Tratado de Versalhes, que previa a transferência do território de Shandong, até então usurpado pela Alemanha, para o Japão.

2.1 A postura da participação da maioria dos universitários na política é ativa e consciente

Com nossas investigações nota-se que, em geral, os universitários participam politicamente de maneira fervorosa e esta atitude é ativa e consciente. A maioria dos universitários observa frequentemente a situação político-econômica nacional e internacional. Além disso, eles levam em consideração assuntos importantes da nação e problemas sociais, querem participar da eleição política e atividades de votação e também atuam ativamente nos eventos de assistência social. Uma pesquisa mostra que 94,71% dos universitários discutem temas importantes do país com seus colegas de classe (Tu, 2008). No ano de 2012, no levantamento feito no *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*, percebe-se que 73,4% dos universitários possuem interesse pela política, entre os quais 35,8% das pessoas participam diretamente das atividades políticas ou correlacionadas; 55,6% assinalaram que “Na política, há canal para os jovens expressarem-se”; e 18,1% “Considero-me politicamente participante”.

2.2 Os universitários participam de diversas formas na política

Na China, as formas de participação dos universitários na política apresentam uma característica diversificada. Atualmente, o canal principal da atuação política dos universitários é a participação nas votações e em eleições políticas, nas organizações partidárias, na internet, na gestão democrática popular, entre outras.

2.2.1 Participação nas votações e eleições

Na China contemporânea é por meio da votação que os participantes demonstram suas atitudes e comportamentos políticos. Os universitários, por meio da votação, exercem seus direitos de eleger e de serem eleitos. Na China, os universitários votam principalmente nas eleições dos representantes regionais (municípios) no Congresso Nacional do Povo e das organizações partidária e estudantil na universidade. Estas são as formas mais relevantes da sua atuação política.

2.2.2 Participação nas organizações partidárias

A Constituição Chinesa concede liberdade para as atividades associativas dos cidadãos; sendo assim, participar nas organizações partidárias é o reflexo do usufruto dessa liberdade, bem como uma forma importante da atuação política dos universitários. Nos últimos anos, a associação dos universitários ao PCC é alta. Conforme os dados publicados no *Anuário estatístico da educação da China*, no final do ano de 2007, o número total dos membros do partido entre os universitários era de 2.345.000; em 2010 aumentou para 2.512.000, com um incremento de 267 mil estudantes. Uma grande proporção dos universitários é membro da Liga da Juventude Comunista (LJC) e participam ativamente das suas atividades.

2.2.3 Participação na elaboração e na execução de políticas

Em primeiro lugar, os universitários são convidados a participar diretamente na formulação e implementação de políticas. Em 2007, Xu Benyu, como representante dos membros universitários do partido, participou da XXVII Assembleia Popular Nacional (APN).⁶ Em 2009, o APN e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC)⁷ convidaram representantes dos universitários para discutirem as dificuldades do emprego e dos problemas decorrentes. A LJC também possui representantes estudiantis na APN que participam diretamente na elaboração da agenda e na votação das reuniões.

Em segundo lugar, por meio das atividades desenvolvidas pelas organizações partidárias, os universitários participam na elaboração das políticas. Por exemplo, em 2009, o evento *LJC face-a-face com os representantes do APN e membros da CCPPC*, promovido e desenvolvido pelo comando central da LJC, foi exatamente uma forma de orientar os jovens – incluindo os universitários – a participarem organizadamente na política.

A organização da LJC, por intermédio de seminários regulares, internet e outros canais, escuta constantemente as demandas e os interesses dos jovens. Ela determina o tema das atividades anualmente, e o foco de 2011 e de 2012 foram, respectivamente, *A internet e o crescimento consciente dos jovens adolescentes* e *A educação social e o crescimento consciente dos jovens adolescentes*. Além disso, em torno do tema definido, a LJC convida os representantes do APN e membros da CCPPC para desenvolverem pesquisas temáticas, bem como seminários, para fazer com que os políticos comuniquem-se diretamente com os universitários, com a nova geração de trabalhadores migrantes, entre outras comunidades. Com isso, os políticos buscam entender suas respectivas demandas.

Ainda, por meio de propostas, discussões, recomendações e falas na APN, a LJC também lança chamadas centradas em problemas relacionados ao tema proposto nas duas instâncias políticas supracitadas. Assim, os universitários participam ativamente nos eventos “face a face”, apresentam suas necessidades em função de seus interesses, fazem suas recomendações e promovem suas ideias na APN e na CCPPC.

Em terceiro lugar, os universitários participam da formulação de políticas a partir de audiências e consultas. O sistema de audiências públicas (*public hearings*) é um projeto importante, promovido comumente nas democracias ocidentais contemporâneas, que consiste em escutar as opiniões de partes interessadas e dos especialistas de cada segmento social, antes de implementar uma política. Isto ocorre, sobretudo, quando a decisão afeta diretamente o interesse público. Faz-se estas audiências em busca de procedimentos

6. É uma entidade de poder máximo determinada na Constituição da China, cujas tarefas inclui revisão da constituição, fiscalização da implantação da constituição, designação do chefe do Estado, primeiro-ministro etc.

7. É um organismo consultivo político.

e padrões de gestão com qualidade. Na China, o Código de Punição Administrativa promulgou de forma pioneira em 1996, o sistema de audiências públicas em uma lei.

Esse sistema de audiências divide-se entre o Poder Legislativo e o Executivo. As audiências do Poder Legislativo são destinadas ao acolhimento de opiniões e recomendações da população nos momentos de elaboração e revisão das leis. Por meio dessas audiências, os universitários podem encaminhar suas ideias em relação aos projetos legislativos em fase de análise e aprovação.

Já as audiências executivas tratam do sistema legislativo com características processuais dos setores do Executivo que, antes de decidirem sobre direitos e obrigações das partes interessadas, ouvem a opinião dessas partes sobre as questões fatuais e legislativas, em relação a uma dada proposta de execução. A partir de 2004, a *Permissão executiva* determinou, especificamente para os processos de audiência da permissão executiva, regras concretas e detalhadas, e assim deram uma operacionalidade mais forte ao processo. Por intermédio deste tipo de audiência, os universitários podem participar diretamente em decisões relacionadas a políticas sociais, exprimindo suas próprias demandas, bem como defendendo seus interesses legais.

2.2.4 Participação política e a internet

Na era da informação, a porcentagem de internautas jovens é imensa. De acordo com a estatística do Centro de informações da internet da China (2011), em 2010, o número total de usuários da internet na China é 457 milhões, entre eles os abaixo de 30 anos ocupam uma proporção de 58.2%.

As características de abertura e diversidade da internet, bem como as dos universitários, aumentaram as oportunidades e o entusiasmo com seu papel na participação política. Assim, a internet constituiu a nova plataforma de atuação política dos universitários chineses.

A participação política por meio da internet demonstrou a combinação orgânica da tecnologia cibernética contemporânea com a política democrática. Os universitários podem expressar suas necessidades por meio de fóruns, *blogs*, Weibo⁸ e outros canais virtuais, negociando e comunicando de igual para igual com o governo, bem como participando amplamente da política.

Primeiramente, a internet proporcionou meios técnicos e plataformas avançados para a atuação política, motivando a comunicação e o diálogo entre jovens e governo. Por meio da internet os universitários podem manifestar suas opiniões quando quiserem, fortalecendo sua influência no processo decisório relacionado às políticas governamentais; por outro lado, o governo pode compreender amplamente as sugestões dos universitários, beneficiando-se de suas discussões e reflexões para,

8. Serviço de microblog chinês, similar ao Twitter.

deste modo, alcançar um grau maior de democratização e dar uma característica mais científica a suas decisões políticas (Han e Wang, 2006).

Além disso, os universitários participam da elaboração das políticas principalmente por meio da página eletrônica do portal do governo e nos fóruns e comunidades virtuais. Os universitários podem deixar mensagens no mural das páginas eletrônicas do governo, enviar *e-mail* aos representantes, entrar em bate-papos e empregar outras formas para expressarem suas opiniões e sugestões em relação às decisões do governo, bem como manifestar suas necessidades nos fóruns e nas comunidades virtuais.

2.2.5 Os voluntários e os trabalhos voltados à prática social dos universitários

Por meio de atividades sociais como levar os três para campo,⁹ tendo como conteúdo a cultura, a tecnologia e o saneamento e os princípios como educar, habilitar e contribuir, os universitários são treinados e acumulam as experiências sociais. Ao mesmo tempo, eles são mobilizados a preocuparem-se mais com a sociedade, entenderem a realidade pública, criarem uma visão coletiva e servirem de fato ao povo, fortalecendo a responsabilidade social. Além disso, os universitários também participam ativamente nos grupos de voluntários tais como proteção aos rios-mãe,¹⁰ planejamento do Oeste,¹¹ e outras atividades de serviço voluntário ligadas à proteção ambiental e erradicação da pobreza.

3 OS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E OS PRINCÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Os princípios de participação política dos universitários são diretrizes e orientações do processo da sua participação. Na China, os princípios incluem principalmente a participação legal, organizada, ampla e igualitária.

3.1 O princípio da participação legal

A participação legal consiste em os universitários respeitarem as leis e as normas nacionais ao participarem da política, realizando-a dentro do molde da legislação, cujo limite da atuação, canal e procedimento são determinados pelas disposições regulamentadas. Na China, a participação política tem regulamentos claramente

9. Nota da tradutora: é um projeto governamental de levar a cultura, a tecnologia e o saneamento para o campo, elevando o nível de conhecimento dos camponeses. Levar a cultura para o campo consiste em desenvolvimento de atividades culturais como sessões e debates de filmes, teatros etc., além de fornecer livros, revistas e outros materiais. Levar a tecnologia é fornecer equipe técnica e informações tecnológicas no campo. Por fim, levar o saneamento é proporcionar médicos e enfermeiros para os camponeses para sustentarem o saneamento do campo. É um projeto em que os universitários podem aplicar seus conhecimentos adquiridos e divulgá-los amplamente nos ambientes rurais.

10. Nota da tradutora: refere-se às atividades voluntárias voltadas à proteção ambiental, especificamente aos rios como Huanghe (Rio Amarelo) e Changjiang (Rio Yang-tzé). Além disso, essas atividades também promovem a arborização nas áreas próximas de bacia, para manutenção de recursos hídricos e poluição.

11. Nota da tradutora: esse projeto iniciou-se em 2003, no qual os universitários voluntariam-se a trabalharem por um ou dois anos nos lugares pobres do oeste da China, como professores, médicos, técnicos de agricultura etc. Tem como objetivo fornecer ambientes em que os universitários possam adquirir experiência social, fortalecendo a importância de se encarregar da responsabilidade social com seu país.

definidos em legislação, sendo que o Artigo 2º da Constituição dispõe que: “quaisquer poderes da República Popular da China pertencem ao povo, e este, por sua vez, deve, nas formas previstas dentro da legislação, mediante os tipos de canal e maneiras, administrar os assuntos estatais, as indústrias econômicas e culturais e as questões sociais”. Além disso, o Artigo 5º da Diretriz da Legislação¹² prevê que: “o Poder Legislativo deve refletir a aspiração do povo, divulgar a democracia do socialismo e garantir a participação do povo nas atividades legislativas”. Sendo assim, a participação dos universitários na elaboração das políticas é limitada pelos procedimentos definidos nas leis supramencionadas.

3.2 O princípio da participação ordeira

A participação ordeira significa a atuação política dos universitários conforme as leis e as normas. A participação política, por um lado, requer que tanto o organizador quanto o participante ajam conforme as disposições das leis e, por outro, respeitem a vontade dos participantes, tendo como premissa sua livre vontade para exercer seus direitos de participação. Assim, a participação ordeira depende, de um lado, da garantia da legislação e, de outro, de sua organização sistemática.

3.3 O princípio da participação ampla

O princípio da participação ampla visa promover um ambiente propício para a atuação dos universitários, refere-se à mobilização máxima do entusiasmo e da criatividade no processo de participação política. Em primeiro lugar, todos os universitários intelectualmente saudáveis possuem o direito e a oportunidade de atuar na política. Em segundo lugar, o conteúdo da participação política dos universitários também é amplo. Em outras palavras, sua atuação não se restringe às políticas públicas, mas também inclui políticas econômicas, culturais, educacionais, bem como emprego e assistência social. Os universitários não só podem participar concretamente do processo da elaboração das leis e políticas, mas também é permitido que eles expressem suas opiniões em relação às políticas macroeconômicas, os problemas sociais e políticas nacionais de desenvolvimento de longo prazo.

3.4 O princípio da participação igualitária

O princípio da participação igualitária considera que o direito e a oportunidade de atuação política sejam usufruídos igualmente por todos os universitários. Conforme a concepção de igualdade pela qual “os direitos básicos devem ser completamente iguais, e os não básicos devem ter proporção igual”, a participação política do cidadão, como direito político, deve ser igualitária (Wang, 2000, 89).

12. Nota da tradutora: são leis que regulamentam as próprias atividades do Poder Legislativo.

Essa igualdade reflete, principalmente, na oportunidade igual de participação política, o estado e o governo devem proporcionar aos universitários as mesmas oportunidades e condições, além de construir uma relação mútua e benéfica entre eles e o governo. Assim, a participação é um meio e também objetivo para alcançar a igualdade e a justiça no processo de seu desenvolvimento.

4 AS TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES

4.1 Em relação à forma de participação: transformação da participação individual em organizada

Na sociedade contemporânea, participar ou não da elaboração de políticas faz parte do direito do cidadão. No entanto, criar grupos e organizações e participar deles são formas mais efetivas de atuação política. A etapa mais básica da atuação política é a participação individual, porém sua falta de especificidade influencia a profundidade e a amplitude da atuação. Comparando com a participação individual, a participação organizada beneficia-se de um sistema coletivo, que sistematiza a atuação política. São três formas básicas de participação organizada: participação em uma organização fixa, temporária ou virtual. Com o desenvolvimento da democracia política, a participação política dos universitários tornou-se organizada.

4.2 Em relação à atitude da participação: transformação da participação passiva para uma postura proativa¹³

A participação passiva é uma atuação política que necessita de uma motivação externa para que ocorra efetivamente. Em outras palavras, são atividades criadas e orientadas pelo governo, nas quais o povo participa de maneira passiva. Essa forma de atuação possui procedimentos rígidos com conteúdos limitados, incluindo: representação, consultas, audiências, entre outras. Já a participação proativa é uma forma de atuação orientada pela própria sociedade, cidadão-indivíduo ou pela vontade da comunidade, ela é mais autônoma e inclui eventos como manifestações e a divulgação de atos pela mídia popular etc. (Liu, 2004). Os universitários não são muito entusiastas da participação passiva, que é vertical, de cima para baixo; enquanto a participação proativa, como acontece na internet, é uma atuação vertical, de baixo para cima, que cria facilmente a ressonância em relação aos problemas-chave da sociedade. Acompanhando o desenvolvimento da sociedade da informação, a participação política dos universitários transformou-se de passiva para ativa.

13. Nota da tradutora: em chinês a palavra passivo significa que uma ação só acontece quando houver uma motivação externa para que se concretize. O seu antônimo é a palavra proativo, isto é, o indivíduo, por sua própria iniciativa e autonomia, faz algo acontecer, sem precisar de incentivo externo. Sendo assim, atividades passivas normalmente são organizadas pelo governo.

4.3 O conteúdo da participação: da participação política para a participação diversificada – na política, na economia, na cultura, entre outras

Na contemporânea sociedade chinesa, aos passos do fortalecimento da criação do sistema democrático, o conteúdo da participação política dos universitários tem aumentado incessantemente. Então, não só participam em decisões políticas do estado, mas também são ativos na formulação das políticas econômicas, culturais, por exemplo, contribuindo para a elaboração e execução de sistemas de moradia, saúde, emprego, assistência social, distribuição de renda, entre outros.

5 AS MEDIDAS PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS UNIVERSITÁRIOS DA CHINA

5.1 Fortalecer a orientação educativa da participação política dos universitários, elevando a consciência e sua capacidade de participação

Nota-se, na investigação, que a falta de conhecimento da participação política, bem como o reconhecimento da suas formas e efeitos, são fatores importantes que influenciam no entusiasmo da atuação política dos universitários. Portanto, as instituições de ensino superior deverão fortalecer suas orientações educacionais em prol da participação política de seus estudantes. Devem oferecer sistematicamente aulas que transmitem conhecimentos sobre a atuação política, elevando, assim, a consciência a respeito da participação. Além disso, as instituições precisam aperfeiçoar o conteúdo e a metodologia no ensino da participação política dos universitários, estabelecendo um contexto cultural no *campus*, que promova a atuação política de seus estudantes, bem como o ensino de conhecimentos relacionados à constituição e à atuação política, elevando a sua consciência e a capacidade de participação.

5.2 Melhorar os mecanismos da participação política dos universitários, elevando os efeitos sociais da sua participação

Melhorar o mecanismo da participação política dos universitários é o núcleo da promoção da atuação política, que refletem, principalmente, nos conteúdos seguintes.

- 1) Aperfeiçoar o mecanismo que oferece oportunidades para a participação política dos universitários, por intermédio da elaboração ou revisão das leis e normas, e determinar claramente a forma e o conteúdo da atuação política destes, fazendo com que eles possam escolher livremente.
- 2) Aperfeiçoar o mecanismo de motivação para a participação dos universitários na política. É preciso fornecer recompensas materiais e não materiais para a participação dos universitários. Para tanto, quando se solicita opiniões ou soluções para problemas deve-se proporcionar recompensas materiais ou não materiais para aqueles que deram a melhor opinião ou solução e fornecer recompensas não materiais para auxílios voluntários.

- 3) Aperfeiçoar o mecanismo que atribui responsabilidade para a participação política dos universitários. Por meio das leis e normas, desenvolver um mecanismo para determinar a participação política dos cidadãos, sistematizando a responsabilidade daqueles que devem se comprometer ao participarem politicamente. Assim, os universitários devem se responsabilizar por sua própria participação política, bem como aqueles que impedirem a participação dos universitários devem arcar com as consequências legais. Pela mediação do estabelecimento desse sistema, pode-se aumentar a seriedade do procedimento da participação política dos universitários, fortalecer os órgãos governamentais por meio do desenvolvimento da consciência da responsabilidade de ser um bom cidadão. Ao mesmo tempo, é necessário evitar e diminuir comportamentos de setores governamentais que buscam influenciar e até impedir a participação política dos universitários, garantindo o sucesso de participação dos universitários na política (Wang, 2010).

5.3 Expandir e padronizar mais ainda os canais e formas da participação política dos universitários

É necessário ampliar e especificar os canais e as formas da atuação política dos universitários: promover a inovação na gestão social; e realizar a sistematização e padronização da participação. A inovação do sistema consiste em uma revolução de participação, nas suas formas, seus mecanismos etc., de modo a expandir ainda mais os canais de atuação dos universitários.

- 1) Discussão democrática. O governo propõe, primeiramente, um plano de ação para discutir com o público, incluindo os universitários, por meio da internet, seminários etc., e aceita sugestões. Após, o PCC e o governo organizam e exploram as opiniões e sugestões, e mediante determinada forma de comunicação, notificam o público sobre as decisões políticas tomadas.
- 2) Audiência dos cidadãos. Consiste na participação de uma determinada quantidade dos cidadãos, incluindo universitários, quando setores do governo convocarem reuniões para a democratização das decisões políticas.

5.4 Orientar ativamente a participação política dos universitários na internet, fortalecendo mais ainda a consciência e a capacidade da participação

- 1) Fortalecer o estabelecimento do sistema legal de participação política na internet, por intermédio da legislação, de forma a garantir direitos de liberdade e igualdade na utilização da rede em prol da atuação política, elevando-se a consciência e a capacidade de participação dos universitários.

Em primeiro lugar, é preciso cultivar a consciência subjetiva¹⁴ dos universitários, ou seja, o alto grau de responsabilidade com a sociedade e o espírito proativo de participação. Em segundo lugar, é preciso cultivar a consciência de participação dos universitários, isto é, a reflexão direta a respeito do conceito, e também com respeito ao exercício ativo e subjetivo dos seus direitos de participação política. Assim, quanto mais popular e mais despertar a consciência, a participação política pode ser, consequentemente, mais ampla e profunda. Por fim, é preciso cultivar o espírito do sistema legislativo, fazendo com que os universitários formem autonomamente a consciência a respeito da natureza do governo sujeito às leis, constituindo-se um ambiente de legitimidade na sociedade como um todo, bem como garantindo a participação política organizada dos cidadãos.

- 2) Por meio de variados canais, educar e orientar corretamente os universitários com respeito à participação política. Primeiramente, conscientizá-los sobre as responsabilidades que devem ser assumidas a respeito do uso da internet, garantindo a participação política nas redes de forma consciente, civilizada e racional. Em segundo lugar, orientá-los sobre o mecanismo de *feedback* entre internautas e governo, como meio de expressão racional de suas demandas. Fortalecer a transparência dos assuntos relacionados ao governo na internet, publicar corretamente, e no tempo certo, as informações das autoridades, garantir o direito de conhecimento dos cidadãos, combater a influência e a proliferação de falsas informações, diminuir os sentimentos negativos da sociedade. Por fim, é preciso fortalecer a discussão de assuntos políticos na internet para orientar o debate a respeito dos problemas-chave, controlar a divulgação de discursos extremistas na rede, coordenando a expressão racional de opinião via internet, bem como diminuindo e evitando a tendência “temperamental” da participação política no mundo virtual.

REFERÊNCIAS

CENTRO de informações da internet na China. **XXVII relatório estatístico do desenvolvimento da internet na China**. [s.l.], jan. 2011.

HAN, Z; WANG, R. Discutir a formulação das políticas públicas e a participação dos cidadãos sob o ambiente virtual. **Periódico da Universidade de Ciências e Tecnologias Eletrônicas**, v. 3, 2006.

14. Nota da tradutora: em chinês, a consciência subjetiva refere-se à percepção de que o indivíduo não é subalterno à sociedade, mas um cidadão como ator principal que possui autonomia na vida política da sociedade.

LIU, Y. Participação do povo no processo de elaboração das políticas públicas. **Periódico Lanzhou**, v. 3, 2004.

McGREGOR, R. **The Party**: The secret world of China's communist rulers. New York: Harper Collins, 2010

PUDAO, Y. Participação política. Tradução: Jie Lili. **Jornal Diário da Economia**, p. 4, 1989.

TU, X. Pesquisa sobre a participação dos universitários na política e suas análises. **Periódico mensal da educação**, v. 11, 2008.

WANG, H. **Justiça, igualdade e humanidade**: sistema de princípios morais do governo. Beijing: Editora da Universidade de Beijing, 2000, p. 89.

WANG, Z. Discutir sobre as características, significado e aperfeiçoamento da participação dos cidadãos no poder legislativo. **Jornal acadêmico da Universidade de Guangxi**, 2010.

VALORES, ORIGENS SOCIAIS, ESTILOS DE VIDA E HORIZONTES DOS UNIVERSITÁRIOS CHINESES¹

Chen Weidong²

Como países constituintes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), o Brasil e a China são duas nações em desenvolvimento que exercem influência fundamental no mundo contemporâneo. Para fortalecer a compreensão mútua da juventude chinesa e brasileira, incentivando o intercâmbio acadêmico entre as duas potências, o Centro de Pesquisa da Infância e da Juventude da China (CYCRC) em colaboração com a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 2012, desenvolveu em seus respectivos países o *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*. Adotou-se na pesquisa o mesmo questionário para ambos os países. Selecionaram-se 1.800 universitários de seis instituições distintas para preencher o questionário. Assim, após o levantamento, reuniram-se dados de primeira mão, sendo estes contendo certo material para a compreensão dos valores dos universitários contemporâneos. Este capítulo pretende listar importantes descobertas da parte chinesa.

1 CONTEXTO DA APLICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA AMOSTRAGEM

1.1 Contexto da aplicação do questionário

A aplicação do questionário para universitários chineses foi realizada no dia 4 de março de 2012. Conforme a situação existente no dia em que o questionário foi aplicado e as requisições do programa de estudo chinês, selecionaram-se seis universidades nas cidades de Beijing e Shanghai para a aplicação do questionário.

A realização da pesquisa se deu por meio do preenchimento do questionário que, por sua vez, foi distribuído para 1.800 estudantes, obtendo-se um retorno de 1.745,³ cuja taxa de recolhimento é de 96,9%, atendendo ao pedido da amostragem do programa.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. Mestre em educação pela Universidade Normal da Capital. Pesquisador-associado no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC).

3. Nota dos organizadores: o número de questionários tratados neste artigo é N = 1.745 devido à inclusão de alunos acima de 24 anos na análise chinesa. A fonte é CYCRC e Cycra. Nas análises que empregam a base de dados que eliminam as respostas de estudantes chineses acima de 24 anos, o número de respondentes é N = 1.708, a fonte é Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

1.2 A estruturação da amostragem

1.2.1 A distribuição etária e a proporção do gênero

Entre os universitários pesquisados desta investigação, os estudantes do sexo masculino ocuparam uma porcentagem de 38,0%, enquanto que o sexo feminino, 62,0%. Em termos de idade, a média é de 19,98 anos de idade, sendo a máxima de 25 anos; a mínima, 17 anos. A mediana etária é de 20 anos; assim como sua moda (tabela 1).

TABELA 1
A proporção da diferença etária e do gênero entre universitários pesquisados

Homem (%)	Mulher (%)	Média da idade	Idade máxima	Idade mínima	Mediana da idade	Moda da idade
38	62	19,98 anos	25 anos	17 anos	20 anos	20 anos

Fonte: CYCRC e Cysra.

1.2.2 A constituição dos cursos e a distribuição do ano de estudo

Entre os universitários pesquisados nesta investigação, as categorias dos cursos são amplas e variadas, cobrindo pelo menos dez grandes disciplinas. A pesquisa concentra-se em alunos na graduação (tabela 2).

TABELA 2
Os cursos e a distribuição do ano de estudos

2A – Cursos

Disciplinas	(%)
Filosofia	0,2
Economia	5,9
Direito	26,7
Pedagogia	2,9
Literatura	20,4
História	1,6
Exatas	10,0
Engenharias	15,6
Agrícola	1,8
Medicina	0,4
Gestão	13,4
Artes	1,2
Total	100,0

2B – Distribuição do ano de estudos

Ano atual de estudo	(%)
1º ano de graduação	41,2
2º ano de graduação	40,3
3º de graduação	12,3
4º de graduação	4,7
Outro	1,6
Total	100,1

Fonte: CYCRC e Cyra.

1.2.3 Local de nascimento

Os universitários pesquisados são naturais de todas as províncias/cidades da China, com exceção das regiões de Hong Kong, Macau e Taiwan. Entre os pesquisados, 68,6% provêm da cidade e 31,4% do campo.

1.2.4 Estado civil

Na China é permitido aos universitários casarem mesmo no período de estudos. Mesmo assim, estudantes solteiros ainda são a grande maioria. Entre os pesquisados, 99,1% são solteiros, e apenas 0,9% são casados. No entanto, 0,4% dos estudantes moram junto de seu(ua) parceiro(a); e 0,1% são divorciados.

2 FAMÍLIA E AMIGOS

2.1 O ambiente familiar onde cresceram

2.1.1 O nível de escolaridade dos pais

Entre os universitários pesquisados, a maioria dos seus pais possui nível escolar secundário ou abaixo disso, sendo que 54,7% são pais, e 62,1% mães. Paralelamente, 38,9% dos pais e 32,6% das mães completaram o ensino superior ou mais (tabela 3). Demonstra-se, portanto, que mais de 30% dos pais desses universitários possuem altas qualificações educacionais.

TABELA 3

A escolaridade dos pais dos universitários pesquisados
(Em %)

Nível de escolaridade	Pai	Mãe
Analfabeto	1,3	1,5
Ensino fundamental (incompleto)	3,0	4,4
Ensino fundamental (completo)	4,1	5,2

(Continua)

(Continuação)

Nível de escolaridade	Pai	Mãe
Ensino médio (incompleto)	4,3	3,9
Ensino médio (completo)	42,0	47,1
Ensino superior (incompleto)	4,7	2,6
Ensino superior (completo)	33,1	28,7
Pós-graduação	5,8	3,9
Outros	1,7	2,7
Total	100,0	100,0

Fonte: CYCRC e Cyra.

2.1.2 O setor de atividade econômica dos pais

Em termos do setor de atividade econômica dos pais, os mais recorrentes são os das seguintes áreas: administração pública, serviços e industrial. Analisando o emprego exercido pelos pais, nota-se que o mais importante grupo é funcionário público e outros empregos regulares, e para as mães é trabalhar no setor de serviços (tabela 4).

TABELA 4
O setor de atividade econômica do trabalho dos pais
(Em %)

A ordem do setor do pai (decrecente)		A ordem do setor da mãe (decrecente)	
Administração pública/governo	14,9	Serviços	17,9
Serviços	11,1	Educação	12,8
Industrial	10,2	Administração pública/governo	10,8
Comércio	9,3	Comércio	8,4
Educação	8,2	Agropecuária	6,4
Construção	7,9	Industrial	6,1
Agropecuária	5,6	Saúde	4,9
Militar/segurança pública	3,9	Construção	2,5
Pesquisa e desenvolvimento	3,3	Pesquisa e desenvolvimento	1,5
Saúde	3,1	Militar/segurança pública	1,5
Extrativa/mineral	1,6	Extrativa/mineral	0,9
Outros	20,9	Outros	26,3
Total	100,0	Total	100,0

Fonte: CYCRC e Cyra.

2.1.3 A constituição da família

Mais de 70% dos universitários vivem em famílias bem estruturadas, os quais 64,1% moram com os próprios pais e 9,5% com pais e avós. Há 3,2% de universitários que vivem em família com apenas um dos pais, entre os quais 0,7% residem somente com o pai;

e 2,5% com a mãe. A percentagem dos universitários que vive em família reestruturada é de 1,7%, entre os quais 1,2% moram com a mãe e o padrasto e 0,5% com pai e madrasta. Assim, nota-se que a família desses universitários pesquisados é bastante estável, pois poucos vivem em famílias com apenas um dos pais ou reestruturadas.

2.2 Estabelecimento de amizade

2.2.1 A quantidade de amigos

Os universitários gostam de fazer amizades, sendo que 73,0% deles possuem mais de dez amigos, com uma média de quinze amigos. Entre os pesquisados, apenas 39 estudantes declararam não ter amigos, ocupando uma percentagem de 2,2% (tabela 5).

TABELA 5
A quantidade de amigos dos universitários pesquisados

Quantidade de amigos	(%)
Não possui	2,2
1	2,7
Entre 2 a 4	7,0
Entre 5 a 9	15,1
Entre 10 a 14	13,3
Entre 15 a 19	8,0
20 ou mais	51,7
Total	100,0

Fonte: CYCRC e Cyra.

2.2.2 Os canais de estabelecimento da amizade

Os canais de fazer amizade dos universitários são diversos, cujos amigos são principalmente provenientes dos períodos de estudo no ensino superior e no ensino médio. Em segundo lugar, é por intermédio da apresentação de outros amigos ou da participação em organizações. A percentagem que encontrou seus amigos através de meios como organizações, internet e atividades religiosas são, respectivamente, 18,2%, 6,7% e 0,9% (tabela 6). Assim, observa-se que as formas por meio das quais os universitários estabelecem amizades são diversificadas.

TABELA 6
Os canais de estabelecimento de amizades e fonte de amigos

Os canais de estabelecimento de amizades e fonte de amigos	(%)
Na universidade	76,0
No ensino médio	73,9
Por meio de outros amigos	32,8
No ensino fundamental	25,5

(Continua)

(Continuação)

Os canais de estabelecimento de amizades e fonte de amigos	(%)
Em organizações das quais participo (exemplo: clube esportivo, entidade política, ONG)	18,2
Por meio de meus familiares	8,4
Por meio da internet	6,7
Na vizinhança	6,0
No trabalho	5,1
Em festas ou boates	1,8
Em bares, cafés ou casas de chá	1,1
Na igreja	0,9

Fonte: CYCRC e Cykra.

2.2.3 Com quem os universitários saem e o que é importante para escolher os amigos?

Em termos de constituição de companheiros do dia a dia, 85,4% dos universitários frequentemente saem com amigos ou colegas de classe; 46,4%, com seus pais; 22,7%, sozinhos; 21,4%, com namorado(a). Observa-se, então, que amigos e colegas de classe são os companheiros cotidianos desses universitários. A ordem dos aspectos importantes na escolha dos amigos é: ter gosto/preferências parecidas (68,8%), sentir confiança mútua (65,6%), ter ideais parecidas (39,5%), saber que essas pessoas são capazes de ajudar na vida (25%) e fazer as mesmas coisas (19,8%).

3 A VIDA DOS ESTUDOS E O PLANEJAMENTO APÓS A GRADUAÇÃO

3.1 A vida de estudos

3.1.1 Curso e o grau de correspondência com a própria volição

Mais de 70% dos universitários consideram que o curso que estão realizando atualmente corresponde com a sua primeira opção. Entretanto, 34% declararam que caso houvesse oportunidade, desejariam ser remanejados para outro curso. Com isso, nota-se que o grau de correspondência entre o curso escolhido e a própria volição da grande maioria dos estudantes é alto. Dados demonstram que 21,2% dos universitários, ao ingressarem na universidade, tentaram mudar de curso, porém não foram bem-sucedidos. Observa-se que a liberdade de remanejamento de curso é baixa em determinadas instituições de ensino superior.

3.1.2 Fatores que influenciam na escolha do curso

Nota-se, a partir da investigação, que existem quatro fatores principais que influenciam a escolha do curso desses universitários. Primeiro é o próprio gosto; segundo, a influência da família e a oportunidade de emprego; terceiro, proporcionar um emprego seguro, a importância para a sociedade e a facilidade no vestibular; e, por fim, um grupo de fatores são de menor importância: o prestígio, o custo, a influência de amigos etc.

3.1.3 Tempo de estudo

Entre os universitários pesquisados, 91,5% são matriculados em turno integral, com a média de 22,44 horas de aulas semanais, considerando que uma aula tem duração de uma hora. Além disso, em termos de tempo de estudos fora da sala de aula, os universitários pesquisados dedicam aproximadamente 10,44 horas por semana, ou seja, desconsiderando o fim de semana, são em torno de duas horas de estudo fora da sala de aula por dia.

3.2 Vontade de estudar no exterior e experiência de intercâmbio

3.2.1 Vontade de fazer intercâmbio

Segundo os dados, 71,1% dos universitários chineses gostariam de fazer intercâmbio no exterior. Seus destinos preferidos são: Estados Unidos (65,3%), Inglaterra (45,9%), França (23,7%), Japão (21,2%), Canadá (20,5%), Austrália (19,6%) Alemanha (17,9%), e, por fim, outros países europeus.

3.2.2 Experiência de intercâmbio

Nos dias atuais de internacionalização acelerada, parte dos universitários chineses já teve a experiência de ter realizado intercâmbio no exterior. Entretanto, considerando o quadro dos pesquisados como um todo, a porcentagem ainda assim é relativamente baixa, somente 7,1%. Os países que realizaram intercâmbio são principalmente os Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Cingapura, Japão, Coreia do Sul etc.

3.3 Planejamento da vida após a formação

O primeiro plano dos universitários após a graduação é continuar os estudos na pós-graduação (46,8%), em segundo lugar trabalhar na administração pública (23,6%); e, em seguida, trabalhar no setor privado (18,5%).

4 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E EXPECTATIVA DO EMPREGO

4.1 Experiência profissional

Na semana antecedente à aplicação do questionário, além de estudar, 48,3% dos universitários trabalhavam (os que não trabalhavam, 51,7%), entre os quais 24,1%, exerciam algum tipo de trabalho remunerado; 11,5% não remunerado. Além disso, 12,7% procuraram por trabalho remunerado. Dos trabalhos exercidos pelos universitários, 28,3% são da própria área de graduação e 71,7% não.

Entre os universitários que exerciam algum tipo de trabalho, o tempo médio de dedicação era de 7,12 horas por semana e o tempo máximo era de 21 horas. Embora houvesse uma parcela majoritária de universitários que já trabalharam, poucos são os trabalhos remunerados, mais raros ainda os que correspondem ao curso de graduação. Levando em consideração que o tempo dedicado pelos

universitários é grande, conclui-se que não há ganho de experiência efetivo que seja diretamente proveitoso na graduação.

4.2 Os objetivos de trabalho

Os objetivos do trabalho são principalmente para acumular experiência profissional, bem como experiência social. Na escala de um a dez para avaliar o objetivo do trabalho (em que um refere-se à necessidade econômica e dez ao acúmulo de experiência), os que assinalaram abaixo de cinco correspondem a uma parcela de 17,9%; os que escolheram cinco eram 25,0%; os que selecionaram entre seis e nove eram 37,2%, e os que optaram por dez eram 19,9%. A somatória dos dois últimos fatores é de 57,1%. Assim, para os universitários que trabalham enquanto estudam, o objetivo da maioria é acumular experiência profissional; no entanto, há uma minoria que deseja uma certa renda.

Mais da metade dos universitários não apresentam experiência alguma de trabalho, as razões são: falta de tempo, não há necessidade e não têm permissão da família (tabela 7).

TABELA 7

As razões de os universitários não terem procurado trabalho na semana anterior à aplicação do questionário
(Em %)

O tempo dedicado aos estudos impede que eu trabalhe	26,6
Não preciso trabalhar	25,0
Minha família não deixa ou não gosta que eu trabalhe enquanto estiver estudando	14,0
Não encontro trabalho ou estágio fora dos horários das minhas aulas	10,6
Não sei onde procurar trabalho	10,0
O local de trabalho é sempre muito longe	4,6
Não encontro trabalho ou estágio na minha área de estudo	3,6
O salário oferecido é sempre muito baixo	2,6
Nunca tenho a qualificação ou a experiência exigida nas seleções de trabalho	1,8
Sinto-me discriminado(a) na seleção de trabalho	0,7
As normas da universidade não permitem que eu trabalhe	0,5

Fonte: CYCRC e Cyra.

A partir da tabela 7 pode-se notar que existe uma parcela de universitários que nunca trabalhou, porque não conseguiu encontrar um lugar para estagiar ou não soube procurar. Isso demonstra que uma parte dos universitários, embora tenha vontade de trabalhar, sofre com a falta de oportunidade e de apoio externo. Portanto, deve-se proporcionar ativamente para parte dos universitários oportunidade de estágio e apoio correspondente.

4.3 O padrão da escolha do emprego

Atualmente, o padrão da escolha do emprego dos universitários é multidimensional. Como indica a tabela 8,⁴ eles priorizam (classificando como muito importante e importante) o emprego seguro (85,6%); em segundo plano, a oportunidade de crescimento profissional (83,6%); por gosto ou realização pessoal (81,1%), ter tempo para se dedicar aos estudos e à família (78,9%); e, por fim, ter autonomia (70,0%), remuneração alta (69,5%), ser útil à sociedade (66,7%) e ter boas condições de trabalho (66,4%).

TABELA 8

Qual é a importância de cada uma destas dimensões no trabalho?
(Em % de respostas 'muito importante' e 'importante')

Emprego seguro	85,6
Oportunidade de crescimento profissional	83,6
Trabalho que eu goste ou que me realize pessoalmente	81,1
Trabalho que permita tempo para dedicação aos estudos/à família	78,9
Trabalho em que a pessoa tenha autonomia	70,0
Remuneração alta	69,5
Trabalho útil à sociedade	66,7
Boas condições de trabalho	66,4
Trabalho que permita ajudar outras pessoas	58,0
Trabalho em que a pessoa decida seus horários ou seus dias de trabalho	57,2

Fonte: CYCRC e Cycra.

4.4 A perspectiva da escolha da profissão após a graduação

Dos universitários que se preparam para trabalhar após a graduação, 53,1% deles desejam encontrar um trabalho que compatibilize com sua área de estudo; 14,1% não; já 12,5% preferem procurar por trabalho de qualquer área de especialização. Isso demonstra que a maioria dos estudantes espera encontrar um trabalho que corresponde com sua própria área de graduação.

4.5 Tempo livre e lazer

4.5.1 As atividades de lazer nas horas vagas

A atividade de lazer mais recorrente dos universitários nas horas vagas é ir ao shopping; depois é ficar em casa e ir para casas de amigos(as); e, por fim, é ir ao cinema, parques e praças.

4. A pergunta listou dez aspectos e apresentou-se uma escala de cinco itens de "muito importante" ao "nada importante".

TABELA 9
Nas horas vagas costuma fazer
 (Em %)

Ir a <i>shoppings</i>	45,5
Prefiro ficar em casa	36,8
Ir a casas de amigos(as)	34,9
Ir ao cinema	29,3
Ir a parques e praças	25,7
Ir a centros culturais	12,7
Ir a museus	7,5
Ir a teatros	3,9
Ir a bares/boates	3,0
Ir à igreja	2,0

Fonte: CYCRC e Cygra.

A partir da observação da tabela 9, pode-se notar que as atividades exercidas pelos universitários durante seu tempo livre são, majoritariamente, de descanso e lazer, refletindo-se nas altas porcentagens das opções de “ficar em casa” e “ir ao shopping”. A participação cultural apresenta baixíssimas porcentagens, como ir a centros culturais, museus, teatros etc., assim como a proporção também não é alta para lugares de entretenimento comercial, como bares e boates. Estes dados sugerem que a vida de lazer dos universitários contemporâneos é relativamente monótona.

4.5.2 As atividades de lazer durante fins de semana e férias

Nos finais de semana e férias os universitários possuem mais tempo livre, portanto, nesse período, as atividades de lazer também apresentam diferenças em relação ao tempo livre nos dias comuns. Durante os fins de semana e o recesso, a proporção daqueles que acessam internet é significativamente maior, em torno de 60%; perto de 40% preferem ficar em casa; cerca de 30% leem e estudam; próximo a um quarto viaja; aproximadamente um quinto sai para festas; e em torno de um décimo pratica esporte ou trabalha. Sendo assim, nos finais de semana e férias acessar internet é a atividade mais recorrente dos universitários.

As atividades que os universitários mais fazem na internet é acessar as redes sociais, como renren e kaixin; em segundo lugar é bater papo, por exemplo Google Talk, MSN ou QQ,⁵ e assistir vídeos ou filmes; depois são atividades como fazer *download* de músicas e filmes, verificar *e-mails* e jogar; e, por fim, ler notícias em jornais e revistas, fazer compras e escrever em *blog* pessoal etc.

5. Nota da tradutora: Uma das primeiras redes sociais da China: QQ.com. Com ela, os usuários podem acessar notícias, jogos on-line, e também enviar mensagens para outras pessoas.

5 ATIVIDADES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

5.1 A situação da participação das comunidades universitárias

Na universidade, os universitários participam ativamente em organizações estudantis, como a associação estudantil e grupos de atividades, como esporte, coral, clube de cinema, clube de dança etc. Eles participam com um entusiasmo envolvente das atividades desenvolvidas pela comunidade universitária, dedicando entre cinco e seis horas por semana de seu tempo a este fim. Há alguns estudantes que ainda passam mais de vinte horas semanais nessas atividades extracurriculares.

5.2 A participação nas entidades

Em relação à participação ela não ultrapassa 40,0% dos alunos em nenhum dos sete tipos de entidade elencados. As entidades nas quais eles mais participam, ou participaram no passado, são: organização humanitária ou organização de caridade (40,6%), grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico (37,1%), movimentos populares de saúde (26,7%) e partido político (24,9%). Além disso, em torno de 14,7% dos universitários têm uma religião, sendo que 57,8% destes são budistas, que é o grupo majoritário, 29,1% são cristãos e 6,4% são muçulmanos.

5.3 A consciência ecológica e a participação nas atividades ecológicas

Em termos globais, os universitários consideraram extremamente graves problemas ambientais de dimensão mundial, tais como aquecimento global, perda da biodiversidade, poluição de rios, lagos e oceanos e a poluição da cidade. Eles julgaram que os principais problemas ambientais da China atual são: a poluição do ar, a grande quantidade de lixo urbano e doméstico sem destino adequado, o efeito estufa e o lixo produzido pelas indústrias.

Conforme a tabela 10, os universitários participam de maneira intensa das atividades ecológicas, que partem de detalhes do cotidiano, começando por si mesmo para almejar economia e diminuir desperdício. Para garantir a proteção do meio ambiente, eles topam reduzir o seu consumo, assim como gostariam de consumir produtos que promovem o equilíbrio ecológico.

TABELA 10

O que você está fazendo de importante para preservar o meio ambiente?

(Em %)

Não jogar lixo na rua ou em outros lugares	60,8
Economiza água	54,5
Economiza luz/energia	44,2
Recicla/separa materiais para reciclagem/coleta seletiva	19,6
Não desmata/queima florestas/plantas/matos	18,0
Praticar consumo consciente	15,9
Preserva as árvores/plantas/não destrói/não deixa as pessoas destruírem	8,4

Fonte: CYCRC e Cychra.

6 OS VALORES QUE NORTEIAM OS UNIVERSITÁRIOS E SUA AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AOS VALORES DA JUVENTUDE

6.1 A busca dos valores próprios dos universitários

Na China os universitários que consideram liberdade, igualdade e honestidade como seus principais valores são majoritários, bem como justiça, valorização da família, solidariedade, respeito aos mais velhos e ao meio ambiente também são valores importantes.

TABELA 11
Valores dos universitários e da juventude
(Em %)

	Valores dos próprios universitários	Valores da juventude
Liberdade	38,4	43,2
Igualdade	36,5	37,7
Ética e honestidade	35,9	28,8
Justiça	30,8	30,9
Valorização da família	30,0	14,7
Solidariedade	23,6	20,0
Respeito aos mais velhos	14,0	11,7
Respeito ao meio ambiente	12,6	10,2
Competitividade	11,2	28,1
Respeito à diferença étnico/racial	10,4	10,3
Respeito à diversidade sexual	6,2	6,7
Valorização das tradições	5,7	3,7
Responsabilidade em relação ao bem comum	2,8	2,6

Fonte: CYCRC e Cyra.

A partir da tabela 11, nota-se que há, basicamente, uma correspondência entre os valores dos próprios universitários e os que eles atribuem à juventude no geral. Liberdade e igualdade são dois valores extremamente valorizados pelos pesquisados. Diferenças significativas dizem respeito à identificação dos universitários em relação à “competitividade”, que é menor do que a atribuída por eles à juventude em geral; assim como em relação à valorização da família, neste caso a identificação como um valor próprio dos universitários pesquisados é maior do que a atribuída por eles ao resto da juventude.

Além disso, a maioria dos universitários considerou que homens e mulheres devem ser tratados igualmente no mercado de trabalho e que o ensino superior é igualmente importante para ambos os sexos. Os jovens universitários chineses concordaram ainda a respeito da importância do casamento e afirmaram, de forma vigorosa, que as crianças devem crescer na família com pai e mãe.

6.2 O conhecimento e a avaliação dos universitários sobre a juventude

Ser universitário é uma fase especial na vida de uma pessoa, o melhor de ser jovem é ter saúde e disposição, ter sonhos e objetivos, podendo aproveitar a vida, bem como ter mais tempo para estudos e lazer. Já o pior de ser jovem é a falta de segurança do futuro, não poder se sustentar sozinho, ser facilmente influenciável, não encontrar emprego, não poder tomar decisões sozinho, e, em determinado nível, sofrer o controle dos pais. Além disso, os principais fatores que afligem a juventude de hoje são: viver em um mundo desigual, declínio moral, solidão, insegurança, degradação do meio ambiente e corrupção.

TABELA 12
Os principais fatores positivos e negativos da juventude
(Em %)

O que há de melhor em ser jovem		O que há de pior em ser jovem		O que mais aflige o jovem	
Ter saúde e disposição	47,5	Ter insegurança quanto ao futuro	42,5	Viver em um mundo desigual	46,5
Ter sonhos e objetivos	39,4	Não poder se sustentar sozinho	33,7	Declínio moral	35,0
Poder aproveitar/curtir a vida	36,7	Ser facilmente influenciável	32,1	Desemprego	23,3
Poder se dedicar mais aos estudos	27,0	Medo de não conseguir trabalhar na sua profissão	26,9	Solidão	21,2
Ter tempo livre para o lazer	24,7	Não poder tomar decisões sozinho	18,1	Viver em um mundo inseguro	20,5
Ter liberdade	19,5	O controle dos pais/família	14,9	Degradação do meio ambiente	17,2
Ter muitos amigos	15,8	Vida monótona	14,2	Corrupção	14,2
Contar com apoio da família	15,2	Conviver com riscos	9,2	Violência	10,5
Correr riscos/buscar adrenalina	11,2	Não tem nada ruim em ser jovem	8,4	Pobreza	10,2
Não ter responsabilidades	8,4	Não ser ouvido	8,1	Violação dos direitos humanos	9,0
Não tem nada de bom	8,1	Não ter liberdade	7,7	Drogas	8,5
Agir sobre o próprio corpo/valorizar a estética	2,8	Trabalhar e estudar ao mesmo tempo	3,0	Nada	5,9
Namorar sem compromisso	2,5			DST/Aids	5,4
				Ser desacreditado	2,0

Fonte: CYCRC e Cycra.

A partir da tabela 12, pode-se notar que os universitários, no período da juventude, não possuem segurança quanto ao futuro, preocupam-se em não encontrar emprego e com a perspectiva do desemprego, fatores esses que possivelmente dificultam a construção de sua autoconfiança. Conforme seu ponto de vista, os principais problemas que influenciam a juventude atual não são pobreza, tampouco o desemprego, mas sim desigualdade e declínio moral.

7 CONSCIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

7.1 O grau de confiança dos órgãos governamentais, setores públicos e organizações sociais

Os universitários confiam mais na família, bem como atribuem alta credibilidade em relação aos órgãos governamentais (tais como Congresso Nacional do Povo, Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, governo, forças armadas, justiça), setores públicos (como escola) e organizações sociais (por exemplo, o Partido, comunidade).

A partir da tabela 13, nota-se que conforme o grau de confiança dos universitários, pode-se classificar as instituições em diferentes grupos. Primeiramente é a família, que merece mais confiança dos universitários; em segundo lugar entidades, tais como forças armadas, escola, partido, justiça, associações e organismos internacionais; em terceiro, instituições com confiança mediana, como TV, rádio e jornal, sindicatos e internet; e por fim, em quarto lugar, instituições com baixíssimo confiança dos pesquisados, ONGs e igrejas ou templos.

TABELA 13
Avaliação de confiança dos universitários em relação a diferentes instituições na sociedade¹

Organização ou entidade	Média da nota	Porcentagem acima de nota 6	Porcentagem de notas 10
Família	8,35	82,8	56,4
Forças armadas	6,61	62,2	21,0
Escola	6,40	63,3	10,8
Organismos internacionais (ONU, Unesco, OIT, MOC etc.)	6,32	60,1	13,1
Partido no poder (comunismo, socialismo) ²	6,21	56,1	21,3
Governo	6,11	56,3	15,7
Justiça	6,09	56,7	14,6
Assembleia (CNP, CCPCC) ³	6,06	53,9	16,3
Associações	5,96	56,2	8,9
Política ⁴	5,79	50,5	13,0
TV, rádio e jornal	5,79	54,1	6,5
Movimentos sociais	5,57	46,9	6,5
Democracia/liberalismo ⁵	5,32	40,8	8,8
Internet	5,14	39,7	4,2
Sindicatos	5,13	39,4	4,0
ONGs	4,74	33,1	4,3
Igreja/templo	4,34	25,6	5,3

Fonte: CYCRC e Cyra.

Notas: ¹ Ficou acordado entre o China e Brasil que, apesar da obrigação de aplicarem o questionário com o mesmo teor, pode haver adaptações conforme diferenças culturais e institucionais. Sendo assim, houve adaptação da pergunta n° 55 do questionário brasileiro (n° 49 do questionário chinês), acrescentando categorias como partido no poder, democracia/liberalismo, política e assembleia que não foram perguntadas no questionário brasileiro. Além disso, houve a fusão em uma só categoria da polícia e da justiça.

² Nota da tradutora: instâncias nacionais de discussão política, especificamente Assembleia Popular Nacional e Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, com direito à participação popular e de juventude.

³ Nota da tradutora: refere-se comumente ao comportamento político do governo e partidos.

⁴ Nota da tradutora: considerando a peculiaridade da política da China, foi perguntado sobre democracia/liberalismo em contraposição ao PCC.

Obs.: 1 refere-se a não confia; 2... 3... 4... 5... 6... 7... 8... 9... 10 a confia muito.

7.2 O conhecimento e a avaliação sobre a participação política dos jovens

A porcentagem de universitários que se interessam pela política é de 73,4%, entre os quais 35,8% participam ativamente das atividades políticas ou as que se relacionam com a política; 37,7% apenas declaram ter um interesse pela política, possuem vontade de compreendê-la, mas não participam pessoalmente. Nota-se então que o interesse dos universitários em entender a política pode ser muito maior do que entusiasmado para participar diretamente dela.

Vinte e seis por cento dos universitários não se interessam pela política, cujas razões para tal são: complexidade da política, em primeiro lugar; depois, julgaram que não há espaço efetivo para sua participação, em seguida, levantaram os problemas de corrupção; por fim, também tem aqueles que não atribuem nenhum significado especial à política.

TABELA 14

Quais meios você usou na última semana para se obter informações sobre seu país e o mundo?
(Em %)

Internet, e-mail, Weibo, redes sociais	93,0
Amigos ou colegas	82,8
Noticiário na TV	74,7
Jornais e revistas impressos	70,1
Familiares	65,4
Noticiário no rádio	55,2

Fonte: CYCRC e Cycra.

Os universitários se importam com as grandes notícias nacionais e internacionais e se mantêm informados por meio de variados canais e maneiras, entre os quais a internet e os amigos são mais comuns (tabela 14).

Quase dois terços dos universitários não concordam com a afirmação “os jovens de hoje não se preocupam com a política”, entretanto, 72,4% dos pesquisados concordam que os jovens dos anos 1960 e 1970 tiveram participação política maior que os de hoje. Sobre os meios para a participação, 55,8% dos universitários considera que há canais atualmente para os jovens expressarem-se na política, mesmo assim, um grande número (88,7%) julga que os jovens têm pouca possibilidade de participarem da política via poderes constituídos.

APÊNDICE A

AMOSTRAGEM E EXECUÇÃO DA SURVEY NO BRASIL: ESTUDO COMPARADO SOBRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS

Ana Maria Nogales Vasconcelos¹

Um dos objetivos do *Estudo comparado sobre jovens universitários chineses e brasileiros*, que se fundamenta neste delineamento amostral, foi o de levantar dados sobre valores, estilos de vida e perspectivas pessoais e de atuação profissional. Considerando-se a extensão territorial dos dois países e suas diversidades, decidiu-se que a pesquisa não teria uma abrangência nacional, mas que seria realizada simultaneamente nos dois países (em suas capitais e em seus maiores polos industriais, respectivamente Beijing, Brasília, Shangai e São Paulo).

1 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO E DA POPULAÇÃO ACESSÍVEL

A população-alvo da pesquisa foram jovens universitários com idade até 24 anos completos. O limite etário foi estabelecido para fins de comparabilidade dos resultados entre os dois países, já que na China o percentual de estudantes universitários com mais de 24 anos em nível de graduação é praticamente inexistente. No Brasil, o percentual de estudantes universitários com menos de 25 anos foi de 57%, em 2012, segundo o censo da educação superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2012).

Para o acesso a essa população, foram escolhidas três instituições de ensino superior em cada uma dessas cidades, representando diferentes níveis de prestígio de ensino e pesquisa.

Esquemáticamente, tem-se:

- população-alvo: jovens universitários brasileiros;

1. Doutora em demografia pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Professora do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI).

- população acessível (*sampled population*): estudantes matriculados na época da pesquisa em universidades de São Paulo e do Distrito Federal, sendo uma de cada categoria administrativa em cada Unidade da Federação (UF) – pública, comunitária e privada.

2 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Tendo em vista o número elevado de estudantes matriculados nas unidades de ensino superior escolhidas (três em São Paulo e três no Distrito Federal), além do interesse em se levantar com qualidade dados relativos à vida universitária, aos hábitos, aos valores e às perspectivas, fica clara a necessidade de uma pesquisa por amostragem.

Para o propósito de inferências, como é o caso da pesquisa mencionada, é reconhecido que as amostras devem ser de natureza probabilística. Para a realização de um esquema amostral probabilístico, é necessário ter disponível um cadastro das unidades a serem selecionadas. Dada a dificuldade em se dispor de listagem nominal de estudantes matriculados segundo o curso em cinco universidades pesquisadas e dado a exiguidade de tempo para encontrar estudantes em suas residências ou locais de trabalho, decidiu-se por considerar as turmas de “disciplinas-chaves” dos diversos cursos existentes nas universidades, como as unidades amostrais da pesquisa. Assim, a amostragem foi realizada em dois estágios nessas cinco universidades (duas em São Paulo e três em Brasília), conforme descrito nas subseções a seguir.

2.1 Primeiro estágio: seleção de cursos/turma com probabilidade de seleção proporcional ao número de alunos

Os cursos foram estratificados segundo a área do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

- ciências da vida;
- ciências exatas e da terra;
- ciências humanas.

Como princípio geral, a seleção aleatória considerou a importância do curso na área de concentração (em termos de número de alunos). A orientação geral era de que em cada universidade trinta a quarenta turmas seriam selecionadas, e entre dez e quinze estudantes escolhidos por turma.

Essas trinta a quarenta turmas foram espalhadas segundo os diversos cursos das três áreas.

2.2 Segundo estágio: seleção dos estudantes na turma

A seleção aleatória dos estudantes foi feita por amostragem aleatória simples, considerando-se, para a seleção, a proximidade do dia do aniversário com o valor previamente selecionado aleatoriamente entre 1 e 30.

Para definir eventuais substituições, o sorteio aleatório era de um número maior de turmas ou de estudantes na turma do que o necessário e, em casos de ausência ou exclusão por outras razões, esses elementos extras eram selecionados.

Em uma das universidades do estado de São Paulo, foi possível ter acesso à lista nominal dos estudantes matriculados segundo o curso. Procedeu-se à seleção de uma amostra estratificada por cursos agrupados segundo a área de conhecimento do CNPq, com alocação proporcional. Os estudantes selecionados foram localizados e entrevistados. Da mesma forma foi selecionado um número maior de estudantes do que o necessário para eventuais substituições.

3 TAMANHO DA AMOSTRA

Para uma pesquisa objetivando estimar as proporções de determinados tributos levantados por meio de questionário estruturado, pode-se utilizar a expressão (1).

$$n = \frac{\left(z_{\alpha/2} \right)^2 * p(1-p)}{\epsilon^2}, \quad (1)$$

onde n é o tamanho da amostra; $p(1-p)$ é a variabilidade do atributo na população; z é a abscissa de uma distribuição normal padrão e representa o grau de confiança; e ϵ é o erro amostral (Bolfarine e Bussab, 2005).

Considerando-se variabilidade máxima do atributo na população, com uma confiança de 95% e com uma precisão de 5%, o tamanho da amostra será, aproximadamente, igual a quatrocentos estudantes em cada universidade.

Para a realização da coleta de dados, a distribuição desse número de estudantes segundo a turma variou conforme o número total de cursos por área do conhecimento nas universidades, garantindo uma representatividade adequada da população de estudantes em cada uma das universidades escolhidas para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Editora Blücher, 2005.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2012**. [s.l.]: Inep; MEC; Censup, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/97PWfI>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COCHRAN, W. **Sampling techniques**. 3rd ed. New York: Wiley, 1977.

HANSEN, M. H.; HURWITZ, W. N.; MADOW, W. G. **Sample survey methods and theory**. New York: Wiley, 1953. v. I e II.

KISH, L. **Survey sampling**. New York: Wiley, 1965.

SÄRNDAL, C. E.; SWENSSON, B.; WRETMAN, J. **Model assisted survey sampling**. New York: Springer-Verlag, 1992.

APÊNDICE B

ESTUDO COMPARADO SOBRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CHINESES E BRASILEIROS: AMOSTRA ALEATÓRIA DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Equipe chinesa

1 LOCALIDADE

- 1) Pequim: três universidades, sendo trezentos questionários em cada uma delas, totalizando novecentos.
- 2) Shanghai: três universidades, sendo trezentos questionários em cada uma delas, totalizando novecentos.

Total: 1.800 questionários.

2 TIPO DE UNIVERSIDADE

- 1) Universidades nacionais de excelência de carácter multidisciplinar: uma universidade em cada uma das cidades selecionadas, sendo trezentos questionários para cada, totalizando novecentos.
- 2) Universidades nacionais regulares de carácter multidisciplinar: uma universidade em cada uma das cidades selecionadas, sendo trezentos questionários para cada, totalizando novecentos.
- 3) Universidades locais: uma universidade em cada uma das cidades selecionadas, sendo trezentos questionários para cada, totalizando novecentos.

Total: 1.800 questionários.

3 SELEÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA EM CADA UNIVERSIDADE

- 1) Distribuição por tipos de estudantes:
 - a) distribuição conforme áreas de humanas e exatas: cada universidade deve selecionar, aleatoriamente, duzentos estudantes na área de exatas, e cem na de humanas.

- b) distribuição conforme gêneros: cada universidade deve selecionar, aleatoriamente, 150 homens e 150 mulheres.
 - c) distribuição conforme ano do curso: cada universidade deve selecionar, aleatoriamente, setenta estudantes no primeiro ano, oitenta no segundo e no terceiro anos, e setenta no quarto ano.
- 4) Requisito: faculdades e cursos distribuídos da forma mais ampla possível, sendo:
- a) faculdades: cada universidade deve apresentar quatro faculdades na área de exatas e duas na de humanas;
 - b) cursos: que sejam todos abrangidos.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Bassalo, Lucélia de Moraes Braga

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), professora na Universidade Estadual do Pará (Uepa), vinculada a linha de pesquisa “Formação de Professores” do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação e Sociabilidade (JEDS). Assistente de Pesquisa I no Ipea de 2012 a 2013.

Chen Chen

Doutora em sociologia pela Universidade do Povo Chinês. Pesquisadora-associada no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC). Sua principal linha de pesquisa é sociologia da juventude e infância.

Chen Weidong

Mestre em educação pela Universidade Normal da Capital. Pesquisador-associado no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC). Sua principal linha de pesquisa é educação juvenil e infantil.

Dwyer, Tom

Doutor em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador do Grupo de Estudos Brasil-China da Unicamp e pesquisador no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) de 2005 a 2009. Pesquisa a sociedade de informação e as relações entre o Brasil e a China.

Gao Yingshuang

PhD em educação pela Universidade Normal da China Oriental. Pesquisador assistente na Divisão de Planejamento e Avaliação da Universidade de Estudos Políticos da Juventude da China. Suas principais linhas de pesquisa são políticas e gestão da educação superior, história da educação e educação internacional comparada.

Guo Kaiyuan

Doutor em direito pela Universidade de Ciência Política e Direito. Diretor do Instituto de Pesquisa de Direito da Juventude e Infância da China do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC) e pesquisador-associado do CYCRC. Suas linhas de pesquisa abrangem a legislação da juventude, a proteção aos direitos infantis e da juventude e a prevenção contra a criminalidade juvenil e infantil.

Jiu Shuguang

Bacharel pelo Instituto Luoyang de Línguas Estrangeiras. Diretor e pesquisador-associado do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC). Suas principais linhas de pesquisa abrangem a gestão da educação superior e o trabalho da juventude.

Nakano, Marilena

Doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular no Centro Universitário Fundação Santo André (UFSA) e presidente do Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC, em São Paulo. Pesquisa principalmente a juventude, os jovens, o trabalho, a autogestão e o poder local.

Neves, Clarissa Eckert Baeta

Doutora em sociologia pela Universidade de Münster, na Alemanha. Professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade da UFRGS.

Martins, Carlos Benedito

Doutor em sociologia pela L'Université Paris Descartes, em Paris. Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena a linha de pesquisa educação, ciência e tecnologia. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) de 2013 a 2015.

Sposito, Marília Pontes

Doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular de sociologia da educação na Faculdade de Educação desta universidade, sendo vice-diretora desta faculdade, e bolsista de Produtividade em Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nos últimos anos coordenou grupos de pesquisadores sobre juventude no Brasil.

Vasconcelos, Ana Maria Nogales

Doutora em demografia pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Professora no Departamento de Estatística e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB). Foi secretária-geral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) de 2009 a 2012.

Yang Jianglan

Doutorando em economia demográfica pela Universidade do Povo Chinês. Professor na Universidade Agrícola de Hebei, na China. Sua linha de pesquisa principal é economia e estatística demográfica.

Yang Shoujian

Bacharel pela Universidade de Estudos Políticos da Juventude da China. Pesquisador-associado e diretor da Liga da Juventude Comunista do Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC). Sua principal linha de pesquisa é trabalho da juventude e juventude e internet.

Jie Wang

Mestre pela Universidade Agrícola de Hebei, na China, e professora nesta universidade. Sua principal linha de pesquisa é a gestão de economia.

Peng Wang

Mestre em educação e doutor em política pela Escola do Comitê Central do Partido (Comunista). Pesquisador-associado no Centro de Pesquisa de Juventude e Infância da China (CYCRC). Sua principal linha de pesquisa é o desenvolvimento e o trabalho da juventude.

Weller, Wivian

Doutora em sociologia pela Freie Universität Berlin, na Alemanha. Professora-associada no Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), sendo vice-diretora desta faculdade na UnB, e bolsista de Produtividade em Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa estudos comparados em educação e juventude, jovens no ensino médio e na educação superior, sociologia do conhecimento e metodologias qualitativas.

Zen, Eduardo Luiz

Mestre em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, onde desenvolve estudos e pesquisas sobre políticas sociais, educação e juventude.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Ipea

Revisão e editoração

Editorar Multimídia

Capa

Editorar Multimídia

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

